

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE

**IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTO OPERÁRIO NO
CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:
A TRAJETÓRIA DA PASTORAL OPERÁRIA (1975-1990)**

Luiz Fernando Mangea da Silva

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTO OPERÁRIO NO CONTEXTO DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:
A TRAJETÓRIA DA PASTORAL OPERÁRIA (1975-1990)**

LUIZ FERNANDO MANGEA DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Alexandre Fortes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção de grau de **Doutor em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Novembro, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i Silva, Luiz Fernando Mangea da Silva, 1978-

IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTO OPERÁRIO NO CONTEXTO DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: A TRAJETÓRIA DA PASTORAL
OPERÁRIA (1975-1990) / Luiz Fernando Mangea da Silva
Silva. - Rio Claro, RJ, 2020.

165 f.

Orientador: Alexandre Fortes Fortes.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2020.

1. Igreja Católica. 2. Pastoral Operária . 3.
Movimento Operário. I. Fortes, Alexandre Fortes, 1966
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III.

Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 398/2020 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.056691/2020-81

Seropédica-RJ, 03 de novembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 001, DE 30 DE JUNHO DE 2020 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUIZ FERNANDO MANGEA DA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA.

TESE APROVADA EM 01 de setembro de 2020

Dra. ALEJANDRA LUISA MAGALHÃES ESTEVEZ, UFF Examinadora Externa à Instituição

Dra. LARISSA ROSA CORREA, PUC - RJ Examinadora Externa à Instituição

Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS, UFRRJ Examinador Interno

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Presidente

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 04/11/2020 11:28)

ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROPPG (12.28.01.18)
Matricula: 1308466

(Assinado digitalmente em 03/11/2020 10:00)

JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1720695

(Assinado digitalmente em 04/11/2020 23:30)

PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepH/BI (12.28.01.00.00.86)
Matricula: 1570625

(Assinado digitalmente em 09/11/2020 14:18)

ALEJANDRA LUISA MAGALHÃES ESTEVEZ
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 056.305.377-42

(Assinado digitalmente em 03/11/2020 15:07)
LARISSA ROSA CORRÉA
ASSISTENTE EXTERNO
CPF: 179.692.288-22

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **398**, ano: **2020**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/11/2020** e o código de verificação: **e348e2b1f43**

Dedico este trabalho ao meu avô materno, Carlos Mangea, “In Memoriam”, por sempre ter me mostrado a importância dos estudos. Falava com entusiasmo dos meus estudos. Porque tinha um sonho de ver o primeiro integrante da família a cursar o ensino superior. No entanto, faleceu um ano antes que eu concluísse o curso de licenciatura em História.

AGRADECIMENTOS

É com grande alegria e entusiasmo que estou chegando ao fim de mais um ciclo da minha experiência acadêmica. Experiência marcada por um intenso trabalho intelectual no sentindo de me transformar em um ser humano melhor, transformação que engloba mais empatia com os outros, tanto na vida pessoal quanto na profissional. Durante esses mais de quatro anos, o aprendizado foi algo constante em minha caminhada.

Esse aprendizado ocorreu das formas mais variadas possíveis: nas aulas das disciplinas do curso do doutorado foram momentos de amadurecimento intelectual nos debates com professores e amigos; encontros da ANPUH - Associação Nacional de História, tanto nacional quanto nos regionais. Tais encontros foram importantes para definir e ajustar a pesquisa. Outros encontros acadêmicos também foram importantes para consolidar conhecimentos, dentre esses podemos citar os encontros da ABHR – Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) e do CONACIR - Congresso Nacional organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR / UFJF).

A participação em grupos de pesquisas foi importantíssima para a definição do objeto a ser pesquisado. O convite do Prof. Dr. Alexandre Fortes, para me integrar ao grupo História Global do Trabalho (HGT- UFRRJ), foi significativo, pois foi um momento de grande aprendizado, no qual pude compartilhar minha pesquisa com os demais companheiros de estudo. Agradeço a todos pela valiosa colaboração, de modo especial ao professor Alexandre Fortes pelo convite e por ter criado esse importante espaço de reflexão sobre a História Global do Trabalho. Outra contribuição se deu com a rica experiência compartilhada no grupo de pesquisa História e Catolicismo: Da Neocristandade ao Tempo Presente, vinculado ao Laboratório de História das Experiências Religiosas da Unidade Federal do Rio de Janeiro (LHER-UFRJ); agradeço minhas amigas Bruna Marques e Glaucia Ferreira Lima de Brito pelo convite em participar desse grupo de reflexão.

A elaboração de uma tese de doutorado exige do postulando a esse título, bem mais do que participação em eventos acadêmicos e em grupos de pesquisa. Há a necessidade da construção de uma ampla rede de pessoas que contribuem direta ou indiretamente para o resultado final. Sendo assim, citarei algumas delas, correndo o risco de deixar pessoas que foram fundamentais para minha aprendizagem de fora. Entre essas pessoas que foram importantes para o início, o desenvolvimento e a conclusão dessa tese está o meu orientador, o Prof. Dr. Alexandre Fortes.

A colaboração do professor Alexandre em todo esse longo processo - o meu sonho de cursar um doutorado em História - o qual está se transformando em realidade começou com um e-mail, que evoluiu para conversas e reuniões, ajustes de projetos de pesquisa e definição do tema a ser investigado. Após minha aprovação no processo seletivo, o professor Alexandre Fortes, acolheu-me como seu orientando, e mais do que isso, atuou para além de uma orientação institucional. Atendeu-me todas as vezes que o solicitei para sanar dúvidas ou mesmo para compartilhar um pouco da minha insegurança que por hora me atormentava. Além disso, como orientador me indicou pessoas para serem entrevistadas, fez contato com elas e, inclusive, participou de uma entrevista comigo. Por tudo isso, o meu respeito, o meu reconhecimento e a minha imensa gratidão pela amizade e pelo profissionalismo com que atuou ao longo desses mais de quatro anos. Professor, o meu muito obrigado!

Também não posso deixar de agradecer às pessoas que reservaram uma parcela de seu tempo, em suas agendas, para testemunharem a respeito de suas experiências na Pastoral Operária, começando pela ordem que as entrevistas foram realizadas registrarei aqui seus nomes, desse modo, eu agradeço as colaborações de Gilmar Ortiz de Souza, José Lucas dos Santos, Terezinha Maria Gomes, Frei Betto, Evaldo Pontes da Silva, Cláudio Nascimento, Geraldo Orozimbo e da Toninha Carrara.

Não menos importantes estão aquelas pessoas responsáveis pelos arquivos ou instituições. Nesse sentido, eu gostaria de agradecer às pessoas da Cúria Diocesana de Santo André, especialmente, ao padre Felipe Cosme Damião Sobrinho que me indicou fontes que foram relevantes para a pesquisa. Ao agradecer ao padre, eu estenderei a gratidão a todos os funcionários da Cúria que me receberam e me ajudaram na seleção das fontes. No CEDIC PUC-SP (Centro de Documentação e Informação Científica) gostaria de agradecer ao Rodrigo de Campos Pinto com quem eu tive os primeiros contatos. No CPV (Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro), gostaria de agradecer a acolhida e a imensa colaboração da Luiza Peixoto, acolhimento que se transformou em sólida amizade.

Meus agradecimentos à Prof^ª. Dra. Larissa Rosa Correia e ao Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales, que no exame de qualificação, com sabedoria, criticaram os exageros, os equívocos, e apontaram caminhos seguros, apoiados em referências bibliográficas, as quais foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Os meus sinceros agradecimentos aos integrantes da banca examinadora que julgarão com imparcialidade, o resultado final desta tese, a Prof^ª. Dra. Larissa Rosa Correia, a Prof^ª. Dra. AlejandraLuisa Magalhães Estevez, o

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales e o Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos, a vocês, o meu muito obrigado!

Ao secretário Paulo César Longarini, pela paciência, gentileza e pelo excelente serviço prestado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Agradeço familiares e amigos que contribuíram para que uma idealização distante se transformasse em realidade, entre essas pessoas estão minhas irmãs Isabela e Gisele Mangea; minha sobrinha Melissa; meu cunhado Edmilson; meu filho Luiz Fernando de Jesus; minha mãe, Lucia Mangea, exemplo de mulher batalhadora; e minha noiva Gisele Rosa, que tem me acompanhando nessa longa caminhada e que me auxiliou nas entrevistas, na seleção das fontes, nos arquivos pesquisados, e na formatação da tese; meus alunos; meus colegas de trabalho.

Gostaria de agradecer também às professoras Gisele Mangea (minha irmã) e Tânia Maria Dias Fermiano pelo trabalho de revisão ortográfica e gramatical, deixando cada parágrafo mais palatável. Às revisoras, o meu muito obrigado pelo brilhante trabalho realizado em minha tese.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

SILVA. Luiz Fernando Mangea da. **Igreja Católica e movimento operário no contexto da transição democrática:** a trajetória da Pastoral Operária (1975-1990). Seropédica, RJ. 165 p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A presente tese tem como objetivo a análise das experiências política e religiosa da Pastoral Operária (PO) e dos trabalhadores durante o período de transição da ditadura militar para o período de redemocratização, estendendo-se até a década de 1990. Partimos de 1975, porque foi nesse período que a Pastoral Operária inicia uma articulação em todo o território nacional por meio dos primeiros encontros da Comissão Nacional de Pastoral Operária (CPO). Esses encontros foram importantes para que surgissem os primeiros documentos de fundação da pastoral a partir de 1978, definindo os objetivos de atuação da Pastoral Operária em diversas dioceses brasileiras. Para compreender a atuação da pastoral movimento ecumênico, mas que surge da Igreja Católica buscamos investigar como se deu a experiência religiosa e políticas dos integrantes da Pastoral Operária com os trabalhadores e com as trabalhadoras de forma geral, mas pegando a região do ABC Paulista e a cidade de Volta Redonda para mapear essa intensidade. É importante salientar para o leitor que a escolha do ABC e de Volta Redonda não foi uma escolha aleatória. São duas regiões importantes para pensar as relações sociais, políticas e religiosas entre a PO e o movimento operário, já que tiveram uma preponderância no cenário político nacional. No final da década de 1970 e durante a década de 1980, transformaram-se em importantes núcleos de experiências política e social para os movimentos operário e católico. Foram práticas de lutas desenvolvidas por esses atores sociais, e que se estenderam até a década de 1990, quando se inicia no Brasil uma política neoliberal, modificando não só a relação social entre capital e trabalho. Somado a isso, a Igreja desenvolveu uma ação evangelizadora de desmobilização política em toda a América Latina para combater a Teologia da Libertação e os trabalhos que eram realizados com as Comunidades Eclesiais de Base. Também temos que considerar que houve uma modificação do episcopado brasileiro a partir da década de 1990 que contribuiu para o esvaziamento da Pastoral Operária em todas as dioceses brasileiras. Isso porque temos que levar em consideração a nomeação de bispos conservadores pelo Papa João Paulo II, e saída daqueles bispos que foram nomeados Papa Paulo VI, que deram um *open ground* para Pastoral Operária. Esses bispos foram deixando as arquidioceses e dioceses a partir dos anos 90, por razões da idade avançada e do tempo de serviço prestado a Igreja. Tanto como pano de fundo para nossa investigação se deu com a documentação produzida pela própria pastoral, e também por meio de entrevistas com agentes pastorais que atuaram no ABC, em Volta Redonda e no âmbito nacional.

Palavras-chave: Igreja Católica, Pastoral Operária e Movimento Operário.

ABSTRACT

SILVA. Luiz Fernando Mangea da. **Catholic Church and the labor movement in the context of the democratic transition:** the trajectory of Pastoral Operária (1975-1990). Seropédica, RJ. 165 p. Thesis (Doctorate in History, Power Relationships, Work and Cultural Practices). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

This thesis aims to analyze the political and religious experiences of Pastoral Operária (PO) and workers during the transition period from the military dictatorship to the period of re-democratization, extending until the 1990's. We started from 1975, because it was during this period that the Pastoral Operária began to articulate throughout the national territory through the first meetings of the National Commission for Pastoral Workers (CPO). These meetings were important for the first founding documents of the pastoral to emerge from 1978, defining the objectives of the work of Pastoral Operária in several Brazilian dioceses. In order to understand the role of the pastoral ecumenical movement, but that arises from the Catholic Church, we seek to investigate how the religious and political experience of the members of the Pastoral Operária took place with the workers and with the workers in general, but taking the region of ABC Paulista and the Volta Redonda city to map this intensity. It is important to point out to the reader that the choice of ABC and Volta Redonda was not a random choice. They are two important regions for thinking about the social, political and religious relations between the PO and the workers' movement, since they had a preponderance in the national political scene. At the end of the 1970's and during the 1980's, they became important nuclei of political and social experiences for the workers and Catholic movements. They were practices of struggles developed by these social actors, and that extended until the 1990's, when a neoliberal policy began in Brazil, changing not only the social relationship between capital and labor. In addition, the Church has developed an evangelizing action for political demobilization throughout Latin America to combat liberation theology and the work that was carried out with grassroots ecclesial communities. We also have to consider that there was a change in the Brazilian episcopate from the 1990s that contributed to the emptying of Pastoral Operária in all Brazilian dioceses. This is because we have to take into account the appointment of conservative bishops by Pope John Paul II, and the departure of those bishops who were named Pope Paul VI, who gave an open ground for Pastoral Operária. These bishops were leaving archdioceses and dioceses from the 1990's onwards, due to their advanced age and length of service in the Church. Both as a background for our investigation was with the documentation produced by the pastoral itself, and also through interviews with pastoral agents who worked at ABC, in Volta Redonda and at the national level.

Keywords: Catholic Church, Workers Pastoral and Workers Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS

1º BIB – 1º Batalhão de Infantaria Blindada
ABC – Corresponde aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Mas englobam outros municípios como Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AC – Ação Católica
ACO – Ação Católica Operária
AI-5 – Ato Institucional Número
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEC – Comando de Engenho no Campo
CEDAC – Centros de Ação Comunitária
CEDI – Centro de Documentação e Informação
CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
CF – Comissões de Fábricas
CFDT – Confederação Francesa Democrática do Trabalho
CFTC – Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidente
CLAT – Central Latino-Americana de Trabalho
CMI – Conselho Mundial das Igrejas
CMT – Confederação Mundial dos Trabalhadores
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CO – Círculos Operários
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
COVID-19 – Novo Coronavírus
CPO – Comissão Nacional de Pastoral Operária
CPT – Comissão da Pastoral da Terra
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI – Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSAB – Federação da Sociedade Amigos do Bairro
GAOS – Grupo de Apoio à Oposição Sindical
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDAC – Instituto de Ação Cultural
ILACDE – Instituto Latino-Americano de Cooperação e Desenvolvimento
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPROS – Instituto de Promoção Social

JOC – Juventude Operária Católica
MCP – Movimento de Cultural Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDF – Movimento de Defesa dos Favelados
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PM – Polícia Militar
PMDB – Movimento Democrático Brasileiro
PO – Pastoral Operária
POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
Proálcool – Programa Nacional do Álcool
PSA – Partido Socialismo Autogestão
PT – Partido dos Trabalhadores
RCC – Renovação Carismática Católica
RFA – República Federal da Alemanha
SBC – São Bernardo do Campo
TL – Teologia da Libertação
UNE – União Nacional de Estante
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A organização da Pastoral Operária em todo território nacional _____	54
Figura 2 – O nível interno da Pastoral Operária _____	62
Figura 3 – O nível externo da Pastoral Operária _____	62
Figura 4 – Mapa das Regionais da Pastoral Operária _____	64
Figura 5 – A Igreja Católica e a mobilização popular no Brasil na década de 1980 ____	72
Figura 6 – A Igreja faz crítica à dívida externa brasileira _____	81
Figura 7 – A má distribuição de renda no Brasil gera desigualdade social _____	84
Figura 8 – A luta de classe no Brasil sob o olhar da Pastoral Operária _____	85
Figura 9 – O uso da bíblia no mundo do trabalho na década de 1930 e uso da bíblia no mundo do trabalho na década de 1980 _____	89
Figura 10 – Parte externa da Catedral da Sé, missa de corpo presente de Santo Dias da Silva _____	111
Figura 11 – Parte interna da Catedral da Sé, celebração da missa presidida por Dom Paulo Evaristo Arns _____	112
Figura 12 – Fazenda Engenho _____	119
Figura 13 – Reunião da Pastoral Operária de Volta Redonda com os trabalhadores ____	121
Figura 14 - Luiz Inácio Lula da Silva e Dom Mauro Morelli (bispo da Diocese de Duque de Caxias) com os integrantes da Pastoral Operária _____	126
Figura 15 – Semana do Trabalhador em São Bernardo do Campo/SP _____	127
Figura 16 – Frei Betto e integrantes da Pastoral Operária falam para os trabalhadores e para as trabalhadoras _____	128
Figura 17 – Igreja e os movimentos populares do ABC Paulista _____	129
Figura 18 – A Pastoral Operária cobra explicação do prefeito de São Bernardo do Campo Aron Galante do MDB _____	133
Figura 19 – As máquinas que Elado Pontes da Silva manuseava _____	135
Figura 20 – A Igreja e os trabalhadores do ABC Paulista _____	137
Figura 21 – Mapa com a atualização da Pastoral Operária no Brasil _____	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A formação da Comissão Nacional de Pastoral Operária em dezembro de 1978 (CPO) _____	55
Tabela 2 – Onde e como a Pastoral Operária deveria atuar _____	77
Tabela 3 – Mudanças de integrantes da Comissão Nacional de Pastoral Operária entre os anos de 1979 a 1980 _____	78
Tabela 4 – Os assessores bíblicos e teológicos da Comissão Nacional de Pastoral Operária entre os anos de 1979 a 1980 _____	78
Tabela 5 – Lideranças sindicais que faziam parte da Comissão Nacional de Pastoral Operária em 1980 _____	79
Tabela 6 – A perda do poder de compra dos trabalhadores da indústria _____	80
Tabela 7– As principais lideranças operárias e intelectuais que atuavam na formação da política dos trabalhadores _____	142
Tabela 8 – O número de PO's disponibilizado no site,mas sem a atualização da secretaria _____	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Curso de Formação da Pastoral Operária _____	56
Quadro 2 – As etapas de atuação da Pastoral Operária _____	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Um debate teórico sobre a relação social entre capital, trabalho e religião	22
A religião como um conjunto de valores morais e político que interfere na vida dos indivíduos em sociedade	29
A Igreja e o Estado brasileiro: uma breve contextualização dos acontecimentos políticos dos anos de 1930 ao golpe militar de 1964	32
CAPÍTULO I – A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR: ALIANÇAS E RUPTURAS	44
1.1 As transformações da Igreja no âmbito internacional e da política brasileira nos anos que antecederam o golpe militar de 1964	44
1.2 A Igreja e o golpe militar de 1964: alianças, tensões e conflitos entre católicos e militares	50
1.3 A Comissão de Pastoral Operária: a construção da Pastoral Operária	52
1.4 A contribuição política da Pastoral Operária para conscientização e mobilização da classe trabalhadora	59
CAPÍTULO II – A IGREJA E A PASTORAL OPERÁRIA: UMA EXPERÊNCIA DE LUTA ENTRE MOVIMENTOS CATÓLICOS E OPERÁRIOS NA TRANSIÇÃO DA DITADURA PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO	66
2.1 As estratégias política e religiosa da Pastoral Operária no mundo do trabalho nas décadas de 1970 e 1980	70
2.2 Abertura política, transformação econômica e as ações pastorais da Igreja para o mundo do trabalho	77
2.3 Uma análise do pensamento social católico no ABC Paulista e em Volta Redonda	87
2.4 Uma breve apresentação da Igreja e da classe trabalhadora em Volta Redonda	92
CAPÍTULO III – A IGREJA E A PASTORAL OPERÁRIA NO ABC PAULISTA E EM VOLTA REDONDA: DO DISCURSO À PRÁTICA	104
3.1 A Igreja e os trabalhadores: a história dos mártires dos integrantes da Pastoral Operária durante o período de redemocratização	104
3.2 A rede de solidariedade entre a Igreja e o movimento operário	112

3.3 A relação religiosa, política e social dos integrantes da Pastoral Operária e com o Partido dos Trabalhadores (PT) _____	115
3.4 Pastoral Operária e os trabalhadores: a luta de agentes pastorais e de operários por direitos no ABC Paulista e em Volta Redonda _____	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	150

INTRODUÇÃO

Estatese tem como objetivo a análise das experiências política e religiosa da PO (Pastoral Operária) e dos trabalhadores do ABC Paulista e de Volta Redonda no contexto da transição democrática até os anos de 1990. O recorte temporal de 1975 a 1990 se deu devido afatos que ocorreram no interior da Igreja e na sociedade brasileira, principalmente, no aspecto político. Entendemos que esses acontecimentos são importantes para a compreensão da investigação da pesquisa.

Em 1975, iniciou-se a articulação do que viria a ser a Pastoral Operária, em todo o território nacional, por meio dos primeiros encontros realizados pela CPO (Comissão Nacional de Pastoral). Esses encontros contribuíram para que surgissem os primeiros documentos de fundação da pastoral. Nesses registros estavam expressos claramente os objetivos de atuação da Pastoral Operária em diversas dioceses brasileiras.

Os métodos de trabalho da Pastoral Operária tiveram início em 1975 e foram sendo aperfeiçoados até a década de 1990. Período que se inicia no Brasil uma política neoliberal de redução do Estado, dos investimentos públicos e do enfraquecimento do poder de organização dos movimentos populares. Além disso, a partir de 1990, a Igreja Católica modificou o seu olhar e a sua evangelização, em todo o Continente Latino-Americano, como forma de desmobilização política dos católicos, objetivando combater a TL (Teologia da Libertação) e reduzir o alcance dos trabalhos que eram realizados nas CEB'S (Comunidades Eclesiais de Base).¹

Outro marco histórico importante que devemos levar em consideração é o fim das experiências socialistas que ocorreu com a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989. Esse acontecimento histórico teve um efeito para além do simbolismo para muitos católicos engajados em movimentos sociais. Suscitando, assim, um efeito prático na vida de militância desses católicos engajados na transformação da sociedade. A partir desse momento, surge um novo modelo de capitalismo que suprime os avanços sociais que foram experimentados após a Segunda Guerra Mundial. Esse novo modelo de capitalismo passou a suprimir as liberdades organizacionais, a fortalecer os argumentos do Estado mínimo e a gerar a crise do pacto humanista e o avanço das políticas em defesa do neoliberalismo na Europa, nas décadas de 1970 e 1980, e no Brasil, a partir da década de 1990.

Nosso critério para o recorte espacial se deu porque o ABC Paulista e Volta Redonda são duas regiões importantes para pensar as relações sociais, políticas e religiosas entre

¹ A Comunidade Eclesial de Base pode ser definida como um grupo de pessoas com *status* e papéis diferenciados, mas que exige laços e partilha de “dons”. A respeito do surgimento das CEB's e de sua função religiosa e social junto à sociedade, Frei Betto explica que: “As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem na capela aos domingos para celebrar o culto”. Ver em: BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

agentes da Pastoral Operária e do movimento operário. Nas décadas de 1970 e de 1980, o ABC e Volta Redonda se transformaram em verdadeiros laboratórios para quem pretende investigar as experiências de lutas desenvolvidas pela classe trabalhadora brasileira e por diferentes movimentos religiosos ligados ao catolicismo.

Tratando-se de uma pesquisa sobre a Pastoral Operária e os trabalhadores, cabe-nos mencionar que os bispos da Diocese de Santo André, Dom Cláudio Hummes, e da Diocese de Volta Redonda/Barra do Piraí, Dom Waldyr Calheiros de Novaes, foram juntamente com Dom José Maria Pires, arcebispo da Arquidiocese de João Pessoa – PB, os fundadores da Pastoral Operária no âmbito nacional. Esses bispos estavam presentes na CPO desde a sua constituição em 1978.

O ABC e a cidade de Volta Redonda, no final da década de 1970 e durante a década de 1980, transformaram-se em importantes núcleos de experiências política e social para os movimentos operário e católico. As práticas de lutas que foram desenvolvidas por esses bispos se estenderam até a década de 1990. Quando se inicia no Brasil uma política neoliberal que modificou a relação social entre capital e trabalho e, também, a própria atuação da Pastoral Operária em razão do surgimento de outros movimentos religiosos como a RCC (Renovação Carismática Católica) e o crescimento, nas periferias das grandes cidades, das Igrejas Neopentecostais. Esses movimentos religiosos passaram a enfatizar a espiritualidade e não mais a fazer uma análise crítica da sociedade.

Nossa hipótese inicial de trabalho era que as reivindicações que eram feitas pela Pastoral Operária em defesa dos interesses da classe trabalhadora, em todo o território nacional, também fossem reproduzidas no ABC Paulista e em Volta Redonda. A hipótese inicial se desdobrou em outra mais específica. Nessa hipótese, havia uma afirmação provisória de que a pastoral teria sido um relevante movimento católico que desenvolveu em sua práxis de evangelização uma pauta de interesse dos trabalhadores e um consenso de restauração dos valores democráticos da sociedade brasileira². Em que o valor da democracia era essencial para a liberdade e para a igualdade entre os trabalhadores e as trabalhadoras em escala produtiva da riqueza material.

Para confirmar ou negar as hipóteses, buscamos, ao longo da tese, responder às seguintes perguntas. Quem eram os religiosos e os leigos que pretendiam fazer um inventário sobre onde e quantas Pastorais Operárias existiam no país e se elas estavam realmente atuando em questão pertinente ao mundo do trabalho? Quem nelas atuava? Elas estavam presentes em qual região do país? Quais eram os métodos de trabalho e o que essas pastorais realizavam? Por fim, se elas atuaram contra a repressão dos militares?

Desse modo, nossa reflexão partiu de duas análises que se diferenciam no seu escopo, mas que se complementam entre si. Uma delas se deu em torno de uma Igreja sacramental que

² Democracia está sendo entendida como um conjunto de direitos que possibilitem aos trabalhadores justiça social para que possam construir sua cidadania enquanto seres humanos. Sendo assim, iremos trabalhar, ao longo dessa tese, com o conceito de democracia desenvolvido por aquele que pode ser um dos maiores juristas do século XX, o austríaco Hans Kelsen. Para Kelsen, quando falamos de valores sociais e políticos de uma democracia, temos que fazer uma análise científica objetiva que leve em o fenômeno social e não a sua avaliação no sentido de pressupor-se um valor social como incondicionalmente válido e a demonstração de que a democracia seja a realização desse valor. O autor explica que: “Tal justificação não é possível do ponto de vista de uma ciência política incapaz de reconhecer um valor social definido à explosão de outro, mas pode apenas afirmar que, na realidade social, é possível reconhecer valores sociais diferentes e contraditórios, e examinar os meios apropriados para a sua realização. [...] Portanto, uma teoria científica da democracia só pode sustentar que essa forma de governo tenta pôr em prática a liberdade justamente com a igualdade do indivíduo e que, se esses valores devem ser postos em práticas, a democracia é o meio apropriado; isso implica que se outros valores além da liberdade e igualdade dos membros individuais da comunidade devem ser postos em prática, como, por exemplo, o poderio da nação, a democracia pode não ser a forma apropriada de governo”. KELSEN, Hans. *A democracia*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. p. 205-206.

centrava seu discurso nos interesses das classes dominantes urbanas; e a outra, de uma Igreja mais democratizada em seus ritos pastorais e que ganhou força a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). A partir do Vaticano II, os leigos são chamados a exercerem importantes trabalhos pastorais dentro da Igreja como forma de evangelização em uma sociedade cada vez mais secularizada. Essa Igreja, menos sacramental, passou a direcionar o seu discurso para os pobres e para os oprimidos da sociedade capitalista, valorizando a libertação das classes subalternas e incluindo nesse processo a classe trabalhadora.

A partir de 1964, houve um aviltamento dos direitos políticos e civis dos movimentos sociais e religiosos que incluíam católicos e operários, as pessoas que faziam parte desses movimentos passaram a ser duramente perseguidas, presas, torturadas, escamoteadas e assassinadas por militares. A violência política do Estado se ampliou com a promulgação do AI-5 (Ato Institucional Número 5),³ gerando graves violações aos direitos humanos. Paralelamente, a institucionalização da violência, o país ingressou em um modelo econômico desenvolvimentista que atendia aos interesses de legitimação do regime militar. Esse regime político salvaguardaria a propriedade privada, os valores morais da família e a ordem social, livrando o país do comunismo.

O objetivo dessa política econômica era enfraquecer o poder político dos trabalhadores, dos sindicatos e dos movimentos de esquerda. O efeito desse modelo econômico foi o contrário, uma vez que contribuiu para exacerbar os conflitos sociais, nas áreas urbanas, em razão do alto custo de vida e do aumento da inflação. Com isso, o arrocho salarial e a repressão passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores devido à subordinação da classe trabalhadora ao modelo econômico desenvolvido pelos militares.

Em decorrência das perseguições políticas e das deteriorações das condições socioeconômicas, a Igreja passou a atuar no mundo do trabalho, principalmente, com as greves. No ABC Paulista, ação pastoral de Dom Cláudio Hummes, junto aos trabalhadores e junto às trabalhadoras, se diferenciou da ação pastoral do seu antecessor, Dom Jorge Marcos de Oliveira. Enquanto Dom Jorge se dedicou a desenvolver suas ações evangelizadoras junto ao sindicato dos trabalhadores de Santo André, Dom Cláudio se aproximou do movimento operário de SBC (São Bernardo do Campo) e de Diadema.

A atuação pastoral do bispo, Dom Cláudio Hummes, está dentro de um contexto político e de um movimento católico bem mais amplo. Ela se enquadra em um movimento constituído por católicos e operários que defendiam melhores condições de trabalhos nas fábricas e engajavam-se publicamente nas campanhas pela redemocratização do país.

Quando abordamos a violência praticada pelos agentes do Estado contra a classe trabalhadora, Volta Redonda se torna uma região de conflito social com o posicionamento da Igreja Católica local sob a liderança do bispo, Dom Waldyr Calheiros de Novaes. Ele atuou corajosamente contra o aviltamento dos direitos trabalhistas, contra a repressão dos militares e em defesa da classe trabalhadora e dos direitos humanos.

O bispo Dom Waldyr chega à Diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda em 8 de dezembro de 1966. Assim que chegou a Volta Redonda, ele adotou medidas importantes no sentido de transformar a atuação da Igreja local no contexto político-social. A organização das paróquias foi a primeira transformação que ocorreu, o bispo passou a incentivar e a desenvolver trabalhos de formação de grupos de reflexão.

O ativismo político do bispo Dom Waldyr, no comando da diocese, possibilitou que católicos pudessem atuar nos movimentos populares da cidade de Volta Redonda, principalmente, no

³ Maria da Glória Gohn adverte que a promulgação do Ato Institucional foi um decreto federal que introduziu as regras de regime de exceção ao país, levando à prisão e à cassação dos direitos políticos de inúmeros brasileiros. Ver em: GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 109.

movimento operário. Para responder aos questionamentos que foram levantados inicialmente nessa investigação, procuramos não separar a religião da política.

Porque o ativismo religioso dos movimentos católicos, especialmente na América Latina, funcionou como uma âncora das forças progressistas que combateram as ditaduras militares. Esses movimentos católicos se colocaram ao lado dos pobres e das esquerdas latino-americanas. Na recapitulação histórica desses movimentos católicos, não podemos esquecer a influência da Teologia da Libertação. Porque ela contribuiu para que a temática da religião transcendesse para fora dos limites da própria Igreja, tornando uma práxis no fazer político dos cristãos engajados com as transformações sociais na América Latina.

Estabelecemos, no decorrer dos três capítulos, uma análise sobre as transformações que fizeram com que a Igreja, tanto no ABC quanto em Volta Redonda, fosse marcada por uma identidade com a classe trabalhadora. Em cada capítulo, construímos uma narrativa em torno da relação intrínseca entre católicos e operários, apontando os vinculados entre a Igreja, a Pastoral Operária e os trabalhadores.

Conforme já mencionamos anteriormente, a tese está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos fazer uma análise sobre as relações institucionais entre a Igreja Católica e a ditadura militar. Essa análise busca compreender como a religião e a política estão presentes no cotidiano de uma parcela significativa da sociedade brasileira. O contato com a religião pode ser tanto de foro íntimo privado (na família) quanto na esfera pública (nos templos religiosos).

Ao longo desse capítulo, investigamos como se deram as mudanças ocorridas nos anos finais da década de 1950 e no início da década de 1960. Compreender como se deram essas mudanças foi essencial para sabermos que as medidas adotadas pelo Vaticano, principalmente, nos pontificados dos Papas João XXIII e Paulo VI, provocaram transformações no mundo católico. As Encíclicas desses dois Papas influenciaram nas variadas formas de evangelização dos movimentos populares brasileiros, interferindo, de modo direto ou indiretamente, nas relações da Igreja com o Estado.

No segundo capítulo, buscamos reconstituir, por meio da documentação, a presença da Igreja e da Pastoral Operária nos bairros periféricos das grandes cidades, durante o final da década de 1970 até a segunda metade da década de 1980. Estruturamos esse capítulo com base nos encontros da CPO com os movimentos operários e também procuramos mapear todas as ações dos movimentos católicos, sejam eles conservadores ou progressistas.

Ao longo do capítulo, buscamos entender como a Pastoral Operária foi se estruturando como um movimento católico que atuou de diversas formas para modificar as estruturas dos sindicatos. Para isso, a Pastoral Operária trabalhou na formação política dos trabalhadores, em diversas dioceses brasileiras, criando grupos de Oposição Sindical. A formação dos trabalhadores se dava em três níveis diferentes: local, regional e nacional.

No nível local, a pastoral levou em consideração a diversidade das dioceses, respeitando sempre a autonomia de cada uma delas. Os integrantes da pastoral promoveram encontros e cursos de acordo com as necessidades locais da comunidade e da classe trabalhadora, eles consideravam o índice de trabalhadores desempregados e a informalidade de cada região onde estavam situadas as dioceses.

No nível regional, a pesquisa mostrou que houve um intercâmbio entre as pastorais operárias em diferentes estados brasileiros. Esse intercâmbio viabilizou a produção de boletins informativos e de relatórios, trazendo as experiências que deram certas nas dioceses locais. Em síntese, no nível regional, a Pastoral Operária foi um mecanismo de unificação dos diferentes movimentos populares organizados pelos trabalhadores em diferentes regiões do país.

No nível nacional, mapeamos as ações dos integrantes da Comissão Nacional da Pastoral Operária. Percebemos, por meio das fontes documentais e de entrevistas, que a CPO

articulou permanente com a rede de sociabilidade local, regional e internacional. Ela promoveu, em todo o território nacional, encontros para realização de seminários que visavam à criação de cursos de formação política para agentes pastorais, trabalhadores e lideranças de movimentos populares.

No terceiro e último capítulo, investigamos a criação de uma ampla rede de religiosos leigos que se organizaram em todo o território nacional. Para isso, buscamos compreender o desdobramento dos quatro objetivos que norteavam os trabalhos da Pastoral Operária. Primeiro, buscamos entender como a Pastoral Operária compreendia a realidade social e política do Brasil. Segundo, analisamos as experiências da Pastoral Operária com leigos (trabalhadores, intelectuais, lideranças de partidos políticos e movimentos populares) e com religiosos (frei, freira, padres e bispos). Terceiro, buscamos refletir sobre como a Igreja poderia auxiliar na luta e na conquista dos trabalhadores do ABC Paulista e de Volta Redonda. Por fim, empenhamos em entender como a Pastoral Operária lidou com as demandas dos trabalhadores no contexto da redemocratização.

Um debate teórico sobre a relação social entre capital, trabalho e religião

Após a definição do objeto e da amplitude da pesquisa, definimos o caminho que percorreremos para encontrar possíveis respostas aos questionamentos que foram levantados sobre como a religião poderia orientar os hábitos e as atitudes dos indivíduos em sociedade. Será necessário também explicar as concepções teóricas e metodológicas que orientaram minhas práticas de historiador. Para problematizar as relações sociais entre capital, trabalho e religião, pretendemos recorrer às concepções teóricas de autores que se diferenciam nas partes, mas se complementam como um todo como: Karl Marx, Friedrich Engels, Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Max Weber.

Apoiar teoricamente nesses autores significa pensar epistemologicamente nas categorias de análise como “classe social”, “luta de classes”, “classe trabalhadora” e a “religião como espírito do capitalismo”. Assim podemos compreender as concepções intrínsecas entre capital, trabalho e religião como forma de orientação das relações políticas construídas por homens e mulheres que integravam a classe trabalhadora.

Refletir sobre como esses pensadores teceram suas análises sobre a natureza humana e sobre o papel da consciência de classe construída na história de luta de cada trabalhador e de cada trabalhadora possibilita-nos trazer, para o centro do debate historiográfico, os conflitos existentes no interior da sociedade capitalista. E ainda sustentar que o trabalho desempenha historicamente uma função de destaque na mediação das relações sociais entre “operariado” e “burguesia”, ou seja, entre “classe trabalhadora” e “classe patronal”.

Esses autores nos ajudam a analisar as relações de poder constituídas a partir da sociedade capitalista, partindo da premissa que as relações de trabalho se dão com base na luta de classe. O eminente sociólogo, Florestan Fernandes, chama a atenção para a importância das concepções materialista e dialética nos trabalhos de Marx e Engels para a compreensão da classe trabalhadora. Para Fernandes: “Ambos compartilham uma situação incontestável como criadores do conhecimento científico nessa tarefa do pensamento e couberam encarnar, na história das ciências sociais, os interesses e as aspirações revolucionárias das classes trabalhadoras”.⁴

Quando pensamos nas relações sociais estabelecidas entre trabalho e capital dentro de uma dialética marxista do capitalismo, devemos atentar para as relações de produção. Pensar nelas é pensar também nas formas política e religiosa de dominação e de emancipação. Dessa

⁴ FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: história em processo**. 1. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2012. p. 20.

forma, as relações sociais entre capital, trabalho e religião podem se caracterizar tanto pela dominação, pela exploração quanto pela emancipação, pela libertação como forma de organização política da classe trabalhadora. E pensar a dominação social da força de trabalho por meio da teoria crítica de Marx é uma investida epistemológica na direção de compreender as dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas da vida operária no mundo do trabalho. O historiador inglês, E. P. Thompson, no prefácio da sua obra, *A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade*,⁵ chama a atenção para o fazer da classe operária como um processo ativo que se constitui tanto pela ação humana quanto pelo seus condicionamentos culturais.

Essas observações feitas por Thompson correspondem ao processo histórico vivenciado pelos trabalhadores desde as primeiras décadas da consolidação do capitalismo na Grã-Bretanha e depois em outras regiões da Europa Ocidental. A análise de Thompson é crucial para que possamos compreender o fazer dos agentes da Pastoral Operária e dos trabalhadores e das trabalhadoras do ABC Paulista e de Volta Redonda.

Assim podemos pensar na aliança entre movimentos católicos e operários como um “fenômeno histórico” que se constitui por uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados um do outro, tanto na experiência quanto na consciência. No entanto, esses acontecimentos, aparentemente desconectados, são materializados nas relações humanas historicamente estabelecidas pela experiência ou pelas relações de produção em que esses indivíduos estão socialmente inseridos de forma determinada ou entraram involuntariamente.

E nesse ponto, temos que considerar duas situações sobre a experiência desses indivíduos em uma sociedade capitalista. A produção e a circulação de mercadorias que formam os pressupostos históricos da luta de classe e também de onde emerge o próprio capital. Na análise de Marx, a mercadoria é, antes de tudo, um objeto ou uma coisa que por meio de suas propriedades satisfazem os desejos e as necessidades humanas.

Para satisfazer os desejos e os sonhos de adquirir bens e acumular riquezas, os indivíduos seguem os comportamentos das formigas que precisam fazer movimentos incessantes, sem conseguir se livrar do ímpeto do fanatismo pelo trabalho. O que diferencia os indivíduos das formigas no movimento incessante no ímpeto de trabalhar é o desejo dos indivíduos de consumir produtos em uma sociedade capitalista.

Ludwig Von Mises, que integrava a chamada *Escola Austríaca de Economia*, é um dos defensores do neoliberalismo econômico. Em sua obra intitulada *A mentalidade anticapitalista*, Von Mises explica como se dá o desejo inconsciente dos indivíduos de consumir bens materiais. Esse desejo se estrutura na promessa quase religiosa fundamentada no mito da produção de riqueza e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores.

Ludwig Von Mises defende ainda que o desejo de consumir uma mercadoria faz parte da satisfação da natureza humana. Por essa razão, os trabalhadores estariam dispostos a serem submetidos às exigências do mercado para satisfazer seus desejos de consumir determinadas mercadorias. Para Von Mises, pela busca de elevar seu padrão de vida, a maior parte das pessoas deprecia o que tem e o que pode adquirir e almeja as coisas que lhe são inacessíveis. Assim diz Ludwig Von Mises:

Manter alguém contente com o que já conseguiu ou pode facilmente conseguir, sem interesse por melhorar suas próprias condições materiais, não é virtude. Tal atitude é muito mais um comportamento animal do que a conduta de seres humanos racionais. A principal característica do homem é

⁵ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

de ele nunca desistir de aumentar seu bem-estar através de atividades intencionais.⁶

A virtude do capitalismo de conduzir o indivíduo na direção do aperfeiçoamento econômico no sentido de acumulação de riquezas para adquirir bens materiais apregoada por Mises leva a alienação. Porque somos levados a vender nossa força de trabalho para consumir determinada mercadoria. Do ponto de vista das relações entre capital e trabalho, a virtude do capitalismo não está em manter os indivíduos estimulados para aumentar o seu bem-estar social. O que se busca é o aumento da produção de mercadoria gerada pela relação social de exploração da força de trabalho pelos donos dos meios de produção.

Assim como a circulação de mercadoria se transforma em capital, a força de trabalho também gera excedente para o capitalista. Ele, por sua vez, a compra no mercado, haja vista que o trabalhador, destituído do modo de produção, vende sua força de trabalho e sua criatividade como mercadorias em troca de um salário que também gera lucro para os proprietários dos meios de produção. Ao fazer uma releitura da obra de Marx, *O Capital*, para pensar a reprodução das relações sociais entre capital e trabalho por meio da circulação de mercadorias produzidas pelos trabalhadores, David Harvey ressalta em sua obra, *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, que:

Uma vez que a força de trabalho e os meios de produção estejam devidamente reunidos sob a supervisão do capitalista, eles são postos para funcionar num processo de trabalho que visa produzir uma mercadoria para venda. É aqui que o valor é produzido pelo trabalho na forma de uma nova mercadoria. O valor é produzido e sustentado por um movimento que vai de coisas (mercadorias) a processos (atividades de trabalho que cristalizam valor nas mercadorias) a coisas (novas mercadorias).⁷

A análise apresentada por Harvey parte do princípio que as relações sociais estabelecidas pelo proletariado em uma sociedade capitalista se desenvolvem de acordo com as competências e com as habilidades criativas construídas por meio do trabalho. E que geram um excedente, submetendo a força de trabalho ao domínio do capitalista. Os estudos de Harvey são inteiramente atuais para pensar as contradições existentes nas relações do homem com a natureza, do homem consigo próprio, com outros homens e com a sociedade.

Harvey oferece um arcabouço teórico e metodológico para compreender historicamente a sociedade que se organiza em torno do capital, ou seja, da propriedade privada, dos meios de produção e do consumo de mercadorias. Ressaltamos também que, mesmo ancorado na teoria de Marx, não devemos analisar os efeitos do capitalismo somente partindo da propriedade privada dos meios de produção. Devemos pensar nos efeitos do sistema capitalista como o resultado das relações sociais constituídas por intermédio do caráter impessoal do capital.

Para buscar outros autores que pensam diferente de David Harvey, vamos trazer, para essa reflexão teórica, o historiador canadense, Moishe Postone. Ele diz em sua obra, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, que temos que pensar na teoria marxista para além das formas de exploração e de dominação de classe. De acordo com Postone, a teoria desenvolvida por Marx está dentro de um contexto histórico da própria crítica à modernidade.

⁶ VON MISES, Ludwig. **A mentalidade anticapitalista**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2013. p. 31.

⁷ HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 22.

A teoria marxista da exploração e da dominação de classe só pode ser compreendida com base na concepção da centralidade do trabalho para a vida social. O autor destaca que: “A modernidade não é um estágio evolutivo para o qual evoluem todas as sociedades, mas uma forma específica de vida social originada na Europa ocidental que se desenvolveu em um complexo sistema global”.⁸

Apesar de não centrar suas análises na exploração da classe trabalhadora e na submissão desta ao poderio econômico da burguesia,⁹ Postone enfatiza que a exploração da força de trabalho deve ser explicada com base nas estruturas que dão sustentabilidade ao capitalismo – a mercadoria e o capital. Nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista, a mercadoria é um objeto, que por meio das suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas.

Isso nos permite compreender que o investimento de capital gera o lucro do mesmo modo que o trabalho gera um excedente aos detentores do modo de produção. Para José Arthur Giannotti, “A relação direta entre trabalho e salário encobre o fato de que esse trabalho deve entrar no sistema como mercadoria e que somente é produtivo de valor sob o comando do capital, na medida em que produz mais valor”.¹⁰

As preposições deixadas por Marx são importantes para investigar as relações de conflitos que surgem em torno do trabalho na sociedade moderna. A abordagem do termo “classe social” como uma categoria analítica tem diferentes significados. Depende, exclusivamente, do contexto social no qual o termo está sendo utilizado, conforme explicou Eric J. Hobsbawm:

Primeiro, ele podia significar aqueles amplos conjuntos humanos que podem ser reunidos sob uma classificação segundo um critério objetivo – por remontarem relações similares com os meios de produção –, e, mais especificamente, os agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal e, como argumentaria Marx, até o triunfo da revolução proletária.¹¹

No entanto, apesar de Marx utilizar o termo “classe social” em contextos distintos, ele não é um termo contraditório. A concepção de “classe social” para Marx está voltada para o triunfo da revolução proletária. E isso ocorreria à medida que a classe trabalhadora começasse a adquirir consciência de si própria como tal. Marcelo Badaró Mattos em sua obra, *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, explica que:

A categoria “classe social” e seus correlatos podem ser empregados nesses dois sentidos quando estudamos a história das sociedades humanas. Afinal, a maior parte das sociedades do passado não se enxergava dividida em classes, mas a dinâmica de seus conflitos sociais pode ser apreendida pelo recurso à

⁸ POSTONE, Moische. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 18.

⁹ Para Franco Berardi, “A burguesia, que corresponde a uma classe territorializada, (a classe do burgo, da cidade) conseguia tanto administrar propriedades físicas quanto medir as relações entre tempo e valor. A financeirização absoluta do capital marca o fim da velha burguesia e abre caminho para a proliferação desterritorializada e rizomática das relações de poder econômico. A velha burguesia já não tem mais poder: foi substituída pela proliferação de uma classe virtual (mais uma poeira social pulverizada e desterritorializada do que um grupo territorializado de pessoas) que em geral se denomina ‘mercado financeiro’”. Ver em: BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 65.

¹⁰ GIANNOTTI, José Arthur. Considerações sobre o método. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69.

¹¹ HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 36.

categoria de classes sociais (e divisão de classes, além, especialmente, de luta de classes). Desde o século XIX, porém, é possível dizer que parcelas expressivas de homens e mulheres que vivem do próprio trabalho passaram a se definir como pertencente a uma mesma classe, distinta de outra (s).¹²

Marx parece que nunca abandonou suas convicções judaicas. Ele havia feito, pois, uma “profecia de fé” na classe proletária, já que ressaltava que essa profecia era o “motor” da história. Na célebre passagem de abertura do *Manifesto comunista*, Marx afirma que: “A história de todas as sociedades que existiram até os dias atuais é a história de luta classes”.¹³

Para Thompson, o fazer da classe trabalhadora acontece porque alguns homens e algumas mulheres compartilham os resultados das suas experiências que foram herdadas ou construídas com base em seus interesses e que se colocaram claramente contrárias aos interesses de homens e mulheres pertencentes a outros grupos.

Desse modo, Thompson ressalta que: “A consciência de classe é uma forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.¹⁴ Pensar as experiências sociais, políticas, culturais e religiosas de homens e mulheres que faziam parte da Pastoral Operária, e dos trabalhadores e das trabalhadoras que estavam presentes em diversos movimentos populares é de suma importância para dialogarmos com esses autores.

Seguindo os passos de Thompson, utilizaremos o conceito de classe como um conceito que contribui para examinar as experiências, as ideias, as ações política, religiosa e social dos integrantes da PO, dos trabalhadores e das trabalhadoras do ABC e de Volta Redonda. Para Thompson, a classe pode ser definida pelo modo como os homens e as mulheres vivem suas próprias histórias e se relacionam com suas instituições.

A formação de uma classe, e consequentemente a consciência de pertencimento dessa classe, se dá dentro de um contexto social e de um período histórico existente. Por essa razão, Thompson vai dizer que: “Nos anos entre 1780 e 1832, os trabalhadores ingleses, em sua maioria, vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores”.¹⁵ Apesar de Thompson está preocupado em compreender as tradições populares vigentes na Inglaterra, durante o século XVIII. O seu trabalho intelectual se torna inteiramente relevante para essa pesquisa, já que por meio dele, podemos compreender a evolução social e histórica da classe trabalhadora a partir da Revolução Industrial e também as consequências desse processo de industrialização para os trabalhadores.

Alexandre Fortes chama a atenção para o cuidado que devemos ter ao trabalhar com o conceito de formação de classe na obra de Thompson. De acordo com Fortes, devemos evitar generalizações descontextualizadas e se ater a duas dimensões básicas para a definição desse conceito. Essas dimensões são de ordem empírica e heurística, conforme podemos observar na explicação de Fortes que diz o seguinte:

No primeiro caso, trata-se de um fenômeno ‘presente na própria evidência’, pois, a partir do século XIX, é possível observar ‘na Inglaterra, França ou Alemanha industrial, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe, etc.’. No segundo, trata-se de abrir uma perspectiva mais ampla em que é possível aplicar o conceito a ‘sociedades anteriores à Revolução

¹² MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 15.

¹³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 09.

¹⁴ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, 1: a árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 10.

¹⁵ *Ibidem*. p. 13.

Industrial’, em que ‘classe não era um conceito acessível dentro do próprio sistema cognitivo das pessoas’.¹⁶

O que leva a sustentar a posição que quando utilizamos o conceito de classe social, não estamos apenas analisando a vida material centrada na burocracia estatal ou da economia liberal da sociedade burguesa que se estruturou por meio do mercado. Quando pensamos nessas duas dimensões (empírica e heurística), estamos buscando conexões para compreender a formação de uma classe social como uma categoria analítica. Mattos diz que:

Como categoria analítica, historiadores e cientistas sociais empregaram o termo “classe social” para se referir a diferentes conformações conflitantes das sociedades no tempo, nas quais os que trabalhavam diretamente e os que viviam sobretudo do excedente produzido pelos primeiros não se reconheciam como classes e não empregavam essa definição.¹⁷

Cabe-nos ressaltar que não estamos trabalhando o conceito de “classe social” como um “axioma fechado” em que as relações sociais se desenvolvem apenas por meio do mercado e da propriedade privada. Mike Savage, sociólogo britânico e especialista em estudos que utilizam o termo “classe social”, ressalta que, a partir da década de 1980, um novo corpo teórico, influenciado pela ascensão do pós-estruturalismo nas ciências sociais, vem sustentando que o conceito de classe é incapaz de tratar da complexidade do modo das pessoas pensarem e agirem socialmente no passado.

No entanto, mesmo diante das limitações colocadas pelas “correntes estruturalistas”,¹⁸ Savage reconhece a relevância do conceito de “formação de classe” para historiadores e sociólogos. Em seu artigo, publicado em 2011, pela *Revista Mundos do Trabalho*, logo no segundo parágrafo, o autor afirma que: “Eu sustento que, convenientemente concebida, a abordagem de ‘formação de classe’ permanece de relevância vigente para historiadores e sociólogos. Entretanto, seria equivocado admitir que não haja problemas”.¹⁹

Embora Savage admita que haja problemas epistemológicos com o conceito de “formação de classe”. Esse conceito é válido para analisar as ações dos agentes da Pastoral Operária como ações protagonistas de emancipação política dos trabalhadores que atuavam presentes em diversos movimentos populares. Quando pensamos no conceito de “formação de classe” como um acontecimento histórico no qual os indivíduos buscam construir uma ação política emancipadora, estamos partindo da concepção de que os indivíduos agem socialmente em um determinado espaço social²⁰.

¹⁶ FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro de 2016.

¹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 16.

¹⁸ Para o historiador, José Carlos Reis, o estruturalismo foi um projeto moderno ou também posto em reexame por uma reflexão dita pós-moderna que tem por objetivo rejeitar a convicção iluminista de que a história é o resultado da razão, do evolucionismo e do progresso. Assim Reis explicita que: “O estruturalismo é pós-moderno porque desconfia do sujeito, da consciência, da Razão; descentra o sujeito e a história, evita a utopia, a teme a ação sem controle, opõe-se ao conhecimento especulativo, pois é metafísico, vinculado e legitimador de poderes ameaçadores; recusa o raciocínio teleológico”. Ver em: REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 72.

¹⁹ SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

²⁰ Michel de Certeau nos adverte que devemos levar em consideração a distinção do termo espaço do termo lugar. Eles são utilizados pelos cientistas sociais como forças metafóricas para descrever códigos e ações narrativas que dão sentidos ao comportamento social de um grupo de indivíduos. Assim explica Certeau:

O espaço social é um lugar por excelência na formação das relações sociais que se estabelecem por meio de uma rede na qual certos grupos estão ligados por seus “*habitus*”, isto é, por seus estilos de vida, de crença e linguagem, formando uma identidade coletiva. Ao abordar o espaço e as redes como um lugar para a “formação de classe”, Mike Savage enfatiza que: “Lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus ‘*habitus*’, seus estilos de vidas, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada”.²¹

Esse conceito nos ajuda a ampliar a análise e o campo de investigação histórica, já que nos possibilita ir para além de uma história institucional da Igreja Católica e do movimento operário. Também acrescenta a importância do espaço e das redes de relacionamentos na formação contínua de uma determinada “classe social”.

O advento da industrialização possibilitou que a cidade se tornasse um espaço social no qual é possível observar a movimentação de pessoas pelas ruas. Dessa forma, essas pessoas vão construindo uma com as outras novas relações sociais. É na cidade que observamos que esses indivíduos são confinados em determinados espaços sociais, principalmente, em torno das fábricas, nas chamadas vilas operárias.

Se de um lado, esse espaço (a cidade) pode ser um lugar no qual a criação da identidade acontece no aspecto coletivo, já que as experiências entre os indivíduos podem ser compartilhadas como forma instrumental e racional para perseguir seus objetivos de classe. De outro lado, com o capitalismo, surge também uma cultura de competição que contribui para que os indivíduos busquem se isolar nos seus próprios “interesses mesquinhos” ou se tornem indiferentes à causa coletiva.

Desse modo, Savage explica que: “Um trabalhador manual perseguindo seu máximo autointeresse não entrará em greve, visto que ele ganhará de qualquer maneira se a greve for bem-sucedida e não terá de despendar qualquer esforço ou perder qualquer pagamento no processo”.²² O crescimento das cidades após a Revolução Industrial contribuiu para lançar os trabalhadores em um “turbilhão caótico” no qual recaem sobre eles todos os ônus da produção de riqueza por meio da expropriação da força de trabalho por parte dos donos do modo de produção capitalista.

Os trabalhadores submetem ao domínio da burguesia porque estão à mercê de um salário que lhes garanta apenas o suficiente para a sobrevivência. E à medida que esses trabalhadores não conseguem elevar suas condições de vidas materiais, eles se desmobilizam politicamente. Os trabalhadores se voltam contra o Estado, porque o Estado seria o responsável por suprir suas necessidades materiais por meio das políticas públicas de inclusão social. A cientista política estadunidense Wendy Brown ressalta que:

Assim, as agendas políticas liberais, as agendas econômicas neoliberais e as agendas culturais cosmopolitas geraram uma crescente experiência de abandono, traição e finalmente raiva por parte dos novos despossuídos, das

“Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto excluída a possibilidade, para as duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”. Ver em: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephaim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 184.

²¹ SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

²² *Ibidem*.

populações da classe trabalhadora e da classe média branca do Primeiro Mundo e do Segundo.²³

Com a ascensão do neoliberalismo, a capacidade de organização dos trabalhadores enfraqueceu em muitos lugares dos países desenvolvidos e em desenvolvimento onde havia uma economia industrializada pujante como o Brasil. Cada vez mais, homens e mulheres estendem suas jornadas de trabalho em até dois empregos para suprir suas necessidades materiais.

O individualismo e a concorrência fazem parte dos princípios norteadores do neoliberalismo. De acordo com essa lógica de mercado, cada indivíduo se vê empresário de si mesmo ou enxerga o outro como concorrente. Logo, o outro passa a ser um potencial inimigo porque ameaça sua vaga de emprego na disputa pela inserção no mercado.

Quando os indivíduos migram para as cidades, eles não possuem qualquer domínio sobre a força de trabalho especializada, o que gera consequências tanto para o desenvolvimento da produtividade quanto para os próprios trabalhadores. Qualquer conjuntura comercial desfavorável pode lançá-los em meio a “um turbilhão” de inseguranças e de incertezas como a perda imediata do emprego, como está ocorrendo atualmente devido à pandemia causada pela COVID-19 (Novo Coronavírus), a redução de salário e de direitos até então concedidos a eles pelos empregadores.

A religião e a política como um conjunto de valores morais que interferem na vida dos indivíduos em sociedade

Religião e política não são da mesma natureza se não adotamos as teses marxistas, e é exatamente por serem distintas que podemos nos interrogar sobre suas relações. Para alguns, não deve haver nenhuma relação: o pensamento liberal considera a religião como uma questão de ordem estritamente privada, e os autores da Lei de Separação se empenharam para que ela voltasse a sê-lo. Se considerarmos que religião e política são distintas, é preciso então pesquisar as mediações que estabeleceriam entre elas relações de interdependência. Da natureza e da amplitude destas decorrerá o interesse que lhes devotará a história do político²⁴

Podemos nos questionar se a religião ainda funciona como um “ópio” que intoxica os indivíduos e os impede de pensar e de agir com clareza sobre a realidade social na qual eles estão inseridos? Se pensarmos em grupos religiosos fundamentalistas, sim. Porque grupos conservadores tendem a intoxicar as massas para que elas possam pensar e agir socialmente em defesa dos interesses dessas correntes religiosas fundamentalistas.

Thompson, que estudou movimentos religiosos conservadores, como o metodismo, já alertava sobre perigo do uso da religião por grupos radicais, visto que a religião pode ser um instrumento poderoso para mascarar a realidade social ou para subjugar os indivíduos com o objetivo de impor determinados interesses. Utilizando de uma linguagem metafórica diz Thompson: “é na sutileza do demônio que lhe permite encontrar aliados entre os próprios companheiros e amigos peregrinos do cristão”.²⁵

²³ BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Filosófica Política, 2019. p. 11.

²⁴ COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 301-363.

²⁵ THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 38.

Thompson chama a atenção para as pregações dos metodistas como forma de adaptar a mensagem do Evangelho ao discurso político da pequena burguesia ou da “classe média” e dos industriais. A “doutrina dos eleitos” tinha um dever específico em relação às almas dos pobres. Inculcar neles as virtudes da obediência e laboriosidade era uma questão importante para o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial daquele período.

O wesleyanismo ortodoxo se transformou em uma doutrina da Igreja Metodista que nasceu de homens pobres que faziam parte de grupos dissidentes, mas que se tornou uma religião que tinha como objetivo a “domesticação” dos pobres para o trabalho como forma de produção de riquezas. John Wesley deu ao metodismo uma organização baseada em uma proporção de disciplina, de doutrina e de emotividade para o trabalho.

A participação dos operários na vida da Igreja era um tanto estimulada quanto estritamente vigiada e disciplinada. A salvação das almas estava submetida a uma conversão de disciplinamento dos corpos que preparava os indivíduos para o mundo do trabalho. Para Thompson, a construção de um reino do Satanás era uma forma de usar o poder da religião para reprimir as energias presentes nas manifestações da vida social dos pobres do século XVIII. Era a forma que o metodismo encontrou de usar a religião para se vingar do espírito humano que estava voltado para o prazer mundano.

Ao mesmo tempo que o metodismo proporcionava aos homens humildes se tornarem líderes de classes e adquirirem uma refinada oratória. Ele também era hostil à investigação intelectual e aos valores artísticos que incutiam nos indivíduos autoconfiança intelectual e os prazeres da vida terrena. O metodismo foi uma base inicial para a organização sindical do final do século XVIII. Mas também, não podemos negar o caráter reacionário presente na “doutrina wesleyanista” que incluía a negação dos desejos da natureza humana.

A religião foi utilizada pelo sistema capitalista para o aumento da produção e para dar aos indivíduos em sociedade um “conforto espiritual” que viria das condições materiais colocadas pelo próprio capitalismo. Ao estudar a ética do protestantismo puritano em sua obra, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Max Weber enfatiza que a análise das relações sociais existentes entre o capitalismo e a religião protestante vai para além da produção voltada para o capitalismo.

Na apresentação desse clássico da sociologia moderna, o sociólogo da Universidade de São Paulo, Antonio Flávio Pierucci, ressalta a importância da obra de Weber para pensar a ética religiosa como uma cultura que surge do próprio sistema capitalista. Weber pensa o capitalismo para além de um sistema econômico que se baseia exclusivamente no modo de produção. O capitalismo é um sistema que “abocanha” tudo, inclusive a religião. O capitalismo se desenvolve como uma religião à medida que cria um “espírito” por meio da sua cultura no qual os corpos dos indivíduos são disciplinados para exercerem o máximo de suas energias para o trabalho.

Essa cultura capitalista passou a ser o estilo de vida de homens e mulheres que passaram a vivenciar, no dia a dia, o advento da modernidade. Diferentemente do catolicismo, o protestantismo se adaptou muito bem a essa cultura capitalista. Portanto, na primeira parte da sua obra, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Weber chama a atenção para o caráter predominante da religião protestante como a religião: “dos proprietários do capital e dos empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas”.²⁶

A participação dos protestantes no desenvolvimento do capitalismo se deu em parte por terem posse de capital e em parte por terem uma educação com o pleno domínio da leitura

²⁶ WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 29.

e da escrita. Ao criticar o tradicionalismo presente na religião, os protestantes contribuíram para o próprio desenvolvimento do capitalismo. A emancipação ante o tradicionalismo econômico aparece para Weber como um momento, excepcionalmente, propício à inclinação a duvidar até mesmo da tradição religiosa e a se rebelar contra as autoridades tradicionais em geral. Recorremos à Sociologia da Religião de Weber para compreendermos que a Reforma Protestante foi primordial para a compreensão do advento do capitalismo que busca uma “ética no trabalho” como forma de reprodução do capital.

Além disso, Weber mostra que a Reforma ofereceu uma ética que se fundamentava na disciplina para o trabalho. A Reforma Protestante não foi capaz de eliminar a dominação eclesiástica das autoridades católicas a respeito da vida em sociedade. A religião é utilizada pelos donos do capital, porque ela possibilita uma forma de dominação que nem sempre é percebida por aqueles que são subjugados ao domínio de outrem. Essa dominação muitas vezes só passa a ser percebida quando há uma regulamentação mais incômoda da conduta de vida dos indivíduos em uma determinada congregação religiosa, inserindo, assim, a dominação em todas as esferas da vida doméstica e pública dos indivíduos em sociedade, conforme destaca Weber:

A dominação do calvinismo, tal como vigorou no século XVI em Genebra e na Escócia, na virada do século XVI para o século XVII em boa parte dos Países Baixos, no século XVII na Nova Inglaterra e por um tempo na própria Inglaterra, seria para nós a forma simplesmente mais insuportável que poderia haver de controle eclesiástico do indivíduo.²⁷

Weber faz uma interpretação da religião protestante como algo que tem, na sua essência revolucionária, o preparo dos religiosos para assumirem importantes cargos na administração dos negócios comerciais, como nas indústrias. Weber explica que os protestantes receberam uma formação educacional que os preparavam para a ocupação dos cargos técnicos que eram reservados ao comércio e à indústria, ou seja, os protestantes eram preparados para o exercício da vida burguesa, diferentemente dos católicos que são preparados para viverem em comunidades²⁸ de redes de solidariedades.

Diferentemente dos protestantes, os católicos não são preparados para o exercício da vida burguesa. Para Weber, essa observação sociológica é importante porque ajuda-nos a compreender sobre a reduzida participação dos católicos entre o operariado qualificado da indústria moderna. De acordo com essa interpretação, os católicos tentem culturalmente se opor às transformações da sociedade moderna, porque são menos inclinados ao racionalismo econômico da sociedade capitalista. Segundo Max Weber: “A razão desse comportamento distinto deve, pois, ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não somente na respectiva situação exterior histórico-político”.²⁹

Quando pensamos no desenvolvimento da sociedade moderna, a religião serviu tanto para impulsionar as trocas comerciais quanto para manter o controle social por meio de um discurso que enfatizava o castigo divino para aqueles que subvertessem a ordem social

²⁷ WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 31.

²⁸ Ferdinand Tönnies explica que: “Tudo o que é confiante, íntimo, vive exclusivamente junto, é compreendido como vida em comunidade. A sociedade é o que é público, é o mundo. Ao contrário, o homem se encontra em comunidade com os seus desde o nascimento, unido a eles no bem como no mal. Ver em: TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideias*. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas e conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Edusp, 1973. p. 97.

²⁹ WEBER, op. cit. p. 34.

estabelecida. A sociedade brasileira também pode ser caracterizada como uma sociedade que se desenvolveu com essa linha tênue entre a religião e a política.

Diante de vários acontecimentos históricos em que a religião interfere na política, podemos começar com o golpe militar de 1964. No entanto, será necessário fazermos um breve apanhado dos acontecimentos políticos e religiosos que antecedem a tomada do poder pelos militares em 1964. Porque a religião católica, na década de 1930, serve como um instrumento político utilizado pelo Estado para disciplinar os trabalhadores com o processo de industrialização de Getúlio Vargas.

A Igreja e o Estado brasileiro: uma breve contextualização dos acontecimentos políticos dos anos de 1930 ao golpe militar de 1964

A Igreja por definição é uma instituição religiosa que se coloca como a “porta-voz” dos sinais transcendentais e temporais. A Igreja é detentora não só do monopólio religioso, mas também projeta seu discurso para fins políticos, buscando assim fortalecer o seu prestígio social. No Brasil, a Igreja adquiriu, ao longo da história do país, um protagonismo religioso, social e político.

A atuação da Igreja Católica brasileira não pode ser entendida como um fenômeno socialmente definido com todos os seus contornos delineados. O envolvimento religioso da Igreja com a sociedade brasileira, assim como a participação política dos católicos, sofreu modificações ao longo do processo de urbanização e de industrialização do país. Para compreender as alianças e os conflitos entre a Igreja e o Estado se faz necessário entender os princípios cristãos que norteiam o catolicismo.

Esses princípios são traduzidos em valores simbólicos e em práticas religiosas disseminadas nas relações sociais entre os indivíduos em sociedade. Ao abordar sobre a influência dos princípios morais do catolicismo junto à sociedade brasileira em busca de independência junto ao Estado, Admar Mendes de Souza explica em sua tese de doutorado que:

Historicamente, pode-se afirmar que esses princípios morais, calcados em valores espirituais e humanos, derivados da compreensão evangélica e das doutrinas teológicas, é o que fundam e sustentam os valores e a mensagem católica em meio à sociedade humana. Ao mesmo tempo, por sua dimensão espiritual, que é apoiada, inicialmente, numa ideia, numa fé transcendental, a Igreja reclama certa independência frente à realidade social.³⁰

As análises sociológicas têm mostrado que ao examinar a atuação religiosa, social e política da Igreja junto à sociedade brasileira deve-se considerar o aspecto institucional e moral. Os efeitos do posicionamento religioso, social e político do prelado se tornam mais relevantes quando imanados da ortodoxia doutrinária e das tomadas de posições vindas do púlpito para os detentores do poder corporativo do Estado.

No decorrer do pontificado de Leão XIII, a Cúria Romana concentrou suas ações no trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e no preparo de uma elite clerical para atuar, em nome dos interesses políticos do Vaticano, em territórios fora da Europa como, por exemplo, na América Latina. Sendo assim, o sociólogo Sergio Miceli ressalta que: “É em meio a esse conjunto de mudanças da posição internacional da Igreja

³⁰ SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica: O movimento sindical do cristianismo da libertação sob vigilância DOPS/SP (1954-1974)**. 2009. 373f. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2009.

Católica que se deve situar o processo de ‘construção institucional’ da organização eclesial no Brasil das primeiras décadas do regime republicano”.³¹

No que diz respeito às relações com a sociedade brasileira, a opção da hierarquia eclesial consistiu em formar uma base política e doutrinária com setores dirigentes da classe política favoráveis às pretensões católicas.³² Em troca, a Igreja oferecia ao Estado um apoio ideológico e religioso para consolidar a nova ordem social e política.

Durante o reinado de Dom Pedro II (1840-1889), a Igreja perdeu influência religiosa, social e política, já que o imperador era o chefe titular da instituição católica no país. O imperador não mantinha um vínculo de fidelidade com a Cúria Romana. Com isso, os seminários ficaram deficitários tanto em termos de qualidade no ensino para formação de futuros padres quanto no atrativo de seguir a carreira sacerdotal. Esse declínio institucional perdurou no Brasil, até as últimas décadas do século XIX, mas já a partir da primeira metade do século XX, líderes eclesial tentaram imprimir um novo rumo à Igreja Católica brasileira.

Por volta de 1916, o arcebispo de Recife e Olinda, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra,³³ já chamava a atenção para a importância da Igreja se aliar ao Estado. Para o

³¹ MICELI, Sergio. **A elite eclesial brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 19.

³²Mainwaring explica que: “O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da recepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira”. Ver em: MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 16.

³³Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu no Espírito Santo do Pinhal (SP), no dia 20 de janeiro de 1882, filho do professor Francisco Furquim Leme e de Ana Câmara da Silveira Cintra. Sebastião Leme realizou os primeiros estudos com sua mãe, que auxiliava também as obras sociais da paróquia local e atendia pessoalmente em sua casa um grande número de necessitados. Em 1894, quando frequentava o Colégio Ávila, fez a primeira comunhão e mostrou-se inclinado ao sacerdócio, sendo incentivado pela mãe e pelo vigário da paróquia. Em setembro do mesmo ano, ingressou no Seminário Menor da Diocese de São Paulo. No seminário, Sebastião Leme destacou-se dos demais alunos por causa da sua habilidade para o aprendizado do latim, chamando a atenção de Dom Joaquim Arcoverde, que era bispo da Diocese de São Paulo, que decidiu enviá-lo para concluir seus estudos na Universidade Gregoriana de Roma, na Itália. Sebastião Leme foi ordenado padre em 28 de outubro de 1904, em cerimônia realizada na capela do Colégio Pio Latino-Americano, e no dia seguinte celebrou sua primeira missa, na basílica das catacumbas de São Pedro. Em seguida, retornou para São Paulo para trabalhar na paróquia de Santo Cecília. Em 1905, deixou o trabalho na paróquia para exercer exclusivamente a atividade de professor de filosofia do Seminário Episcopal de São Paulo. Em seguida, ocupou também a cadeira de teologia. Em 1910, o novo bispo da diocese, Dom Duarte Leopoldo, nomeou-o como vigário geral da Diocese de São Paulo. No dia 4 de junho de 1911, no Colégio Pio Latino-Americano em Roma, Sebastião Leme foi sagrado bispo. De volta ao Brasil, Dom Sebastião Leme atuou como bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em 26 de abril de 1916, o cardeal, Dom André Arcoverde, o nomeou para Arquidiocese de Olinda, vaga por ocasião da morte de Dom Luís de Brito. No dia 24 de fevereiro de 1921, Dom Sebastião Leme recebeu a notícia por intermédio do Monsenhor Henrique Gasparrir de que seria nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. Leme tomou posse em 5 de agosto de 1921. Em 1922, apoiou a iniciativa de Jackson de Figueiredo para a criação do Centro Dom Vital, uma associação civil ligada à Igreja e voltada para o estudo, a discussão e o apostolado da religião. Essa entidade católica se tornou o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro até 1941, quando foi criada a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Em 1925, o presidente Artur Bernardes propôs uma reforma constitucional. Dom Sebastião Leme, apoiado por Jackson de Figueiredo e pelo Centro Dom Vital, iniciou uma campanha em favor da aprovação de duas emendas: a obrigatoriedade da instrução religiosa nas escolas públicas e o reconhecimento da condição privilegiada do catolicismo como ‘religião da maioria’, equivalente à sua transformação em religião oficial do Brasil. Em abril de 1930, no Palácio São Joaquim, o cardeal Dom André Arcoverde veio a falecer, abrindo a possibilidade de Leme ocupar o seu lugar na hierarquia clerical. Sendo assim, o papa Pio XI, o nomeou como cardeal, no dia 2 de julho desse mesmo ano. Durante a década de 1930, Dom Sebastião Leme foi fundamental para estreitar as relações da Igreja com o Estado e também para impulsionar o desenvolvimento da Ação Católica no Brasil. No dia 17 de outubro de 1942, o cardeal Dom Sebastião Leme veio a falecer. Ver em: ABREU, Alzira Alves de, et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 5 v. p. 3087-3091.

arcebispo, o principal objetivo da Igreja, como uma instituição religiosa, era cristianizar as principais instituições sociais como: sindicatos, escolas e associações de bairros. Pelo fato de o Brasil ser considerado, à época, um país majoritariamente constituído por católicos, a Igreja deveria ocupar esses espaços sociais.³⁴

Sendo assim, a Igreja deveria combater as práticas religiosas populares, aumentar o número de padres e trabalhar para a formação de intelectuais católicos que pudessem atuar em estabelecimentos de ensino católicos. Em 1922, Dom Sebastião Leme é transferido para o Rio de Janeiro como arcebispo coadjutor. Essa transferência foi fundamental para por em prática o projeto de retomada do espaço social como o lugar da instrumentação da mensagem religiosa e política da Igreja.

Nesse mesmo ano, ocorreu, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Eucarístico Nacional.³⁵ A data escolhida por Sebastião Leme não foi uma data aleatória. Ela se enquadra dentro do contexto de outros acontecimentos que cercariam tanto os acontecimentos políticos quanto o rumo da intelectualidade católica a partir de 1930. Trata-se da comemoração, pelo Centenário da Independência do Brasil, da fundação do Partido Comunista Brasileiro e da fundação do Centro Dom Vital.³⁶

É importante sinalizar que o período que se inicia, nos anos de 1920 até 1964, com a instauração da ditadura militar, a Igreja estava em busca de uma restauração da mensagem profética, ou seja, engajava-se, incessantemente, na busca de um monopólio do discurso religioso, por isso a sua aliança ao governo de Getúlio Vargas e ao golpe militar de 1964. A

³⁴ Para Jesse Jane Vieira de Sousa, Dom Leme reafirmou a imperativa necessidade de a Igreja brasileira avançar em sua expansão orgânica, ampliando e consolidando seus espaços na sociedade. Ver em: SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 131.

³⁵ A celebração do Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro se deu por ocasião das festas do Centenário da Independência do Brasil. Era uma manifestação de Dom Sebastião Leme como forma de demonstrar a força social do catolicismo. Sendo assim, pela primeira vez, a capital da República acolhia numerosas autoridades vindas de todo o Brasil. Durante o Congresso Eucarístico, clérigos e leigos discursaram enfatizando o poder da Igreja Católica e enaltecendo o valor da fé católica. Artur Cesar Isaia explica que: “A descrição que a imprensa católica fazia dos atos litúrgicos, das concentrações populares organizadas pela Igreja, pelas pessoas, pelos membros da hierarquia, reforçava a identidade de uma instituição que se representava como Congressos Eucarísticos: Cristo Rei celebrado no Brasil, da primeira metade do século XX, capaz de guardar íntima e monopólica familiaridade com Aquele que reinava soberanamente sobre o Brasil. O “Mensageiro do Coração de Jesus”, órgão oficial da organização Apostolado da Oração e que circulava em todo o território nacional, é uma fonte que exemplifica esse projeto de evidenciar a supremacia das “coisas da igreja”, sobre as contingentes instituições e planos humanos. Por exemplo, no Congresso Eucarístico do Centenário da Independência, celebrado no final de setembro de 1922, evidenciou-se a tentativa do clero em dar centralidade ao evento, colocando-o acima das festas cívicas. Ao descrever a procissão do Congresso, o “Mensageiro do Coração de Jesus” frisava que a mesma era um ato público inconfundível com qualquer outro que se resumisse ao aspecto político, cívico ou meramente lúdico. A procissão era descrita como uma colossal manifestação de adoração dos súditos brasileiros ao Divino Rei, por isso mesmo seu esplendor material, seu significado último e a multidão que mobilizara, era em tudo infinitamente superior aos atos públicos que a capital do país presenciara por ocasião mesmo do centenário da independência”. Ver em: ISAIA, Artur Cesar. **Congressos Eucarísticos: Cristo Rei celebrado no Brasil da primeira metade do século XX**. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelgie/IMG/article_PDF/article_a159.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018. p. 3-4.

³⁶ Mônica Kornis define o Centro Dom Vital da seguinte forma: “Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922, no Rio de Janeiro, por Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro. Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesiais, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma ‘nova geração de intelectuais católicos’”. Ver em: KORNIS, Mônica. **Centro Dom Vital**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

partir de 1964, a Igreja Católica Brasileira, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), estava em busca de uma renovação pastoral.

No entanto, devemos levar em consideração que a concretização efetiva de um projeto católico denominado de neocristandade³⁷ que se iniciou em 1916, com Dom Sebastião Leme, atingiu seu apogeu no período entre 1930 e 1945. Nesse período, a Igreja permaneceu politicamente conservadora, opondo-se à secularização, pregando a hierarquização, a obediência e a ordem social. A Igreja Católica, ao longo de sua existência, sempre se colocou como uma forte opositora aos anarquistas, aos comunistas, aos socialistas e muito próxima das classes dominantes.

O discurso moralizador da Igreja vai sendo apropriado por Vargas como um mecanismo disciplinador que normatizava o desempenho do trabalhador no interior da fábrica. As experiências corporificadas pelo discurso católico de obediência à ordem e à hierarquização interferiram diretamente no mundo do trabalho e na relação entre Igreja e Estado. Isso porque a Igreja e o Estado Novo procuravam desenvolver uma estratégia de dominação do operariado por meio de uma conciliação de classes.

Com isso, ambos forjaram um discurso de sacralização da ordem e do trabalho, conforme descrito por Jessie Jane Viera de Souza: “Diante da suposta ameaça que a classe operária representava como alternativa de poder, forjaram um Estado nacional autoritário, fundamentado na sacralização da ordem do trabalho”.³⁸

Essa estratégia de utilizar o catolicismo como forma de dominação do operariado não era uma especificidade do Brasil, era uma tendência que já ocorria na Europa, conforme destaca Vito Ginnotti: “Nas fábricas, os católicos deveriam ser contra as greves programadas pela esquerda. Deveriam apoiar os esforços ‘sinceros’ dos governos, que buscavam ‘melhorar a vida dos trabalhadores’. Afinal, deveriam ter paciência e tolerância”.³⁹

No Brasil, o catolicismo passou a exercer uma influência sobre o movimento operário a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Essa influência do catolicismo sobre o movimento operário já estava ocorrendo nos países europeus. Nesse momento, na Europa, os católicos estavam organizando a Confederação Mundial do Trabalho (CMT).⁴⁰

O principal objetivo da criação da Confederação Mundial do Trabalho era impedir a expansão da esquerda sindical que se fortalecia por intermédio da Federação Sindical Vermelha, ligada aos comunistas de orientação marxista; e da Federação Internacional dos Sindicatos, ligada à socialdemocracia.

³⁷ Riolando Azzi explica que esse projeto católico tinha como objeto recatolizar o país. Era uma restauração católica comandada pela hierarquia clerical brasileira com a colaboração e orientação da Cúria Romana. Ver em: AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja Católica no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes 2008. p.11.

³⁸ SOUSA, Jessie Jane Viera de. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 185.

³⁹ GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. 3. ed. Revista e Ampliada, 2009. p. 104.

⁴⁰ O Dicionário Sindical e do Trabalho descreve a Confederação Mundial do Trabalho como um “movimento sindical mundial” que agrupa mais de 150 organizações, de “trabalhadores autônomos e democráticos” de mais de uma centena de país. Sediada em Bruxelas, na Bélgica, a CMT declara ter uma base de 26 milhões de membros, nos diversos continentes, inclusive África, Europa Central e do Leste. Fundada em 1920 sob o nome de Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC), a CMT é a mais antiga sindical internacional existente, estando sua ação ancorada “nos valores humanistas, solidários, éticos e morais”. Enquanto tal, atesta defender “a plena liberdade de associação, assim como a autonomia e o pluralismo dos sindicatos. Para assegurar uma participação digna dos trabalhadores no processo de produção, a CMT luta por condições de trabalho dentro das quais o homem, e não o lucro, ocupe um lugar central. Por outro lado, ela rejeita toda forma de discriminação e de exploração”. Identifica-se como “independente face aos governos, aos partidos políticos, aos poderes econômicos e às religiões”. Ver em: SANTOS, Ariovaldo. **Dicionário sindical e do trabalho**. Londrina: Eduel, 2014. p. 39-40.

A partir de 1930, para que o operariado brasileiro não fosse influenciado por esses movimentos externos, principalmente, pela esquerda sindical europeia, a Igreja e o Estado passaram a recorrer ao poder das imagens⁴¹ como força discursiva para a autopreservação da obediência e da disciplina do operário do interior da fábrica.

O apelo ao poder das imagens visava criar no imaginário da classe trabalhadora uma ideia de pertencimento aos valores morais difundidos pela Igreja, submetendo-a aos interesses do Estado por meio dos sindicatos oficiais. Quem melhor trabalhou o uso do poder das imagens como uma força discursiva foi Alcir Lenharo em sua obra, *Sacralização da Política*. Lenharo constitui uma das mais instigantes análises a respeito do uso da adoção dos símbolos místicos pelo Estado Novo como forma de dominação da classe trabalhadora.

A partir de 1937, o Estado utilizava esses símbolos como um poder capaz de confeccionar no imaginário social uma definição de uma única temporalidade. Ao aprofundar a abordagem sobre um dos períodos mais significativos da história brasileira, o Estado Novo. Lenharo nos explica que:

O Estado Novo se apresenta como o único sujeito histórico adequado ao país para aquele momento e, ao mesmo tempo, o corretor da sua linha de evolução histórica. Daí a utilização do fato místico da Revolução de 1930, da qual 37 se apresentará como revolução acabada e da qual tomará de empréstimo sua origem mística de fundação.⁴²

Nesse momento, Igreja e Estado estavam buscando forjar um novo conceito de trabalho e de trabalhador em contrapartida ao que já se praticava no mundo urbano e industrial na Europa, durante a Revolução Industrial. Buscar nos símbolos o poder místico como forma de forjar um trabalhador despolitizado, disciplinado e comprometido com a produção fabril.

Sair da análise estritamente institucional do Estado e da Igreja e adentrar na análise do corpo místico é percorrer o caminho que se move no próprio tempo histórico. O sentido mais profundo dessa caminhada é a permanência da própria lógica de que o corpo místico atua como força oculta de uma determinada dominação social. O que significa não excluir da reflexão a relação intrínseca da política com a religião e com poderes da sociedade civil como, por exemplo, os sindicatos.

As ações pastorais do cardeal Sebastião Leme exemplificam a política desenvolvida pelo clero brasileiro, a partir da década de 1930, no sentido de respaldar o governo de Vargas e dar-lhe legitimidade. E dessa forma, receber do Estado apoio político e financeiro para expandir a religião católica junto à sociedade brasileira.

A relação amistosa entre Vargas e Dom Leme possibilitou que este com sua ação religiosa viesse a interferir diretamente na esfera pública. Scott Mainwaring nos explica que: “Amigo pessoal de Vargas, D. Sebastião Leme procurou influenciar nas decisões de causas públicas. Ele obteve a ajuda financeira estatal para amparar as escolas católicas, conseguiu vetar o divórcio e reintegrar a educação religiosa durante o período escolar.”⁴³

⁴¹ Alcir Lenharo explica como o Estado Novo, juntamente com a Igreja, busca no simbolismo do Corpo Místico de Cristo uma instrumentalização do corpo de operário como apto para o trabalho. Para Lenharo, o que mais choca é o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário. Ver em: LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.p. 18.

⁴²Ibidem. p.15.

⁴³MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 48.

Dom Leme acreditava que fosse dever da Igreja catolicizar outras instituições como as escolas para salvaguardar o monopólio do catolicismo no espaço social. A Igreja se colocava simpática ao governo provisório de Getúlio Vargas, fazendo com que muitos católicos o apoiassem indubitavelmente em troca de legitimidade religiosa, o Estado assegurava à Igreja um monopólio em relação ao ensino religioso nas escolas públicas.

Durante os primeiros quinze anos do governo de Getúlio Vargas, a Igreja desenvolveu uma política, socialmente, “afinada” com o Estado. Ambos desempenhavam suas ações no sentido de buscar um equilíbrio, evitando os possíveis conflitos sociais entre a classe trabalhadora e a classe patronal. No entanto, a política trabalhista de Vargas se mostrou inovadora com relação ao período anterior. Mesmo assim, ela passou por várias modificações no sentido de dificultar que a classe operária atuasse livremente, ou seja, o Estado, juntamente com a Igreja, trabalhou para controlar socialmente o operariado urbano. O objetivo era atraí-lo para o interior da burocracia estatal e, assim, manter o controle e o apoio dos trabalhadores.

Esse reencontro da Igreja com o Estado se deu em razão da ACB (Ação Católica Brasileira), movimento da Igreja que teve uma significância para que católicos leigos marcassem presença dentro da burocracia estatal. Não era exclusividade de um projeto católico interno. Essa aproximação da religião com a política nacional era um projeto católico, mais amplo, que já vinha sendo posto em prática pelo Vaticano.

O próprio Tratado de Latrão⁴⁴ firmado em 1929, entre o Papa Pio XI e o ditador italiano, Benito Amilcare Andrea Mussolini, fazia parte dessa política desenvolvida pelo Vaticano. O Tratado em tela encerrou décadas de hostilidades entre a Cúria Romana e o governo italiano. Assim como o cardeal Leme aproximou a Igreja do governo de Getúlio Vargas, o Papa Pio XI aproximou a Cúria Romana do governo de Mussolini.

A aliança entre Pio XI e Mussolini foi crucial para o fortalecimento e para a legitimação do regime fascista. Essa relação intrínseca entre a Igreja Católica e o fascismo na Itália possibilitou que Mussolini instaurasse sua ditadura e se mantivesse no poder, ao passo que a Cúria Romana garantiria sua expansão e seus privilégios, Kertzer explica que:

Para a maioria dos observadores, parecia que um papa agradecido tinha mobilizado a Igreja para a lista de fascistas fiéis ao Duce. Nos bastidores, porém, outra coisa acontecia. O pontífice não queria apenas carimbar as escolhas de Mussolini. Dos milhares de nomes apresentados ao Grande Conselho por várias organizações fascistas e governamentais, dentre os quais seriam escolhidos os quatrocentos candidatos, o papa julgava três quartos insuficientemente católicos. Com a assinatura da concordata, dizia Pio, a Itália passara a ser um “Estado confessional”.⁴⁵

Tanto o regime fascista de Mussolini quanto o do Estado Novo de Vargas trazem, no seu escopo, o autoritarismo e o controle social das classes subalternas. E esses regimes autoritários tinham algo em comum com a Igreja Católica, a cooptação das massas. Ambos não acreditavam na democracia e abominavam o comunismo. Esses regimes autoritários encontraram na Igreja um ator social importante para que os legitimassem e a Igreja encontrou neles a oportunidade para expandir sua supremacia em relação a outras religiões.

Os conflitos entre capital e trabalho que se davam com o processo de industrialização, durante o primeiro governo de Vargas, e eram legitimados pelo discurso católico de

⁴⁴ Para o antropólogo e historiador americano, David I. Kertzer com Tratado de Latrão, a separação entre a Igreja e o Estado, que marcara a Itália moderna desde a sua fundação, sessenta e oito anos antes, tinha chegado ao fim. Uma nova era começara, com a Igreja como parceira solícita do governo fascista de Mussolini. Ver em: KERTZER, David I. **O papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. p. 26.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 142.

harmonização⁴⁶ entre as classes sociais, já que a Igreja era portadora universal dessa harmonia entre as classes burguesa e operária.

Quando estudamos o posicionamento religioso e político da Igreja com os regimes autoritários e com os movimentos sociais, não basta somente descrevermos as posições que se conjugam com os múltiplos elementos da cultura contemporânea e com a elaboração da tradição católica, como o trato das questões sociais com o Estado. É preciso reconhecer a importância do discurso teológico da Igreja como uma força representativa de ideias que fundamentam a legitimidade postulada para os movimentos sociais, para o Estado e para a própria Igreja. Sendo assim, Scott Mainwring explica que:

A concepção de Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou que desenvolva uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso.⁴⁷

No Brasil, integrantes da Ação Católica tiveram uma atuação relevante no meio católico e na política brasileira durante várias décadas. Inclusive na Itália, a Ação Católica era vista por Mussolini como um movimento que concorreria no campo político e social com o próprio Estado, conforme descreve Kertzer nessa passagem:

O grande obstáculo costumava ser a atitude ferozmente protetora do papa com a Ação Católica. Mussolini nunca se sentiria à vontade com um grupo que ele mesmo não controlasse. Como uma organização de filiação aberta para as massas sobre a qual ele não tinha autoridade, a Ação Católica lhe despertava suspeitas constantes. Ele tinha certeza de que remanescentes do Partido Popular encontravam guarida nesse movimento.⁴⁸

Ao abordar como a Ação Católica brasileira ramificou-se para diversos outros movimentos sociais, Ney de Souza nos explica que: “A Ação Católica teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e ainda estimular a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã”.⁴⁹

A política de organização e de burocratização da sociedade brasileira e da Igreja, nos anos 1930, mais especificamente com o Estado Novo, foi uma política de centralização de um poder simbólico metaforizado corpo místico⁵⁰ do Estado. Trata-se da construção do corpo

⁴⁶ A atividade de assistência social ligada ao formalismo das manifestações religiosas serviu como mecanismo de dominação das classes subalternas, e em defesa das elites políticas do país. Esse assistencialismo católico foi reduzido com o protagonismo dos movimentos católicos progressistas dos anos de 1960. Márcio Moreira Alves explica que: “Os setores populares foram abandonados do ponto de vista religioso e promocional. A presença da Igreja entre eles passou a ser quase que apenas uma obra de filantropia. A vasta rede da assistência social que organizou exerceu e exerce funções que lhe são delegadas pela elite governamental”. Ver em: ALVEZ, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 40.

⁴⁷ MAINWRING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 44.

⁴⁸ KERTZER, David I. **O papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. p. 126 - 127.

⁴⁹ SOUZA, Ney de. **Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites**. In: A Revista de Cultura Teológica. Programa de Estudos Pós Graduação em Teologia da PUC/SP, V. 14. n. 55, p. 39-59, Abr./Jun./2006.

⁵⁰ A sacralização da política como uma doutrina do Corpo Místico de Cristo visava dotar o Estado de uma legitimidade ancorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Ver em: LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 18.

místico de Cristo, que, simbolicamente, sinalizava o caminho o qual tencionava entre o sagrado e o secular. Essa dimensão mística da Igreja possibilitou a instrumentalização de uma narrativa do Estado Novo de mistificar os eventos políticos do “regime fascizante” de Getúlio Vargas. A separação entre a Igreja e o Estado, conjugado com o processo de modernização da instituição, não implicou em nenhuma transformação na base social da Igreja, já que ela continuou próxima da classe dominante urbana e inteiramente ligada à oligarquia rural.

Antes de focarmos nas alianças, nas tensões e nos conflitos que envolvem parte da hierarquia da Igreja Católica brasileira e os militares que chegam poder, em 31 de março de 1964, com o golpe de Estado. Faremos uma análise das transformações econômica e política do país nesse período de ascensão de movimentos católicos que atuavam politicamente ao lado dos movimentos sociais que contestavam a ditadura militar em vigência no país.

Esse é um período da história brasileira que se verifica transformações em setores estruturais do país como, por exemplo, as aceleradas modificações sociais entre o campo e a cidade. Obviamente, devemos levar em consideração modificações que ocorreram no Brasil, nos anos antecedentes ao golpe militar. Com a industrialização que se inicia a partir a década 1930, potencializaram-se as bases para a indústria pesada.

Foram criadas empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Alcalis (1943), e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Esse período da industrialização brasileira foi importante para o país, porque possibilitou a substituição de máquinas e de produtos importados por outros que poderiam ser feitos aqui no Brasil. Com a expansão da industrialização e da urbanização, as diferentes classes sociais passaram a disputar o poder político.

Em 1954, Getúlio Vargas já havia sido obrigado a demitir o seu Ministro do Trabalho, João Belchior Marques Goulart, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A União Democrática Nacional (UDN), partido político considerado conservador, forçou Vargas a demitir o ministro por conceder 100% de aumento de salário mínimo aos trabalhadores. A imagem de João Goulart era de um ministro que saía do governo porque havia concedido benefício aos trabalhadores. E Getúlio Vargas, na esperança de acalmar os ânimos das Forças Armadas, nomeou para o Ministério da Guerra o general Zenóbio da Costa, um implacável adversário do comunismo. No entanto, isso não foi o suficiente para diminuir a pressão política sobre seu governo.

A oposição só precisaria de um acontecimento traumático para legitimar a deposição de Vargas com o apoio das Forças Armadas. Esse episódio veio com o atentado contra o líder da oposição, Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954, articulado pelo chefe da guarda presidencial. Esse plano desastroso culminou com a morte do major da Aeronáutica, Rubens Vaz, contribuindo, assim, para colocar a Aeronáutica em um clima de rebelião contra Vargas e seu governo.

O atentado ganhou uma conotação política, e o movimento pela renúncia de Vargas teve grandes proporções. O presidente ainda tentou resistir às pressões. Mas no dia 23 de agosto, ficou evidenciado que Vargas não contava mais com o apoio das Forças Armadas. Houve um manifesto assinado por um grupo de generais do Exército que pediam a imediata renúncia do presidente. Diante dessa pressão política, o presidente acabou se suicidando no dia 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Acreditava-se que a partir desse episódio, abriria caminho para a chegada da direita ao poder. Mas o efeito foi o contrário.

Na chamada “carta-testamento”, Vargas se apresentava como vítima das forças impopulares. A carga dramática do episódio foi capaz de arrebatou um grande número de pessoas. Nesse sentido, Boris Fausto nos explica que: “A massa urbana saiu às ruas, em todas

as grandes cidades, atingindo os alvos mais expressivos de seu ódio, como jornais da oposição e a representação diplomática dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro”.⁵¹

Por hora, a pretensão de um golpe que se cogitava contra Getúlio Vargas foi adiado por causa das amplas manifestações populares. O vice-presidente Café Filho foi empossado, vinculou-se aos grupos conservadores como a UDN e assegurou que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955. Assim que foi empossado, Café Filho passou a combater a candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, político que havia sido governador pelo Estado de Minas Gerais.

A coligação Partido Social Democrata (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) elege Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice-presidente respectivamente, em 3 de outubro de 1955. O grupo político que havia forçado a deposição de Vargas, e que acabou culminando no seu suicídio, somou todos os esforços para impedir a posse de Juscelino por sua aproximação com Getúlio, conforme explica Daniel Aarão Reis Filho:

Quando assumira a Presidência, em 1956, as oposições não tinham dúvida: JK era um homem de Getúlio Vargas, a quem eles haviam deposto em agosto de 1954. O fanatismo do grande líder, cujo suicídio imaginavam ter enterrado a tradição nacional-estadista, condenada, segundo elas, pela história, voltava, transmutado no sorridente líder do PSD de Minas Gerais. Fizeram, em consequência, o possível e o impossível para impedir sua candidatura e posse.⁵²

Depois de uma série de medidas excepcionais e de um princípio de golpe militar, Juscelino e Jango tomaram posse em 31 de janeiro de 1956. No entanto, se comparado com o período que antecedeu o suicídio de Vargas, o governo de JK foi de estabilidade política, de crescimento econômico e de otimismo com a construção de Brasília. Com o governo de JK, a ideia do desenvolvimentismo se tornou uma bandeira política.

Setores mais progressistas do episcopado e do clero aderiram a essa ideia com mais otimismo, uma vez que poderia contribuir para diminuir as históricas distorções sociais existentes no Brasil. Ao passo que os conservadores consideravam que esse otimismo poderia levar a um reformismo que abriria espaço para as ideias socialistas.

Em meados de 1956, os bispos do Nordeste se reuniram, em Campina Grande, na Paraíba, para assumir um posicionamento em favor das mudanças socioeconômicas anunciadas por Juscelino Kubitschek. Nesse encontro, os bispos procuram se afastar das elites agrárias nordestinas e se colocaram a favor da justiça social. Sobre o documento que foi elaborado pelos bispos nesse encontro, Riolando Azzi explica que:

O documento chega mesmo a negar a tradicional convivência do clero com a classe senhorial, já evidenciada em diversos estudos, desvinculando a instituição eclesiástica de qualquer responsabilidade sobre as consequências dessa aliança com o poder político: ‘A Igreja se proclama sem nenhuma vinculação com as situações injustas, e se coloca ao lado dos injustiçados’.⁵³

Essa mudança no posicionamento da Igreja merece ser levada em consideração porque abre um novo horizonte para a atividade pastoral, principalmente, para as pastorais sociais. Isso mostra que mudanças na política nacional também ajudaram a estimular as mudanças no

⁵¹ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. São Paulo: USP, 2012. p. 231.

⁵² FILHO. Daniel Aarão Reis. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 26 -27.

⁵³ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja Católica no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes 2008.p. 360.

interior da Igreja. Com um horizonte político cada vez mais democrático, a igreja também se sentiu encorajada a tornar-se mais democrática, seja nas relações internas como nas atividades pastorais, seja na orientação política e social como no engajamento dos movimentos populares.

A colaboração da Igreja no Nordeste com o projeto desenvolvimentista do governo de JK trouxe um clima de renovação para o pensamento social católico. Criando, assim, uma maior sensibilidade da hierarquia eclesiástica com a população marginalizada e excluída socialmente. O que abriu um espaço dentro da Igreja para que líderes do laicato engajados em pastorais sociais assumissem um posicionamento na luta pela transformação social e política do país.

Diversas lideranças pastorais se identificaram com as ideologias socialistas. Sob a pressão dos leigos mais atuantes na esfera política e social, a atitude do episcopado brasileiro sofreu uma evolução política significativa a respeito da importância da justiça social para todos os brasileiros. Porque à medida que se aliava ao Estado desenvolvimentista de JK, a Igreja podia experimentar uma aproximação com os movimentos sociais.

O período que vai do final da década de 1950 ao início dos anos de 1960 pode ser considerado um período de efervescência dos movimentos populares no Brasil. Para Scott Mainwaring: “Esses movimentos afetaram muitos líderes da Igreja, tanto por chamarem a atenção para a importância de se dar apoio às reformas, quanto por criarem, no caso dos conservadores, uma conscientização do rápido crescimento da esquerda”.⁵⁴

Outra questão que deve ser levada em consideração é que nesse período houve o crescimento da polarização dentro da Igreja. Com esse crescimento, a hierarquia mais conservadora da Igreja aproveitou para se mobilizar dentro do campo institucional e atingir seus objetivos. Por meio da Associação de Educação Católica (AEC), a Igreja atuou nacionalmente acompanhando cada ponto da elaboração da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional de 1961. Nesse sentido Renato Cancian explica que:

Após alguns anos de discussões e muitos debates, a Igreja finalmente saiu vitoriosa, pois a Lei de 1961 garantiu a continuidade das subvenções estatais às escolas, universidades e faculdades católicas como também ao sistema de ensino particular como um todo, que, em termos de benefícios e prioridades, foi equiparado ao sistema escolar público.⁵⁵

Fora do campo da política institucional, setores progressistas da Igreja se envolveram com movimentos sociais com a finalidade de alterar as condições sociais das classes populares. Sendo assim, passaram a questionar as estruturas sociais arcaicas que mantinham uma parcela significativa da população brasileira em condições de pobreza.

Essa mudança pode ser exemplificada por meio das inovações da educação popular no campo. O Movimento de Educação de Base (MEB), o trabalho de Paulo Freire e os Centros de Cultura Popular estimularam reflexões acerca do papel desempenhado pelas massas na sociedade. Esses movimentos de conscientização política constituídos por leigos contribuíram para criar um ambiente de questionamento da realidade social e política em que viviam, encorajando-os a lutar para transformação social das classes populares.

O MEB atuava, desde 1961, em estados como: Sergipe, Maranhão e Bahia. E havia também assessores nos estados de Goiás e de Minas Gerais. Até 1963, o MEB fundou aproximadamente cinco sindicatos no estado do Maranhão. Atuou também na preparação das lideranças locais. Os partidários do golpe, que haviam forçado a renúncia de Vargas e

⁵⁴ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 64.

⁵⁵ CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011. p. 30.

impedido a posse de JK, teria que avançar para impedir a implantação de uma “república sindicalista” e o avanço do comunismo no Brasil. Com isso, o presidente tratou de atender aos interesses da corporação militar mantendo o movimento sindical sob o controle tanto quanto possível.

Outra questão que deve ser levada em consideração por essa pesquisa é que foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que se priorizou a indústria automobilística. As grandes montadoras de automóveis como a *Ford*, a *Volkswagen* e a *General Motors*, instalaram-se no ABC Paulista, gerando assim uma grande concentração de operários nessa região da Grande São Paulo, modificando as características locais.

Como o movimento sindical estava sob o controle do governo de JK, lideranças sindicais de diferentes tendências ideológicas começaram a perceber as dificuldades de se articularem dentro da burocracia sindical, então elas passaram a atuar paralelamente à estrutura oficial. Para Boris Fausto:

Ao mesmo tempo que constituíram organizações paralelas, os dirigentes sindicais trataram de politizar os sindicatos. Isto significava que eles deveriam apoiar a corrente nacionalista e as propostas das reformas sociais – as chamadas reformas de base -, entre as quais se incluía a reforma agrária.⁵⁶

Nas eleições de outubro de 1960, Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos, presidente da República e vice-presidente respectivamente, na chapa composta com o general Henrique Teixeira Lott. No entanto, com menos de sete meses na Presidência da República, Jânio Quadros renunciou ao cargo. Com a renúncia do presidente, o Brasil vivenciaria uma crise política.

De acordo com os princípios constitucionais, o vice-presidente deveria assumir de imediato. No entanto, a posse de João Goulart foi impedida por causa da iniciativa de setores militares que enxergavam nele um representante da “república sindicalista”. Para esses militares, João Goulart poderia contribuir politicamente para que os comunistas chegassem ao poder. E para dar mais simbolismo a esse “alarde” em torno do comunismo, o vice-presidente se encontrava fora do país, em uma visita à China comunista.

Diante dos impasses em torno da posse de João Goulart, o Congresso Nacional encontrou uma solução, propondo uma mudança no regime político. Passando, assim, o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista, o que possibilitou a posse de João Goulart em sete de setembro de 1961. Esse era um instrumento emergencial que deveria ser utilizado somente para resolver a crise política que se criou em torno da renúncia repentina de Jânio Quadro.

Ao iniciar seu governo, João Goulart se deparou com o avanço dos movimentos sociais urbanos e com o surgimento de novos setores que até então estavam esquecidos como, por exemplo, os movimentos organizados no campo. Esses movimentos começaram a se mobilizar em torno de uma política voltada para a reforma agrária.

O país passou por uma significativa transformação com o crescimento urbano e com a rápida industrialização. A política desenvolvimentista conduzida por Juscelino Kubitschek levou a uma alteração no uso e na posse da terra. Nesse sentido, Boris Fausto explica: “A terra passou a ser mais rentável do que no passado e os proprietários trataram de expulsar antigos posseiros ou agravaram suas condições de trabalho. Isso provocou forte descontentamento entre a população rural”.⁵⁷

O descontentamento da população rural se fortaleceu também com a aproximação entre o mundo rural e o mundo urbano. Houve uma tomada de consciência da situação de

⁵⁶FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. São Paulo: USP, 2012.p. 238.

⁵⁷Ibidem. p. 244.

extrema submissão em que viviam os trabalhadores do campo. O movimento Ligas Camponesas pode ter sido o movimento de maior expressão, tendo à sua frente uma figura da classe média urbana, o pernambucano Francisco Julião.

Julião buscou dar às Ligas uma organização centralizada e com núcleos nos centros urbanos. Ele acreditava que seria uma estratégia de resistência trazer o núcleo das Ligas para os grandes centros urbanos porque eram nas cidades que se encontravam os grupos aliados dos camponeses, como operários, estudantes universitários, intelectuais e grupos progressistas da Igreja. A partir da década de 1950 até os anos de 1960, a Igreja começou a experimentar uma mudança de comportamento, pois muitos de seus integrantes começaram a se preocupar com os movimentos populares de várias regiões do país, principalmente, do Nordeste.

O que não significa afirmar que o receio do anticomunismo havia desaparecido no interior da Igreja. No entanto, tanto os setores conservadores quanto os setores progressistas reconheciam os males do capitalismo. Aliás, essa era uma questão que unificava os discursos de conservadores e progressistas. Porque ambos acreditavam que o comunismo era o mal que descendia da própria estrutura de desigualdade gerada pelo capitalismo.

Depois de 1961, o país passou a vivenciar uma intensa polarização política que vai culminar no golpe militar de 1964. A reação contra os movimentos sociais começou a crescer entre os militares, os setores conservadores da Igreja, da classe média e empresarial. Esses grupos conservadores que se tornaram mais visíveis em suas atuações nos anos que antecederam ao golpe militar procuravam desmoralizar o governo de João Goulart com a premissa da estagnação econômica, da desordem social, do crescimento da esquerda e do comunismo no país, o que veremos no primeiro capítulo.

CAPÍTULO I

A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR: ALIANÇAS E RUPTURAS

A presença da Igreja na política brasileira tem sido marcante. Essa presença vinculada ao Estado e às classes dominantes, até 1964, entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas de governo militar.⁵⁸

No primeiro capítulo, faremos uma análise sobre as relações institucionais entre a Igreja Católica e a ditadura militar. Conforme dissertamos ao longo dessa pesquisa, religião e política estão presentes no cotidiano de uma parcela significativa da sociedade brasileira, sendo disseminadas nas instituições públicas e privadas, como no Estado e na família. No decorrer desse capítulo, retomaremos o debate levantado no tópico anterior, ou seja, que as mudanças ocorridas, nos anos finais da década de 1950 e no início da década de 1960, tanto no Vaticano quanto no Brasil, modificaram as relações da Igreja com o Estado.

1.1 As transformações da Igreja no âmbito internacional e da política brasileira nos anos que antecederam o golpe militar de 1964

O Papa Pio XII, que era considerado um conservador, falece em 1958. A partir desse acontecimento, quem assume o pontificado é João XXIII. Este promove reformas importantes na Cúria Romana, fazendo com que a Igreja entrasse em sintonia com o mundo secularizado. Suas Encíclicas, *Mater et Magistra*, publicada em 15 de maio de 1961, e *aPacem in Terris*, publicada em 11 de abril de 1963, modificaram o pensamento social católico. Esses documentos papais traziam uma nova concepção de Igreja. A instituição católica começou a experimentar uma mudança interna, uma vez que grande parte de seus integrantes começaram a se preocupar com as classes inferiores dos países industrializados.

Para João XXIII, as desigualdades se manifestam no interior dos países industrializados porque esses países avançam no desenvolvimento, marginalizando alguns setores da economia, especialmente, o setor da agricultura. O Papa estava se referindo à população que migrava do campo em direção aos centros urbanos:

Deve-se a múltiplas outras razões, como a vontade de fugir de um ambiente considerado fechado e sem futuro; a sede de novidades e de aventuras, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento rápido; a miragem de uma vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos.⁵⁹

A *Mater et Magistra* pretendia oferecer uma visão global da atividade econômica, partindo dos países de economia avançada. E isso tinha uma dupla exigência vinculada ao trabalho – a remuneração e a participação dos cristãos no mundo do trabalho. A primeira estava vinculada à distribuição de renda; e a segunda, à distribuição do poder. Por isso, João

⁵⁸ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 09.

⁵⁹ João XXIII. *Carta encíclica Mater et Magistra*. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em: 01 jun. 2018.

XXIII enfatizava a importância de um salário que permitisse ao trabalhador uma condição mínima para manter a sua própria subsistência e a de sua família.

A Igreja buscava impedir que esses trabalhadores migrassem do campo para os centros urbanos. Quando não era possível conter essa migração, o Papa enfatizava a importância de os trabalhadores se associarem em organizações católicas como estratégia da Igreja de impedi-los de terem contato com o comunismo. No entanto, apesar de João XXIII ser considerado responsável pela renovação do pensamento social católico, ele era contrário a politização de classe operária com base no princípio revolucionário.

Pode-se considerar a *Mater et Magistra* um documento de transição de um catolicismo que resistia à politização; para um catolicismo, mais engajado socialmente. O engajamento social dos católicos não tinha uma ação política que exigisse uma transformação radical da sociedade capitalista, transformando-a em uma sociedade socialista. Portanto, a *Mater et Magistra* trata-se de uma encíclica que inaugura uma nova fase da Igreja somente no que se refere à Doutrina Social.

Ao passar a terrível experiência da Segunda Guerra Mundial, a Igreja comemorou as altas taxas de desenvolvimento econômico, combinadas com um notável aumento do bem-estar social. Essa visão liberal da Igreja, na economia, estava ancorada na concepção de que um aumento na qualidade de vida dos trabalhadores poderia felicitar o consumo de bens e de serviços.

O que poderia contribuir para afastá-los das correntes teóricas marxistas, conforme ressaltou Ildefonso Camacho Laraña: “Fala-se, assim, de “consumo de massas”, um fenômeno característico das sociedades desenvolvidas, cuja consequência é a progressiva diminuição das diferenças entre as classes sociais e a homogeneização dos costumes e das normas de comportamento”.⁶⁰

Para a Igreja, os Estados Modernos contam com um sofisticado sistema fiscal que lhes garante maior arrecadação para arcar com as crescentes demandas sociais. Os Estados devem cumprir uma função redistributiva da riqueza produzida pela própria classe trabalhadora. A Igreja, nesse momento, estava se colocando contra a ideia de luta de classe à medida que trabalhava para a acomodação das diferentes classes sociais.

A *Mater et Magistra* passa a ideia de que aqueles que são excluídos da sociedade capitalista deveriam ter acesso aos bens de consumo. E à medida que tivessem as suas necessidades básicas atendidas ou cobertas pelos Estados, eles não se revoltariam contra o capitalismo. Os conflitos entre capital e trabalho se dissolveriam na própria reprodução do capitalismo. Para isso, o poder público deveria aplicar parte dos recursos fiscais em determinados setores da economia; e parte, na cobertura das necessidades básicas da população menos favorecida economicamente. Para muitos católicos, além de lucrar com a exploração da força de trabalho, os homens de negócios lucravam indiscriminadamente com a exploração dos recursos naturais.

Soma-se a esses fatores a crescente influência dos ideais revolucionários da esquerda nos movimentos católicos europeus. As experiências revolucionárias da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) passavam a ser um ideal de conscientização política de movimentos católicos. A partir desse momento, iniciou-se, no interior da Igreja, um debate acerca da exploração do capitalismo em relação à força de trabalho, da equidade social e da elaboração de um pensamento social católico comprometido com a construção da dignidade da pessoa humana.

Ao passar a Segunda Guerra Mundial, com a aprovação da DUDH (declaração Universal dos Direitos Humanos) pela ONU (Organização das Nações Unidas), em dezembro

⁶⁰ LARAÑA, Ildefonso Camacho. **Doutrina Social da Igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995. p. 184.

de 1948, e com os riscos e as ameaças, considerando o contexto político da Guerra Fria, João XXIII apresenta aos católicos, no intervalo de dois anos que separa a *Mater et magistra*, uma nova encíclica, a *Pacem in Terris*. Nesse período, emergem com todas as forças e aspirações movimentos religiosos que desejam aplicar a Declaração Universal dos Direitos Humanos aos problemas sociais derivados do capitalismo. Além disso, outro fator histórico que devemos levar em consideração, nesse mesmo período, é que o mundo estava dividido em dois blocos por ocasião da Guerra Fria.

EUA (Estados Unidos da América) e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) disputavam áreas de influências econômicas e políticas. Diante da corrida armamentista entre EUA e URSS, o Papa João XXIII publica a *Pacem in Terris* em abril de 1963. Nela, ele busca estabelecer relações de convivência pacífica entre os indivíduos. Essas relações de convivência se estabeleceriam em quatro princípios: na verdade, na justiça, no amor (solidariedade) e na liberdade.

Esses princípios, na visão do Papa João XXIII, fundamentariam o bem comum como um valor universal. Nesse documento pontifício, a Igreja traz, para o centro do debate, a questão dos direitos individuais e sociais em oposição a todas as formas autoritárias de governo, tanto de direita quanto de esquerda.

Para João XXIII, a dignidade da pessoa humana passava pelos direitos humanos, pelos direitos à existência e aos bens necessários aos trabalhadores. Para assegurar a paz, seria necessário também assegurar os direitos civis, políticos, sociais e econômicos aos homens e às mulheres. Voltar nossa atenção para a encíclica é importante, uma vez que ela avança na análise da sociedade capitalista com a elevação da classe trabalhadora, com o acesso da mulher ao mercado de trabalho e com a emancipação dos povos.

Tanto a *Mater et Magistra* quanto a *Pacem in Terris* são documentos que orientam os católicos a lutar pelos direitos da pessoa humana e a atuar na estrutura social e política, promovendo esses direitos. O Frei dominicano, Carlos Josaphat, fala sobre a importância das duas encíclicas para a formação do pensamento social católico e explica que:

As duas encíclicas de João XXIII tiveram muita repercussão entre os movimentos populares, estudantis e boa parte da opinião pública. Eles se mobilizaram em torno do que, nos anos 1960, se chamavam as “reformas de base”, apoiando-se no ensino social da Igreja.⁶¹

Ambas as encíclicas desenvolveram uma nova concepção do pensamento social e político da Igreja à medida que João XXIII buscou uma sintonia com o mundo secular moderno. Essa aproximação da Igreja com a modernidade, ou seja, com uma sociedade cada vez mais secularizada, contribuiu, em certa medida, para a realização do Concílio Vaticano II em 1962. Quando o Papa João XXIII veio a falecer em junho 1963, o Paulo VI assumiu o papado, dando continuidade ao processo de renovação da Igreja. Essa renovação foi interrompida com a sua morte em 1978. A partir desse momento, temos a ascensão dos conservadores na Cúria Romana por intermédio do pontificado de Karol Józef Wojtyła, o Papa João Paulo II.

O Vaticano II marcou um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano, tanto para os críticos quanto para os partidários. O Concílio permitiu uma maior ampliação da missão social da Igreja, enfatizando a importância do laicato dentro da instituição católica e delegando a co-responsabilidade entre o Papa, os bispos, os padres e os leigos dentro da Igreja. Além disso, o Vaticano II valorizou o diálogo ecumênico com outras

⁶¹ JOSAPHAT, Frei Carlos. “**Pacem in Terris**”. Os 56 anos de uma encíclica e a dimensão social do Evangelho. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/519545-a-enciclica-pacem-in-terris-como-a-dimensao-social-do-reino-de-deus-entrevista-especial-com-frei-carlos-josaphat>>. Acesso em: 12 set. 2019.

religiões cristãs e modificou a liturgia, tornando-a mais acessível às camadas populares. No entanto, mesmo sendo considerado um acontecimento importante no sentido de renovação da Igreja, o concílio manteve o caráter hierárquico.

O Vaticano continuou exercendo uma profunda autoridade sobre as Igrejas nacionais, sobre os movimentos leigos e sobre a teologia que ora era persuadida, ora era submetida a uma coerção, como foi o caso da Teologia da Libertação no Continente Latino-Americano e, conseqüentemente, no Brasil. Nesse sentido Scott Mainwaring explica que:

O Vaticano II era um evento europeu, dominado por bispos e teólogos europeus e dirigido principalmente à Igreja europeia. Curiosamente, no entanto, as reformas do Concílio conduziram as mudanças que foram mais significativas em alguns países da América Latina do que na própria Europa. Maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior co-responsabilidade dentro da Igreja e reações de maior proximidade entre o clero e o povo exigiam na América Latina mudança maior do que na Europa.⁶²

O impacto das inovações do Concílio Vaticano II, na América Latina, se deu por diversas razões. Entre as quais estão as crescentes desigualdades sociais, a repressão aos movimentos sociais e a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria. No Brasil, sete meses antes da solenidade de abertura do Vaticano II, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) realizou sua V Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Nessa época, D. Hélder Câmara, bispo considerado renovador, ocupava duas funções de destaque dentro do episcopado brasileiro: secretário-geral da CNBB e assistente nacional da Ação Católica. Sob a liderança de D. Hélder, os bispos do Brasil iniciaram um trabalho de renovação pastoral. A Igreja passava por uma renovação pastoral na qual o clero buscava desenvolver um trabalho comunitário pautado por uma ação social. Scott Mainwaring evidencia que:

Entre 1950 e 1964, os problemas agrários passaram a ocupar o primeiro plano na política brasileira, em grande parte porque o fortalecimento dos movimentos camponeses gerou conflitos e politizou as más condições dos setores mais carentes da população brasileira. A preocupação da Igreja com a questão rural é relativamente antiga: os primeiros impulsos reformistas da Igreja se deram no campo.⁶³

Os anos que antecedem ao golpe militar de 1964 podem ser considerados como um período em que o Brasil passa por uma curta experiência democrática. Essa participação ativa da sociedade, nos aspectos político do país, encorajou os movimentos populares a lutar para conquistar seus espaços na esfera política do país.

Esses movimentos acabaram influenciando lideranças católicas tanto por chamarem a atenção para a importância das Reformas de Base quanto por uma tentativa, por parte dos conservadores, de impedir que católicos fossem cooptados por partidos e movimentos políticos de esquerda. A Revolução Cubana causou impacto na Igreja. Para os católicos conservadores, ela era uma ameaça constante do avanço do comunismo no Continente Latino-Americano. Para os progressistas, os eventos políticos em Cuba eram importantes para criar

⁶² MAINWARING, Scott. Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004. p.

63.

⁶³ Ibidem. p. 72.

uma consciência de que havia uma possibilidade de transformação do *status quo* em toda a América Latina.

Toda essa situação de acirramento político foi se agravando com as medidas anunciadas por João Goulart em relação às chamadas Reformas de Base. Além disso, o protagonismo dos movimentos grevistas, tanto da iniciativa privada quanto do funcionalismo público, foi motivo de preocupação por parte da classe empresarial. A ESG (Escola Superior de Guerra), fundada em 1949, desenvolvia uma intensa propaganda de combate ao inimigo interno que seria o comunismo. Para René Armand Dreifuss:

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas.⁶⁴

Recorrer à obra de René Armand Dreifuss será importante para compreender como foi possível que diferentes grupos constituídos por civis se unissem aos militares para desestabilizar o governo de João Goulart, democraticamente eleito, e implementar uma ditadura militar, que durou vinte e um anos. Para Dreifuss, a estratégia para desestabilizar o governo popular de João Goulart se deu por meio de uma ação coordenada por uma elite orgânica – formada por militares, empresários brasileiros, intelectuais e representantes de interesses multinacionais.

Assim, tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamentos em administração pública e empresariais na Escola Superior de Guerra. A disciplina e a visão militar eram levadas para dentro das empresas, uma vez que compartilhando a ideologia de segurança nacional, os empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes básicos do próprio desenvolvimento da industrialização e reprodução do capitalismo no mundo do trabalho.

Além do *lobby* realizado por militares e por civis para desmoralizar o Poder Executivo, eles desejavam moldar a opinião pública por meio de institutos de ação política e ideológica, como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Dessa forma, Dreifuss explica como se estruturou uma verdadeira “vanguarda de coalizão” entre a burguesia antipopular e os empresários associados aos militares que se apoiaram no IBAD e no IPES para desmoralizar o governo de João Goulart. Nesse sentido, Dreifuss ressalta que:

Com a cobertura do IBAD, a elite orgânica, feroz e publicamente, fazia campanha através da mídia, bem como tomava medidas econômicas contra o ‘desviante ou irresponsável comportamento político’ de empresários individuais que não se ajustavam à exigida oposição ao governo de João Goulart.⁶⁵

Aqueles católicos mais tradicionais conservaram-se fiéis à concepção de fé ancorada no anticomunismo. Uma direita católica que surgiu desse setor ajudou a provocar a queda do presidente João Goulart e, conseqüentemente, a gerar pressões internas contra a esquerda católica e contra os bispos progressistas. Essa direita, que atuava dentro e fora da Igreja, juntou-se a outros grupos de oposição ao governo de Goulart.

⁶⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 80.

⁶⁵ Ibidem. p. 167.

No início de 1964, João Goulart resolveu se aproximar dos movimentos sociais como forma de fazer frente ao poder do Congresso Nacional, e assim seguir com a promessa das Reformas de Base. Buscou o apoio das organizações sindicais e dos partidos de esquerda. Jango passava da defensiva à ofensiva, buscando nas ruas, por meio das manifestações de massa, a força que lhe faltava no Congresso. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Para implementar as reformas que considerava necessárias, Goulart apoiava-se no então chamado ‘dispositivo militar-sindical’: alguns comandos militares fiéis e a ampla rede de sindicatos, controlados pelo Estado desde a época de Vargas. Assim, uma série de leis é encaminhada ao Congresso, entre elas a lei da Reforma Agrária, em 15 de março de 1964, após espetacular comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, local de passagem de milhares de trabalhadores.⁶⁶

No comício de 13 de março de 1964, realizado na Central do Brasil, estima-se que 150 mil pessoas estavam presentes para ouvir Goulart e Brizola. No evento, havia muitos manifestantes que exigiam a legalização do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a Reforma Agrária, deixando atônico os setores mais conservadores da sociedade, como, por exemplo, os proprietários de terras e os grupos conservadores da Igreja. O presidente anunciava também a necessidade de uma Reforma Urbana no país, o que alarmava a classe média urbana que receava perder seus imóveis para os inquilinos.

Além disso, cogitava-se enviar para o Congresso propostas que previam conceder a analfabetos e inferiores das Forças Armadas o direito ao voto, ampliando a cidadania desses cidadãos brasileiros. Portanto, parecia que o Brasil estava experimentando a tomada de consciência a qual os movimentos populares vinham desenvolvendo desde o começo da década de 1950. Nesse sentido, Thomas Skidmore explica como os movimentos sociais se tornaram protagonistas no governo de João Goulart:

Do lado da esquerda, organizações estudantis radicais como a UNE e a Ação Popular tomaram a si um ambicioso programa de organização política. Se o Movimento de Educação de Base, em parte patrocinado pelo Ministério da Educação, atingisse seu objetivo de alfabetização em massa, milhões de eleitores novos iriam engrossar as fileiras do eleitorado brasileiro.⁶⁷

Para a burguesia urbana e para os proprietários de terras, Jango poderia ameaçar os princípios liberais da propriedade privada, do setor industrial e da zona rural. Diante de toda essa situação de conspiração, o golpe só dependia da iniciativa dos militares mais exaltados. Em meados de 1963, saíram às ruas as chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Eram movimentos organizados por senhoras católicas pertencentes à classe média urbana. Apesar de esses movimentos terem sido organizados pelas senhoras católicas, eles foram constituídos também por autoridades civis e religiosas que defendiam a tradição familiar e a propriedade privada. O movimento de 31 de março começou a se concretizar quando o general Olympio Mourão Filho tomou a iniciativa de deslocar sua tropa de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, culminando assim com a tomada do poder pelos militares em 1964.

⁶⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 367.

⁶⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 3. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1975.p. 309.

1.2 A Igreja e o golpe militar de 1964: alianças, tensões e conflitos entre católicos e militares

A Igreja Católica no Brasil teve uma posição firme frente às atrocidades cometidas pela ditadura militar implantada no país, a partir de 1964. No entanto, essa oposição ao regime militar foi lenta e gradual. No início, uma parcela significativa da hierarquia católica apoiou a tomada do poder pelos militares, conforme viemos apontando anteriormente. Até a década de 1950, a Igreja estava centrada em questões religiosas tradicionais, como a defesa de escolas e rádios católicos para transmitir seus princípios morais e religiosos. Tanto a Igreja quanto outros setores conservadores da sociedade, como a classe empresarial e membros das Forças Armadas, enxergavam na democracia um mal a ser combatido.

Para a classe empresarial e membros das Forças Armadas, o mal que estava presente na democracia se dava com os desejos ilimitados dos indivíduos em sociedade. De acordo com a história do pensamento político liberal, a democracia é uma forma de governo do qual o povo participa ativamente das decisões e do gerenciamento das políticas públicas de interesse de todos os indivíduos. Por essa razão, ela também é vista pelos defensores do liberalismo como uma ameaça à estabilidade econômica e política do país, uma vez que é geradora de conflitos de diferentes grupos sociais. Para o filósofo francês, Jacques Rancière, a democracia é uma forma de governo odiada mundialmente:

É óbvio que o ódio à democracia não é novidade. É tão velho quanto a democracia, e por razões muito simples: a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão.⁶⁸

O curto período democrático, iniciado com o fim do Estado Novo, era visto por esses setores conservadores como o “reino ilimitado dos desejos” dos indivíduos em sociedade, principalmente, dos movimentos de massas. Para a burguesia nacional, a ideia de um governo da multidão era abominável porque colocaria em risco a ordem legítima da propriedade privada. A Igreja estava em busca da afirmação dos seus privilégios junto à elite política do país. Essa busca dos seus próprios interesses institucionais fez com que as autoridades católicas desenvolvessem uma política de entendimento com a classe dominante urbana e com as Forças Armadas. Mas a Igreja e as Forças Armadas tinham especificidades que as diferenciavam.

A atuação dos conservadores e dos progressistas católicos se dava em torno de uma ênfase na espiritualidade, nos valores de preservação da família e da justiça social. Já os militares, apesar de dividir o poder com civis, assumiram feições autoritárias desde o início. Os princípios básicos que fundamentam a democracia passaram a ser violados pelos chamados Atos Institucionais. As leis, as armas e os aparelhos repressivos do Estado estavam sendo empregados em defesa dos interesses políticos e econômicos da classe dominante.

Cabe destacar que a lei de greve, aprovada pelo Congresso Nacional, em junho de 1964, criou uma burocracia que praticamente inviabilizou as paralisações dos trabalhadores. O historiador norte-americano, Kenneth P. Serbin, explica que: “A partir de 1964, mais de 3 mil sindicatos foram fechados. Nos meses que sucederam o golpe, muitas pessoas foram torturadas”.⁶⁹

⁶⁸ RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 8.

⁶⁹ SERBIN, Kenneth P. **Diálogo na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 89.

O movimento de 1964, desde o início, visava conter a mobilização popular e a esquerda católica que estava na mobilização desses movimentos. A ação autoritária do governo exigia um sacrifício da classe trabalhadora para que pudesse resistir ao peso da ação repressora. Com isso, o governo buscou favorecer as grandes empresas com o arrocho salarial e com a liquidação de direitos dos trabalhadores assalariados urbanos, colocando o fim da estabilidade no emprego após dez anos de trabalho.

Diante do fechamento político e do aumento gradual das ações repressoras, principalmente, após a promulgação AI-5. Em que a tortura passou a ser uma prática recorrente dos agentes públicos como forma de disciplinar todos aqueles que se colocavam contrários ao regime político dos militares.

A Igreja Católica teve uma atuação de destaque no processo de transição da ditadura militar para a redemocratização. É importante destacar também que esse posicionamento da Igreja em defesa da democracia, dos direitos humanos e dos movimentos sociais não era colocado em prática pela hierarquia católica no início da tomada do poder pelos militares em 1964. A democracia, como garantidora das liberdades individuais e dos direitos da minoria no Brasil, sempre foi mal-vista, até mesmo pela Igreja.

No Brasil, o autoritarismo da classe dominante sempre buscou restringir o poder dos movimentos sociais, pois a burguesia brasileira acreditava que o povo e seus costumes poderiam corromper as instituições governamentais. Por isso, os antidemocráticos, sejam representantes do Estado ou da Igreja, têm ódio da democracia, não admitem que o povo tenha liberdade e que os direitos das minorias sejam uma política afirmativa de Estado. Rancière explica como esse sentimento antidemocrático surge com naturalidade entre os indivíduos:

Nós nos acostumamos a ouvir que a democracia era o pior dos governos, com exceção de todos os outros. Mas o novo sentimento antidemocrático traz uma versão mais perturbadora da fórmula. O governo democrático, diz, é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas.⁷⁰

Quando se fala em construção da democracia no Brasil, temos que registrar que foi um processo construído de forma lenta e gradual ao longo do regime militar. Precedido de vários episódios políticos que envolviam as duas principais instituições brasileiras, a Igreja e o Estado. Serbin defende a posição que: “A Igreja e o Estado colaboraram entre si e se ofereceram apoio político mútuo. Esse acordo não escrito durou até os primeiros anos do regime militar, e muitos de seus aspectos sobrevivem até hoje”.⁷¹

Ao estudar as relações sociais e políticas estabelecidas pela Igreja e pelo Estado, devemos levar em consideração as múltiplas elaborações e reelaborações do pensamento católico nos conflitos e nas alianças da Igreja com o Estado. Não pretendemos desenvolver um debate no sentido de compreender se a Igreja estava ou não, subordinada ao regime político dos militares. Mas pensar em como ela adquiriu importância social e política ao se tornar uma alternativa para que trabalhadores pudessem intervir no mundo do trabalho.

A esquerda católica não reduziu a fé à ação política e tão pouco colocou o marxismo acima do cristianismo. Mas acreditou que a fé exige um compromisso de criar um mundo justo em termo de equidade. Insistia-se na ideia de que, como filhos de Deus, todos são dignos de ter acesso às necessidades básicas como: moradia, saúde, educação e emprego. Acreditava que os cristãos têm obrigação de tentar transformar as estruturas sociais que

⁷⁰ RENCIERE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 10.

⁷¹ SERBIN, Kenneth P. **Diálogona Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 83.

impedem a realização dos desígnios temporais de Deus, ou seja, acreditava-se que era importante a participação dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e livre das amarras do capitalismo.

Para Paulo VI, a desigualdade social entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos tem origem nos intercâmbios comerciais. Isso porque os países não desenvolvidos têm sua economia baseada nas exportações de matérias-primas. Os países industriais as compram para transformá-las em mercadorias com valores agregados e as vendem para os países não industrializados. Em outras palavras, esses países compram as matérias-primas já transformadas em produtos porque não possuem tecnologias suficientes para transformá-las em produtos industrializados.

Essa visão crítica do Papa a respeito das desigualdades sociais geradas nas relações comerciais entre os países industrializados e os países não industrializados contribuiu para reforçar a contestação da esquerda católica brasileira ao capitalismo e para legitimar as ações pastorais dos bispos progressistas como: Dom Helder Câmara, Dom José Maria Pires, Dom José Vicente Távora, Dom Antônio Batista Fragoço, Dom Waldyr Calheiros de Novaes, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, Paulo Evaristo Arns e Dom Cláudio Hummes.

A partir da segunda metade da década de 1970, o país inicia uma transformação sociocultural em que a tomada de consciência do processo desigual gerado pelo capitalismo ganha força e expressão em diversos movimentos sociais, entre eles a Pastoral Operária. Ao passar os anos de repressão, a crítica dos católicos progressistas se voltou para os feitos da desigualdade social gerada por um modelo econômico excludente das classes subalternas.

O termo desenvolvimento, no sentido liberal, passou a ser objeto de críticas devido à falta de capacidade das políticas desenvolvimentistas de atacar as causas da dependência econômica, social e política do Brasil em relação ao imperialismo norte-americano. Para muitos católicos, os Estados Unidos eram os responsáveis não só pela manutenção das ditaduras militares, em toda a América Latina, como também pelo domínio de uma classe social sobre a outra.

Por ora, a esquerda católica se encontra em outra frente de batalha. O enfretamento não era apenas contra a ditadura, mas também contra a opressão do capital em relação ao trabalho. É nesse contexto do enfretamento da ditadura militar, das políticas econômicas neoliberais e da crítica ao imperialismo norte-americano que surge o movimento católico que dá origem a Pastoral Operária.

1.3 A Comissão Nacional de Pastoral Operária: a construção da Pastoral Operária

Conforme já afirmamos anteriormente, a Igreja havia apoiado abertamente os militares na consumação e na legitimação do golpe em 1964. Ela atuou politicamente em favor dos militares para impedir que católicos tivessem envolvimento com o comunismo ou com qualquer movimento ligado à esquerda. Já na década de 1970, a Igreja se transformou na principal força de oposição à ditadura militar, denunciando a violação aos direitos humanos, as perseguições políticas e as desigualdades sociais. A instituição passou a criticar o modelo de desenvolvimento econômico promovido pela ditadura, caracterizando-o como desumano por causa da desigualdade social.

No início da década de 1970, as autoridades eclesiásticas passaram não só a se preocupar com as atrocidades do regime militar, mas também com a justiça social. A Igreja, com sua postura conservadora, que havia criado uma narrativa que enfatizava o perigo do comunismo como forma de legitimar a derrubada de João Goulart, colocar-se-ia ao lado dos movimentos populares. Parte significativa dos bispos passava a acusar o Estado Brasileiro de subjugar aqueles que estariam na base da pirâmide social, os trabalhadores. Em fevereiro de

1970, um grupo de bispos e leigos se reuniu em Salvador para estudar e planejar a organização que viria a ser chamada de Pastoral Operária.

Religiosos e leigos pretendiam fazer um inventário para compreender como a Pastoral Operária poderia atuar junto aos trabalhadores do campo e da cidade. Para fazer esse inventário, eles deveriam fazer os seguintes questionamentos: onde e quantas pastorais existiam no país? Quem nelas atuava? Onde elas estavam inseridas? O que elas realizavam? Como elas resistiam à repressão dos militares? A responsabilidade pelo andamento dos trabalhos da Pastoral Operária não ficaria somente a cargo de bispos e de sacerdotes, mas de todos, inclusive de leigos.

Em 1975, ocorreram duas reuniões em São Paulo. O objetivo dessas reuniões era fazer uma leitura e uma análise da conjuntura nacional. Bispos, sacerdotes e leigos desejavam criar uma base permanente de análise da realidade política e social do mundo do trabalho. Aos poucos, a Pastoral Operária foi sendo pensada como movimento católico que viria a atuar inicialmente em estados como: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Pará, Bahia e Maranhão. As pastorais seguiam a identidade de cada região, respeitando a diversidade cultural e a experiência local.

Ainda em 1975, ocorreu na região sul do país o I Encontro Regional da Pastoral Operária. Esse encontro foi realizado no Rio Grande do Sul e teve a participação de integrantes das pastorais de outros estados, como de Santa Catarina e do Paraná. Desse encontro resultou um documento que descreve a experiência pastoral do seguinte modo:

Relatou-se, neste encontro, mais de 20 experiências diferentes, todas, porém, com o mesmo objetivo comum: Ajudar o povo a sobreviver e a organizar-se a partir da realidade do Evangelho. As experiências analisadas compreendiam duas grandes faixas de atuação: o meio rural e meio urbano.⁷²

Em 1976, ocorreu em Nova Iguaçu/RJ um encontro semelhante com a participação de representantes de sete estados, além de representantes da CPT (Comissão da Pastoral da Terra). Nesse encontro, aprofundou-se o debate sobre a necessidade de uma articulação junto aos trabalhadores do campo e da cidade. Desse modo, a Pastoral Operária deveria compreender o universo da classe trabalhadora como um todo. Podemos citar como exemplos: o desemprego, a ineficiência dos sindicatos, a situação social das periferias dos centros urbanos e dos boias-frias (trabalhadores rurais que trabalham em condições precárias nas fazendas).

A Comissão Nacional de Pastoral Operária⁷³ e a Comissão da Pastoral da Terra deveriam trabalhar em conjunto como forma de ajudar a organizar os trabalhadores urbanos e rurais. Isso porque os trabalhadores do campo também eram vítimas da política agrária da ditadura militar. O Estado brasileiro deixava posseiros e pequenos agricultores à mercê dos interesses dos grandes proprietários de terras.

Assim como nos grandes centros urbanos, a polícia e o judiciário se colocavam a serviço do Estado ou do grande capital; no campo, colocavam-se ao lado dos fazendeiros que desejavam expulsar os posseiros e adquirir mão de obra barata. Décio Saes nos ajuda a compreender como o Estado brasileiro, sob o comando dos militares, contribui para

⁷² A História da Pastoral Operária sua gestação e surgimento. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987. p. 15-16.

⁷³ A Comissão Nacional de Pastoral Operária desenvolvia atividades pastorais em todo o Brasil. A princípio, o nome deveria ser Centro de Ação Comunitário (CEDAC). No entanto, a Diocese de Nova Iguaçu, que foi uma das primeiras dioceses do país a ter uma preocupação por formar uma militância para atuar no mundo do trabalho, já tinha um centro de formação com o nome de Centro de Ação Comunitário. Por esse motivo, não foi possível registrar esse movimento mais amplo como CEDAC, passando a ser chamado de Comissão Nacional de Pastoral Operária. Ver em: *Ibidem*.

acumulação de capital da classe burguesa do país: “A cada forma do Estado burguês corresponde a um regime político burguês; e a cada variação registrada na forma de Estado burguês, dentro de uma formação social capitalista qualquer, corresponde a uma variação no regime político burguês”.⁷⁴

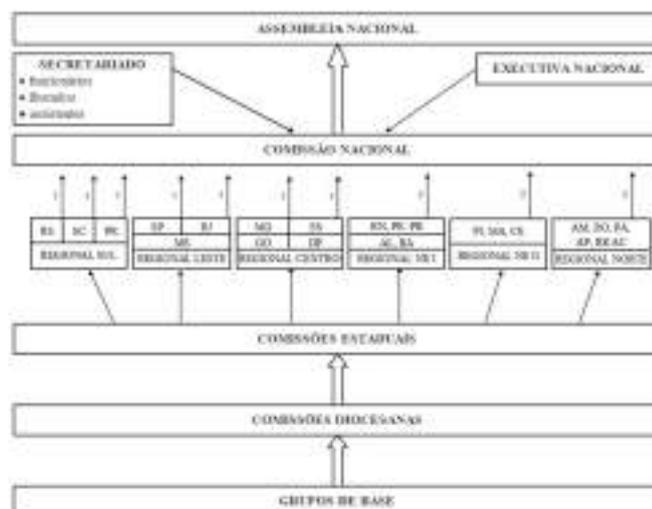
O I Encontro da Pastoral Operária foi realizado, no Seminário da Arquidiocese de São Paulo, no bairro do Ipiranga, ainda no ano de 1976, para compreender como se dava essa aliança do Estado com a burguesia brasileira. Nesse seminário, os objetivos definidos nos encontros regionais foram analisados. Chegou-se à conclusão de que a Igreja deveria criar um instrumento que fosse capaz de informar com precisão a situação política e social dos trabalhadores e das trabalhadoras. E com sua força missionária, a Igreja deveria atuar em defesa deles; e não mais, de um Estado que estava a serviço dos interesses da classe dominante.

No ano seguinte, em novembro de 1977, ocorreu o II Encontro Nacional da Pastoral Operária com a participação de diversos agentes pastorais e militantes da classe operária de várias regiões do país. Em dezembro de 1978, realiza-se mais um seminário de âmbito nacional. Esse encontro foi realizado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, uma região periférica, que concentrava graves problemas sociais para a classe trabalhadora. Os representantes da Pastoral Operária nos Estados analisaram os resultados das experiências postas em práticas a partir das decisões dos outros encontros realizados no âmbito nacional e nos Estados.

A partir dessa reunião, a Pastoral Operária passou a se articular nacionalmente por intermédio de uma comissão provisória, denominada Comissão de Pastoral Operária. Isso se deu por conta da necessidade de uma integração entre a Igreja e a classe trabalhadora em escala nacional. O objetivo da criação da Pastoral Operária era ajudar o trabalhador cristão a se tornar capaz de enxergar a sua realidade, e a partir daí julgá-la à luz da fé e da história da classe trabalhadora.

No início, era a implantação de uma experiência de caráter provisório em que um grupo de bispos, de padres e de operários tinha o desafio de ampliar a experiência religiosa e política da pastoral em todo o território nacional, conforme podemos observar no fluxograma abaixo:

Figura 1 – A organização da Pastoral Operária em todo território nacional



Fonte: Proposta de plano de formação para a Pastoral Operária. p. 1.

⁷⁴ SAES, Décio. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. 1 ed. Boitempo: São Paulo, 2001. p. 35.

A CPO tinha como objetivo reunir-se a cada três meses para fazer um balanço das atividades das Pastorais Operárias, espalhadas em diversas regiões do país. A comissão deveria, também, estabelecer os seguintes critérios para assegurar a unidade entre as pastorais:

- Respeitar as diversidades culturais locais do território nacional;
- Criar um boletim que pudesse, por meio dele, acompanhar as atividades desenvolvidas pelas pastorais;
- Intervir rapidamente quando não houver, por parte da classe operária, a observância das orientações da hierarquia clerical;
- Visitar com frequência dioceses, bispos, agentes pastorais e sindicatos;
- Buscar desenvolver um trabalho alinhado com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Gostaríamos de chamar a atenção para a seguinte observação: mesmo depois de uma parcela significativa do clero brasileiro se colocou contrário à ditadura militar, que governava o país, a hierarquia clerical continuava tomando todas as precauções para que a militância católica, em contato direto com os operários, não estabelecesse ligação com movimentos sociais de esquerda. No entanto, mesmo diante de uma vigilância permanente da Igreja, os encontros diocesanos, nacionais e regionais foram fundamentais não só para a formação e organização da Pastoral Operária; como também, para o fortalecimento dos vínculos desta com a hierarquia clerical e com a classe trabalhadora. Conforme podemos observar na primeira CPO criada em dezembro de 1978.

Tabela 1 – A formação da Comissão Nacional de Pastoral Operária em dezembro de 1978 (CPO)

Componentes	Ocupação	Cidade de origem
Dom Cláudio Hummes	Bispo	Santo André – SP
Dom José Maria Pires	Arcebispo	João Pessoa – PB
Dom Waldyr Calheiros	Bispo	Volta Redonda – RJ
Pe. Agostinho Pretto	Padre	Rio de Janeiro – RJ
Pe. Humberto Hummen	Padre	Recife – PE
Pe. Raimundo José Soares	Padre	Brasília – DF
Geraldo Francisco Barbosa	Professor	Sete Lagoas – MG
Maria Angelina de Oliveira	Desenhista	Rio de Janeiro – RJ
Gerson Florêncio Diniz	Construção Civil	Vitória – ES
Waldemar Rossi	Metalúrgico	São Paulo – SP
Anísio Batista de Oliveira	Metalúrgico	São Paulo – SP
Maria Carvalho Menezes (Sila)	Costureira	Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Relatório da Comissão de Pastoral Operária: dezembro de 78 a dezembro de 80. p. 14.

Logo no terceiro mês de sua existência, a CPO passou por modificações que dificultaram os trabalhos de assistência às Pastorais Operárias situadas nos Estados. O professor, Geraldo Francisco Barbosa, deixou a CPO para se tornar dirigente latino-americano da Ação Católica Operária. O Pe. Raimundo José Soares foi substituído pelo Pe. Virgílio Uchoa, este, por sua vez, era mais alinhado com a CNBB, o que lhe deu um controle maior sobre o envolvimento de católicos com o movimento operário.

A partir da década de 1970, houve mudanças no interior da hierarquia católica brasileira. A primeira mudança que se deu foi a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns para substituir Dom Agnelo Rossi na Arquidiocese de São Paulo, uma das importantes do país. E segunda mudança se deu com a eleição de Dom Aloísio Lorscheider para a presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ambos os bispos tinham uma aproximação com os movimentos populares.

Diante dessas transformações internas da hierarquia clerical, a Igreja, como instituição, passou a ser uma alternativa para movimentos católicos e não católicos se posicionarem em defesa da democracia, da justiça social e, principalmente, dos direitos humanos. A Igreja passou a servir como um espaço de reflexão para debater temas de interesse nacional, como as desigualdades sociais, a submissão do Brasil ao imperialismo norte-americano e a repressão política vivenciada pelos movimentos sociais.

Essa modificação interna da Igreja, durante a década de 1970, possibilitou o florescimento de diversas reflexões teológicas voltadas para o engajamento dos cristãos com a política. Teólogos como Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Mesters, Hugo Assmann e frei Betto passaram a vincular a realidade social brasileira com um contexto mais amplo, ou seja, incorporando na análise teológica a realidade do próprio modelo de desenvolvimento econômico latino-americano.

No Brasil, muitos desses religiosos ligados à Teologia da Libertação estavam presentes nas Comunidades Eclesiais de Base e nas comissões pastorais, como na Comissão Pastoral da Justiça e Paz, da Terra e na Comissão da Pastoral Operária. Podemos verificar essa ampla rede de cristãos nas palavras de Michael Löwy quando ele diz que: “Trata-se de uma ampla e complexa rede que ultrapassou os limites da Igreja como instituição e reúne, a partir dos anos 70, milhões de cristãos que partilhavam a ‘opção prioritária pelos pobres’”.⁷⁵

Por haver uma militância heterogênea na sua própria formação, a Pastoral Operária foi, nos seus anos iniciais, um espaço de debate político que gerou contradições, tensões, erros e acertos. Podemos sustentar a posição que se tratava de um amplo movimento constituído por católicos, protestantes, intelectuais e operários. Mas havia um elemento unificador mesmo diante de tensões, erros e acertos. Esse elemento unificador se dava em torno da defesa dos trabalhadores como sujeito da sua história.

A CPO por ter uma abrangência nacional não se restringia apenas ao mundo dos operários. Sua atuação estava para além das circunstâncias das fábricas e dos sindicatos. A sua programação se estendia a outras formas de participação como, por exemplo, oferecer curso de formação política para todos aqueles que se interessassem em atuar em movimentos populares, tanto no campo quanto na cidade.

O objetivo do curso era desenvolver uma formação sistematizada para integrantes da Pastoral Operária e para trabalhadores, não só para atuarem nas fábricas, mas para atuarem em setores da sociedade civil, como nos partidos políticos. Na tabela abaixo, podemos observar as estruturas curriculares do curso promovido pela Comissão Nacional da Pastoral Operária nos CEDACS (Centros de Ação Comunitária) presentes em vários estados.

Quadro 1 - Curso de Formação da Pastoral Operária (continua)

1º dia de curso
Quanto aos objetivos do curso: <ul style="list-style-type: none">▪ Definir o que é a Pastoral Operária, seus limites de atuação e suas possibilidades de ação concreta;▪ Uniformizar os instrumentos (métodos de trabalho), traçar experiências para melhor orientação e capacitação para avançarem no seu trabalho.

⁷⁵ LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo de 1960 a Nossos Dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007. p. 411.

Quadro 1. Continuação

<p>Método de avaliação em forma de quebra-cabeça: As etapas que as ações da Pastoral Operária deveriam passar até atingir o movimento operário:</p> <ul style="list-style-type: none">- Individualismo- Subgrupo- Grupo <p>▪ As necessidades das abordagens, ligando os temas do micro para o macro</p> <ul style="list-style-type: none">- Dominação- Cooperação- Paciência
<p>Quanto à definição do que é a Pastoral Operária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ É um trabalho de Igreja;▪ Visa à mudança de mentalidade (participação e engajamento) de forma a permitir que os trabalhadores descubram seus valores e seus direitos na sociedade na qual estão inseridos;▪ A pastoral Operária se propõe a formar militantes, a partir da ação (tomar consciência e conscientizar) sobre a organização da classe trabalhadora.
2º dia de curso
<p>Mudança de mentalidade do trabalhador:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Não andar de muleta;▪ Acreditar nas próprias forças e nas próprias estratégias;▪ Vencer o individualismo;▪ Vencer o fatalismo (sofrimento);▪ Ter uma nova visão de mundo e de trabalho;▪ Descobrir que a existência dessa peça fundamental nesse quebra-cabeça é o próprio trabalhador;▪ Descobrir que existem interesses que o mantém nessa situação;▪ Ver a realidade que o cerca de forma ampla e contextualizada;▪ Valorizar-se a partir do que produz com seu trabalho.
<p>Mudança de atividade do trabalhador:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Vencer o comodismo;▪ Lutar pelos seus direitos e se possível ampliá-los;▪ Tomar posição perante a sociedade;▪ Participar das decisões em conjunto;▪ Criar condições de crescimento profissional;▪ Criar espírito de luta e de sacrifício;▪ Ter paciência e respeito pelo nível de consciência do outro.
<p>Mudança de mentalidade e de atitude gera novos valores aos trabalhadores:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Porque passam a ter consciência de que são pessoas humanas;▪ Porque passam a pertencer a uma classe, sem a qual a sociedade não sobrevive, já que são eles que produzem;▪ Porque passam a perceber que são agentes de transformação da sociedade.
<p>Tarefa a ser desenvolvida como forma de transformação da sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Transformar a sociedade, conforme os interesses de sua classe.
<p>O perfil do militante da Pastoral Operária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Consciente que conscientiza;▪ Ajuda a organizar a luta comum;▪ Tem clareza da sua tarefa e sabe avaliar;▪ Não fica paralelo aos outros, mas junto;▪ Também se conscientiza e muda juntamente com o outro.
<p>Formação da militância pela ação:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Fábrica é o local fundamental;▪ Partir de lideranças reconhecidas;▪ Partir de interesses que surgem no interior da fábrica;▪ Partir de pequenas ações.
<p>Organização de classe:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A partir da própria fábrica;▪ Conscientização para organização.

Quadro 1. Continuação

<p>O desenvolvimento para atingir a conscientização sobre a organização da classe trabalhadora:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Montar uma peça teatral sobre a fábrica: Por exemplo: dois militantes discutem sobre a péssima situação em que se encontram os banheiros e resolvem consultar os outros companheiros. Juntos identificam o problema e decidem fazer um abaixo-assinado e apresentá-lo ao patrão.
<p>A avaliação sobre a fábrica:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Militante não faz sozinho;▪ Não se deve falar logo em sindicato, porque o operário costuma fugir do assunto;▪ Fazer reunião em círculo como forma de igualar as posições e as relações de poder.
3º dia de curso
<p>Teatro sobre o bairro: O fato para encenação: duas militantes resolvem debater com pessoas do bairro (vizinhos, padre, presidente de associação de moradores e amigos do bairro) os problemas da violência, do desemprego e do saneamento básico. Todos se juntam para procurar solucionar os problemas. O padre pode abordar esses problemas na homilia da missa.</p>
<p>Teatro sobre o sindicato: O fato para a encenação: o militante vai à outra fábrica, com um folheto de convocação de reunião do sindicato. Ele explica para um grupo de operários como funciona o sindicato. Os operários se interessam e fazem as mais diferentes perguntas.</p>
<p>Simulação de júri: O pessoal é dividido em réus, advogado de defesa, promotores, jurados, juiz e escrivão. A partir do júri, aprofundar as questões sobre a Pastoral Operária e o movimento sindical como salvação dos trabalhadores, ajudar a renovar sua visão religiosa e a participar da classe trabalhadora.</p>
<p>Depoimento dos réus: Ajuda a esclarecer a realidade do trabalhador, fala-se de justiça, de luta, de igualdade e de salvação.</p>
<p>Acusação diz: A salvação está com aqueles que se sentem parte de um problema social e atuam para a resolução. Quem salva? Os cristãos e/ou os operários?</p>
<p>Defesa rebate: O operário não irá salvar, irá participar com todos os outros da libertação. Quem salva é Cristo. O nosso papel é descer até o operário para esclarecê-lo. Não há diferença entre cristão e operário. Todos vivem e sofrem juntos, a libertação é de um povo.</p>
<p>Jurados questionam: Descer... não se trata de subir juntos? Esclarecem: a libertação está no sentido de unificação de todo um povo da escravidão, assim como fez Moisés. Não se trata de descobrir o caminho da salvação, mas de ver os problemas reais da salvação coletiva que é a salvação da classe operária. Afinal, o sentido de salvação é o mesmo que a promoção, a libertação e a revolução.</p>
4º dia de curso
<i>Conclusões</i>
<p>Quais foram os objetivos comuns nas três peças teatrais?</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Valorizar e aproveitar os interesses e os conhecimentos dos trabalhadores;▪ Aproveitar os temas que estão no cotidiano deles como: um debate sobre futebol ou ônibus que está sempre lotado;▪ Mostrar que o trabalho não é somente do integrante da Pastoral Operária. O integrante irá ajudar a organizar a classe trabalhadora, mas sempre na companhia dos operários. Juntos, vão identificar os problemas que atingem os trabalhadores;▪ Mostrar, por meio da encenação, que quase sempre há conflito entre capital e trabalho, opressor e oprimido;▪ O integrante da Pastoral Operária tem que ter clareza dos seus objetivos. Perceber que ele é um agente que conscientiza, une e organiza os trabalhadores em seus locais de trabalho;▪ O militante da Pastoral Operária educa e esclarece os trabalhadores e as trabalhadoras sempre partindo de problemas concretos;▪ Recrutar outros militantes sempre a partir do grupo e falar de vitórias, conquistas e união.

Quadro 1. Continuação

<p>As experiências positivas do curso desenvolvido pela Pastoral Operária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecer relações sociais com pessoas que estão fora do mundo fabril;▪ Perceber que as pessoas não estão prontas, mas sempre em processo de formação;▪ Perceber que a consciência de classe acontece dentro e fora do local de trabalho <ul style="list-style-type: none">▪ A consciência de classe é construída a partir da vivência com outras pessoas em diversos espaços sociais como: em piqueniques, reuniões de bairro, cursos de militância nos sindicatos e em reuniões para campanhas salariais;▪ A importância do grupo para discutir os problemas do bairro, da fábrica e do sindicato;▪ Valorizar as experiências adquiridas por meio do sindicato, das assembleias, das comissões de fábrica e das agremiações partidárias;▪ Participar dos cursos realizados pelo departamento de cultura do sindicato que traz uma abordagem sobre sindicalismo e a história da classe trabalhadora.
<p>Os aspectos negativos do curso da Pastoral Operária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A falta de comunicação entre a coordenação regional e os setores da classe trabalhadora;▪ Diversos setores dos movimentos populares não eram informados sobre os cursos;▪ Geralmente, a coordenação regional e os setores do movimento sindical não deixavam claro para militantes o que é a Pastoral Operária. Muitos deles vinham para o curso sem saber o que era a Pastoral Operária;▪ Havia dificuldade de permanência dos militantes nos cursos. Tinha operário que participava apenas um dia;▪ Houve participante que se sentiu à margem, principalmente, devido à participação de professores que dominavam o assunto. Havia militante que não só ficou intimidado como a participação dos professores, como também pensava que os professores fossem os próprios coordenadores;▪ Faltou didática e clareza nas aulas por parte de alguns professores;▪ Havia diferentes níveis de informação devido à heterogeneidade das pessoas, o que não foi levado em consideração pelos coordenadores;▪ Faltou método de avaliação que levasse em consideração os diferentes perfis dos trabalhadores.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Doc. Treinamento da PO. p. 1-8.

A Pastoral Operária começou a ser germinada como um movimento católico à medida que bispos e padres passaram a concentrar esforços no sentido de estudar a situação social de setores da classe trabalhadora do campo e da cidade. Os esforços se deram no sentido de compreender os problemas da vida cotidiana dos trabalhadores, como suas lutas e suas estratégias de resistência. Portanto, a formação intelectual dos trabalhadores fazia parte dessa resistência política.

Com o aumento da repressão e com o desrespeito aos direitos humanos por parte da Ditadura Militar brasileira, houve uma aliança entre setores progressistas da Igreja e da classe trabalhadora. Para esses bispos e padres, a Igreja deveria abrir-se para as aspirações e para os objetivos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Porque são eles que representam a base da instituição católica. Portanto, a Pastoral Operária deveria ter desde a sua gestação uma prática social-religiosa como anunciadora do Reino de Deus para os trabalhadores e para as trabalhadoras cristãos, mas sem deixar de lado a formação de uma conscientização política.

1.4 A contribuição política da Pastoral Operária para conscientização e mobilização da classe trabalhadora

A Pastoral Operária desde o seu surgimento buscou mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras por meio de cursos, seminários, palestras e boletins informativos. As pastorais sociais e outros grupos católicos desempenharam experiências políticas importantes na renovação da própria Igreja, especialmente, após o endurecimento político do regime militar. Quando analisamos a atuação da Pastoral Operária, percebemos que o objetivo que ela almejava era a busca incessante da autonomia de homens e de mulheres assalariados.

Para a Pastoral Operária, o processo de formação da consciência do trabalhador se dava com os valores cristãos. A consciência de classe deveria seguir os critérios do Evangelho, da História da Igreja e da Teologia. Seguindo esses critérios, acreditava-se que os trabalhadores se tornavam amadurecidos e preparados tanto para o engajamento em movimento operário quanto para o ativismo político na sociedade. Assim, o plano de formação do trabalhador cristão deveria ser capaz de capacitá-lo para a ação em diversas frentes no mundo do trabalho, conforme podemos observar abaixo:

- (...) no movimento político-operário;
- capacitar para o engajamento;
- ser capaz de escolher seu engajamento e colaborar livremente para que a classe faça sua caminhada no sentido de acabar com a exploração e construir a nova sociedade;
- dar formação e informação;
- capacitar para ser formador;
- capaz de assumir a luta pela base, e se for o caso, de ser dirigente.⁷⁶

Esses critérios eram pré-requisitos para que os trabalhadores pudessem desenvolver uma consciência de classe, e a partir dela, pudessem perceber a sua condição de classe explorada. Para os agentes da Pastoral Operária, o crescimento econômico e a difusão do conhecimento tecnológico, do Pós-Segunda Guerra Mundial, não foram suficientes para a diminuição das desigualdades sociais.

Os escritos de Marx revelam como o capitalismo aprofunda as estruturas da desigualdade social à medida que a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quando falamos em distribuição de riquezas, a ação política e os interesses de classe estão presentes até mesmo em movimentos religiosos, porque a religião não se encontra desligada dos interesses políticos, culturais e sociais de uma determinada sociedade.

À medida que a Igreja se afirmava como a única detentora da construção do “Reino de Deus”, ela passou a assumir de forma concreta a luta dos trabalhadores, empenhando-se na transformação da realidade política e social na qual eles viviam. Por isso, a pastoral deveria aprofundar a conscientização política dos trabalhadores e das trabalhadoras. E essa consciência de classe deveria surgir de suas duas principais propostas: “pastoral e operária”. Sobre essas duas essências, o documento que traz sugestões para a Pastoral Operária no Brasil diz o seguinte:

Enquanto operária, ela deve vir da Classe Operária, ser feita pela Classe Operária e destina-se à Classe Operária. Enquanto pastoral, ela é um serviço à Classe Operária para que esta, coletivamente, se encontre cada vez mais profundamente, em Jesus Cristo, para transformação do mundo, no sentido de construção de uma nova ordem social com a libertação de todas as dominações e superação da própria sociedade de classes.⁷⁷

Quando analisamos a atuação específica da pastoral com a classe trabalhadora, observamos que sua pretensão político-social era fomentar nos trabalhadores a consciência política nos aspectos individuais e coletivos. Inserir no cotidiano desses trabalhadores uma “cultura de resistência”, repudiando as formas de dominação em relação ao capital.

⁷⁶ **Proposta de Plano de formação para a Pastoral Operária.** Essa proposta de plano de formação para a Pastoral Operária data de 1986.

⁷⁷ **Relatório da Comissão de Pastoral Operária.** p. 5.

O contexto político brasileiro após o golpe militar foi de ostensivo bloqueio aos canais de participação política dos movimentos sociais e de organização da classe trabalhadora. E o contexto econômico era marcado pelas péssimas condições de vida e de trabalho da classe laboral. O modelo político e econômico implantado no país pelos militares configurava aos aspectos sociais graves consequências para a classe trabalhadora, conforme descrito no documento que trata da formação da Pastoral Operária:

As condições de vida e de trabalho impostas aos trabalhadores pelo modelo social, político e econômico implantado no país, com as piores consequências para a vida, lutas e organizações da classe operária que fizeram nascer, em diferentes níveis das camadas populares e na classe operária, muitas e variadas formas, autônomas e independentes de lutas e até mesmo de organização.⁷⁸

Era necessário reconhecer e valorizar as estratégias de enfrentamento entre trabalho e capital para compreender o lugar social que se encontrava o trabalhador. Reconhecer e valorizar a estratégia de luta dos operários significava desenvolver uma “práxis teologal” na qual o cristão deveria viver e celebrar sua “fé militante”, isto é, atuar e intervir na sociedade de quatro formas diferentes – individual, coletivo, eclesial e social. Em outras palavras, significava afirmar que: “Levar o operário cristão a anunciar a mensagem no Reino de Deus, sobretudo explicando os valores evangélicos já presentes na vida e na luta operária”.⁷⁹

Por meio do trabalho pastoral, a Igreja buscava intensificar novas ações para que os cristãos pudessem expressar sua fé. Ter fé significava a própria expressão do engajamento do cristão no mundo do trabalho. Nesse processo dialético que envolvia ação e fé, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, um dos proponentes da Teologia da Libertação, enfatiza que: “Nesse processo – processo dialético – o homem constrói-se a si mesmo, adquire real consciência do próprio ser, libertando-se na aquisição de uma genuína liberdade por meio do trabalho que transforma o mundo e educa o homem”.⁸⁰

Nesse sentido, a pastoral deveria pautar suas ações com base nas exigências da própria realidade social vivenciada pela classe trabalhadora. A experiência política e religiosa de seus integrantes não visava à criação de uma nova organização política para o proletariado. Mas visava capacitar os trabalhadores para se organizarem de forma autônoma. A presença da Igreja poderia ser definida pela sua opção pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, contribuindo assim para que buscassem sua própria libertação dentro de uma visão política global, na esperança de uma sociedade justa e fraterna.

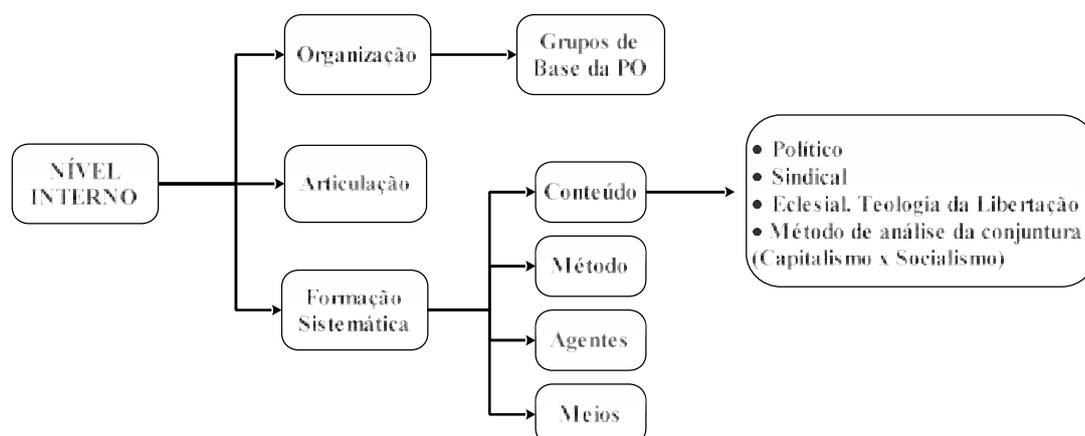
O programa de ação da Pastoral Operária continha critérios pré-estabelecidos a respeito do que deveria ser levado em consideração ao interagir diretamente com o mundo do trabalho. Ao interagir com os trabalhadores e com as trabalhadoras, os agentes deveriam considerá-los sujeitos da sua própria libertação; considerar que a organização deles deve nascer da própria iniciativa de seus pares. Dentro desse modelo de pastoral, a essência era o trabalhador. Por essa razão, ele deveria estar presente em todos os níveis de atuação, conforme podemos observar nos esquemas abaixo:

⁷⁸ **Relatório da Comissão de Pastoral Operária.** p. 1.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 6.

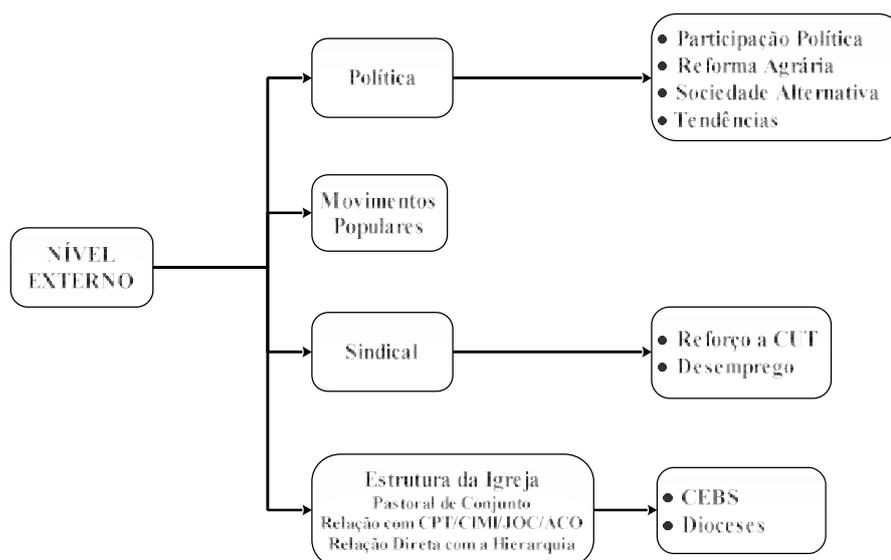
⁸⁰ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação.** 5. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 36.

Figura 2 – O nível interno da Pastoral Operária



Fonte: Relatório final da Assembleia Nacional da Pastoral Operária de 1984. p. 13.
Adaptado pelo autor.

Figura 3 - O nível externo da Pastoral Operária



Fonte: Relatório final da Assembleia Nacional da Pastoral Operária de 1984. p. 13.
Adaptado pelo autor.

Todos esses critérios somariam a outros que seriam os pré-requisitos para a formação da militância dos agentes. Esses pré-requisitos da militância cristã seriam importantes para contribuir na conscientização política dos trabalhadores em todos os níveis da cadeia de produção. E essa contribuição na atuação política se daria da seguinte forma:

Em uma conscientização permanente; desenvolver um serviço de articulação dos militantes cristãos numa linha de política operária capaz de promover a união de todos os trabalhadores e engajar na luta pela mudança da estrutura sindical, a partir da implantação do sindicato de base nas empresas.⁸¹

⁸¹ Relatório da Comissão de Pastoral Operária. p. 8.

Os agentes deveriam se engajar politicamente em tudo que limitava ou impedia os trabalhadores de alcançar a realização de si mesmos, já que o antagonismo entre a classe dominante proprietária dos meios de produção e a classe trabalhadora não era algo fortuito. O antagonismo entre as duas classes pode ser compreendido como a essência do capitalismo, que é o controle privado dos meios de produção por uma minoria. O que corrobora para mostrar que os agentes pastorais buscavam o marxismo de conteúdo para sua formação política, principalmente, para ilustrar que o princípio estratificador da divisão social do trabalho consistia na propriedade. Sendo assim, Löwy explica que:

O marxismo foi escolhido porque parecia oferecer a explicação sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza e, ao mesmo tempo, uma proposta radical para sua supressão. Para lutar de forma eficaz contra a pobreza e superar os limites da visão caritativa tradicional da Igreja, era necessário compreender suas causas.⁸²

Os elementos teóricos do marxismo sobre a crítica do capitalismo, contidos no materialismo histórico, são utilizados pelos agentes pastorais para explicar o poder político e econômico da classe dominante. O conflito de classes serve para explicar o contexto político e econômico no qual estava inserida socialmente a classe trabalhadora brasileira. Com base na explicação teórica de Marx, a análise se constitui a partir da concepção de que as formações sociais cindidas em classes antagonicas ocorrem à medida que o Estado organiza material e humanamente os proprietários dos meios de produção.

Para David Harvey, o Estado atua em defesa da classe dominante porque prepara sua estrutura burocrática e militar para guardar a integridade do dinheiro da classe proprietária dos meios de produção:

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.⁸³

De acordo com a pastoral, o operário e a operária cristãos deveriam fazer uma análise da sua realidade social sob a luz do Evangelho, no qual Jesus Cristo tinha a pretensão de transformar o mundo em um lugar livre de qualquer forma de dominação, em que a liberdade e a igualdade reinariam sem a distinção de classes sociais. Quando analisamos a experiência religiosa dos agentes da Pastoral Operária, percebemos a existência de uma aproximação política com os excluídos da sociedade burguesa. A Igreja que atuou em defesa dos interesses da classe proprietária, ao longo da História do Brasil, agora corajosamente, ajudaria despertar nos marginalizados a emergência da práxis de libertação, conforme destaca Luiz Alberto Gómez de Souza:

Na transição lenta e penosa de um sistema social para outro ninguém tem foros de neutralidade, e a Igreja Católica, como outras instituições da sociedade civil, é chamada a tomar partido. Ela não é homogênea, atravessada que está pelos conflitos que dividem a própria sociedade abrangente. Mas ao que tudo indica, um setor dinâmico dela se quer colocar,

⁸² LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo de 1960 a Nossos Dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007. p. 413.

⁸³ HARVEY, Davis. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 12.

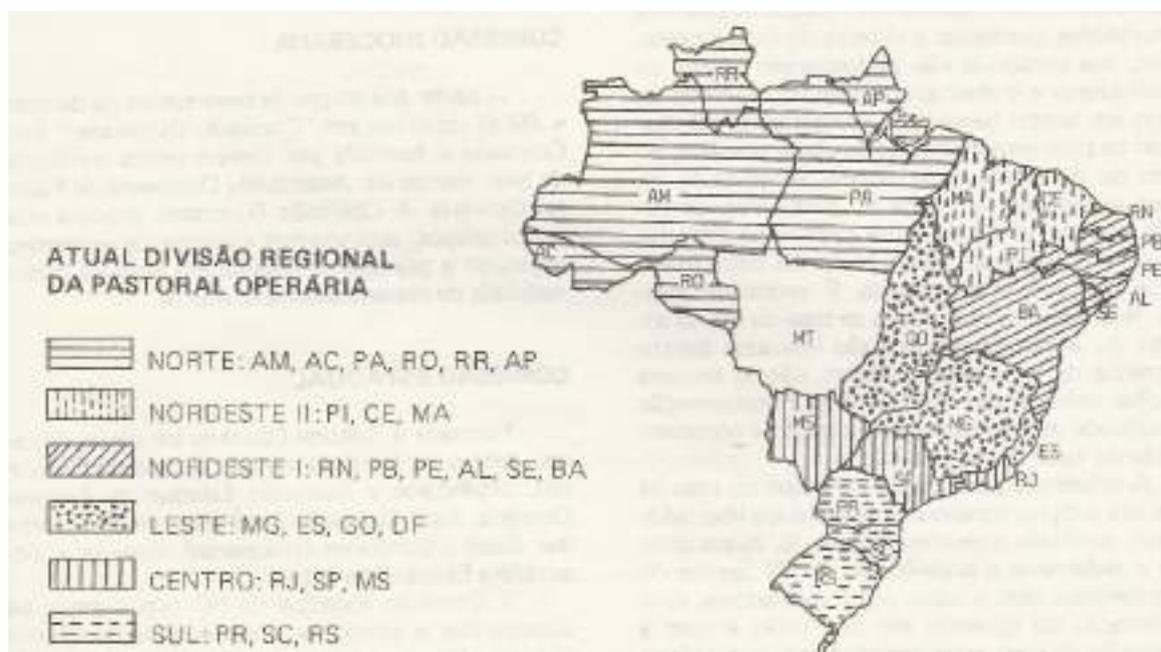
como presença ativa e sinal crítico, no interior das novas forças que irrompem como o próximo sujeito protagonista da história.⁸⁴

Na busca de uma nova sociedade, os trabalhadores cristãos deveriam se comprometer com a luta social e política da classe operária, convictos de que esse engajamento fazia parte da prática política dos cristãos aqui na terra. Eles faziam parte de um amplo movimento social que surgiu no começo dos anos de 1960, mas que se estabeleceu, na década de 1970, como uma rede que unia setores significativos da Igreja Católica e do movimento operário.

É importante destacar que o envolvimento de católicos com movimentos populares e, de modo especial, com movimentos operários, nas décadas de 60 e 70 do século passado, não era uma exclusividade da sociedade brasileira. Esses movimentos católicos que atuavam na militância estavam presentes em toda a América Latina. Era uma ampla rede formada por religiosos e leigos que estavam presentes nas diversas organizações populares, como clubes de mulheres; associações de moradores; sindicatos de camponeses; urbanos e comissões de fábricas.

A articulação do processo de formação política do operariado se deu com os trabalhos realizados pelos clubes de mulheres; pelas associações de moradores; pelos sindicatos de camponeses; urbanos e pelas comissões de fábricas durante a década de 1970, tanto nas dioceses quanto no âmbito nacional. No âmbito nacional, a pastoral se articulou em todos os estados da federação, dividido por regiões. Aqueles estados onde a pastoral ainda não havia constituído uma comissão para atuar junto aos trabalhadores eram designados dois representantes das regionais onde já havia comissões diocesanas. No mapa abaixo, podemos observar onde a Pastoral Operária já estava presente.

Figura 4 - Mapa das Regionais da Pastoral Operária



Fonte: Sinopse dos 10 anos da Pastoral Operária. p. 70.

⁸⁴ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 197.

A coleta de informação para construção de um banco dados, tendo em vista a importância de conhecer as conjunturas econômicas, políticas e sociais do Brasil. Aprofundaremos, no próximo capítulo, o debate a respeito das formas de conscientização dos trabalhadores propostas pela Pastoral Operária. Essa conscientização também passava por um trabalho de se opor à ditadura militar. Enquanto a ditadura trabalhava para desarticular e isolar os sindicatos, a pastoral trabalhava na orientação, na capacitação, na articulação e na defesa dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores.

CAPÍTULO II

A IGREJA E A PASTORAL OPERÁRIA: UMA EXPERÊNCIA DE LUTA ENTRE MOVIMENTOS CATÓLICOS E OPERÁRIOS NA TRANSIÇÃO DA DITADURA PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO

*Um dos direitos fundamentais é o de tomar decisões ou, dito de outra maneira, de assumir a responsabilidade de sua própria vida e da dos outros membros da sociedade. Decidir é exercer a liberdade em todos os níveis, desde os problemas mais pequenos e pessoais até os que dizem respeito a toda a sociedade.*⁸⁵

Nesse capítulo abordamos a forma de como se deu a presença da Igreja e da Pastoral Operária nos bairros e nas periferias das grandes cidades durante o final da década de 1970 até a segunda metade da década de 1980. A Igreja e a Pastoral Operária participaram ativamente, nesse período, da formação de uma militância católica. Essa militância era preparada para atuar na organização política de outros movimentos diocesanos, como o movimento litúrgico, catequético, assembleias diocesanas, pastoral de favelas, acompanhamento daqueles que desejavam seguir vocações religiosas. Atuando também na campanha da fraternidade, nos conselhos comunitários, nos conselhos paroquiais e no preparo de equipes para o trabalho de rituais católicos, como o de casamentos e o de ministros da eucaristia:

Muitas vezes, como engajamento de Igreja se assume pastoral operária como prioridade, mas na prática, se acredita poder assumir tudo. Não deixa de ser uma grande ilusão. Existem exemplos de militantes que são responsáveis pela pastoral operária, pelos conselhos paroquiais, e ainda membros e conselheiros natos dos vigários e ministros da eucaristia. Isto sem falar do seu engajamento social no sindicato, no partido político, na Associação de Moradores e membros da comissão de salário, etc.⁸⁶

A presença da Igreja na fábrica se fez de modo ambíguo. Ora atuava ao lado dos patrões, ora como uma instituição que se colocava como testemunha dos trabalhadores. Quando analisamos a relação da Igreja com o movimento operário em um contexto mais amplo, percebemos que a Igreja sempre foi reticente aos sindicatos. No início da década de 1960, a Igreja foi contrária aos movimentos operários de diversos países, principalmente, onde havia uma presença marcante da esquerda católica. Mais tarde, para afastar os operários da iminência das ideologias revolucionárias advindas do socialismo ou do comunismo, a Igreja criou em diversos países europeus, como estratégia de defesa da sua visão de mundo, os sindicatos cristãos.

No Brasil, eles não tiveram tanta atuação em países como a França, a Bélgica e a Espanha. Até porque, por aqui, já havia a presença dos COC (Círculos Operários Cristãos) que desempenhava uma função parecida com as dos sindicatos cristãos europeus. Esses movimentos católicos diferentemente das pastorais operárias, não defendiam politicamente os

⁸⁵ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33.

⁸⁶ **Relatório da Comissão de Pastoral Operária**. p. 18.

interesses da classe trabalhadora. Ao contrário, eles eram uma forma de disciplinar os trabalhadores cristãos para o exercício laboral nas fábricas.

Devido ao seu caráter conservador, esses movimentos católicos contribuía mais para a divisão do movimento operário do que para a unificação dos interesses dos trabalhadores. Essa tentativa da Igreja de expandir suas ações religiosas sobre os movimentos operários se deu com o trabalho conjunto do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) e do CLAT (Central Latino-Americana de Trabalho).

Essas duas instituições tinham como objetivo criar uma hegemonia sobre o sindicalismo latino-americano. O auge dessa investida católica latino-americana se deu com a CLAT ao realizar suas conferências ainda na década de 1970. A I Conferência Latino-Americana sobre Direitos Humanos, tendo como temática: “As liberdades dos trabalhadores e suas organizações”, foi realizada na cidade de São José, na Costa Rica, no mês de novembro de 1977. Foi nessa conferência que aprovou a primeira declaração para a realização de uma assembleia para tratar de ações concretas voltadas para o mundo do trabalho.

Em novembro de 1978, na cidade de Panamá foi realizada a “Assembleia dos Trabalhadores e dos Povos Latino-Americanos”. Nesse evento duas decisões importantes para o mundo do trabalho no Continente Latino-Americano foram tomadas. A aprovação da “Carta Latino-Americana dos Direitos e Liberdades dos Trabalhadores e dos Povos” e a criação da “Assembleia Permanente dos Trabalhadores e dos Povos Latino-Americanos”. Essa assembleia permanente ficaria encarregada de criar uma comissão para desenvolver estudos e pesquisas, que pudessem trazer informações sobre o mundo trabalho na América Latina.

A II Conferência foi realizada em Bogotá, na Colômbia, em dezembro 1982. Nessa conferência participaram cento e setenta e dois delegados da Europa, da Ásia, da África, da América Latina, além dos Estados Unidos e do Canadá. A principal temática do encontro se deu em torno do processo de “abertura democrática” nos países do continente que passaram por governos que tiveram ditaduras militares como Argentina, Brasil, Chile, Uruguai entre outros. A partir desse momento, a CLAT passava a trocar experiência com outras organizações como o ILACDE (Instituto Latino-Americano de Cooperação e Desenvolvimento) e com o IPROS (Instituto de Promoção Social), este com presença nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No Brasil, o IPROS atuava promovendo cursos para jovens sindicalistas, especialmente, no interior do país. O objetivo do IPROS era formar aqueles que se iniciavam na atividade sindical, mas que ainda não estavam inseridos em outras organizações sindicais mais a esquerda como a CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora)⁸⁷ e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Isso porque o IPROS estava ligado à direita católica latino-americana. Em 1985, entre os dias 28 de janeiro e 1 de fevereiro, na cidade de San Antonio de Los Altos (Venezuela), foi organizada pelo CELAM e pela CLAT uma conferência sobre a “Doutrina Social da Igreja e o mundo do trabalho na América Latina ” com mais de cem participantes, entre os quais se encontravam dirigentes sindicais, bispos e padres.

⁸⁷ CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) foi realizada entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981 na Praia Grande (SP). E teve como uma das principais resoluções a criação da Central Única dos Trabalhadores, o que ocorreria de fato dois anos depois, em São Bernardo do Campo. Para o deputado federal Vicentinho (PT-SP), que à época da CONCLAT, da qual participou como vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, depois vindo a ocupar também o cargo de presidente da CUT, comenta que: “A CONCLAT foi um momento muito importante da vida brasileira. Foi um desafio à ditadura, em plena ditadura. Cinco mil delegados de todo o País chegando de barco, de ônibus, de todos os jeitos, unindo todas as correntes do movimento sindical, dos conservadores aos combativos. Foi a placenta da criação da CUT”. Ver em: **30 anos da CONCLAT serão comemorados nesta...** Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/30-anos-da-conclat-serao-comemorados-nesta-terca-em-sessao-solene-na-camara-fede-666c>>. Acesso em: 08 abr. de 2020.

Um mês após esse evento, na vigésima assembleia ordinária, o CELAM definiu suas estratégias para atuação no mundo do trabalho. Sua atuação se daria com base na promoção e na divulgação da Doutrina Social da Igreja junto aos operários e da Encíclica *Laborem Exercens* do Papa João Paulo II, publicada em 19 de setembro de 1981. Ao considerar a Doutrina Social da Igreja e a *Laborem Exercens*, o CELAM considerava também o trabalho como sendo uma dimensão humana que se caracteriza por distinguir o homem das demais criaturas, já que por meio do trabalho que o homem se relaciona com a natureza e com meios necessários para a própria preservação da sua vida. Assim a igualdade entre os homens era uma questão de natureza divina.

Em sua encíclica, o Papa João Paulo II focaliza o trabalho partindo da premissa de que o trabalho é fundamental para a própria sobrevivência do ser humano. Não importa a sua condição de classe social. Deve-se haver por parte da Igreja um incentivo ao diálogo entre operário e patrão. Porque ambos são partes da criação divina.

A principal preocupação do CELAM era com a atuação das pastorais sociais na América Latina. A vigilância do Vaticano sobre essas pastorais era por conta dos possíveis desvios dos rituais católicos pelos movimentos populares e pelas comunidades de base com o marxismo. Ao dizer que patrões e operários eram iguais e irmãos em Cristo o Papa João Paulo II tentava apagar ou enfraquecer do debate em torno da luta de classe, portanto, o objetivo do Vaticano era banir o debate católico em torno da luta de classe.

Essa vigilância da Igreja sobre os movimentos católicos de base, juntamente com os movimentos de resistência organizados por trabalhadores, principalmente, com o movimento sindical era permanente. Tanto foi assim que, a III Conferência Latino-Americana sobre Direitos Humanos, teve como temática: “As liberdades dos trabalhadores e dos povos”, realizada no Rio de Janeiro, no período de quatro a sete de dezembro 1985.

A conferência contou com apoio e com a participação do Cardeal e Arcebispo local Dom Eugênio de Araújo Sales, considerado como uma das principais lideranças conservadora do catolicismo brasileiro. Apesar de o Cardeal Sales fazer parte da hierarquia conservadora houve a participação de aproximadamente cem integrantes de movimentos sociais na III Conferência Latino-Americana sobre Direitos Humanos e as liberdades dos trabalhadores e dos povos.

Desde a I Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americana realizada também no Rio de Janeiro em 1955, que Igreja Católica no Brasil passou a influenciar diretamente no catolicismo latino-americano. Assim os eventos mais destacados da Igreja na América Latina eram realizados na cidade do Rio de Janeiro devido à influência do catolicismo brasileiro, conforme podemos observar no documento de 1985, intitulado “*CELAM e CLAT buscam uma hegemonia democrata-cristã no sindicalismo latino-americano*”.

A programação deste evento para o Rio não é uma decisão puramente geográfica ou turística: Brasil e sua Conferência Episcopal (a maior do mundo católico, depois da italiana) têm sido escolhido como campo preferencial na estratégia do CELAM / CLAT no mundo dos trabalhadores. Esforços significativos têm sido feitos por essas duas instituições, para que os bispos brasileiros se incorporem ao discurso “celem-clarista”, que “utiliza” como o principal instrumento ideológico, a Doutrina Social da Igreja.⁸⁸

⁸⁸CELAM e CLAT buscam uma hegemonia democrata-cristã no sindicalismo latino-americano. Documento recebido de um Centro de Estudos de Caracas – Venezuela. p. 1.

A partir da década 1970, a Igreja Católica brasileira teve uma atuação de destaque na transformação do catolicismo latino-americano. Mapear movimentos católicos com os movimentos sindicais latino-americanos será fundamental para a compreensão de como se deu a união entre o CELAM e CLAT, com objetivo de juntos causarem a divisão do movimento sindical, no Continente Latino-Americano. No final dos anos de 1970, o CELAM se transformou em poderoso instrumento político de restauração do catolicismo conservador em toda a América Latina.

No entanto, a CLAT encontrou no CELAM um interlocutor ideal para a troca de experiência com a CMT (Confederação Mundial dos Trabalhadores) sediada em Bruxelas na Bélgica. A CMT continha cerca de 20 milhões de filiados. Tanto a CLAT quanto a CMT eram financiadas pela Fundação Konrad Adenauer, do Partido Democrata Cristão da RFA (República Federal da Alemanha). A Fundação Konrad Adenauer atuou na formação de jovens sindicalistas nas duas principais capitais brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Era uma forma de despolitização dos jovens sindicalistas ou formar jovens conservadores dentro dos sindicatos.

Pastoral Operária não apoiou a III Conferência Latino-Americana sobre Direitos Humanos, por duas razões. Primeiro era porque a III Conferência Latino-Americana sobre Direitos Humanos tinha Dom Eugênio de Araújo Sales como o seu principal articulador. Dom Eugênio não representaria os movimentos constituídos pela base da Igreja e nem a classe trabalhadora. O cardeal era considerado uma autoridade conservadora por liderar o processo de vigilância contra o teólogo da Teologia da Libertação e por causa seu trabalho na década de 1960, no Rio Grande do Norte, onde fundou vários sindicatos rurais com a finalidade de enfraquecer a atuação das Ligas Camponesas.

Segundo, a própria temática da conferência não era voltada exclusivamente para o mundo do trabalho. Os tópicos a serem discutidos giravam em torno da situação das violações dos direitos humanos na América Latina. Não aprofundava a análise sobre os direitos dos trabalhadores; a situação socioeconômica regional e a suas organizações.

A relação social e religiosa do CELAM e da CLAT com os movimentos católicos e sindicais latino-americanos era de dominação e não de mudança da estrutura política e econômica da classe trabalhadora. A transformação sociocultural do operariado para uma “nova sociedade” se dava dentro da superação da relação de dominação existente entre capital e trabalho. Para os defensores CELAM e da CLAT, a Igreja deveria atuar para amenizar as questões ideológicas dos patrões e dos trabalhadores.

Sendo assim era importante combater a ideologia em torno da luta de classe. O conflito de classe deveria ser substituído por outro instrumento ideológico no qual a fé cristã é um conjunto de ação, partindo do princípio que a Igreja hierárquica (em primeiro plano) e os trabalhadores do mundo urbano-industrial (em planos complementares) são construtores não de conflitos, mas da união e da paz. Por essa razão que por vontade divina são os gestores da paz regional e mundial.

Diferentemente da Pastoral Operária que buscava na Teologia da Libertação um argumento teológico para a transformação da realidade social das relações entre capital e trabalho, o CELAM e CLAT enxergaram na Teologia da Libertação um mecanismo de desagregação da fé católica. Seguiam as instruções da Sagrada Congregação da Fé, conduzida pelo Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, considerado como integrante do conservadorismo católico no Vaticano.

Por essa razão, as experiências religiosas dos integrantes da Pastoral Operária se diferenciavam radicalmente dos integrantes do CELAM e da CLAT. Enquanto estes viam o futuro da Igreja sempre com base nas formas sacramentais asseguradas pela Congregação para a Doutrina da Fé, aqueles defendiam que o futuro da Igreja não dependia só dos sacramentos, mas também dos cristãos comprometidos com as transformações sociais.

A ofensiva do CELAM e da CLAT contra os movimentos católicos tinha como objetivo criar uma nova central sindical de orientação democrata-cristã para enfraquecer os trabalhos da Pastoral da Terra e da Pastoral Operária. Assim como as interações dos católicos com os operários da CONCLAT e da CUT. Na América do Sul, o Brasil era a principal prioridade da atuação da CLAT, e ela contou com o CELAM para atuar em território nacional com o apoio do cardeal Dom Eugenio Sales.

Além de trabalhar enfraquecer as duas principais pastorais sociais, Pastoral da Terra e Pastoral Operária, a CLAT utilizou-se da Encíclica *Laborem Exercens* para criar uma divisão no movimento sindical brasileiro como forma de afastar os trabalhadores católicos do campo e da cidade das ideologias socialistas, e desconstituir aquilo que podemos chamar de “compromisso político das pastorais” em prol de uma sociedade mais equitativa.

2.1 As estratégias política e religiosa da Pastoral Operária no mundo do trabalho nas décadas de 1970 e 1980

A Pastoral Operaria divide suas experiências políticas e religiosas em três etapas diferentes. No primeiro momento, a Pastoral Operária deveria atuar na preparação intelectual, política e religiosa de seus integrantes para que eles pudessem atuar na militância dos movimentos populares. No segundo, a Pastoral Operária se colocava como intermediária entre a Igreja e os movimentos sociais. Por último, a Pastoral Operária buscou distinguir suas ações daquelas desenvolvidas pelos sindicatos e pelos partidos políticos. Na tabela abaixo podemos observar como a pastoral trabalhava em cada um dos níveis de atuação.

Quadro 2 – As etapas de atuação da Pastoral Operária

OBJETIVO		RESPONSABILIDADE	TEMAS	QUEM PARTICIPA DAS AÇÕES
1º Nível	<ul style="list-style-type: none"> Motivar e acompanhar o engajamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenações locais, diocesanas, estaduais 	<ul style="list-style-type: none"> Bíblico Dinâmica de grupos – O que é Pastoral Operária? 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de base com militância no dia-a-dia no movimento social.
2º Nível	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar para a coordenação e reproduzir debates e reflexões; Atuar em movimentos e instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenações estaduais e Regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundamento bíblico-teológico, retiros. Metodologia (Teoria, Prática) Pedagogia, análise da sociedade, conjuntura, economia, política, constituinte. Capitalismo versus Socialismo. História da Classe Operária (valores culturais: Sindicalismo). 	<ul style="list-style-type: none"> Nível Intermediário. Aqueles com maior engajamento sindical/político ou então com responsabilidades nas coordenações das pastorais diocesanas e estaduais.
3º Nível	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar para descobrir, planejar, e adquirir visão global da realidade social e política do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação Nacional e Regional 	<ul style="list-style-type: none"> Curso bíblico, teologia da libertação, CEB's, história da Igreja, retiros. Metodologia, pedagogia da educação popular. Estrutura da sociedade, economia, política. Análise partidária. Política sindical (lei de greve, estrutura sindical). Política do movimento popular e desenvolvimento econômico do país. Vida afetiva e engajamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Aqueles que têm engajamentos sindical/político ou tem uma responsabilidade maior pela organização da Pastoral Operária em nível nacional ou estadual.

Fonte: Proposta de Plano de formação para a Pastoral Operária⁸⁹

⁸⁹ Proposta de Plano de formação para a Pastoral Operária. Essa proposta de plano de formação para a Pastoral Operária data de 1986.

O avanço das estruturas capitalistas de dominação da sociedade burguesa modificou a visão de mundo de uma parcela significativa dos católicos que até então tinham uma prática apenas assistencial. As experiências católicas se diferenciaram tanto no plano ideológico quanto nas lutas sociais e políticas. Abordando sobre os projetos católicos que geravam uma série de tensões no interior da Igreja Alberto Gómez de Souza explica que:

A Igreja Católica se move dentro desse clima ideológico e no âmbito dessas lutas sociais e políticas. Cruzam-se aí duas sérias de tensões: democracia liberal restringida ou democracia social ampla, autoritarismo ou liberdade. Acontece que, na arena política, esses dois binômios nem sempre coincidem. Assim, alguns querem impor autoritariamente uma democracia social, com resultados discutíveis, para não dizer autodestruidores. Em conclusão, o problema hoje, tanto na Igreja Católica como na sociedade, não é aceitar a democracia, como no começo do século XX, mas escolher o tipo de democracia que se quer, seja a limitada participação dos setores dirigentes, seja sua ampliação com a presença dos excluídos e dos marginalizados.⁹⁰

Os sindicatos foram fortalecidos com as greves dos anos de 1970 e de 1980. Trata-se de um período histórico de intensa mobilização dos movimentos populares. Nesse sentido, a Pastoral Operária auxiliou na conscientização da classe trabalhadora, propondo cursos de formação para lideranças sindicais e de movimentos populares.

Essa conscientização se deu com a troca de experiência nos espaços de socializações como nos bairros, nas associações de moradores e nas comissões de fábricas. A ala mais conservadora da Igreja acabou sendo subjugada pela mobilização do movimento operário e dos movimentos populares. Sendo assim, a Igreja passava a atuar de forma mais efetiva nessas mobilizações conforme podemos observar na matéria do jornal Diário do Grande ABC publicada em 03 de maio de 1984.

⁹⁰ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Do Vaticano II a um novo concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Loyola, 2004. p. 21.

Figura 5 – A Igreja Católica e a mobilização popular no Brasil na década de 1980



Fonte: Jornal Diário do Grande ABC Edição de 03 de maio de 1984.

Os católicos conservadores não desapareceram da cena política, ainda, havia uma união deles com os militares. O objetivo dessa união era desmoralizar as mobilizações dos movimentos populares que tinham o paio dos religiosos comprometidos com a luta pela redemocratização. Os movimentos conservadores recorreram ao universo ético-moral para desqualificar esses religiosos. Levantavam suspeitas sobre o que chamavam de “desvio de conduta sexual”, acusando-os de homossexualismo.

Essa era apenas uma das técnicas dos serviços de espionagem da ditadura militar para incriminar os movimentos religiosos de oposição. Tratando das diversas técnicas utilizadas pelo serviço de espionagem para desqualificar bispos que defendiam os trabalhadores Carlos Fico ressalta que:

Outra forma corriqueira de incriminar alguém era acrescentar às supostas acusações de “subversivo” a pecha de imoral. Esse foi o caso de uma informação, produzida e divulgada por militar influente, sobre um bispo atuante numa área de grande conflito entre trabalho operário e capital.⁹¹

A Igreja também tinha uma militância que atuava na base. Funcionava como um exército de católicos que se juntava em diversos movimentos sociais. Como os movimentos constituídos por operários dos centros urbanos e trabalhadores do campo. Bispos e padres também participavam da organização dos trabalhadores do campo e da cidade. Na reunião realizada pela Comissão de Pastoral Operária entre os dias 12 e 13 de setembro de 1981 chamavam atenção para os problemas estruturais da sociedade brasileira:

O problema da terra que é monopólio do governo e de alguns latifundiários. O Estado tem 60%; 79.000 latifundiários possuem 21% das terras brasileiras. Portanto 81% na mão do monopólio e mal explorados. Aí está um grande foco de conflito cuja tendência é se agravar porque falta terra para a agricultura não só no Nordeste, mas em todo o país. (...) O problema do solo urbano, cada dia aumenta o monopólio que passa para os bancos e grandes imobiliárias. A supervalorização da terra, expulsa o povo para a periferia e a única saída são as invasões.⁹²

A movimentação dos trabalhadores, sobretudo, a partir de 1978 faz com que o movimento operário da região do ABC Paulista tome para si, o engajamento no sentido de desenvolver uma política sindical própria. Isso pode ser exemplificado quando operários das indústrias automobilísticas de São Bernardo do Campo desafiam o poder dos patrões e entram em greve em maio de 1978.

O dia 12 de maio pode ser um marco importante nessa luta, quando os trabalhadores do maior pólo da indústria automobilística do país cruzam os braços naquela manhã de sexta-feira de 1978. A greve mostrou os desgastes políticos da ditadura militar e do período, denominado como o “milagre brasileiro”. Era uma demonstração de luta dos trabalhadores. Porque apesar da política econômica dos militares estar em franco declínio por causa dos sinais de esgotamento do desenvolvimento econômico. No entanto, o aparelho repressivo da ditadura estava intacto, e ainda continuava reprimindo os movimentos sociais e setores da Igreja contrários ao regime.

Ao final da gestão do governo Garrastazu Médici, as lideranças dos movimentos sociais e das esquerdas que pegaram em armas estavam mortas, presas e exiladas. Nesse

⁹¹ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 101.

⁹² **Reunião da Comissão de Pastoral Operária**. Setembro de 1981. p. 2.

período, diversas lideranças religiosas foram expulsas do país ao passo que outras foram presas ou mortas pela repressão política.

Os binômios da segurança nacional e do desenvolvimento econômico, que a Igreja ajudou a difundir no imaginário popular como forma de combater o comunismo e o ateísmo das esquerdas, já não eram mais possíveis de serem sustentados diante da repressão do governo Médici e da conjuntura política do pós-78. O período que se inaugurou com a insurgência dos movimentos populares e com setores importantes da Igreja se desdobra em uma nova estratégia de enfrentamento político.

A situação econômica da classe trabalhadora da década de 1970 é marcada por um aviltamento dos salários. Por isso a necessidade de criar estratégias de enfrentamento contra o arrocho salarial e contra a exploração da força de trabalho. As perseguições políticas aos líderes sindicais ainda estavam em funcionamento. Os sindicatos ficaram sob intervenção do governo federal, e as lideranças foram presas ou exiladas.

A partir de 1978, os trabalhadores do ABC Paulista rompem com essa lógica de subordinação. Os operários entraram em cena por causa do seu protagonismo diante das graves. Essa resistência dos trabalhadores era vista pelos empresários, pelos grandes meios de comunicação e pelas autoridades do governo federal como –, baderna, desordem, desacato às autoridades constituídas e à ordem social estabelecida.

A Igreja nesse momento buscou conter o conflito de classe e ao mesmo tempo passou reivindicar mais autonomia para os trabalhadores no que diz respeito às negociações com a classe patronal e com a direção dos sindicatos. No período de maior efervescência política dos trabalhadores, Dom Cláudio Hummes foi o bispo responsável pela atuação da Igreja no ABC. Ele foi o segundo bispo a ocupar a Diocese de Santo André. Sua atuação pastoral nessa diocese vai de 1975 a 1996.

Portanto, foram vinte e um anos a frente da Cúria de Santo André. Compreender o episcopado de Dom Cláudio foi importante para entender como se deu a relação institucional da Igreja com o movimento operário. O bispo que ajudou a expandir os trabalhos da Pastoral Operária no ABC, explica de que forma descobriu o compromisso da Pastoral Operária com o Evangelho e com os trabalhadores:

Descobri na Pastoral Operária o valor, a capacidade, a coragem e a dedicação, muitas vezes heróica, dos militantes da classe trabalhadora, e no caso, dos militantes cristãos em especial. Admiro seu esforço constante para ligar sua Fé em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, com a situação injusta dos trabalhadores, sua luta organizada, seus fracassos e suas vitórias, em busca de uma sociedade justa, livre, fraterna e participativa. Fiquei convencido que a Igreja deveria confiar muito mais nesses militantes, acolhê-los e animá-los nesta como que dupla fidelidade e pertença; o serem trabalhadores e o serem cristãos necessariamente ligados também a uma comunidade local.⁹³

Partindo do que afirmou o bispo podemos destacar que a Pastoral Operária se transformou em uma forma de levar a mensagem de evangelização da Igreja e simultaneamente se colocar na defesa da classe trabalhadora. A pastoral não era um espaço vazio a ser ocupado, mas a presença da Igreja no mundo do trabalho à medida que fez uma opção pelos trabalhadores. Sendo a Pastoral Operária, uma presença da Igreja no mundo do trabalho, a hierarquia controlava e vigiava as atividades desempenhadas pelos católicos

⁹³ HUMMES, Dom Cláudio. Apresentação II. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987. p. 6.

conforme explica Dom Cláudio Hummes logo após ressaltar a importância da pastoral para a evangelização da Igreja no mundo do trabalho:

Mas descobri também quanto é exigente e inclusive arriscado esse caminho da Pastoral Operária: o risco de não ser suficientemente fiel seja aos trabalhadores seja à Igreja; o risco de não integrar equilibradamente a Fé, a oração e a ação sindical, popular e política; o risco de não suportar a tensão dialética criativa entre a autonomia e a comunhão no interior da Igreja, pois os militantes na qualidade de leigos cristãos, têm direito a uma adequada autonomia em sua atividade apostólica, mas por outro lado, precisam manter-se em profunda comunhão com a comunidade cristã local e universal.⁹⁴

Para Dom Cláudio, a Igreja não deveria descuidar das ações desenvolvidas pela pastoral. Isso porque a linguagem orientadora tanto da prática espiritual quanto da prática secular dos militantes deveria ser a Doutrina Social da Igreja. É por meio da Doutrina Social que a Igreja era compelida a exercer sua dominação religiosa no mundo do trabalho.

Quando analisamos a atuação da Pastoral Operária no início da sua consolidação como um movimento católico, percebemos a existência de conflito entre a PO e a hierarquia da Igreja. Conforme podemos constatar na reunião da Comissão de Pastoral Operária de setembro de 1981: “A P.O. tem uma história cujos marcos principais e mais recentes foram o choque com a hierarquia, por volta de 70 e o reencontro em 74”.⁹⁵

No entanto, o episcopado de Dom Cláudio a Diocese de Santo André buscou desenvolver uma aliança religiosa com a classe operária. A posição assumida pelo bispo diocesano seguiu uma prática religiosa que não era diferente do seu antecessor Dom Jorge Marcos de Oliveira, que era de aproximação da classe operária e de afastamento do Estado autoritário. Podemos observar essa aproximação da Igreja com o mundo do trabalho no ABC nas palavras do padre, professor e pesquisador Ney de Souza:

A instituição católica no ABC optou por se afastar do Estado do autoritário articulando-se com os movimentos sociais e garantindo espaço para manifestação das lutas sociais da sociedade civil, com parte do clero se identificando com a luta dos operários e o mundo do trabalho.⁹⁶

Essa aproximação da Igreja com os trabalhadores do ABC tinha como objetivo reestruturar e fortalecer, ainda mais, os movimentos católicos na região, demonstrando assim que ela (Igreja) não tinha o controle da ação dos católicos com os movimentos populares. Esses movimentos populares tinham influência na sociedade local, principalmente, na organização e na assistência ao movimento sindical.

Sendo assim, a Igreja deveria difundir no meio operário a sua mensagem religiosa e disputar o espaço social com os movimentos de esquerda. A presença da hierarquia católica, em uma região demasiadamente operária fazia-se necessária para demarcar e assegurar a presença do catolicismo nessa região.

À medida que o ABC Paulista se industrializava e se urbanizava emergia um novo sujeito social, o operariado. Assim a Igreja iniciava um diálogo com a classe trabalhadora por intermédio da hierarquia clerical. Os bispos, tanto Dom Jorge quanto Dom Cláudio, abriram

⁹⁴ HUMMES, Dom Cláudio. Apresentação II. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987. p. 6.

⁹⁵ **Reunião da Comissão de Pastoral Operária** dias 12 e 13 de setembro de 1981. p. 1.

⁹⁶ SOUZA, Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. In: **A Revista História e Cultura**. Franca, v. 4, n. 2, p. 277-301, set. 2015.

as portas das Igrejas para acolher e para participar das reivindicações dos trabalhadores, antes, durante e após a ditadura militar.

Com a chegada de Dom Cláudio Hummes e com a Pastoral Operária constituída como um movimento católico há uma possibilidade de expansão da mensagem religiosa da Igreja junto aos trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema. A hierarquia católica buscava conter qualquer radicalização da Pastoral Operária porque poderia contribuir para que militantes mais a esquerda pudessem engajar na política partidária, conforme ressaltou Dom Cláudio em seu depoimento pela comemoração dos dez anos da criação da Pastoral Operária:

Aquela como que dupla fidelidade e dupla pertença, a essa tensão dialética entre autonomia e comunhão, são o desafio da Pastoral Operária, mas também a fazem amadurecer na sua vocação histórica. Por tudo isso e muito mais, o nascimento da Pastoral Operária, há dez anos, como apelo de Deus à sua Igreja no Brasil. Na verdade, a evangélica opção preferencial pelos pobres deve integrar uma opção pelos trabalhadores.⁹⁷

Gostaria de destacar que quando analisamos o depoimento do bispo, observamos que a transformação da Igreja, a partir da segunda década de 1970, resultou na interação entre agentes pastorais, movimentos leigos, compostos por operários e pela hierarquia clerical. O engajamento social da base contribuiu para que a Pastoral Operária atuasse no movimento sindical, ajudando a transformar a Diocese de Santo André em uma diocese maciçamente constituída por trabalhadores. No que tange a transformação interna da Igreja Católica em São Paulo e no Grande ABC Scott Mainwaring explica que:

Até 1968, a Igreja de São Paulo deu cobertura ao movimento estudantil. Sacerdotes de São Paulo tinham a responsabilidade maior pelas cartas coletivas que clamavam por maior engajamento episcopal nos esforços de criar uma Igreja renovada. Além disso, os movimentos da Ação Católica Brasileira de 1964 e a JOC e a ACO até 1970 eram bastante dinâmicos. Esses movimentos se fizeram presentes na formação da Comissão Pastoral Operária e, após 1973, entrosaram-se em muitos movimentos populares na Grande São Paulo, inclusive o movimento sindical das indústrias automobilísticas do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano).⁹⁸

A Igreja em São Paulo não tinha uma ação pastoral junto à classe trabalhadora antes da década de 1970, já que a Arquidiocese de São Paulo pouco fizera para defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras antes desse período. O arcebispo de São Paulo Dom Agnelo Rossi, havia apoiado os militares que chegaram ao poder em 1964. Rossi atuou para neutralizar as ações das pastorais sociais e dos grupos de base da Igreja. Para Scott: “Embora ele reconhecesse as dificuldades que a alta taxa de desemprego causava à classe trabalhadora, afirmou que a burguesia também fora afetada adversamente pela crise econômica e elogiava os esforços e as intenções do governo”.⁹⁹

Esse quadro mudou quando Dom Paulo Evaristo Arns assumiu a Arquidiocese de São Paulo. A partir desse momento, a arquidiocese passou a atuar na transformação da Igreja brasileira devido à sua importância, a maior do país. Dom Paulo logo que assumiu episcopado

⁹⁷HUMMES, Dom Cláudio. Apresentação II. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987.p. 06.

⁹⁸ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 123.

⁹⁹Ibidem. p. 124.

paulista se interessou pelos direitos humanos e pela classe trabalhadora brasileira. Isso acabou influenciando a atuação de outros bispos como Dom Claudio.

Mainwaring explica que: “Depois da tortura até a morte de um membro da Comissão Pastoral Operária no final de 1974, Dom Paulo convocou uma reunião e propôs a criação da Comissão de Justiça e Paz, que se encarregaria dos esforços diocesanos para proteger os direitos humanos”.¹⁰⁰

Desse modo, Dom Paulo Evaristo Arns se tornou rapidamente uma liderança nacional dentro e fora do catolicismo. Setores progressistas da Igreja e movimentos populares passaram a encorajar as pastorais sociais para atuarem na transformação da sociedade brasileira. A Arquidiocese de São Paulo não só priorizou a defesa dos direitos humanos em nível nacional, como também vinculou a questão direitos humanos aos direitos dos trabalhadores, contribuindo para que outros bispos passassem a atuarem assim também em suas dioceses como foi o caso do bispo Dom Cláudio na Diocese de Santo André.

2.2 Abertura política, transformação econômica e as ações pastorais da Igreja para o mundo do trabalho

Pensar na organização da Pastoral Operário foi fundamental para a compreensão do significado da sua atuação nas lutas operárias e também pensar na história, sobretudo, daquela parcela de trabalhadores que vinculou sua prática política e social aos movimentos católicos no ABC. Em 1979, houve uma ampliação do grupo de trabalho da Comissão de Pastoral Operária. Foi acrescentado à equipe, o Pe. Adelar de David, Ir. Olívia Barreto e mais quatro assessores, Cláudio Nascimento, Frei Betto, Eliseu Lopes e Piragibe Castro Alves. Esse acréscimo de integrantes deu a CPO um reforço nos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral Operária nos Estados brasileiros.

A mudança se deu tanto com a inclusão de novos integrantes que seriam os responsáveis pelas coletas de informações nos Estado quanto à integração de pessoas que ficaram encarregados por trabalhar temas teológicos com a classe trabalhadora presente nos seguintes movimentos: movimento sindical, movimento popular, movimento político-partidário e movimento religioso.

Tabela 2 - Onde e como a Pastoral Operária deveria atuar

Campo de atuação	Questões internas
Movimento Sindical	Grupos de base
Movimento Popular	Formação
Movimento Político-Partidário	Organização
Movimento Religioso	Evangelização

Fonte: Sinopse dos 10 anos da Pastoral Operária. p. 57.

Esses temas eram problematizados a partir da realidade social e política vivenciada no país e com as condições de trabalhos nas fábricas. Na tabela abaixo podemos observar as principais lideranças, onde atuavam e suas ocupações nos quadros da Comissão de Pastoral Operária.

¹⁰⁰ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 125.

Tabela 3 – Mudanças de integrantes da Comissão Nacional de Pastoral Operária entre os anos de 1979 a 1980

Componentes	Ocupação	Cidade de origem
Pe. Virgílio Uchoa	Padre	Sem localização de origem
Pe. Adelar de David	Padre	Sem localização de origem
Pe. George Winnick	Padre	São Paulo – SP
Frei Betto	Frade dominicano	Rio Grande do Sul – RS
Ir. Olívia Barreto	Assessora	Sem localização de origem
Cláudio Nascimento	Assessor	Sem localização de origem
Eliseu Lopes	Assessor	Sem localização de origem
Piragibe Castro Alves	Assessor	Sem localização de origem
Eurides Mescolotto	Químico	Santa Catarina – SC
Joaquim Almeida	Construção Civil	Ceará – CE
Luiz Alves	Metalúrgico	Bahia – BA
Aristides Pereira de Andrade	Construção Civil	Rio de Janeiro – RJ
Geraldo Mendonça	Petroquímico	Paraná – PR

Fonte: Relatório da Comissão de Pastoral Operária. A História da Pastoral Operária de 1978 a 180. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 18. Adaptada pelo autor.

A partir dos anos de 1980, parte desses teólogos passam a integrar a Comissão de Pastoral Operária como assessores, auxiliando no campo bíblico e teológico. Com isso passaram a atuar junto com os trabalhadores, interpretando a realidade social por meio das passagens bíblicas, ou seja, trazendo o Evangelho para o dia a dia da classe trabalhadora. Na tabela abaixo podemos observar a presença desses teólogos na Comissão de Pastoral Operária.

Tabela 4 – Os assessores bíblicos e teológicos da Comissão Nacional de Pastoral Operária entre os anos de 1979 a 1980

Componentes	Ocupação
Pe. Raimundo José Soares	Padre
Carlos Mesters	Frei
Leonardo Boff	Frei
Clodovis Boff	Frei
Jether Pereira Ramalho	Pastor Congregacional
Eliseu Lopes	Sem ocupação definida

Fonte: Relatório da Pastoral Operária. p. 19.

Para compreender a complexidade que envolve o mundo do trabalho materializada nas tensões, nas contradições, nos erros, nos acertos, nas alianças e nas rupturas entre operários e dirigentes sindicais, a Comissão de Pastoral Operária inseriu em seu quadro lideranças da classe trabalhadora. Essas lideranças que tiveram uma atuação na CPO também foram cruciais para a própria formação das comissões de fábricas, do PT (Partido dos Trabalhadores) e da Central Única dos Trabalhadores. Na tabela abaixo podemos observar nomes relevantes da classe trabalhadora brasileira que faziam parte da CPO e depois passaram a atuar também no Partido dos Trabalhadores.

Tabela 5 – Lideranças sindicais que faziam parte da Comissão Nacional de Pastoral Operária em 1980

Jacó Bittar
Olívio Dutra
José Ibrahin
João Paulo Pires de Vasconcelos
Luiz Cardoso
Rolando Fratti
Waldemar Rossi
Anísio Oliveira
Joaquim Arnaldo
José Cardoso (o Ferreirinha)

Fonte: A História da Pastoral Operária de 1978 a 1980. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 18. Adaptada pelo autor.

A Igreja com suas dioceses e com suas paróquias passou a ser denominada como sendo uma comunidade de fé, de esperança e de amor aos pobres. Por isso que muitos bispos que participaram do Concílio Vaticano II ou que nele se inspiravam para atuar em suas dioceses, não aceitaram regimes políticos autoritários, despóticos, tirânicos ou sistemas econômicos que violassem a dignidade da pessoa humana. Ney de Souza explica que essa mudança na eclesiologia da Igreja após o concílio colocava a seguinte questão:

Assim como Jesus Cristo realizou sua missão na pobreza e na abnegação, também a Igreja é chamada a seguir o seu exemplo. Ela não foi constituída para alcançar poder e glória, mas para evangelizar os pobres, sarar os contritos de coração, procurar e salvar o que perecera.¹⁰¹

A CNBB assumirá uma linha pastoral de intervenção social principalmente na defesa da dignidade da pessoa humana. Os bispos do Nordeste lançam em 1973 o documento denominado “*Eu ouvi os clamores do meu povo*” e nesse mesmo ano, os bispos do Centro Oeste produzem um fascículo denominado “*Marginalização de um povo: um grito das Igrejas*”, no qual analisam a situação do povo marginalizado da sociedade brasileira.

Esses documentos contribuíram para que o bispo Dom Cláudio Hummes buscasse reestruturar sua ação pastoral com o movimento operário do ABC. A política da ditadura militar para o mundo do trabalho era de intervenção nos sindicatos, por meio do atrelamento destes ao Ministério do Trabalho, “manutenção do peleguismo”, uso repressivo do aparato policial e da legislação sindical contra o direito de greve.

Havia outro problema social que estava relacionado com o campo, mas que atingia diretamente os trabalhadores urbanos que era o êxodo rural. A expropriação dos pequenos camponeses e posseiros forçava a migração de trabalhadores do campo para regiões mais industrializadas do país. Para as empresas era importante a migração dos trabalhadores porque facilitava o achatamento dos salários conforme podemos observar na tabela abaixo.

¹⁰¹ SOUZA, Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. In: **A Revista História e Cultura**. Franca, v. 4, n. 2, p. 277-301, set. 2015.

Tabela 6 – A perda do poder de compra dos trabalhadores da indústria

1966	12, 2%
1970	10, 7%
1973	10, 0%
1974	8, 7%

Fonte: A política do grande capital: Encontro realizado no dia 6 de dezembro de 1980, no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu.¹⁰²

A Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro trocava com frequência experiências com a Pastoral Operária de Estado de São Paulo, principalmente, com a Pastoral Operária do ABC. Nos encontros pastorais realizados quase sempre na Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu) e do Sul do Estado do Rio de Janeiro (Volta Redonda) buscaram debater os efeitos do grande capital sobre a classe trabalhadora brasileira. Os agentes da Pastoral Operária de Duque de Caxias, de Nova Iguaçu e de Volta Redonda foram buscar, nas experiências da Pastoral Operária do ABC, as diretrizes para atuarem juntos aos movimentos sindicais presentes em suas cidades.

Essa relação intrínseca entre católicos e trabalhadores do campo e da cidade resultou nas transformações que ocorreram na base do catolicismo social brasileiro, possibilitando o surgimento de diferentes concepções de missão, de vivência da fé e do evangelho. Quando olhamos para a atuação da Igreja, no ABC Paulista e Volta Redonda onde pesquisamos como se deu na prática social dos católicos por meio da Pastoral Operária, percebemos que as transformações que ocorreram nas dioceses e nas paróquias tiveram início com movimentos católicos de base.

Para os movimentos de base tanto da Igreja quanto do sindicato, o Brasil da década de 1980 era um país marcado por problemas sociais estruturais uma vez que a dívida externa brasileira era de aproximadamente 60 bilhões de dólares (com juros e amortização no valor de 14,5 bilhões de dólares no ano de 1980). O pagamento de juros para amortizar a dívida impossibilitava os investimentos públicos no campo social (hospitais, educação, saneamento básico, transportes dentre outros serviços). Em comemoração pelo dia 1º de maio de 1980, Dom Cláudio protestou abertamente contra a dívida externa brasileira. Conforme podemos observar abaixo no editorial do jornal Folha de São Bernardo do Campo.

¹⁰² O documento “A política do grande capital” foi elaborado no Encontro realizado no dia 6 de dezembro de 1980, no **Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu**, entre agentes pastorais e sindicalistas para debater as experiências da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo. p. 2.

Figura 6 – A Igreja faz crítica à dívida externa brasileira

A dívida externa preocupa

Quase três mil trabalhadores participaram da celebração da missa do 1º de Maio, ontem, na igreja Matriz de São Bernardo. Com faixas e cartazes exaltando os direitos trabalhistas, rechaçando a injustiça e criticando os atos do governo, sindicalistas, membros das Comunidades Eclesiais de Base, representantes dos favelados e outros segmentos da população participaram ativamente da missa celebrada pelo bispo da Diocese de Santo André, d. Paulo Hummes, durante mais de duas horas. Ao final, todos saíram em passeata pela avenida Marechal Deodoro até o Paço Municipal de São Bernardo, onde os manifestantes engrossaram um ato público já em andamento.

Durante a celebração, que teve participação atuante de entidades representativas, que se revezavam no altar, contando suas experiências de luta e portando cartazes ilustrativos, foi relembrada a manifestação do dia 1º de Maio de 1980. Na época cerca de 100 mil pessoas se concentravam na praça da Matriz, sendo surpreendidas pela repressão policial e vigiadas por helicópteros que sobrevoavam baixo.

"Mas, o povo não se intimidou, e saiu em passeata", recorda Carlos Augusto Alves Santos, membro da Pastoral Operária e líder dos discursos. A cada palavra de ordem ou cantos com temas sociais, o orador levantava os braços acenando com o programa da missa, ato seguido por quase todos que se encontravam na igreja.

Ao fazer o Ato Penitencial, o bispo d. Cláudio Hummes disse que existem três grandes pecados no Brasil: leis injustas, falta de terra e de moradia, e inflação e dívida externa às custas do povo e da enganção. Acusou ainda o governo da Nova República por não promover as prometidas mudan-



Foto: Vinícius DEL POIO

D. Hummes diz que Brasil já pagou US\$ 157 bilhões

ças político-sociais e criticou severamente a corrupção impune nos setores público e privado, a recessão e o baixo salário mínimo. O religioso asseverou que 90% dos menores abandonados teriam seus problemas solucionados, se o salário mínimo fosse justo.

Repetindo a frase de uma faixa: "Não fizemos, não devemos e não podemos pagar essa dívida", o bispo tachou de *agiotagem internacional* as taxas de juros cobrados por nossos credores. "Já pagamos US\$ 153 bilhões em amortização e serviços da dívida nos últimos 17 anos e ainda temos um saldo de US\$ 108 bilhões", brada inconformado, arrancando murmúrios de surpresa dos menos informados.

Ao lado do altar, o deputado federal e presidente do PT, Luis Inácio da Silva, acompanhava as manifestações, sem participar dos pronunciamentos. Mas, concordava com o que era denunciado, vendo, também, como uma possível saída para trabalhadores, o uso da Constituinte como instrumento de pressão contra governo e empresários em busca de leis mais justas. Enquanto isto, bem próximo de Lula, no altar, um membro da pastoral questionava, ao microfone, durante a leitura do Evangelho, se a Constituição tratará dos interesses de alguns privilegiados ou fará justiça à população, composta pela maioria dos trabalhadores (IS).

Fonte: Jornal Folha de São Bernardo. 1º de Maio de 1980.

A crítica que a Igreja fazia era que a política econômica do governo militar beneficiava os patrões em detrimento da classe trabalhadora, já que explorava a mão de obra barata do trabalhador para pagar juros da dívida, o que dava ao patrão a seguinte taxa de lucro: "Taxa de lucro mundial: 4%, taxa de lucro no Brasil 28%".¹⁰³

O aumento da desigualdade social depois dos anos 1980 se deu em parte por causa das mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas principalmente no que se refere à tributação que consomem parte significativa da renda do trabalhador. No Brasil, a classe trabalhadora era mais atingida pela tributação do que nos países capitalistas avançados.

Nesses ainda havia uma política redistributiva da riqueza produzida pela classe trabalhadora, ou seja, uma política de integração do poder sindical e um apoio à negociação coletiva, o que nem sempre ocorria no Brasil. O que a Pastoral Operária estava desenvolvendo junto à classe trabalhadora era a superação a ideia de uma lógica assistencialista na qual a pessoa se comove diante do quadro de miséria coletiva.

Tratava-se, então, de superar aquela ideia assistencialista que em a pobreza coletiva tem uma função social. Diante dela, os católicos organizavam obras assistenciais, como a sopa para os pobres, campanha do cobertor, chá beneficente, Natal da periferia ou fornecimentos de cestas básicas e remédios gratuitos. Para os católicos politicamente

¹⁰³Política de investimento: Encontro realizado no dia 6 de dezembro de 1980, no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu, entre agentes pastorais e sindicalistas para debater as experiências da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo. p. 3.

engajados com o movimento populares, essa ação pastoral da Igreja ajudava os indivíduos excluídos do processo de produção capitalista, mas também fazia deles objetos de caridade das políticas populistas do Estado, e nunca sujeitos de sua própria liberdade.

A Pastoral Operária nesse sentido cumpriu uma função social e política de valorizar aquilo que o trabalhador já possui intrinsecamente como a capacidade de formular sua própria consciência de classe, de seus direitos, de organização e de transformação de sua situação política e social. O assistencialismo conduzido ora pela Igreja e ora pelo Estado gerava quase sempre uma dependência dos trabalhadores. Porque estavam atrelados à ajuda e à decisão de outras pessoas como por exemplos da hierarquia católica, dos diretores de empresas públicas e privadas, dos diretores de sindicatos e do Estado, impossibilitando que o trabalhador se transformar em sujeito da sua própria libertação.

De acordo com o pensamento social católico são os trabalhadores que produzem toda a riqueza da sociedade capitalista. Sendo assim, a produção deveria estar sob seu controle dos próprios trabalhadores. Pois, só assim teriam condições de superar a exploração da força de trabalho pelos donos dos meios de produção. Essas estratégias de enfretamentos aconteciam à medida que os trabalhadores e integrantes da Pastoral Operária se uniam para juntos descobrirem as causas da exploração da mão de obra.

Essa articulação entre católicos e trabalhadores ocorreu dentro de um contexto social marcado por uma extensa exploração econômica dos trabalhadores, e com frequência, a ditadura militar fazia uso da repressão como força de dominação do operariado, sendo destacado por Mainwaring da seguinte forma:

Durante esse período foi muito divulgado o trabalho pastoral dos bispos do Estado de São Paulo, onde dom Paulo Arns se torna o líder mais aparente. O documento de 1975 dos bispos de São Paulo, “Não Oprimas teu Irmão”, surgiu logo após uma onda de repressão e foi uma das mais fortes, mais importantes declarações episcopais contra a tortura.¹⁰⁴

O governo do general Ernesto Geisel começou a articular um projeto de abertura política, mas que fosse de forma “lenta”, “gradual” e “segura”. A crise econômica e a reação da “linha dura” do Exército colocariam em cheque os planos de “distensão” do regime militar. O próprio Geisel não dava demonstração de que poderia ocorrer a suspensão da repressão ao movimento operário.

A defesa por uma nova ordem constitucional, da anistia e das eleições diretas passaram a fazer parte do discurso de uma parte significativa da Igreja católica e de lideranças sindicais. “Os bispos enfatizaram reiteradamente que todo sistema político justo precisa efetivar a democracia, os direitos humanos e a participação”.¹⁰⁵

Os bispos de Santo André e de Volta Redonda, integrantes da Pastoral Operária e lideranças sindicais, tinham consciência de que a transição para uma sociedade mais democrática e participativa não seria possível um futuro próximo. Mas acreditavam que enquanto “porta-vozes” da Igreja e do movimento sindical brasileiro tinham o dever de denunciar a injustiça social, e trabalharem em conjunto para a construção da cidadania no que se refere à participação política.

Até meados da década de 70, o Estado atuava para desmobilizar e para fragmentar o movimento operário. As investidas do “aparato repressivo” contra as mobilizações pareciam ter minado as últimas possibilidades de resistência dos movimentos católicos e do movimento sindical. As possibilidades de organização e de capacidade de mobilização que vinham do

¹⁰⁴ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.p. 175.

¹⁰⁵Ibidem. p. 176.

Novo Sindicalismo surgiram com as lutas dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, município no qual se encontrava boa parte das indústrias automobilísticas do país. Maria de Lourdes Tomio Stein em sua tese de doutorado explica que:

No dia 30 de março de 1979, D. Cláudio Hummes lançava uma nota de esclarecimento, na qual procurava tornar clara a presença da Igreja nas lutas operárias. Na carta, ele protesta contra a intervenção federal no sindicato dos metalúrgicos da região do ABC e contra as demissões nas fábricas.¹⁰⁶

Além do apoio da hierarquia clerical e da Pastoral Operária, os trabalhadores recebiam também o apoio de outros movimentos católicos que atuavam nessa região como a Juventude Católica Operária, Ação Católica Operária e os Círculos Operários. O objetivo era a troca de experiência e contribuir para a construção de uma sociedade na qual os trabalhadores pudessem resistir qualquer forma de dominação. Isso englobava a atuação da Igreja em despertar o trabalhador e a trabalhadora para levarem o testemunho evangélico para o local de trabalho ou para o movimento operário.

Gilberto Carvalho, que foi metalúrgico e um dos fundadores da Pastoral Operária no Estado do Paraná, explica que o terreno no qual a Pastoral Operária se sedimentou já havia sido preparado pelas Comunidades Eclesiais de Base. Falando sobre a importância da experiência política da pastoral no mundo do trabalho Carvalho explica que:

Num contexto sindical absolutamente diverso (não tínhamos na época sequer um único sindicato que pudesse ser considerado combativo), o principal trabalho da PO era o de estimular a participação sindical de seus militantes e permitir uma formação sindical que os sindicatos sonegavam.¹⁰⁷

A ligação das pastorais locais com a Pastoral Operária Nacional foi decisiva para que encontrassem apoio da CNBB para chegar até os trabalhadores. Durante alguns anos, a Pastoral Operária Nacional produziu um boletim mensal, com tiragem de aproximadamente 15 mil exemplares, intitulado “*A Voz do Trabalhador*”. Esses exemplares serviram de canal de comunicação com os trabalhadores nas dioceses locais.

A oposição sindical passou a questionar a própria estrutura existente nos sindicatos que estava quase sempre atrelada aos interesses do patronato. Para Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, os integrantes da Pastoral Operária faziam oposição ao modelo burocratizado dos sindicatos, porque o modelo de resistência operária não se dava por meio dos dirigentes sindicais e sim por meio da organização dos próprios trabalhadores.

Assim explica a autora: “A predominância, ainda, era da ideia da organização dentro da fábrica, seja em grupos, seja em comissões, como forma de mobilizar os trabalhadores”.¹⁰⁸

Eder Sader fala em “sujeito coletivo” para que possamos pensar na elaboração de uma nova identidade que se organizava por meio da prática dos membros da Igreja e do Novo Sindicalismo. Esses sujeitos coletivos passaram a defender os seus interesses e expressar as suas vontades, constituindo-se um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano do homem simples) uma nova prática social (a busca por direitos, a partir da consciência de interesses e vontades dos próprios trabalhadores). Para Sader:

¹⁰⁶ STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **A experiência do Trabalho**: as práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999). 2004. 201f. Tese. (Doutorado em História). Programa Pós-Graduação em História – Linha de Pesquisa Cultura e Poder. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

¹⁰⁷ CARVALHO, Gilberto. **Depoimento Gilberto Carvalho em comemoração aos 10 anos da Pastoral Operária**. Documento sem data.

¹⁰⁸ MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.p. 23.

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativa e análise referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos.¹⁰⁹

Nesses espaços de lutas por direitos passavam a experimentar uma ampliação dos valores da fraternidade e da solidariedade em busca da liberdade. Empenharam-se na construção de uma solidariedade como forma de alcançar uma consciência de classe. E, observa-se essa conscientização da classe trabalhadora por meio da reflexão crítica em relação ao mundo do trabalho e da estrutura sindical. A vida social do homem simples da classe trabalhadora era atravessada por mecanismos de dominação e de exploração.

No período de 1978 a 1985, os 20% mais ricos aumentaram sua riqueza em aproximadamente 10%, ao passo que os 50% mais pobres tiveram uma perda de 4,2 %, em seus ganhos. Portanto, enquanto a classe dominante acumulava mais capital, a classe operária e a classe média ficavam mais pobres, já que vivíamos um período de hiperinflação, reduzindo o poder de compra da classe trabalhadora conforme explicam Alfredo Saad Filho e Lecio Morais.

A inflação brasileira tomou uma tendência ascendente desde o início da década de 1970. De menos de 20% ao ano, ela se elevou para 30% após a primeira crise do petróleo; depois, para 40% perto do final da década de 1970 e para 100% após a segunda crise do petróleo, em 1979 – 1980. A taxa alcançou 200% em 1983, com a crise da dívida, a desvalorização da moeda e a recessão.¹¹⁰

Observa-se uma evolução gradativa da desigualdade social. O pensamento social católico era inteiramente crítico ao acúmulo de riqueza. Nas charges abaixo, podemos observar como a Pastoral Operária era crítica às desigualdades sociais. A charge retrata como se deu o encolhimento dos ganhos dos mais pobres e o lucro dos mais ricos.

Figura 7 – A má distribuição de renda no Brasil gera desigualdade social



Fonte: Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro, 1980.

¹⁰⁹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 26.

¹¹⁰ SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 57.

Para os agentes pastorais, a vida cristã tinha como princípio norteador que a fé permite compreender as origens da injustiça. Para isso perguntavam. Quem é o opressor? Quem é o oprimido em uma sociedade capitalista? A partir desses questionamentos, trabalhadores e membros da Pastoral Operária compreendiam que a dominação da força de trabalho, aprofundou-se com os projetos político e econômico da ditadura militar. E com o processo de abertura política, o movimento operário passou a reivindicar seus direitos, acirrando assim o conflito de classe.

Temos duas classes distintas em termos de categorias sociais: “os dependentes de salários” e os “dependentes de lucros”. Eles se confrontavam abertamente conforme podemos observar na charge abaixo:

Figura 8 – A luta de classe no Brasil sob o olhar da Pastoral Operária



Fonte: Mensagem dos trabalhadores cristãos da Pastoral Operária ao povo de São Caetano do Sul.

Nesse conflito de classes no Brasil, não podemos deixar de levar em consideração a importância da classe média nas decisões políticas do país. A classe média brasileira sempre transitou entre a classe proletária e classe burguesa, ainda, que inevitavelmente ela esteja mais próxima financeiramente da primeira do que da segunda, sua interação social e ideológica se identificam mais com a segunda.

No período de redemocratização, a classe média, as burguesias nacional e internacional passaram a construir uma base de sustentação da política econômica dos militares. Precisavam, então, reprimir os anseios da classe trabalhadora.

O que acabava gerando do ponto de vista da teologia cristã um problema para o próprio ideal de democracia. Porque democracia não está colocada somente no campo da liberdade política ou nos reinos ilimitados dos desejos dos indivíduos em sociedade. A democracia sustenta um conjunto de valores que dão amparo aos direitos civis, políticos e sociais aos indivíduos. Por isso que a democracia no Brasil mesmo após o período da ditadura militar é constantemente colocada à prova e por vezes ameaçada por práticas políticas autoritárias.

Para a Igreja o retorno à democracia não resolveria por completo o problema social da classe trabalhadora. Porque ela era progressivamente excluída da riqueza que produzia com a venda da sua força de trabalho. Por isso mesmo que abertura política não na prática uma mudança significativa para classe trabalhadora.

Portanto, independente da ideologia política, nenhum governo teria legitimidade para falar em democracia sem propiciar a uma política de igualdade em termos direitos entre os cidadãos. E neste caso, estamos bebendo da teoria do filósofo e jurista estadunidense Ronald Dworkin:

Nenhum governo é legítimo a menos que demonstre igual consideração pelo destino de todos os cidadãos sobre os quais afirme seu domínio e aos quais reivindique fidelidade. A consideração igualitária é a virtude soberana da comunidade política – sem ela o governo não passa de tirania – e, quando as riquezas da nação são distribuídas de maneira muito desigual, como o são as riquezas de nações muito prósperas, então sua igual consideração é suspeita, pois a distribuição das riquezas é produto de uma ordem jurídica: a riqueza do cidadão depende muito das leis promulgadas em sua comunidade – não só as leis que governam a propriedade, o roubo, os contratos e os delitos, mas suas leis de previdência social, fiscais, de direitos políticos, de regulamentação ambiental e de praticamente tudo o mais.¹¹¹

A transição do regime político dos militares para o regime democrático foi conduzida pelas forças políticas conduzidas pela própria burguesia que não permitiu assim alterar a estrutura econômica do país. Isso porque a transição foi realizada com o consentimento dos militares e da burguesia, possibilitando que o Estado mantivesse o seu mecanismo de controle social dos movimentos populares e da classe trabalhadora.

Admitia-se na cena política a presença de partidos de oposição, e setores mais liberais chegavam a admitir até mesmo que um partido de oposição aos militares conquistasse ao governo, desde que esse partido não alterasse as estruturas da economia de mercado. Mas para muitos católicos, a mobilização da classe trabalhadora era a única forma de ser capaz de efetivamente estabelecer uma oposição ao regime militar e de romper com os interesses da burguesia nacional.

Essa mobilização política exigiria ações táticas e estratégias que, dentro de determinada conjuntura, não descartava inclusive a atuação dos agentes da Pastoral Operária no parlamento, mas sem deixar de atuar nas mobilizações em defesas das transformações no mundo do trabalho. Para os agentes, o mais importante seria mobilizar os sindicatos pela base, porque havia dirigentes acomodados ou sem vínculos com o que chamavam de “categoria”. Havia também outros elementos inibidores da base sindical como a repressão policial e a perseguição como forma de represália por parte dos patrões. E de que forma deveria mobilizar a base sindical? A Pastoral Operária estabeleceu algumas orientações conforme podemos observar abaixo:

- Quanto a Central Única dos Trabalhadores – ajudar por meio de palestras, de seminários e de subsídio.
- Quanto a Sindicalização – realizar trabalhos nos bairros, visando à formação de um Movimento Sindical autêntico. Para isso seria necessário promover cursos e palestras sobre a história do sindicalismo e da memória da luta operária.
- Fazer levantamento de dados sobre as datas de eleição sindical e campanhas eleitorais.
- Promover e incentivar a participação das mulheres no sindicato.
- Quanto à Oposição Sindical – participar e/ou apoiar as oposições autênticas, combativas e democráticas.

Fonte: Boletim Diocesano: Praça do Carmo, 36, 2º andar, Santo André, SP.

A experiência desenvolvida pela pastoral foi no sentido de unificar o debate entre o movimento de base da Igreja e do movimento sindical. A pastoral também obrigou o clero a descer do altar e sair da Igreja ao encontro dos trabalhadores.

¹¹¹ DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. IX-X.

A Igreja buscou dinamizar os movimentos cristãos que atuavam no mundo do trabalho como a Juventude Operária Católica, a Ação Católica Operária e a Pastoral Operária, mas não tinha um objetivo de modificar a realidade social em que viviam os trabalhadores do campo e da cidade. A Igreja utilizou o poder religioso para dirigir aos movimentos populares do campo e da cidade.

No entanto, nunca se permitiu dividir o seu poder religioso com os movimentos contestação do poder clerical. Inclusive diversos impasses entre operários e o clero se davam porque os trabalhadores diziam que muitos dos fracassos da Pastoral Operária ocorriam por que a pastoral não tinha uma organização própria, ela utilizava da organização da Igreja. Para os trabalhadores, a Igreja era uma instituição religiosa que estava ligada a todas as classes sociais, inclusive à classe dominante, uma vez que os interesses da Igreja são diversos, por isso são difusos.

2.3 Uma análise do pensamento social católico no ABC Paulista e em Volta Redonda

Para os agentes da Pastoral Operária, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista produz riqueza porque há milhares de trabalhadores e de trabalhadoras que fazem funcionar as máquinas, cultivam os campos e exploram os recursos minerais, possibilitando o desenvolvimento industrial. Sem a força de trabalho desses operários não haveria fábricas e empresas, impossibilitando assim o crescimento econômico do país. O questionamento que os agentes pastorais faziam era: “Por que sendo os trabalhadores os responsáveis pela produção de toda essa riqueza, não são beneficiados pelo fruto de seu próprio trabalho?”¹¹²

A estrutura de dominação do sistema capitalista gera uma insatisfação nos operários que passam a questionar sua própria realidade enquanto classe trabalhadora. Isso porque o capital (as máquinas e as fábricas) está nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria (os trabalhadores) sobrevive da sua própria força de trabalho. Esse conflito de classe no ABC Paulista e em Volta Redonda estava no cotidiano dos trabalhadores.

O conflito em torno da distribuição da riqueza era algo evidenciado nessas duas regiões do Brasil. Os trabalhadores acreditavam que o capitalismo era um sistema que colabora para aumentar a desigualdade social por causa da injustiça gerada na concentração de riquezas. Para a classe patronal, as desigualdades sociais estavam em processo decrescente porque o capitalismo proporcionou nessas regiões o desenvolvimento e a concentração de riquezas, à medida que o ABC e Volta Redonda se transformaram dois importantes pólos industriais para a economia brasileira.

Essas duas regiões podem ser consideradas como sendo dois lugares que se revelaram as múltiplas experiências de luta e de conflitos da classe trabalhadora. O ABC e Volta Redonda ficaram conhecidos nacional e internacionalmente como dois importantes núcleos de organização e de atuação política de homens e de mulheres que encontravam nos movimentos católicos, um espaço de participação política e de resistência à ditadura militar durante a década de 1980.

Em Volta Redonda, o bispo Dom Waldyr Calheiros de Novais colocou a Diocese de Barra de Pirai/Volta Redonda em defesa da classe trabalhadora. Isso gerou embates direto da Igreja local com o 1º BIB (1º Batalhão de Infantaria Blindada) sediado em Barra Mansa, cidade vizinha a Volta Redonda. Essa região teve uma importância para o progresso econômico nacional. Volta Redonda foi também uma região que teve uma vigilância permanente, e com históricos de violências cometidas pelo Estado contra trabalhadores da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Para o historiador estadunidense Kenneth P. Serbin:

¹¹² **Pastoral do Mundo do Trabalho**. Ano, 1978. p. 2.

Volta Redonda tem ocupado um lugar importante no imaginário nacional desde a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CNS) na década de 40. Localizada entre o Rio e São Paulo, essa área tem sido crucial para o progresso econômico do país. Diversos conflitos sociais de importância ocorreram ali. Os confrontos entre a Igreja e o Estado nos anos 60 e 70, a morte de três trabalhadores da CSN pelo Exército durante uma greve em 1988, a subsequente destruição militar de um monumento em homenagem aos operários mortos e os protestos contra a privatização da CSN na década de 90 foram todos incidentes que incorporaram as principais tendências da vida política brasileira.¹¹³

Assim como em Volta Redonda, no ABC Paulista já havia por parte dos trabalhadores e da Igreja uma rica experiência de resistência política que antecede esse período que estamos analisando nessa pesquisa, conforme explicitado pela pesquisadora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins: “O apoio da Igreja ao movimento operário no ABC não surgiu com as greves de 1979 e 1980. Pelo contrário, havia uma história das lutas operárias no ABC uma destacada participação de militantes cristãos e de setores da hierarquia da Igreja”.¹¹⁴

O movimento sindical também tinha como estratégia uma aproximação da Igreja, já que ela poderia ser um espaço alternativo, caso o sindicato fosse interdito pela ditadura militar. Para Martins: “Esse trabalho revelou-se como parte de uma estratégia do sindicato, visando garantir uma estrutura alternativa no caso de uma intervenção ou prisão da diretoria”.¹¹⁵

Assim podemos destacar que a religiosidade católica foi utilizada como um referencial teórico e prático na formação política dos trabalhadores de Volta Redonda e do ABC Paulista. É importante ressaltar também que essa consciência e essa cultura combativa dos trabalhadores não foram formadas apenas pelos aspectos da conscientização advinda da religiosidade católica. Havia outras formas de sociabilidade e de politização próprias dos trabalhadores como o lazer e as conversas no interior das fábricas.

Nessa perspectiva, a tensão existente entre riqueza produzida e acumulativa do capital e as condições de vida e de trabalho dos operários dessas regiões são um convite à reflexão sobre as relações sociais e religiosas entre a Igreja e o movimento operário. Enquanto durante o Estado Novo de Getúlio de Vargas, a Igreja utilizava a Bíblia como forma de disciplinar os trabalhadores aos moldes da industrialização.

A partir da década de 80, a Bíblia era utilizada como uma forma de conscientização política da classe trabalhadora. A charge abaixo mostra como a Bíblia poderia ser um poderoso instrumento de politização dos trabalhadores.

¹¹³ SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 362.

¹¹⁴ MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. p. 22.

¹¹⁵ *Ibidem*. p. 25.

Figura 9 – O uso da bíblia no mundo do trabalho na década de 1930 e uso da bíblia no mundo do trabalho na década de 1980



Fonte: Pastoral Operária o que é? Pastoral no mundo do trabalho: Arquidiocese de São Paulo.

Durante o período de transição, o catolicismo foi utilizado em defesa dos interesses, e da formação política dos trabalhadores. As reivindicações se davam por melhores condições de salários, de trabalho, de transportes e de moradia, e também pelo fim da ditadura militar.

As Dioceses de Santo André e Volta Redonda desafiaram a militância católica a assumir um compromisso com os trabalhadores. Quando olhamos para a resistência da militância católica e dos trabalhadores no ABC Paulista e em Volta Redonda, percebemos que ambos desafiaram as perseguições impostas pela ditadura militar à medida que subverteram as leis vigentes, não reconhecendo determinações oficiais do governo por ocasião das greves e forçando à classe patronal a enfrentar as mesas de negociações.

Os embates políticos nessas regiões fizeram surgir experiências de lutas que representaram vitórias e derrotas para a classe operária. Vitórias porque as graves do ABC e de Volta Redonda forçaram os patrões a sentar-se à mesa de negociações e derrotas porque lideranças sindicais foram presas e trabalhadores mortos como o caso dos três trabalhadores assassinados pelo exército dentro das dependências da CSN.

Nessas regiões os mecanismos de violência praticados pelo Estado serviram como energia para que os trabalhadores buscassem constantemente formas de luta para superar essas situações de exploração da força de trabalho e de perseguição política. A solidariedade e os vínculos de comunidade que estavam presentes na base da Igreja Católica foram utilizados pela Pastoral Operária como forma de conscientização e de resistência dos operários.

Essa consciência política que ocorria nas Dioceses de Santo André e de Volta Redonda buscava uma intervenção no mundo do trabalho encorajou as ações pastorais de outros bispos que também passaram a atuar juntamente com a classe trabalhadora em suas dioceses. Para muitos integrantes da Pastoral Operária era necessária a criação de um partido político exclusivo para os trabalhadores.

No contexto da transição democrática, a Igreja aproximou-se do discurso das lideranças sindicais. Para Alejandra Estevez: “O campo da política antes refutado pela Igreja tradicionalista, ao menos em seu discurso, aparece agora como espaço de atuação legítimo na libertação das classes populares das relações de opressão oriundas do sistema capitalista”.¹¹⁶

¹¹⁶ ESTEVEZ, AlejandraLuisa Magalhães. **Projetos Católicos e Movimentos Sociais: A Diocese de Barra do Pirai/ Volta Redonda (1966-2010)**. 2013. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

A Igreja por meio da Pastoral Operária se esforçava dar resposta a todas as formas de dominação que estavam submetidos os trabalhadores.

A Igreja recorria a uma narrativa própria do Evangelho para legitimar as reivindicações dos trabalhadores. Para ela, a greve decidida em assembleia não poderia ser considerada pelo governo e nem pela classe patronal como sendo uma tentativa dos operários de subverterem a ordem social. Porque se tratava de uma questão de justiça, já que o direito positivo daqueles que trabalham é sempre o de alcançar os seus objetivos.

Isso porque para o pensamento social católico, todo ser humano é uma pessoa “sujeito de direitos”. O trabalhador e a trabalhadora são dotados de naturezas humanas: inteligência e livre vontade. Por essa razão, possuem direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. A luta dos trabalhadores contrários ao “arrocho salarial” contemplava a dignidade da pessoa humana à luz do que dizia o Papa João XXIII, na sua Carta Encíclica *Pacem in Terris* quando tratou do direito à existência e a uma vida digna:

E, ao nos dispormos a tratar dos direitos do homem, advertimos, de início, que o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis.¹¹⁷

O trabalhador como pessoa humana tem o direito de fazer sua reivindicação, mesmo que, em caso extremo, recorra à greve. Mais do que o direito de se rebelar, o trabalhador, como pessoa humana, tem o direito de ser amparado pelo Estado ou pela empresa em que trabalha. Em caso de doença, de invalidez, de desemprego, da velhice, e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento por circunstâncias independente de sua vontade, será jogado na mais absoluta miséria. Para David Harvey:

À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada freqüência a vítima é quem leva a culpa!¹¹⁸

Para a Igreja, todo ser humano tem direito à liberdade de manifestação, de organização e de reivindicação individual ou coletiva dos seus direitos. As empresas do ABC e a CNS recusavam-se, sistematicamente, a atender as reivindicações salariais dos trabalhadores, alegando que elas estavam no limite de suas capacidades orçamentárias.

O discurso da classe patronal era que as empresas já despendiam uma soma considerável de recursos de seus caixas para o pagamento da folha de funcionários, o que era contestado pela Igreja que afirmava que os “salários minguados” recebidos pelos operários eram insuficientes à sobrevivência deles e de suas famílias.

Os baixos salários dos trabalhadores não estavam ligados ao custo da mão de obra. Eles estavam ligados ao próprio modelo de organização do capitalismo que promove a desigualdade como forma de expandir e diversifica o capital das empresas.

¹¹⁷ JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Pacem in Terris** (Sobre a paz de todos os povos). São Paulo: Paulinas, 1963. p. 10.

¹¹⁸ HARVEY, Davis. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2014. p.86.

Em decorrência disso, o capitalista tem o interesse em investir em tecnologias para substituir a mão de obra tradicional por um modelo de automação, visando incentivar o crescimento sustentável das empresas. Em um documento, os católicos ligados à Pastoral Operária do ABC, convocam a população a ser solidária ao movimento grevista e também reconhecem o apoio dado pelo bispo Dom Cláudio Hummes aos metalúrgicos que lutavam por um aumento de 34,1% nos salários.

Ser solidário ao movimento dos trabalhadores metalúrgicos do ABC é até uma questão de humanidade. Como alguém pode ser contrário a um movimento cujo objetivo é conquistar condições dignas de trabalho e uma remuneração justa para o trabalhador? Por estas razões, uma Comissão aberta, apoiada por Sua Eminência, o Bispo Dom Cláudio Hummes, da Diocese de Santo André, conclama a população do ABC a colaborar na manutenção das famílias dos trabalhadores metalúrgicos, doando gêneros alimentícios que poderão ser entregues em Igrejas de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema.¹¹⁹

Havia por parte da Igreja em São Paulo (Arquidiocese de São Paulo e Diocese de Santo André) um entendimento de que a greve do ABC era legítima, porque os trabalhadores reivindicavam seus direitos pacificamente e o governo em vez de defendê-los optava por ficar ao lado dos patrões e contra os operários, já que o Estado se transformou em um aparelho repressor que usava com suas estruturas coercitivas (policial e administrativa) contra os trabalhadores.

A atitude empregada pelo governo militar, de se colocar na defesa dos empresários e contra os trabalhadores, era vista por setores progressistas do catolicismo como um empecilho aos propósitos da abertura política no contexto da redemocratização. Para as lideranças católicas, não havia possibilidade de uma sociedade democrática, sem que houvesse uma vida digna para os trabalhadores e para suas famílias.

Os patrões recusavam sentar à mesa de negociação porque sabiam que poderiam contar com a burocracia e com o aparato repressivo do Estado. Para os católicos que faziam parte da Pastoral Operária, a recusa dos empresários de negociar com as lideranças sindicais, acabavam contribuindo para que os trabalhadores recorressem ao ato extremo que era a opção pela greve.

Havia padres que não concordavam com o posicionamento da Igreja, no ABC e Volta Redonda, em apoiar as reivindicações dos trabalhadores. Houve quem dissesse que os metalúrgicos não eram pobres, que não queriam trabalhar ou que a Pastoral Operária não deveria ser um sindicato ou um partido político.

Para Antônia Aparecida da Silva Carrara (a Toninha) uma das fundadoras da Pastoral Operária do ABC diz que ainda hoje, a pastoral é malvista por parte de religiosos:

Sempre há algum conflito, mas se estamos atuantes até hoje, é porque eles sempre foram superados com “jogo de cintura” e demonstrando um trabalho sério e comprometido. Conflito com os padres temos até hoje, pois no início diziam que éramos partidários... E muitos não nos aceitavam em suas paróquias. E ainda não aceitam, mas fazemos os trabalhos dentro e também fora das paróquias.¹²⁰

¹¹⁹ Pasta metalúrgicos do ABC e campanha salarial. **Convocação à população do ABC.**

¹²⁰ CARRARA, Antônia Aparecida da Silva. **A Pastoral Operária do ABC Paulista.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, por e-mail, em 13 de junho de 2020.

Entender as estratégias de enfrentamentos dos militantes da Pastoral Operária do ABC Paulista e de Volta Redonda são importantes para ampliar o debate acadêmico sobre os problemas vivenciados pelos metalúrgicos dessas duas regiões. Haja vista que os problemas vivenciados por eles também atingiam trabalhadores de outras regiões do país. Principalmente quando pesamos nos salários baixos, nas péssimas condições de trabalho, no aumento constante da jornada de trabalho, na repressão e no controle políticos dos sindicatos.

Quando abordamos as lutas e organizações dos trabalhadores, devemos considerar todos os diferentes espaços de atuações desses atores sociais como: a fábrica, o sindicato, o partido político, os movimentos de base da Igreja ou manifestações diversas que se dão na vivência diária daqueles batalhadores que lutam por um salário ao final do mês.

2.4 Uma breve apresentação da Igreja e da classe trabalhadora em Volta Redonda

Devemos situar mesmo que brevemente a localização de Volta Redonda. A cidade do aço está localizada entre Rio-São Paulo, às margens do Rio Paraíba do Sul e da rodovia Presidente Dutra. O município se desenvolveu em torno da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Assim como no ABC Paulista, Volta Redonda se transformou em uma região importante no cenário econômico nacional.

Foi também em Volta Redonda que a Igreja Católica assumiu à defesa dos trabalhadores frente às perseguições que ocorriam por parte da diretoria da empresa e por parte dos militares sediados, no 1º Batalhão de Infantaria Blindada em Barra Mansa, cidade próxima a Volta Redonda.

Logo na apresentação de sua tese de doutoramento em Sociologia, Sérgio Eduardo Martins Pereira explica que: “Desde a formação da cidade nos anos 1940, trabalhadores, sindicatos, moradores, Igreja Católica, partidos políticos foram alguns dos atores coletivos que se organizaram em oposição ao controle da Companhia, e por extensão ao poder do Estado.¹²¹ O contexto histórico do surgimento da CSN passa necessariamente pela transformação social e política de Volta Redonda, pela formas recrutamento e gestão da força de trabalho.

A empresa exercia a função de gestora da cidade, prestando serviços básicos como: limpeza de ruas, transportes, lazer, cultura, segurança pública e saúde por meio do hospital da companhia que também atendia a população local. A companhia siderúrgica desempenhava o papel de administradora dos serviços públicos, o que lhe possibilitou a desenvolver um modelo de cidade conhecido como *company-town*, Edilson José Graciolli define esse modelo de organização do espaço social da seguinte forma:

As *company-town* são cidades ou regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir, com razoável grau de garantia, as necessidades de força de trabalho, através da fixação desta pelo fornecimento de moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento.¹²²

¹²¹PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. **Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007. p. 13.

¹²²GRACIOLLI, Edilson José. **Um Caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988**. 2. ed. Uberlândia/MG: EDUFU, 2009. p. 26.

A maioria dos moradores da cidade tinha vínculo direto ou indireto com a CSN e esta, por sua vez, buscava discipliná-los de acordo com o modelo fabril. Nessa mesma linha de raciocínio, Alejandra Estevez explica que: “Sob esta lógica, a CSN assume não apenas a gestão da empresa mas também dos espaços, tanto físicos como sociais.”¹²³

Com a instalação da CSN, a cidade de Volta Redonda passou a ser formada predominantemente por operários, que se organizavam em movimentos sociais como sindicatos, círculos operários e Comunidades Eclesiais de Base.

A Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda se tornou uma instituição religiosa que teve um destacado papel junto à classe trabalhadora local. No início, a diocese atuou como mediadora entre a classe operária e a empresa, objetivando transmitir uma proposta teológica de “paz social”, dando legitimidade religiosa ao projeto de expansão da produção da companhia. Daí a necessidade de transferir a diocese do Município de Barra do Piraí para Volta Redonda.

A Igreja buscou o apoio da CSN para difundir sua ação evangelizadora no mundo do trabalho. Em contrapartida, a Companhia Siderúrgica Nacional avançou com seu projeto de regulamentação das relações sociais com a colaboração da Igreja Católica conforme enfatiza a historiadora Jessie Jane Vieira de Sousa.

Buscava, com isto, a Igreja Católica novamente como a consciência moral do mundo e recuperar uma tradição teológica fundamentada em normas reguladas por meio de leis precisas, que visavam inculcar valores comportamentais referidos ao passado, reconduzindo-a ao centro irradiador de uma determinada moralidade.¹²⁴

Nesse sentido, a diocese buscou difundir uma “mística religiosa”. Sempre pautada numa ordem social e na submissão do trabalhador às normas de dominação da empresa. Desse modo, as estratégias desenvolvidas, concomitantemente, entre a Igreja e a CSN, visavam à subordinação dos indivíduos por meio da obediência hierárquica e da disciplina dentro e fora da companhia.

O envolvimento da diocese com o poder estatal e com os militares se traduz no relacionamento entre o General Edmundo Macedo Soares e Silva e o bispo Dom Agnelo Rossi. Conforme podemos observar no trecho de uma carta enviada pelo bispo, em 1º de agosto de 1959, a Diretoria da CSN, endereçada ao general Macedo Soares:

A fim de que se possa concretizar a aspiração da atual diretoria da CSN de que Volta Redonda seja sede do Bispado, com vantagens incalculáveis de ordem social, educacional, moral e religiosa para a cidade do aço e sem ferir as prerrogativas de Barra do Piraí, venho na qualidade de Bispo Diocesano, solicitar da Exma. Diretoria da CSN as seguintes medidas:

1 – Que seja concretizada a transferência, por escritura de doação à Mitra Diocesana de Barra do Piraí, dos terrenos escolhidos, por acordo entre a Exma. Diretoria da CNS, o Exmo. Sr. Nuncio Apostólico e o Bispo Diocesano; a saber, a área junto à Praça Brasil, entre as ruas 16, 41, 18 e a projetada, que a separa do Posto de Puericultura, e a outra área na rua 156, para a Presidência Episcopal.¹²⁵

¹²³ ESTEVEZ, Alejandra. **As relações de autonomia e dependência entre os trabalhadores e a Igreja de Volta Redonda**. In: ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, ANPUH, 2009.

¹²⁴ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**: Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 50.

¹²⁵ Livro de Tombo da Diocese de Barra do Piraí, 1958.

O apoio moral e religioso que a diocese prestava a companhia era no sentido de estabelecer na cidade uma estrutura religiosa, na qual os Círculos Operários e as Comunidades Eclesiais de Base pudessem desempenhar uma ação social a fim de fortalecer a imagem da própria Igreja junto aos trabalhadores. A Igreja se colocava como portadora da “mensagem do Evangelho” aos operários que chegavam para ingressar no mundo do trabalho. Os discursos católicos que podem ser para disciplinar os trabalhadores ou para libertá-los das formas de exploração do capital.

Por essa razão, temos que levar em consideração que a linguagem encontrada pela Igreja era frequentemente em torno da interpretação do Evangelho. Nesse sentido o professor Roberto Romano explica que:

A Igreja representa-se como reunião desses dois predicados: ela é a visibilidade da palavra divina e reside no íntimo da consciência do povo. Ela própria se afirma Povo de Deus, definição sintética de toda fonte de poder possível no interior da sociedade e noção suficientemente elástica para subsumir o sentido religioso, sociológico e político.¹²⁶

A política desenvolvida entre CSN e Igreja atendia uma finalidade bem específica das duas principais instituições locais. Se de um lado estava a empresa, buscando estabelecer parcerias capazes de auxiliá-la a forjar um ideal de trabalhador do espaço fabril; de outro estava a Igreja, que naquele momento tentava se colocar no espaço da política local. Logo, a CSN apoiou a transferência da diocese do Município de Barra do Piraí para o Município de Volta Redonda.

A transferência da sede episcopal se deve ao fato de que Volta Redonda era cidade recém-emancipada do Município de Barra Manda, e havia se transformado em centro econômico e dinamizador da região Sul Fluminense.

Conforme explicamos anteriormente, os entusiastas desse processo foram o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, que presidia a Companhia Siderúrgica e o bispo Dom Agnelo Rossi que estava à frente do bispado. A companhia se encarregou de preparar tecnicamente a transferência da sede do bispado. Foi ela que cuidou desse processo, doando todas as instalações necessárias, desde mobília até o terreno junto à Praça Brasil, região central da cidade Volta Redonda.

Dom Agnelo não chegou a concluir a processo de transferência. Porque em 6 de setembro de 1962, foi designado Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, função que exerceu até 1 de novembro de 1964, quando da sua nomeação pelo Papa Paulo VI para Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo. Esse processo de transferência se iniciou com Dom Agnelo Rossi foi concluído em 1965¹²⁷, por Dom Altivo Pacheco seu substituto.

A Igreja até então estava estritamente alinhada e atrelada aos interesses da Companhia Siderúrgica Nacional. Mas com a saída de Pacheco e com a chegada do bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes em 08 de dezembro de 1966, a Igreja muda radicalmente de posicionamento. Sob o episcopado de Dom Waldyr, ela passou a atuar em defesa do

¹²⁶ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado. Crítica ao Populismo Católico.** Kairós Livraria e Editora: São Paulo, 1979. p. 42.

¹²⁷ Em 26/01/1965, por decreto da Sagrada Congregação Consistorial, passou a se chamar diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda. A cidade de Volta Redonda apresenta, a partir da década de 1940, um intenso processo de industrialização, derivado da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Ver em: TERRA, *Ana Carolina Lobo*. Descortinando a Lógica Diocesana no Espaço Fluminense. **Revista de Estudos da Religião – REVER.** [on-line]. São Paulo: PUC, 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_terra.htm>. Data do acesso: 15 fev. 2013. ISSN 1677-1222.

movimento operário de Volta Redonda. Emitindo declarações contra a CSN e contra a repressão aos trabalhadores pelos militares do 1º Batalhão Infantaria Blindada.

Outra medida tomada pelo bispo foi o processo de organização das paróquias, passando a investir profundamente na formação de grupos de “bases”, transformando uma Igreja sacramental e clerical para uma Igreja popular, possibilitando o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base¹²⁸ e das pastorais sociais como a Pastoral Operária. Isso pode ser evidenciado nos estudos realizados pela pesquisadora Alejandra Estevez quando afirmar que:

Imediatamente após sua chegada, D. Waldyr adota posturas mais democratizantes e menos hierarquizadas em relação à forma de conduzir o bispado. Como uma de suas medidas nesse sentido, ele descentraliza as atividades da Diocese e cria 105 pequenas comunidades que tinham como tarefa debater problemas de ordem cotidiana e encontrar soluções viáveis para a sua resolução.¹²⁹

As CEB's representavam um novo modo de evangelização, porque seus participantes discutiam os problemas sociais sobre a luz do Evangelho. As discussões não se restringiam somente sobre a animação da fé, mas criavam projetos alternativos a fim de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. O próprio bispo Dom Waldyr em uma entrevista concedida ao pesquisador João Pedro Baresi em agosto de 1989, explica que:

Uma verdadeira Comunidade surge ligada com a realidade, com os problemas que o povo enfrenta (saúde, escola, transporte, água e luz, etc.). O pessoal começa a tomar consciência de sua participação e vai se integrando dentro dos trabalhos e lutas de suas organizações, seu sindicato, associação de bairro ou de outros comitês que o povo cria.¹³⁰

E em uma cidade formada por um grande número de operários, as CEB's se transformaram em um mecanismo de expansão da mensagem religiosa por meio da classe trabalhadora local. Isso pode ser observado nas pesquisas de Paulo Célio Soares, ao tratar do início das CEB's em Volta Redonda:

Tendo que assumir a comunidade devido a falta de um pároco local, no início de 1972, D. Waldyr formou um grande grupo com cerca de trinta pessoas da região. No início a tarefa de cada um era percorrer o bairro, que foi dividido em 21 setores, para comentar o evangelho do último domingo. Este trabalho era acompanhado semanalmente pelo bispo e sua evolução

¹²⁸ Nesse sentido, podemos definir a Comunidade Eclesial de Base como sendo um grupo de pessoas com status e papéis diferenciados, mas que exige laços e partilha de dons. “A CEB é natural, quando corresponde a um agrupamento ocasionado pela vida profana – cristãos que a necessidade da vida, o bairro, ou o meio, ou os centros de interesses comuns, fazem encontrar-se habitualmente e que um dia começam a ser interrogar juntos o seu comportamento cristão, a presença da Igreja que eles representam no seu meio e a missão que disto decorre.” Ver em: MARINS, José P. **A Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. s/ ed., s/ data, p. 75.

¹²⁹ ESTEVEZ, Alejandra. **O Caso JUDICA e as estratégias de conquista de hegemonia entre Igreja e Estado durante a Ditadura Militar**. In: ANAIS DO III SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 3., 2011, Marechal Cândido Rondon. Anais... Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011. p. 15-32.

¹³⁰ NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida ao João Pedro Baresi em agosto de 1989. In: BARESI, João Pedro. **Caminhar com o povo. Sem Fronteiras**, São Carlos/SP, n. 171, p. 10-15, ago. 1989.

levou a formação de vários grupos de reflexão, que discutiam subsídios preparados com temas levantados pela diocese.¹³¹

Com a criação das CEB's, o bispo adotou um modelo paroquial mais centralizado e hierarquizado, pois o bispo centralizava tanto as paróquias quanto às atividades que eram reservadas ao clero e ao leigo. Esse processo de centralização e de hierarquização proposto por Dom Waldyr atendia a perspectiva da Igreja dentro da centralização e da subordinação das atividades religiosas e pastorais que vinham sendo desenvolvidos pela a Ação Católica Brasileira. Desse modo, Lima ressalta que:

(...) não basta para o apostolado pessoal sobre os católicos, satisfazer-se com a transformação de elementos nominais em praticantes e destes em militantes. A ação católica, em sentido restrito, pede mais. A subordinação dessa atividade às autoridades competentes e a uma direção e organização comum, que constitui efetivamente a Ação Católica Oficial.¹³²

A esse modelo de centralização das atividades religiosas e sociais, o bispo deu o nome de Modelo de Paróquia Única. Era uma forma de administrar as ações pastorais que eram desenvolvidas pela diocese –, a comunidade de uma determinada região elegia um determinado padre, que ficaria responsável pela coordenação das paróquias. Após a eleição, o padre ficaria na coordenação por um período de dois anos, o bispo Waldyr era quem fazia a nomeação.

Essa coordenação se dava por meio do Conselho Regional Pastoral¹³³, que funcionava como um fórum em que eram estabelecidas as definições gerais de todas as pastorais, inclusive da Pastoral Operária. O conselho estabelecia as formas de como deveriam ocorrer os sacramentos como batismo, crisma e matrimônio. Além de determinar os formatos das missas e, igualmente, responsabilizar-se-ia pela reunião mensal, a qual definiria catequese, liturgia, reunião com os trabalhadores nos bairros, limpeza e conservação das paróquias.

Todas as diretrizes aprovadas pelo conselho teriam que estar em conformidade com todas as pastorais e submetidas à aprovação do bispo. Por essa razão, deu-se o nome de Paróquia Única, tendo em vista que tudo era decidido em conjunto, mas qualquer atividade, seja a coordenada por leigos ou por clérigos, deveria ser previamente aprovada pelo bispo.

Com relação ao Modelo de Paróquia Única desenvolvido na Diocese, o bispo define-o da seguinte forma:

(...) me vem então a idéia de criar a Paróquia Única e ... situar os padres dentro daquelas áreas onde nos chamávamos pequenas comunidades. Ai eles partiram além de receber aquela área ou região como chamávamos além de receber aquela área eles criavam também em outras pequenas ... periferias, as pequenas periferias para os pequenos grupos que lá também devia nascer. E assim foi que nasceu entre nós essa concepção de que sendo uma Paróquia Única, todos os padres é importante isto, todos os padres tinham que ser

¹³¹ SOARES, Paulo Célio. A atuação das Ceb's em Volta Redonda (1974 – 1979). **Revista Nures**, São Paulo, Set./Dez. 2009.

¹³² LIMA, Alceu Amoroso. **Elementos da Ação Católica**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938. p. 157.

¹³³ O Conselho Regional Pastoral reúne representantes de todos os conselhos das comunidades em que as pastorais têm participação. Em geral, há dois representantes de cada pastoral existente. Pode-se aumentar esse número, a critério do conselho. Ver em: COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 85.

sintonizados naquele modelo que foi criado. Não cada um fazendo o que queria no seu na sua Paróquia.¹³⁴

Esse Modelo de Paróquia Única desenvolvido na Diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda deu ao bispo Dom Waldyr Calheiro de Novaes uma preponderância em relação aos movimentos católicos da cidade. Apesar do reconhecimento das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais sociais, a autoridade clerical do bispo era o que prevalecia nos conflitos envolvendo a Igreja e a Companhia Siderúrgica Nacional. Cada enfrentamento da Igreja com a companhia ficava evidenciado a ação política do bispo local já que suas reivindicações se aproximavam das reivindicações dos movimentos sindicais. Pereira explica que:

A partir dessa nova postura, o olhar e as ações da Igreja também se transferem para fora dos limites da “cidade operária”, indo ao encontro das populações e das carências enfrentadas na periferia de Volta Redonda [...]. A década de 1970 também seria marcada pela presença de padres operários e pela difusão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de seus grupos de reflexão nessas áreas. Além do processo de construção das CEBs em Volta Redonda, os “padres operários” foram em grande medida os responsáveis pela formação de organizações operárias como a Ação Católica Operária (ACO), a Pastoral Operária (PO) e pela reorganização da JOC. Tamanho foi o envolvimento da diocese com essa perspectiva “operária” que nos anos 1970 chegou a funcionar na diocese um seminário próprio e voltado para a formação dos chamados padres operários.¹³⁵

É importante fazer essa breve explanação porque a forma de evangelização social do bispo Dom Waldyr em Volta Redonda se diferenciava da forma como Dom Cláudio Hummes conduzia seu bispado no ABC Paulista. Em Volta Redonda, a atuação religiosa e social do bispo era mais politizada no sentido próprio do termo. No ABC, os movimentos católicos, como a Pastoral Operária, tiveram uma preponderância em relação à figura do bispo.

Em Volta Redonda isso não foi possível devido ao próprio discurso politizado do bispo local. Essa ação política de Dom Waldyr levou a Igreja entrar em um conflito aberto com o coronel Armênio Pereira Gonçalves do 1º BIB, e também com as autoridades civis locais, conforme explica Alejandra Estevez:

O Cel. Armênio Pereira, personagem já inscrito na história local desde sua atuação no caso Judica, declarava oficialmente “guerra” à diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda. Sua estratégia era empreender uma campanha de difamação e convencimento da opinião pública de que a Igreja local estava se constituindo enquanto mais um núcleo de ação subversiva e terrorista. Para isso, contava não apenas com a poderosa imprensa local e nacional, controlada e censurada, como também com importantes aliados locais, como as autoridades municipais, empresariais e um grupo de sacerdotes descontentes com a nova linha pastoral assumida pelo bispo Dom Waldyr.¹³⁶

¹³⁴ SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **Resistência e Compaixão: o Catolicismo Social de Dom Waldyr Calheiros de Novaes**. Jundiá: Paco Editorial, 2017. p. 89.

¹³⁵ PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. **Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007. p. 103-104.

¹³⁶ ESTEVEZ, AlejandraLuisa Magalhães. **Projetos Católicos e Movimentos Sociais: A Diocese de Barra do Pirai/ Volta Redonda (1966-2010)**. 2013. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em

Temos que compreender que a ação politizada do bispo tem amparo no próprio contexto político local. Em Volta Redonda, a repressão aos trabalhadores por parte da ditadura militar se deu de forma mais rigorosa do que no ABC. Isso contribuiu para que o bispo de Volta Redonda colocasse peso de sua autoridade eclesiástica em defesa da classe trabalhadora.

Podemos observar como o bispo se colocava pessoalmente em defesa dos trabalhadores em uma carta publicada no *Jornal do Brasil* em 14 de novembro de 1967. Em resposta ao coronel, Armênio Pereira Gonçalves, comandante do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, pela invasão da residência episcopal por soldados do exército que buscavam provas que pudessem colocar o religioso como agitador da classe trabalhadora. Para rebater a arbitrariedade dos militares, o bispo listou os “setes pecados capitais”.

Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado:

1) com um acordo salarial que vem se arrastando há cinco meses, e enquanto isso vários operários são privados até “dessas migalhas que caem da mesa de seu Senhor”...

2) estou preocupado que, para alguns, este aumento acrescenta NC\$ 160,00 a mais no seu salário, enquanto, para outros, o aumento representa mais ou menos NC\$ 21,00, que, somados ao seu salário atual, chegam a NC\$ 150,00, quantia inferior ao simples aumento dos primeiros. O pão que este come é o mesmo preço daquele. A carne que estes não comem é do mesmo preço do daqueles que a comem. A carne que estes não comem é do mesmo para aqueles que a comem;

3) estou preocupado que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor dos operários, que já é preocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, pois centenas de operários, no dia de pagamento, levam para suas casas, motivando tristeza para alguns lares, desentendimentos em outros e desespero para muitos, pondo a estabilidade da família em jogo;

4) estou preocupado com o índice elevado de doentes mentais entre operários, não só novos, como antigos. Alarma-nos também o número de alcoólatras;

5) estou preocupado com a manutenção de castas sociais: como existe nos bairros do Laranjal e Vila e nos apartamentos pois isto é criar rivalidades entre classes. São ilhas criadas;

6) estou preocupado com a vida de comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem. Sei que a própria CSN está preocupada também há vários anos. As casas não lhes pertencendo e não podendo comprá-las, ninguém se sente estável e seguro. Daí, a apatia por qualquer coisa da cidade. Esta indiferença entre pessoas humanas é pernicioso no relacionamento humano;

7) estou preocupado com o excesso da oferta de trabalho e a exploração de algumas empresas que se aproveitam da situação, impondo-lhes pagamento arbitrário, em desrespeito à legislação vigente.¹³⁷

Esse documento tem um significado relevante para entender a personalidade histórica do bispo e de suas ações pastorais. Em primeiro lugar, podemos verificar uma declaração político-ideológica. A carta também demonstra o tom de denúncia sobre as condições sociais

Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013. p.79.

¹³⁷ EXÉRCITO cerca e invade cada de bispo à cata de subversão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 17. 14 nov. 1967.

vivenciadas pelos operários da CSN, que incluía os baixos salários; a instabilidade familiar, visto que os operários estavam sujeitos a perderem suas residências, assim que se aposentassem, pois não podiam pagar por elas; o aumento de doenças mentais entre os operários e do alcoolismo.

Apesar do discurso do bispo ser parecido com os dos movimentos sindicais de esquerda, ele se diferencia destes porque a preocupação de Dom Waldyr receava com uma possível revolta operária, devido às más condições de trabalho, o que acarretaria um descontrole de ordem social. A cidade de Volta Redonda como qualquer outra cidade operária foi palco de conflitos, mas também despertava o sonho de muitos trabalhadores a ocupar uma disputada vaga de emprego na CSN conforme explica Sérgio Eduardo Martins Pereira:

Entre as décadas de 1950 e 60, ocorreu uma nova demanda por mão-de-obra para a ampliação da produção siderúrgica, assim como para os setores em crescimento no período pós-emancipação (comércio e, principalmente, construção civil). Essas condições objetivas eram, entretanto, em muito potencializadas pelo imaginário difundido pela Companhia. No plano simbólico, Volta Redonda continuava a ser oficialmente apresentada para o restante do país como um “Eldorado” de desenvolvimento, riqueza e emprego.¹³⁸

A história de vida de Evaldo Pontes da Silva simboliza bem o sonho de trabalhar como operário em São Paulo ou Rio de Janeiro, regiões símbolos do progresso brasileiro. Evaldo Pontes nasceu na cidade de Alagoinha, distrito de Perpétuo Socorro em Pernambuco. Ele relata como foi impactante sair do Nordeste para cumprir o sonho de sair do Nordeste para trabalhar no Sudeste, em Volta Redonda, no Sul do Estado do Rio de Janeiro.

Alagoinha era constituída por um pequeno povoado situada, geograficamente, no sertão pernambucano. Assim como outras regiões do Nordeste, Alagoinha era castigada pela seca. Até aos dezessete anos de idade, a vida de Evaldo Pontes era como a de muitos nordestinos. Acordava às quatro horas da manhã para buscar águas nos açudes das fazendas distantes do vilarejo de onde morava.

As dificuldades que a caatinga e a seca lhes apresentavam eram os motivos de sonhar em migrar para os dois principais centros urbanos do país - Rio de Janeiro ou São Paulo. Objetivo tão presente no imaginário dos nordestinos que até nas brincadeiras de crianças imaginavam morar em São Paulo ou no Rio de Janeiro, conforme explica Evaldo ao falar da sua infância em Alagoinha.

Nós brincávamos quando criança de cabra-cega e cada um ia pra dentro do mato, caatinga, procurar um lugar mais bonito possível né, que tivesse alguma grutazinha, as pedras, os cactos, então a gente enfeitava com bandeirinha aquele lugar e nós chamávamos aquele espaço de São Paulo.¹³⁹

Em 1970, aos dezenove anos de idade e recém casado, Evaldo mudou-se para Volta Redonda com a finalidade de uma vida mais confortável do que aquela que vivera no sertão pernambucano. Ao chegar à cidade operária, deparou-se com a realidade de muitos trabalhadores que migravam em busca de uma vida melhor do ponto de vista material, as

¹³⁸ PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. **Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007. p. 52.

¹³⁹ SILVA, Evaldo Pontes da. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 19 de nov. de 2019, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

dificuldades de inserirem no mercado de trabalho. Foram três meses de dificuldade financeira até encontrar um trabalho em uma empresa que prestava serviço para a Companhia Siderúrgica Nacional, contudo o sonho de qualquer trabalhador que chegava a Volta Redonda era o de entrar para o quadro de funcionários da CSN.

Foi em Volta Redonda que Evaldo Pontes começou a conhecer a realidade do mundo do trabalho principalmente sobre as relações sociais conflitantes entre capital e trabalho. A aquela liberdade que existia no sertão pernambucano, não existia na cidade operária onde os homens eram obrigados a seguir o ritmo das máquinas. Essa diferença entre a vida livre no campo e a vida controlada pela produção na cidade também contribuiu para que Evaldo observasse como o capitalismo cria seu mecanismo de dominação retirando dos trabalhadores às liberdades individuais e coletivas.

Eu não conhecia ainda, entre patrão e empregado, quer dizer o mundo operário, o mundo do capital, eu comecei a sentir na pele assim o quanto isso era sofrido né, aquela liberdade que nós tínhamos num certo aspecto na vida simples do Nordeste pra aquela vida aqui também simples, mas um pouco presa, escravizada ao patrão e aquilo eu comecei já a criar uma certa consciência e já tinha alguns trabalhadores mesmo nessa empreiteira já começaram a despertar em mim essa consciência crítica do trabalho, e assim quando foi depois eu consegui em 73 entrar na Companhia Siderúrgica Nacional, trabalhar lá dentro.¹⁴⁰

Ao entrar para a CSN em 1973, Evaldo Pontes passou pela experiência da oposição sindical juntamente com outros operários que já atuavam nesse sentido. Essa descoberta do mundo do trabalho por operários como Evaldo se enquadra em um movimento histórico mais amplo, a exemplo, das experiências dos trabalhadores e das trabalhadoras do ABC Paulista.

Em Volta Redonda, na década de 1970, já registrava uma oscilação entre o desenvolvimento e a retração econômica, gerando conseqüências econômicas e sociais para a cidade e para os trabalhadores. Ao reduzir seus investimentos na cidade, a CSN impactou de forma negativa na vida de milhares de trabalhadores que estavam empregados em outras empresas que prestavam serviços a ela, dando início a primeira greve em 1979. Nessa greve já registramos a participação dos integrantes da Pastoral Operária. Nesse sentido, Evaldo explica que:

Eu entrei na CSN né e comecei a trabalhar na CSN, e nessa época já tava se movimentando uma oposição sindical. Eu comecei a me interessar por isso, e quando foi em 79, se eu não me engano, teve a primeira greve dos empreitarias. Tinha muitas empreitarias trabalhando na CSN, tava começando a expansão e eu tive a oportunidade de participar, de apoiar essa greve né. E aí houve um despertar maior ainda da minha consciência do direito do trabalhador.¹⁴¹

A Pastoral Operária neste momento ainda estava sendo criada na Diocese de Volta Redonda. Ela passou a ser uma pastoral constituída mesmo a partir de 1980. E isso se deve aos padres franceses que foram os idealizadores. Mas o bispo Dom Waldyr foi fundamental para o fortalecimento da PO em Volta Redonda. O bispo dialogava diretamente com os trabalhadores, animando-os na caminhada do Evangelho e do enfrentamento por condições

¹⁴⁰ SILVA, Evaldo Pontes da. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 19 de nov. de 2019, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

¹⁴¹ Ibidem.

razoáveis de trabalho no interior da Companhia Siderúrgica Nacional. Paralelamente ao surgimento da Pastoral Operária em Volta Redonda surge também o Grupo de Oposição Sindical, quando relativamente se inicia uma oposição sindical. Edilson José Graciolli elenca um conjunto de acontecimentos que foram fundamentais para o desenvolvimento de um sindicato atuante e combativo:

Um conjunto de lutas sociais ocorridas na região de Volta Redonda contribuiu para a criação e a vitória do Grupo de Oposição Sindical, tais como: a greve dos professores do Estado do Rio de Janeiro, em 1979, que contou com o apoio dos moradores de Volta Redonda; a greve dos trabalhadores da construção civil, das empreiteiras que operavam na expansão da CSN, que durou dez dias e foi violentamente reprimida. Essa greve dos trabalhadores das empreiteiras obteve apoio popular em Volta Redonda, mas ainda permaneceu distante de conseguir o engajamento dos operários da CSN. Não obstante, tais movimentos foram formando um quadro, em que a ideia de greve ganhava força como instrumento de luta e organização.¹⁴²

A atuação da Pastoral Operária em Volta Redonda não se diferenciava da atuação de outras regiões do país. Tinha como princípio norteador unir os trabalhadores em torno do Evangelho. Muitos trabalhadores vinham de regiões distantes do país com suas famílias para trabalhar nas empreiteiras da CSN, enfrentando longas jornadas de trabalho, quase sempre sem nenhuma especialização e recebendo baixas remunerações.

Na greve dos trabalhadores das empresas que prestavam serviços na expansão da CSN em 1979, a pastoral atuou para conter as demissões e na exigência de equipamentos de segurança para os terceirizados. Sendo assim Geraldo Orozimbo explica como essa greve foi importante para a sua atuação na Pastoral Operária e também para o próprio fortalecimento da pastoral junto aos trabalhadores:

[...] fortaleceu essa minha caminhada de Pastoral Operária, de se unir com os trabalhadores, de conviver. Mas foi quando aconteceu a greve dos peões aqui de Volta Redonda, que o pessoal vinha de outras regiões, trabalhar e nem podia mandar nada pras famílias, quem tava lá de longe, vinha do nordeste de outras regiões e trabalhava só a troco de comida. Então deu uma greve que muitos trabalhadores ficou sofrendo na rua aí, não tinha aonde ir isso aí me motivou muito a reunir, a fortalecer a Pastoral Operária. Reunir trabalhadores e esse fortalecimento da Pastoral Operária, a gente marcou assembléia de trabalhadores aqui na Cúria, demitidos, lembro que na época a gente conseguiu 70 trabalhadores demitidos, vendo trabalhador que não sabia o que era sindicato, não sabia o que segurança de trabalho não tinha, não sabia que existia o material de proteção, tudo isso as pessoas falavam pra gente, então aí isso que foi cada vez mais motivando a gente fortalecer a Pastoral Operária.¹⁴³

O desenvolvimento econômico e o sonho de fazer parte dos quadros de uma das siderúrgicas mais importantes do eixo entre Rio e São Paulo não foram suficientes para atenuar o conflito social existente entre o capita e o trabalho. O final da década de 1970 e

¹⁴² GRACIOLLI, Edilson José. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência na greve em 1988**. 2. ed. Uberlândia, EDUFU, 2009. p. 61.

¹⁴³ OROZIMBO, Geraldo. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 20 de jan. de 2020, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

durante toda a década de 1980 marcaram a reorganização de diversos movimentos da sociedade que atuaram dentro e fora das fábricas em defesa dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores.

Evidentemente, que existiam outros movimentos da sociedade civil que não faziam parte da Igreja que atuavam em defesa dos trabalhadores em Volta Redonda. Não obstante, havia também outros movimentos católicos que antecedem a Pastoral Operária, e que foram de grande importância para a oposição sindical na cidade como a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária.

Diferentemente do ABC Paulista, a Pastoral Operária de Volta Redonda já surgiu com o terreno preparado pela Comunidade Eclesial de Base. Sem um grupo de Oposição Sindical ou uma esquerda consolidada na cidade. O bispo Dom Waldyr abriu as portas da Igreja para os movimentos católicos. No entanto, o controle clerical se deu de forma mais eficiente do que no ABC. Em Volta Redonda, os Conselhos Diocesanos acompanhavam de perto todas as atividades desenvolvidas pela Pastoral Operária.

Esse clericalismo que foi desenvolvido em Volta Redonda se deu pela própria forma com que muito trabalhadores enxergavam a Igreja. Diante de uma reunião de integrantes da Igreja com os trabalhadores, o que contava mesmo eram as palavras dos padres ou a palavra do próprio bispo. Os operários não davam credibilidade nas palavras de outros trabalhadores que buscavam conscientizá-los, Orozimbo relata essa experiência da seguinte forma:

A gente dizia, a palavra do padre diante dos trabalhadores não é ele quem vai fazer o serviço, mas ajuda porque tem aquela visão a mais, muitos olham pro padre, uma palavra dele vale por cem da gente, é só essa ajuda de conscientização. E é isso que foi muito importante aqui, que teve uns padres aqui, não vou citar todos além do bispo, mas muitos padres que ainda hoje tem uns aí que ajudou muito nesse sentido, a gente fazia conselho diocesano, e conselho diocesano, eu levava os trabalhos da Pastoral Operária. O que foi feito no ano, como é que foi a participação, greve da construção civil, metalúrgicos, então essa parte de greve, comerciários que a gente apoiava. Então, quando saiu o assunto que a Pastoral Operária não era sindicato da construção civil, aí eu fiz um relatório todinho, nós tínhamos um coordenação diocesana, tinha uma equipe de formação da Pastoral Operária, uma equipe de formação, levei para o Conselho Diocesano os trabalhos, as lutas, participava do que, qual sindicato, construção civil, metalúrgico, comerciante, associação das domésticas, tudo isso era ligado à Pastoral Operária.¹⁴⁴

A Igreja atuou fortemente na Oposição Sindical em Volta Redonda. Mas com certa parcimônia para não levantar bandeira dos sindicalistas “situacionista” que defendiam os interesses da CSN, e também ela buscava se afastar dos sindicalistas de esquerda que eram independentes, sem vínculos com as duas principais instituições que existiam na cidade, que eram a própria Igreja e a Companhia Siderúrgica Nacional.

A pesar de a Igreja colocar toda sua estrutura, como a distribuição de boletins dentro e fora da fábrica, reuniões semanais com operários para discutir os problemas cotidianos vivenciados por eles dentro da CSN, não foi possível evitar a derrota da Oposição Sindical nas eleições de junho de 1980.

Todavia, a derrota não foi toda perdida, porque a Ação Católica Operária e a Pastoral Operária trabalharam pela sindicalização em massa dos operários e também por uma participação política mais ativa, trabalhando com a Igreja na organização local do Partido dos

¹⁴⁴ OROZIMBO, Geraldo. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 20 de jan. de 2020, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

Trabalhadores. Estratégia política da Pastoral Operária voltada para o mundo do trabalho, mais especificamente para o fortalecimento da Oposição Sindical; fato que igualmente ocorreu no ABC Paulista. Experiência de luta entre movimento católico e operário que ficará mais evidenciado no próximo e último capítulo.

CAPÍTULO III

A IGREJA E A PASTORAL OPERÁRIA NO ABC PAULISTA E EM VOLTA REDONDA: DO DISCURSO À PRÁTICA

Deus parecia habitar o cimo de uma montanha, e a espiritualidade era ensinada como um manual de alpinismo a ser utilizado pelo cristão interessado em galgar as difíceis escarpas. Como somos de natureza frágil, recomeçamos a cada a escalada...É a repetição incessante do mito de Sísifo, carregando a pedra montanha acima.¹⁴⁵

Nesse capítulo, busca-se compreender as experiências políticas e religiosas dos agentes da Pastoral Operária com os trabalhadores. Investigamos, também, como a Igreja, a Pastoral Operária e os movimentos populares se articularam no ABC Paulista e em Volta Redonda para combater a política de livre mercado que passou a ganhar força no Brasil na década de 1990.

No presente capítulo se examina as contribuições políticas dos integrantes da Pastoral Operária do ABC e de Volta Redonda, bem como as limitações do trabalho da Igreja com a classe trabalhadora, por meio das inovações tecnológicas para o mundo do trabalho com o avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990.

Essas limitações incluíram diversas restrições econômicas e a contínua incapacidade do Estado para designar investimentos e para garantir a previsão de crescimento em infraestrutura que era essencial para dar sustentação ao crescimento econômico, à urbanização e ao bem-estar social das classes sociais menos favorecidas economicamente.

3.1 A Igreja e os trabalhadores: a história dos mártires integrantes da Pastoral Operária durante o período de redemocratização

Quando analisamos os diferentes conflitos envolvendo diferenciados movimentos populares durante a redemocratização, devemos pensar nas experiências e nos discursos proferidos por esses atores sociais; trata-se de vozes que ecoam pelos vários estratos da sociedade.

Muitos católicos descobriram o mundo do trabalho por meio dos diferentes movimentos sociais e religiosos, nos quais atuaram nas pastorais sociais. Durante a década de 1970, jovens estudantes e trabalhadores católicos passaram a se aproximar dos movimentos populares que se organizaram após serem reprimidos durante os anos mais obscurantistas da ditadura militar.

Diante da repressão política, católicos foram presos ou tiveram que pedir asilo político. A repressão que se abateu sobre toda a oposição, inclusive sobre a esquerda cristã, contribuiu para provocar uma radicalização na participação política de muitos cristãos, incluindo membros da Pastoral Operária.

A resistência à ditadura militar propiciou a luta pelas liberdades democráticas durante as décadas de 1970 e de 1980. Conforme explica Maria Paulo Nascimento Araujo: “O movimento dessa luta democrática se situa entre os primeiros anos da década de 1970 e

¹⁴⁵ BETTO, Frei. **Fidel e a religião**: conversas com Frei Betto. 1. ed. São Paulo: Fontanar, 2006. p. 53.

meados dos anos 1980, mais precisamente entre 1974 e 1985, quando se deu a posse do presidente José Sarney”¹⁴⁶.

A luta democrática contribuiu para que a esquerda católica descobrisse, no movimento operário, um forte aliado na luta contra o regime político dos militares que ainda vigorava no país; católicos se aproximaram do movimento sindical em várias partes do território nacional.

Maria Paula Nascimento Araujo parte do princípio que esse é um período históricos que se diferencia de períodos anteriores; trata-se de um período chamado por ela de “resistência e de luta democrática”¹⁴⁷ que incluía amplos setores da esquerda brasileira contra a ditadura. Setores da esquerda, incluindo os católicos que faziam alianças políticas com setores mais moderados, objetivando ampliar os movimentos da sociedade civil que lutavam por liberdades democráticas.

Os movimentos anteriores, mais à esquerda, que contestavam a ditadura militar eram radicalmente contrários à aliança com setores mais moderados. Eles acusavam esses setores de serem reformistas e distantes dos anseios da classe trabalhadora.

Parte da esquerda católica acreditava que o período de distensão idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo do general Ernesto Geisel, o quarto presidente da ditadura militar a governar o país, deveria ser uma oportunidade para que as forças de esquerda ampliassem uma frente de luta. No entanto, setores mais radicais da esquerda entendiam que o projeto de distensão era uma forma de excluir as esquerdas e os movimentos populares das decisões políticas, e não atacava os graves problemas da desigualdade social existentes no Brasil.

Se por um lado, o projeto do general Golbery era uma tentativa de a ditadura militar fazer uma transição que conduzisse o país a uma democracia que assegurasse ao Estado o seu poder autoritário, e que limitasse ao máximo a participação da população brasileira na vida política do país; por outro, a desconfiança de uma parte da esquerda se dava porque, apesar da abertura política ter sido iniciada pelo governo do general Ernesto Geisel, não foram poucas as medidas antidemocráticas adotadas por sua gestão; a principal delas foi o chamado Pacote de Abril, o qual previa o fechamento do Congresso Nacional (as atividades foram suspensas por quatorze dias) e a continuidade das eleições indiretas para presidentes e governadores - uma emenda constitucional, mantendo as eleições indiretas, era a saída. Mas havia um problema: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido que dava sustentação política à ditadura, não tinha os 2/3 de votos necessários para emendar a Constituição.

Nas eleições de 1974, o partido oposicionista, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), elegeu dezesseis das vinte e duas cadeiras senatoriais então em disputa. Por isso mesmo, uma das "novidades" do chamado "Pacote de Abril" foi exigir eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de "biônicos".¹⁴⁸ No entanto, a abertura política de Geisel, mesmo sendo questionada e com suas contradições, inaugurou uma nova fase na atuação das esquerdas de modo geral e da esquerda católica em particular. Quando falamos de abertura política e de atuação dos movimentos populares, da segunda metade da

¹⁴⁶ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 323.

¹⁴⁷ Ibidem. p. 323-353.

¹⁴⁸ Tales dos Santos Pinto explica que: A denominação biônica dada aos senadores decorria de uma série norteamericana de televisão, “O homem de Seis Milhões de Dólares”, que era retransmitida no Brasil pela rede Bandeirantes de São Paulo, na qual o personagem principal tinha sua vida salva por agentes do governo dos EUA, através de implantes biônicos instalados em seu corpo. A metáfora era feita para indicar os parlamentares que não enfrentavam as campanhas eleitorais e eram protegidos pelo governo. Ver em: PINTO, Tales dos Santos. **Os senadores biônicos e o pacote de Abril**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/os-senadores-bionicos-pacote-abril.htm>> Acesso em: 11 mar. 2020.

década de 1970, estamos tratando de “projetos políticos” antagônicos conforme bem assinalou Maria Paulo Nascimento Araujo:

De um lado, o projeto de “abertura política” do regime (visto pela esquerda como uma estratégia de institucionalização da ditadura). E, de outro, pela atuação das forças de esquerda que buscavam inviabilizar essa institucionalização e alargar o espaço político e as conquistas democráticas.¹⁴⁹

A Pastoral Operária fazia parte das forças de esquerda que buscavam inviabilizar a institucionalização da ditadura militar e atuavam para alargar o espaço político e as conquistas no mundo do trabalho. José Lucas dos Santos, que vem de família operária, e que começou a trabalhar nas indústrias de São Paulo aos quatorze anos de idade, tornando-se membro da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo em 1984, explica-nos como os integrantes da pastoral atuavam politicamente no sentido de alargar os espaços políticos dos movimentos populares e do movimento sindical. Quando questionado a respeito da participação política dos agentes pastorais durante o processo de abertura política, Santos responde da seguinte forma:

Então, os anos 1970 foi um ano de, enquanto jovem trabalhador, uma relação muito próxima com um movimento popular, que se organizava, que crescia e uma relação com o movimento sindical. A gente se descobre trabalhador, operário e aí descobre que existe um movimento organizado, sendo organizado ou sendo retomado na organização dos trabalhadores né. Em particular em São Paulo, a gente se vinculou muito aos grupos de Oposição Sindical. No caso, de São Paulo, a Oposição Sindical Metalúrgica. Por quê? Porque o sindicato primeiro passou por um período de intervenção e em seguida um dos interventores daquele período da ditadura militar foi “incultado”, foi colocado à frente dos metalúrgicos de São Paulo e se sucedia, se sucedeu durante muito tempo à frente do sindicato. E no trabalho de oposição um pouco assim o objetivo de aquilo que a gente fazia nas comunidades fazer também lá, era organizar dentro da fábrica, reunir pequenos trabalhadores né, em grupos pequenos, tentar criar um processo diferenciado e de resistência, de organização, de informação.¹⁵⁰

Apesar dos anos de 1970 serem marcados por um projeto de abertura, ele não impediu prisões, torturas e assassinatos de opositores da ditadura militar. Em 1970, ainda, havia trabalhadores católicos sendo presos, torturados e mortos. Dois desses episódios trágicos ocorreram em São Paulo marcando profundamente a história da pastoral e do movimento operário.

O primeiro foi Manoel Fiel Filho,¹⁵¹ brutalmente torturado e assassinado pela repressão. Em 1970, o operário foi detido pelos militares e levado para o DOPS (Departamento de

¹⁴⁹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 324.

¹⁵⁰ SANTOS, José Lucas dos. **Pastoral Operária**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

¹⁵¹ Manoel Fiel Filho era alagoano da cidade de Quebrangulo. Manoel Fiel Filho veio para São Paulo aos 17 anos, em 1944. Foi cobrador de ônibus, padeiro e, por fim, metalúrgico. Trabalhou durante 19 anos da Metal Arte, no bairro da Mooca, considerado pelos chefes um operário exemplar. Os colegas diziam que ele vivia para o trabalho e para a família. Foi preso em 16 de fevereiro, na própria fábrica, e no dia seguinte estava morto, em

Ordem Política e Social). Depois de ser levado para as dependências do DOPS, o jovem operário foi morto por enforcamento, mas os agentes da repressão negaram que Manoel Fiel Filho tenha sido assassinado, e defendiam a tese de suicídio. Tese refutada por lideranças católicas.

Para os católicos, que pertenciam aos movimentos populares, a Igreja deveria condenar a violência do Estado e defender publicamente os direitos humanos. Diante dessa pressão, a Igreja passou a emitir notas, afirmando que Manoel Fiel Filho era mais uma vítima das torturas praticadas nas dependências dos órgãos de repressão da ditadura militar.

Manoel Fiel Filho era uma liderança operária, que tinha uma ligação direta com PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e com a esquerda católica, principalmente com a Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Não chegou a ocupar cargo de direção ou nenhuma outra função relevante dentro da estrutura partidária, também não dentro da Igreja. Mas por ele ser membro do PCdoB e ter tido uma atuação no movimento operário passou a ser um alvo da repressão.

Sua prisão ocorreu no local de trabalho, dentro da fábrica, deixando muitos trabalhadores, como José Lucas dos Santos, assustados com a violência praticada por agentes do Estado. O velório de despedida do operário assassinado se deu na paróquia na qual ele atuava como uma liderança católica. A Igreja protestou com uma missa de corpo presente que contou com a presença do bispo titular da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e de seu auxiliar, Dom Luciano Mendes de Almeida. Esse trágico episódio contribuiu para que Santos viesse atuar na Pastoral Operária conforme podemos observar abaixo:

Bom, o que chama a atenção é que eu e mais dois ou três, na época que participava, éramos operários e a gente ficou muito estarecido porque a gente perguntava: “Poxa, mas mataram um operário?”, “Por que mataram um operário?”; e a gente dizia: “Bom, mas nós somos filhos de operários.”, “Estão matando os operários.”; Então a gente virou e falou: “Mas nós somos operários”. Então, esse foi um pouco de *start* de: “Ôpá, aqui tem algo que né”, e aí o caminho foi de ir de encontro a esse movimento. Ir de encontro a esse processo de trabalhadores e operários em São Paulo, estávamos organizando para de alguma forma buscar reivindicar, buscar conquistar, buscar se organizar. Enfim, se tornar corpo como classe.¹⁵²

Outro integrante da Pastoral Operária que teve sua vida interrompida pela violência da PM (Polícia Militar) do Estado de São Paulo, por suas atividades políticas, foi Santo Dias da Silva. Santo Dias, assim era conhecido no movimento católico e no movimento operário de São de Paulo, ele merece um estudo mais detalhado de sua trajetória de vida e de sua experiência religiosa e política junto à classe trabalhadora paulistana. Santo é considerado pela esquerda católica de São Paulo como um verdadeiro mártir da resistência operária e católica na luta por justiça social.

Santo Dias da Silva nasceu em 22 de fevereiro de 1942, na fazenda Paraíso, localizada em Terra Roxa, distrito do Município de Viradouro, no Estado de São Paulo; região que se

consequência de torturas. Deixou mulher, Thereza, que mora hoje no interior de São Paulo, e duas filhas, Aparecida e Márcia. Ver em: NUZZI, Vitor, **Corrida marca 40 anos da morte do operário Manoel Fiel Filho**: Metalúrgico foi assassinado no DOI-Codi em janeiro de 1976. Durante 40 dias, jornalista e maratonista percorrerá lugares em São Paulo que lembram a trajetória do trabalhador. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/corrida-marca-40-anos-da-morte-operario-manoel-fiel-filho-7795/>> Acesso em: 17 abr. de 2020.

¹⁵² SANTOS, José Lucas dos. **Pastoral Operária**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

desenvolveu com a imigração italiana e portuguesa; povos que se tornaram grandes proprietários de terras, cultivando imensas plantações de cana-de-açúcar para abastecer as usinas de álcool existentes na região.

A predominância da monocultura da cana-de-açúcar na região consolida-se a partir da década de 1970; o desenvolvimento econômico na região foi impulsionado por causa do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) - Programa criado em 14 de novembro de 1975, para incentivar a produção agroindustrial canavieira -, O Proálcool, como foi popularmente batizado, visava o desenvolvimento das técnicas e aperfeiçoamento dos insumos para a produção de álcool etílico ou etanol do país.

Durante todo o século XX, a economia do município de Viradouro era baseada na agricultura e na pecuária. Até a metade do século havia máquinas de beneficiar arroz; e fábricas de laticínios com produção de manteiga. É fundamental para o leitor, que façamos brevemente um contexto social e político de Viradouro, porque é nele que surgiu uma das lideranças da Pastoral Operária e do movimento operário de São Paulo, o Santo Dias da Silva.

Filho de Jesus Dias da Silva e de Laura Vieira que trabalhavam como meeiros nas fazendas da região (trabalhadores rurais que recebiam autorização para plantar nas terras do fazendeiro, com a obrigação de entregar uma porcentagem daquilo que era produzido ao proprietário das terras como forma de pagamento pelo seu uso). Santo Dias era o mais velho dos oito irmãos, sendo cinco homens e três mulheres; a família fazia plantio de feijão ou milho nos espaços entre os pés de café da lavoura do proprietário das terras. A casa em que moravam era cedida pelo fazendeiro, onde geralmente ficavam as famílias dos colonos.

A partir da década de 1950, a quantidade de trabalhadores diaristas ou sazonais vai aumentando nas fazendas e são arrematados por empreiteiros que os transportavam em caminhões até as propriedades, suas tarefas eram definidas pelos fazendeiros a cada dia. A mecanização no meio rural fazia surgir também o trabalhador especializado como tratorista, mecânico, eletricitista, maquinista dentre outras especializações que recebiam um salário fixo.

Santo trabalhou em várias fazendas exercendo diversas atividades como nas lavouras de café, de milho e de feijão. Além disso, realizou outras funções mais operacionais como a de motorista e a de mecânico de máquinas pesadas, tratores e caldeiras; trabalhou também no alambique da fazenda, sendo o responsável pela destilação de aguardente. No aspecto religioso, experimentou seu primeiro contato com a religião católica ainda na zona rural de Viradouro, na Congregação Marina, congregação ativa nos trabalhos paroquiais e também na animação comunitária. Nessa associação, Santo Dias ocupou a função de secretário, responsável pela elaboração das atas de reuniões; seu envolvimento com a organização religiosa proporcionou-lhe uma instrução mais elevada perante os outros trabalhadores rurais.

A instrução recebida fez dele um trabalhador rural com uma experiência de operário militante; prova disso é que, em Viradouro, quando os fazendeiros começaram a dispensar os colonos das propriedades, à medida que era mais lucrativo contratar mão-de-obra de trabalhadores temporários vindos das cidades da região, Santo organizou um movimento de trabalhadores para lutar em defesa de seus direitos, recusando as indenizações que eram ofertadas pelos proprietários de terras.

Em setembro de 1962, Santo Dias se mudou para Santo Amaro – bairro da zona sul de São Paulo. Na capital paulista começou a trabalhar como ajudante geral em uma metalúrgica. A religiosidade, o senso crítico e a mobilização sindical já acompanhavam Santo Dias desde quando morava em Terra Roxa. Santo Dias chegou a São Paulo em um momento no qual os trabalhadores estavam em plena mobilização, com paralisações para forçar a efetivação do 13º salário, sendo aprovado pelo Congresso Nacional em 13 de julho desse mesmo ano.

Santo Dias já era um operário sindicalizado e acompanhava toda essa efervescência do movimento operário, que antecedeu ao golpe militar. Ele também já era um católico praticante, e assim que chegou a Santo Amaro se engajou nas atividades paroquiais. Santo

organizava reuniões para debater os ensinamentos do Evangelho, além de conduzir peças teatrais retratando o universo dos metalúrgicos: “Uma delas era o grupo de teatro, para o qual o metalúrgico escrevia roteiros de peças. Era uma forma de discutir os problemas do trabalho e das famílias, assim como um tipo de diversão, escassa nos bairros de trabalhadores.”¹⁵³ A participação de Santo Dias nas atividades da Igreja se deu de forma natural como ocorre com qualquer família católica. Participando de ritos como missa aos domingos e procissões em comemorações religiosas.

A religião católica servia como um elemento cultural para aquele trabalhador rural de Viradouro, e que, agora, operário de Santo Amaro, servia para preservar sua identidade em uma cidade cosmopolita como a cidade de São Paulo. Santo Dias nunca se contentou em ser apenas ajudante-geral dentro da empresa, buscou a qualificação com o objetivo de ascender profissionalmente e de alcançar uma estabilidade no emprego; mas logo se deu conta que, a participação ativa do movimento sindical, era o caminho mais curto para ser demitido e o mais longo para conseguir um novo emprego. Ele era um operário que gostava, não somente, de aprender as técnicas para manusear as máquinas e de fazer a leitura do Evangelho; muito mais que isso: apreciava as informações que ultrapassavam sua leitura habitual de operário e de católico. Lia jornais, revistas e livros. As informações acumuladas eram socializadas com outros operários para conscientizá-los a respeito da legislação trabalhista e previdenciária. Suas habilidades técnicas serviram para ajudar aos companheiros de trabalho na elaboração de plantas de casas, regularização de lotes e para outros auxílios administrativos, conforme podemos observar nas palavras de Luciana Dias, Jô Azevedo e Nair Benedicto:

As pessoas sabiam de seus conhecimentos de desenho técnico e eles serviram para realizar muitas plantas de moradias econômicas, para colegas e vizinhos, coisa que ele fazia sobre uma prancha especial em casa. Um projeto de fiação elétrica para moradia, a declaração de imposto de renda, como fazer para regularizar o lote adquirido: Santo sabia e ensinava quem o procurava.¹⁵⁴

Após o Concílio Vaticano II, muitos cristãos acreditavam que a evangelização não era somente participar dos ritos como missas e procissões de santos padroeiros; mas, também, era dar testemunho de vida comunitária, ou seja, a fé sem a ação prática não estava em consonância com os ensinamentos de Jesus de Nazaré. A fábrica era um espaço no qual o operário colocava todos os ensinamentos que aprendia das leituras e das reflexões coletivas que faziam nos encontros da Pastoral Operária e o que era aprendido nos ensinamentos do próprio Evangelho.

O ativismo político de Santo Dias se confunde com os próprios movimentos sociais e religiosos da década de 1970. No movimento operário, participou de todas as lutas de Oposição Sindical de São Paulo, assumindo o compromisso da retomada da estrutura sindical para devolver a ela sua característica primordial de instituição de organização dos trabalhadores frente ao patronato. Na Pastoral Operária trabalhou pela renovação da Igreja, evangelizando nos bairros e nas comunidades, pregando tolerância e a convivência pacífica entre os pobres da periferia.

Dias, que sempre lutou ao lado da Oposição Sindical e dos agentes da Pastoral Operária, pregando uma revolução pacífica no mundo do trabalho foi assassinado por um soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no dia 30 de outubro de 1979, em um piquete organizado por trabalhadores em frente à fábrica Sylvânia, na Zona Sul de São

¹⁵³ DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. **Santo Dias**: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p. 70.

¹⁵⁴Ibidem. p. 74-75.

Paulo. A morte do operário ainda pode ser considerada um símbolo de resistência e de esperança na luta da classe trabalhadora brasileira. Até hoje, em datas comemorativas que lembram a luta dos trabalhadores, como o dia 1º de Maio, um número considerável de trabalhadores e trabalhadoras se reúnem no local do crime para não deixar que sua memória de luta se apague da história do movimento operário.

As mortes de Manoel Fiel Filho e de Santo Dias da Silva demonstram como os trabalhadores brasileiros estavam sujeitos à violência quando se organizavam para exigir seus direitos. As mortes mostram também como a “guarda pretoriana” da burguesia brasileira representada geralmente por agentes de segurança do Estado agem de forma violenta para coibir qualquer manifestação que coloquem em perigo o poder reservado à classe dominante. Os metalúrgicos de São Paulo estavam em plena campanha salarial, pediam que os empregadores corrigissem a perda salarial pelo aumento do custo de vida por causa da inflação; para fazer valer os seus direitos recorreram, em 28 de outubro de 1979, ao único instrumento de que dispõe a classe trabalhadora – a greve.

Santo não era uma liderança radical da classe trabalhadora de São Paulo, sua militância se restringia basicamente às reuniões com o objetivo de ajudar a animar e a organizar o movimento grevista. Os trabalhadores da fábrica Sylvânia solicitaram ajuda de outras lideranças sindicais para interromper a produção da fábrica. Líderes de outros movimentos foram para o piquete que estava acontecendo na Zona Sul de São Paulo e dentre eles estava Santo.

Quando estavam na porta da empresa, distribuindo folhetos e pedindo que os trabalhadores aderissem à greve, a polícia militar chegou para prender os líderes do movimento grevista; a polícia já havia prendido outros dirigentes quatro dias antes desse trágico episódio; as forças de segurança atuavam sempre de forma violenta ostentando armamento letal para intimidar os trabalhadores; com base em relatos apresentados em documentos, os policiais quase não faziam uso dos cassetetes - quando se envolviam em tumultos com os trabalhadores, sacavam os revólveres como forma de ameaçá-los.

A Polícia Militar tentou prender, pelo menos, uma das lideranças presentes, mas não foi possível devido ao fato de o número de trabalhadores ser superior ao número de policiais. A PM deteve uma liderança como forma de intimidação, porém foi impedida, pelos trabalhadores amotinados, de levá-la à delegacia. Com a chegada de outras viaturas o reforço policial foi intensificado e o clima ficou mais tenso. Após a chegada de mais PMs, os policiais ficaram mais violentos até que um deles deu uma rasteira em um dos trabalhadores gerando um tumulto em frente à porta da empresa. Em meio a essa confusão, o operário Santo foi alvejado por um policial militar:

A política começou a atirar. Um PM baixou a arma e apontou no Santo. Atirou. O tiro pegou nele meio de lado. Ele ainda gritou e caminhou uns metros, com a mão em cima do ferimento, correndo muito sangue. Aí caiu de braços abertos. Os policiais pegaram ele e jogaram dentro do camburão, saindo em disparada.¹⁵⁵

No dia 30 de outubro de 1979, por volta das treze horas e quarenta e cinco minutos, em frente à empresa Sylvânia, a polícia militar matou um operário e agente da Pastoral Operária que lutava pelos direitos de seus pares, e também prendeu outros três trabalhadores. A prisão dos operários tinha como objetivo atribuir-lhes a responsabilidade pela morte de Santo. Os colegas e familiares tiveram dificuldades para encontrar o corpo do operário, tanto

¹⁵⁵ Documentos que reúnem depoimentos de familiares e de operários sobre a morte desse trabalhador e membro da Pastoral Operária: **Santo, o operário assassinado**. p. 5.

foi, assim, que tiveram de recorrer às autoridades religiosas e políticas, conforme podemos observar em um trecho do documento abaixo:

Rodaram um tempo com o corpo do Santo e tentaram esconder o assassinato, mas companheiros do líder operário morto se movimentaram de imediato, pedindo ajuda a advogados, a deputados populares e à Igreja. Então, encontraram no Pronto Socorro onde o Santo estava, já morto. Descobriram toda a trama da polícia para esconder o crime praticado por seus soldados.¹⁵⁶

O assassinato do militante da Pastoral Operária causou uma enorme comoção entre os trabalhadores, movimentos populares e religiosos; o corpo do operário foi levado para a Igreja da Consolação. Santo foi reverenciado por milhares de trabalhadores, políticos de esquerda e lideranças de movimentos populares. Às onze horas do dia 31, seu caixão foi transporto para a Catedral da Sé, região central de São Paulo, acompanhado da família e de milhares de trabalhadores. Estima-se que mais de tinta mil pessoas acompanhavam o corpo, protestando contra o governo, contra os patrões e contra a violência policial, gritando palavras de ordem como: “chega de manter assassinos no poder”, “vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”, “companheiro Santo, você está presente”, “operário assassinado, você será vingado”.¹⁵⁷

A Catedral da Sé foi tomada por uma multidão que disputava espaço para se despedir do camponês que se transformou em operário e que terminava sua luta como vítima de um Estado opressor que ainda presenciava o passado sombrio dos anos mais obscuros da ditadura militar. A missa de corpo presente foi celebrada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, mas também contou com a presença de outros bispos, padres e lideranças de partidos políticos e da classe trabalhadora.

Durante a missa, o cardeal da Arquidiocese de São Paulo denunciou a violência do Estado, a injustiça social e pediu respeito à dignidade dos trabalhadores e aos direitos humanos. Posteriormente, o corpo foi levado para a Praça da Sé onde uma multidão, de aproximadamente cinquenta mil pessoas, aguardava por ele. Abaixo podemos observar a Catedral da Sé abarrotada por pessoas que se amontoavam para se despedir do operário. Trabalhadores reunidos em frente à Catedral da Sé, onde foi realizada a missa de corpo presente.

Figura 10 – Parte externa da Catedral da Sé, missa de corpo presente de Santo Dias da Silva



Fonte: Memorial da Democracia.

¹⁵⁶ Documentos que reúnem depoimentos de familiares e de operários sobre a morte desse trabalhador e membro da Pastoral Operária: **Santo, o operário assassinado**. p. 5.

¹⁵⁷ Ibidem.

Figura 11 – Parte interna da Catedral da Sé, celebração da missa presidida por Dom Paulo Evaristo Arns



Fonte: Memorial da Democracia

Episódios como as mortes de Manoel Fiel Filho e de Santo Dias da Silva ampliaram as lutas pelas liberdades democráticas e pelo direito de organização e resistência da classe trabalhadora. Durante a década de 1980 a principal questão política colocada pela Pastoral Operária era construir juntamente com os partidos políticos de esquerda uma ampla frente democrática; dar às lutas de massas uma mobilização política capaz de unir os patriotas em geral, como trabalhadores, políticos e lideranças católicas.

Esses acontecimentos ilustram a insurgência dos movimentos católicos e dos metalúrgicos em grande parte do Brasil sob a forma de pequenos movimentos populares que surgiram nos bairros, nas Comissões de Fábricas, nas Comunidades Eclesiais de Base e na Pastoral Operária. A imagem desses movimentos pode ser simplificada como sendo a emergência de setores da sociedade civil que até então estavam silenciados pela repressão política que se abateu sobre esses movimentos.

3.2 A rede de solidariedade entre a Igreja e o movimento operário

Foram acontecimentos traumáticos que revelaram a força do sujeito organizado coletivamente, e que manifestava sua insatisfação não só com as questões pertinentes ao mundo do trabalho, mas também com a ditadura militar e com a desigualdade social que caracterizam, e caracterizam até os dias atuais, a sociedade brasileira.

Diferentemente de Dom Waldyr Calheiros de Novaes, em Volta Redonda, e do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, o bispo Dom Cláudio Hummes auxiliava tanto os movimentos católicos, como os movimentos operários, para que ambos não partidarizassem politicamente suas reivindicações. Sendo assim, o movimento operário do ABC não deveria ter nenhuma bandeira de partido político durante as assembleias dos metalúrgicos e nos encontros da Pastoral Operária; por essa razão, os embates entre militares e católicos no ABC foram menores do que em outras regiões como em São Paulo e Volta Redonda; no dia 30 de março de 1980, na famosa assembleia dos metalúrgicos do ABC, realizada no Estádio da Vila Euclides,¹⁵⁸ a qual reuniu aproximadamente cinquenta mil trabalhadores, não havia nenhuma bandeira de partido político.

¹⁵⁸ A greve geral de 1979 mostrou o rápido avanço da organização dos trabalhadores, que mais uma vez desafiaram a ditadura e os patrões. Cerca de 200 mil trabalhadores participaram do movimento, que paralisou a

O evento que deflagrou a greve de 1980 foi cuidadosamente organizado pelos trabalhadores com o apoio da Igreja Católica local. A Igreja sempre foi incisiva para que os trabalhadores não envolvessem nenhum partido político em suas assembleias. Com isso, a Igreja trabalhava para que as comunidades locais e a opinião pública nacional pudessem apoiar as reivindicações dos trabalhadores. Para buscar apoio da sociedade e legitimar as greves do ABC, o bispo fez com que a reivindicação salarial passasse pela defesa dos direitos humanos, era uma forma de diminuir as críticas feitas por uma parcela da sociedade e da mídia que afirmavam que a greve era uma forma de desordem social.

O bispo buscou ampliar o debate em torno da organização da classe trabalhadora para além das fronteiras do ABC, ato evidenciado pela palestra intitulada *Perspectivas da Pastoral e dos Direitos Humanos na América Latina* proferida por Dom Cláudio, em 05 de dezembro de 1980, no Centro de Estudos Políticos e Sociais de Santo André; tomando-se como referência as orientações da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla em 1979, Dom Cláudio enfatizou as relações entre o Evangelho e os direitos humanos.

O bispo trouxe para a leitura do Evangelho a importância dos direitos humanos como forma de sensibilizar as autoridades políticas em torno da necessidade da organização coletiva dos trabalhadores, os quais lutavam pela construção da sua dignidade como classe operária dotada de direitos e de responsabilidade social; sendo assim, explicou o bispo diocesano: “Puebla não foi o espiritualismo puro, o isolamento do povo, mas propõe que se lute por ele. A luta pela liberdade é a luta pela dignidade humana, que é um valor evangélico, e, por isso, parte integralmente da evangelização”.¹⁵⁹

Para Dom Cláudio, a Igreja deveria estar a serviço não das classes dominantes, mas a serviço do homem simples que tem sua história reconhecida na luta pela sobrevivência do dia a dia, e que se torna com frequência vítima da injustiça institucionalizada ou da violência praticada pelo próprio Estado. Tal postura implicava em uma mudança de posição e de ação da Igreja, tratava-se de uma análise estrutural que se estendia por toda América Latina, já que o Continente Latino-Americano tem suas raízes marcadas por golpes militares e pela repressão aos movimentos sociais.

produção das indústrias automobilísticas (adesão total na Volks, Ford, Mercedes-Benz e Scania) e de autopeças e de outras grandes empresas da região. Pela primeira vez foi organizado um fundo de greve. Os trabalhadores receberam apoio da Igreja Católica, de entidades civis, do MDB e de artistas famosos. São Bernardo do Campo tornou-se o centro político do país. Com adesão maciça dos trabalhadores, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos ficou pequena para o movimento. A primeira assembleia dos grevistas foi transferida para o estádio municipal da Vila Euclides, cedido pelo prefeito Tito Costa (MDB). Cerca de 60 mil trabalhadores ocuparam o gramado e as arquibancadas. Na falta de palanque e sistema de som, o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, falou de cima de uma mesa de escritório usando um megafone. Suas palavras eram repetidas em coro pelos trabalhadores mais próximos e repassadas pelos que estavam atrás. O bispo Dom Cláudio Hummes participou da assembleia e rezou o “Pai Nosso” em coro com os trabalhadores. A greve do ABC já havia se alastrado para outras cidades industriais, como São José dos Campos (SP). A repressão tornou-se feroz quando milhares de policiais militares ocuparam as ruas do centro e dos bairros operários de São Bernardo do Campo. A PM levou a tropa de choque, a cavalaria e cães policiais para intimidar os operários. Lula e os diretores depostos do sindicato de São Bernardo passaram a se reunir na casa paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo, cedida por Dom Cláudio. Lula propôs à assembleia uma trégua de 45 dias – até maio, quando começariam a ser pagos os salários com o reajuste anual. Ao longo da trégua, a direção destituída do sindicato continuou mobilizando a categoria em reuniões na matriz, nos bairros e nas portas de fábrica. No 1º de Maio, 150 mil pessoas participaram de um ato pelo Dia do Trabalhador no Estádio de Vila Euclides. Desse modo, o Estádio Municipal da Vila Euclides, tornou-se um lugar simbólico na luta dos trabalhadores por causa das importantes assembleias realizadas pelos metalúrgicos do ABC Paulista. Ver em: **A GRANDE GREVE DOS TRABALHADORES DO ABC: 200 mil cruzam os braços; ditadura reprime primeira greve geral dos metalúrgicos.** Disponível: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

¹⁵⁹ HUMMES, Dom Cláudio. Salários é tema de direitos humanos. **Folha da Diocese.** 5 de dezembro de 1980.

Por consequência, colocar a luta política dos trabalhadores dentro de um contexto social e político mais amplo que ultrapassava as fronteiras do sindicato e dos partidos políticos era uma estratégia do bispo do ABC. Dom Cláudio acreditava que, no ABC, a Igreja deveria dar condições para que os metalúrgicos pudessem se articular livremente, logo, ampliar a movimentação dos metalúrgicos para além de uma organização sindical significava fortalecer o poder da classe trabalhadora durante as greves.

Por isso é preciso lembrar que com a interdição dos sindicatos e com a prisão das lideranças, incluindo a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, as formas de organização e de resistência passaram a ocorrer nos bairros e dentro das paróquias; Igreja e movimento sindical trabalharam juntos para criar um fundo de greve e de arrecadação de alimentos para atender às famílias dos grevistas.

Durante toda a greve foi feito um intenso trabalho para que as famílias dos grevistas não passassem necessidades básicas como a falta de alimentação ou a falta de pagamento de aluguéis de suas moradias; a distribuição de alimentos foi realizada de forma organizada, chegando a atender aproximadamente vinte e cinco mil famílias que recebiam cestas básicas a cada oito dias, durante os quarenta e um dias de greve em 1980.

Só podemos falar de Pastoral Operária no ABC, após o dia 30 de março de 1980, quando a repressão policial voltou para a cidade de São Bernardo do Campo, e é a partir dessa paralisação que as pastorais do mundo do trabalho se fortaleceram como um movimento católico, já que muitas paróquias serviram como espaço para reuniões de grevistas. No documento de comemoração dos trinta anos da Pastoral Operária de Santo André, a greve de 1980 é lembrada como o ponto central da aproximação da PO com o movimento sindical:

A greve metalúrgica de 1980 aproximou a PO do movimento sindical. A firme posição de Dom Cláudio ao lado dos trabalhadores, a presença de padres e religiosas nas manifestações, os Pai-nosso rezados de mãos erguidas nas assembleias no Estádio de Vila Euclides (hoje Estádio 1º de maio) foram fatores que deram alento à PO na diocese de Santo André.¹⁶⁰

Ao investigarmos o surgimento das pastorais operárias no ABC Paulista, percebemos que a greve de 1980 funcionou como um laboratório para medir a eficiência da atuação delas com o movimento operário. Todas as pastorais do ABC tiveram uma atuação destacada durante os quarenta e um dias de greve, uma ampla rede de solidariedade foi montada pela Igreja; a pastoral de São Bernardo do Campo se destacou perante as demais na região do ABC. Frei Betto, um dos fundadores da PO em São Bernardo do Campo, explica que a pastoral se originou durante essa efervescência política da classe trabalhadora durante a greve de 1980.

A PO-SBC nasceu em plena luta da classe trabalhadora: na greve metalúrgica de 1980. No início era um pequeno grupo integrado por jovens da Matriz, ex-militantes da JOC, gente da CEB que andava buscando um espaço para refletir sua militância operária à luz do Evangélico.¹⁶¹

A Pastoral Operária do ABC e de outras regiões do país ganharam relevância social e política à medida que os sindicatos ofereciam poucas possibilidades de participação política aos trabalhadores devido à perseguição de suas lideranças por parte dos agentes da ditadura militar ou por parte da direção das empresas. É importante salientar também que, em São

¹⁶⁰ BETTO, Frei. Lembranças e aprendizados. In: CARRARA, Antonia Aparecida da Silva et al. **Pastoral Operária da Diocese de Santo André 30 anos**. Santo André, 2009. p. 11.

¹⁶¹ Idem. Nossa PO entra em seu 5º ano de atuação.

Bernardo do Campo, a Pastoral Operária não se apresentou como uma única alternativa de participação política dos trabalhadores, contudo, apresentou-se como mais uma possibilidade de participação e de organização da classe trabalhadora.

Frei Betto foi o grande entusiasta da criação da Pastoral Operária na região do ABC, principalmente nos Municípios de São Bernardo do Campo e de Diadema. Foram vinte três anos trabalhando como assessor da Pastoral Operária nessa região. Em entrevista concedida por e-mail a este pesquisador, ele resume de que forma atuou na criação da Pastoral Operária na região.

Para mim é impossível narrar aqui 23 anos (1979-2002) de assessoria à PO do ABC. Mas em resumo: ao sair da prisão, em fins de 1973, decidi morar em uma favela de Vitória. Ali fiquei cinco anos. Trabalhei na pastoral local e na assessoria às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) no Espírito Santo e Brasil afora. Em 1979, com a ascensão do movimento operário, em especial no ABC, me transferi para São Paulo. Fui a Santo André falar com Dom Cláudio Hummes de meu interesse em atuar na PO. Naquele momento, praticamente não havia PO em São Bernardo do Campo (SBC) e Diadema. Ou melhor, havia um grupinho de esquerda que, na tentativa de se infiltrar no movimento dos metalúrgicos, liderado por Lula, se fazia passar por PO. Desmascarei-o e assumi a reorganização da PO naqueles dois municípios.¹⁶²

A Igreja não estava apenas interessada nas questões econômicas, sociais e políticas da classe operária, mas na sua experiência cotidiana, já que era no silêncio dessas experiências que aconteciam os sinais de resistências do homem simples. A Igreja buscava, não só no ABC e em Volta Redonda, mas também em todo o território nacional se afirmar como um espaço alternativo na orientação de pequenos grupos de base do sindicato.

Nesse sentido, Frei Betto explica que: “Durante aqueles 23 anos promovi cursos de formação política no salão da igreja matriz de SBC e dei cursos de oratória e educação popular no Sindicato dos Metalúrgicos”.¹⁶³ A atuação de Frei Betto, na Diocese de Santo André, não pode deixar de ser levada em consideração, porque foi por meio do seu trabalho de evangelização que houve a formação de outros integrantes da PO no ABC, e de uma aproximação com Luiz Inácio Lula da Silva e com o PT (Partido dos Trabalhadores); aliás, esse trabalho de conscientização política dos trabalhadores católicos por parte da Igreja será fundamental para que passem a ingressar as fileiras de candidatos do PT.

No próximo tópico abordaremos essa relação entre agentes da Pastoral Operária com militantes políticos do Partido dos Trabalhadores. O próprio Frei Betto se tornou muito próximo de Lula e do PT, inclusive quando Lula foi eleito presidente da República, em 2002, Frei Betto passou a trabalhar em Brasília, na coordenação de Mobilização Social do Programa Fome Zero do governo federal, a partir de 2003, tornando-se Assessor Especial do presidente da República.

3.3 A relação religiosa, política e social dos integrantes da Pastoral Operária e com o Partido dos Trabalhadores (PT)

Interessa-nos saber como se deram a interação religiosa, política e social entre as agentes pastorais e os integrantes do Partido dos Trabalhadores, uma vez que estava presente

¹⁶² BETTO, Frei. **A Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, por e-mail, em 30 de jul. de 2019.

¹⁶³ Ibidem.

no imaginário popular, tanto por parte dos representantes da Igreja quanto pelos representantes do sindicalismo, que religião e política não fazem parte do mesmo universo; no entanto, a religião e a política se entrelaçaram no cotidiano dos integrantes da Pastoral Operária e dos militantes do Partido dos Trabalhadores.

No final da década de 1970 e no início da de 1980, o regime militar continuava insistindo em um modelo de democracia que lhe garantisse meios de controle dos movimentos sociais e dos partidos políticos de esquerda, porém, a essa altura, a ditadura militar já enfrentava a resistência de diversos movimentos sociais. Para Maria José de Rezende:

Os diversos componentes do grupo de poder (militares, tecnoburocratas e representantes do grande capital) se empenhavam em fornecer ao regime em vigor todos os subsídios para que ele exercesse um alto grau de controle e pressão para que os demais setores sociais não avançassem no sentido de mudanças políticas substanciais.¹⁶⁴

Os militares, os tecnoburocratas e os representantes do grande capital mostravam que estavam dispostos a assegurar uma transição que fosse vigiada por eles. Para os militares e para outros grupos da sociedade civil, democracia não era sinônimo de “bom comportamento social”. Para os militares, a democracia seria possível à medida que ela não permitisse que os movimentos populares subvertissem a ordem socialmente estabelecida.

A repressão praticada pela ditadura militar e o seu plano de desenvolvimento desmobilizaram a oposição por certo período. Na economia, o tal “milagre econômico” não duraria muito para perder legitimidade e desgastar o regime militar. Entre 1973 e 1974 já surgiam sinais de crise econômica, levando o regime a buscar novas estratégias para manter a estabilidade política. Sonia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes explicam que:

Por volta de 1973 a chamada “crise do petróleo” passou a ocupar lugar de destaque na imprensa e nos pronunciamentos oficiais. Sem descaracterizá-la enquanto sinal de uma importante inversão da conjuntura internacional, ela veio a funcionar no entanto como “álibi” perfeito para uma situação de impasse que o país atravessava. Por um lado, o “milagre” dava os primeiros sinais de seu esgotamento em decorrência das inúmeras contradições internas que exacerbava e que estavam presentes na sua própria construção. Por outro, a queda das elevadas taxas do crescimento econômico retirava do regime político o precário “chão” de legitimidade popular que buscava mobilizar.¹⁶⁵

A crise do petróleo e a retração econômica mundial expuseram o fracasso do “milagre econômico” desnudando o caráter dissimulado da ditadura militar brasileira para angariar apoio popular. Esses acontecimentos externos mostraram a fragilidade do desenvolvimento do regime; além disso, revelou o endividamento do Estado brasileiro e sua capacidade de continuar com o ritmo de crescimento. A repressão, o êxito econômico e as medidas modernizadoras já não eram mais suficientes para dar fim às reivindicações dos movimentos sociais que começavam a se articular na ampliação dos seus direitos e na luta pelas liberdades democráticas.

¹⁶⁴ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: representação e pretensão de legitimidade 1964 – 1984**. Londrina: UEL, 2001. p. 217.

¹⁶⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 52.

Assim como outros movimentos organizados como ABI (Associação Brasileira de Imprensa), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a UNE (União Nacional de Estante), católicos e operários enfrentaram a ditadura militar, desacatando ordens e leis vigentes, à medida que não acatavam ordens governamentais e empresariais, forçando empregadores a sentarem à mesa de negociações durante as greves dos anos das décadas de 1970 e de 1980, no ABC e em Volta Redonda.

Quando pensamos nos valores culturais que moviam os agentes da Pastoral Operária e os elementos que os caracterizavam, e que estão presente nos espaços de sociabilidades com os trabalhadores dessas regiões, temos que levar em consideração os fatores que estão associados direta ou indiretamente com essa dinâmica de enfrentamento que são a religião e a política. A religião e a política foram nesse momento, ferramentas motivadoras e que estimularam o agir dos militantes da Pastoral Operária e do Partido dos Trabalhadores.

A “mística religiosa” que os estimulavam a atuar nessa transformação sócio-política no mundo do trabalho e contra a ditadura militar era que “quem teme a Deus está livre de qualquer outro temor”. Por isso julgavam que estavam livres do temor das ações repressivas do regime militar e das perseguições ou retaliações das empresas em tempos de greves. Para esses católicos, o poder não vem do Estado que reproduz os interesses da burguesia, mas de Deus que é o “todo poderoso,” e que atua em defesa dos mais fragilizados socialmente. Sem contar que todos os homens são iguais perante a lei de Deus, conforme explica Hasn Kelsen:

A igualdade dos homens que emerge dos ensinamentos das Escrituras, para as quais o homem foi criado à imagem de Deus, é a mesma igualdade formal que a igualdade perante a lei. E a mesma igualdade formal resulta da ordem da criação que constitui a lei natural à qual todas as criaturas estão igualmente sujeitas, a despeito de suas diferenças.¹⁶⁶

Para os militantes da Pastoral Operária era Deus que revestia os trabalhadores de poderes, já que eles estavam submetidos somente a autoridade divina, e não a autoridade do Estado que representava os interesses econômicos dos donos do capital. Nesse caso, a religião serviu de um poderoso instrumento de mobilização política, conforme se verifica nessa passagem de Christopher Hill: ““Aquele que está em ti”: Deus assim foi democratizado. Não é mais apenas o maior dos suseranos feudais, uma espécie de super-rei. Ele está presente em todos os seus santos, mas é todo-poderoso e lhes confere parte de seu poder”.¹⁶⁷

Frei Betto explica como a religião pôde instrumentalizar os cristãos na luta social e política e como conheceu o principal líder sindical que a classe trabalhadora brasileira já produziu - o petista Lula Inácio Lula da Silva:

Deu-se assim meu primeiro encontro com Lula, sem a menor expectativa de que a empatia haveria de fortalecer uma amizade de muitos anos. Em fins da década de 1970, atuávamos na mesma cidade, São Bernardo do Campo (SP), outrora pasto do mosteiro de São Bento, sediado na capital paulista. Território de móveis e automóveis, instalaram-se ali quase todas as montadoras do país, atraindo migrantes de regiões pobres do país, a respirar fuligem, a fumaça opaca cuspidada pelas chaminés, intoxicados de sonhos, o salário em carteira assinada, a casa própria, o carro, a consciência de direitos reforçando o sindicalismo combativo. Ele, dirigente sindical metalúrgico; eu, coordenador da Pastoral Operária – movimento da Igreja Católica dedicado à evangelização de trabalhadores. Nosso primeiro contato ocorreu distante do

¹⁶⁶ KELSEN, Hasn. **A democracia**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. p. 222.

¹⁶⁷ HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 59.

ABC – zona industrial de São Paulo que englobava vários municípios, entre os quais Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Conhecemo-nos em João Monlevade (MG), em janeiro de 1980, ao participar da cerimônia de posse de João Paulo Pires Vasconcelos, eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, a maioria trabalhadores da Companhia Belgo Mineira.¹⁶⁸

João Paulo Pires Vasconcelos, líder sindical, era amigo de infância de Frei Betto, quando esse morava em Belo Horizonte. Vasconcelos, como muitos outros integrantes da Pastoral Operária, passou pela Juventude Operária Católica comungando da “fé militante” que vislumbrava Jesus na oficina de José se transformando em operário. Lula já ocupava o centro das atenções tanto da esquerda quanto da direita por causa das greves metalúrgicas dos anos anteriores.

Para a esquerda, Lula era um líder que representava os interesses da classe trabalhadora à medida que conseguia paralisar a produção das indústrias automobilísticas multinacionais sediadas no ABC Paulista; para a direita, Lula representava uma ameaça aos lucros dos empresários, já que o igualitarismo provido por um Estado de bem-estar social destruiria algo vital para o capitalismo, a concorrência da qual depende a prosperidade do capital.

O discurso político de Lula e sua “fé militante” atraíam o interesse do líder da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, Frei Betto. Lula com seu carisma contagiante e com seu discurso retórico bradava frente às injustiças sociais, à transparência ética e à promessa de reinventar o Brasil para a classe trabalhadora. As pautas defendidas por Luiz Inácio Lula da Silva uniam os integrantes da Pastoral Operária ao Partido dos Trabalhadores. Essa aliança entre PO e PT se deu em diversos municípios brasileiros.

Geraldo Orozimbo foi liberado da Pastoral Operária em Volta Redonda para sair como candidato a vereador pelo PT, para disputar uma vaga na Câmara Municipal de Barra Mansa/RJ. Orozimbo nasceu em 09 de abril de 1938, na fazenda Engenho, em Carrancas, Estado de Minas Gerais e sempre falou da alegria que experimentou ao saber da criação do Partido dos Trabalhadores. O município de Carrancas atualmente é considerado um lugar turístico por conta de suas belas cachoeiras.

Geraldo Orozimbo é bisneto de escravos, hoje conta 82 anos de idade; iniciou aos sete anos o trabalho duro na roça. Na fazenda trabalhou em diversas atividades como retireiro (aquele que trabalha na ordenha), candeeiro de carro de boi (condutor de carro de boi) e também trabalhou na lavoura; aos sete anos também começou a estudar em uma escola que funcionava na própria fazenda mantida pelo fazendeiro. Mas não teve oportunidade de aprofundar-se nos estudos em decorrência do trabalho.

¹⁶⁸ BETTO, Frei. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 35-36.

Figura 12 - Fazenda Engenho



Fonte: Foto da Fazenda Engenho cedida por Geraldo Orozimbo.

Orozimbo iniciou sua experiência religiosa com aproximadamente 10 anos de idade, participando das missas. Em 1964, recém casado, mudou-se para a cidade de Volta Redonda em busca de um emprego na Companhia Siderúrgica Nacional. Homem de origem simples trouxe na bagagem somente a certidão de nascimento. Ao chegar à cidade do aço encontrou uma Igreja em plena transformação por ocasião do Concílio do Vaticano II.

Na Diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda, já se falava nas Comunidades Eclesiais de Base, o que lhe despertou interesse. O interesse e curiosidade em participar dos movimentos católicos foram cruciais para o desenvolvimento de uma “fé militante” contribuindo, assim, para o seu engajamento nas Comunidades Eclesiais de Base, nos movimentos operários locais e na Pastoral Operária. Conforme podemos verificar em sua entrevista:

Eu vim participar da Igreja libertadora depois do Concílio Vaticano II. Aqui na Diocese de Volta Redonda, aqui quando iniciou a comunidade de base, até pensava assim “O que isso? O que é comunidade de base?”. Então, eu comecei e formei uma comunidade aí nesse início da comunidade, eu arrumei serviço aqui em Volta Redonda e comecei trabalhar, e aí senti a necessidade de começar ver a minha vida de trabalhador. O direito que eu tinha e pra isso, eu comecei a conversar com trabalhadores, aonde eu trabalhava, fui demitido. Porque eu passei muitas orientações que eu tinha, porque eu comecei a participar do sindicato, e eu fui demitido da firma. Porque eu comecei a orientar os colegas e eu vi que a gente era um compromisso meu fazer alguma coisa, que eu sozinho não ia detectar, aí eu senti porque que a gente via tanta coisa e não sabia de nada era explorado. Então, aí comecei a trabalhar nesse sentido, comunidades eclesiais de base e sindicato, participei do sindicato da construção civil, no período da revolução civil, metalúrgico, depois na Pastoral Operária, através do sindicato da construção civil a gente iniciou a Pastoral Operária, aqui na Diocese de Volta Redonda.¹⁶⁹

Em 1964, quando Geraldo Orozimbo chegou a Volta Redonda, a Igreja Católica no Brasil ainda tinha uma posição religiosa marcada por hostilidade aos movimentos de esquerda

¹⁶⁹ OROZIMBO, Geraldo. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 20 de jan. de 2020, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

por causa do fantasma do comunismo, sua posição social era buscar apoio da ditadura militar e dos grupos economicamente poderosos, para fazer frente a seus eventuais adversários, e assegurar a defesa do Evangelho e da fé católica.

No entanto, com o Concílio Vaticano II, algumas dioceses se esforçaram para expressar uma indignação com as injustiças sociais e com as formas de exploração da classe trabalhadora brasileira. Os cristãos individualmente ou em pequenas comunidades vão tomando aos poucos maior consciência política e conhecimento em relação ao mundo do trabalho. Em particular das suas necessidades básicas para a sobrevivência. Tudo isso exigiu dos católicos engajados na militância um exercício de reflexão teológica que respondesse às necessidades de uma fé cristã comprometida com a transformação social.

A reprodução do capital por parte dos donos dos meios de produção e a luta social dos trabalhadores ocorreram nas relações sociais que se desenrolaram na vida cotidiana da militância católica na política, na educação e nas formas de organizações coletivas em bairros, comunidades religiosas e sindicatos. Nas palavras do economista francês Thomas Piketty: “Essa elevação espetacular da desigualdade reflete, em grande medida, a explosão sem precedente de rendas muito altas derivadas do trabalho, um verdadeiro abismo entre os rendimentos dos executivos de grandes empresas e o restante da população”.¹⁷⁰

Diante da injustiça social, o PT buscou no “profetismo católico,” presente na “fé militante” dos agentes da Pastoral Operária, o seu arsenal ideológico para encorajá-los a lutar pela transformação social e política do país. Uma coisa não estava dissociada da outra. Os sermões, proferidos por bispos e padres, por exemplo, Dom Waldyr em Volta Redonda, faziam uma conexão entre o Evangelho e a vida dos trabalhadores com a realidade social e política em que viviam. Conforme podemos observar nas palavras de Geraldo Orozimbo:

Então, a primeira missa que eu assisti com Dom Waldyr, bispo diocesano. Quando ele colocou lá, como é que era a vida da gente na roça, as pessoas ficavam velhinhas e não podiam mais trabalhar. Saía assim pela estrada, quer dizer tinha que encontrar um lugar, sem INSS, não tinha nada. Aí, ele colocando tudo aquilo, e eu dentro de mim falando “é isso mesmo”, “é isso mesmo”, mas aí foi aonde eu comecei através do evangelho ligar com a vida. Essa ligação de fé e vida, aí eu comecei a entender isso, e surgiu na gente a preocupação de se organizar. Que a gente tinha que refletir o evangelho colocando a realidade da vida e isso muito veio muito grande na gente.¹⁷¹

A opção pelos pobres e a aproximação do bispo Dom Waldyr com a classe trabalhadora, na cidade, constituída, na sua grande maioria por operários, fizeram dele uma liderança religiosa e política. A própria Cúria Diocesana de Volta Redonda passou a ser um local onde os trabalhadores se reuniam em assembléias. Essa aproximação do bispo com a classe trabalhadora deu à Pastoral Operária local uma proeminência em relação ao próprio sindicato que na época era ligado à direção da Companhia Siderúrgica Nacional.

A pastoral, com apoio da diocese, auxiliou os trabalhadores demitidos informando-lhes a respeito dos seus direitos e àqueles que se encontravam vinculados à empresa, conscientizando-lhes a respeito do uso dos equipamentos de segurança no local de trabalho e exigia da empresa a disponibilidade desses equipamentos. O bispo Dom Waldyr, nas palavras de Orozimbo, “abriu as portas da Igreja para a Pastoral Operária e para os trabalhadores. Na

¹⁷⁰ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p.30.

¹⁷¹ OROZIMBO, Geraldo. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 20 de jan. de 2020, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

foto abaixo podemos observar uma reunião da Pastoral Operária com lideranças da classe trabalhadora na própria Cúria Diocesana de Volta Redonda.

Figura 13 – Reunião da Pastoral Operária de Volta Redonda com os trabalhadores



Fonte: Arquivo pessoal do senhor Geraldo Orozimbo.

Tratava-se de uma aproximação lenta, já que antes da chegada do bispo à Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, a Igreja estava ausente das questões do mundo do trabalho, porém, daí em diante foi crescente o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base nos bairros onde moravam os trabalhadores. Alejandra Estavez explica de que modo houve essa aproximação da Igreja com a classe trabalhadora:

O vácuo político que se instalara na cidade após o golpe civil-militar de 1964 com a perseguição às principais lideranças sindicais de Volta Redonda contribui para que a Igreja local, a partir da chegada do novo bispo inspirado pelos ares renovadores do Concílio, implementasse significativas transformações na estrutura hierárquica e nas formas de organização coletivas, bem como começasse a construir a imagem de uma Igreja comprometida com os pobres e, portanto, engajada na luta por justiça social.¹⁷²

Essa aproximação da Igreja com o sindicato mais combativo era o que lhe aproximava do Partido dos Trabalhadores. Assim como a Igreja abriu suas portas para os trabalhadores por meio da Pastoral Operária, o Partido dos Trabalhadores serviu para que os integrantes da PO atuassem na política institucional. Geraldo Orozimbo que se filiou ao PT, e saiu como candidato a vereador pelo Município de Barra Mansa, em 1989, fala com empolgação de quando ouviu pela primeira vez a notícia da criação de um partido político que representaria os interesses dos trabalhadores:

¹⁷² ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **Projetos Católicos e Movimentos Sociais: A Diocese de Barra do Piraí/ Volta Redonda (1966-2010)**. 2013. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013. p. 59.

Eu lembro que a irmã que ajudava lá na comunidade falou assim: “Oh! Tá se criando um partido aí dos trabalhadores”. Ela falou assim: “Diz que vai chamar PT, mas por enquanto não fala não, não sei se vai ser PT mesmo”. E eu senti empolgado falei (risos): “A gente agora vai, vai ter o nosso partido”. Ela falou: “É, tá criando um partido”. E aquilo eu fiquei de cabeça em pé de alegria, falei: “Quem viu? Eu vi meus irmãos mais velhos, pai, tudo, votando lá no partido”. Mas não sabia de nada e depois, quando falou que o Partido dos Trabalhadores. Ter um Partido dos Trabalhadores, nossa eu senti uma emoção com aquilo ali. Eu começava falando pra outros o sentido, quer dizer, eu sou analfabeto, não sei nada, mas pra falar da vida, do sofrimento (risos), a gente falava tudo. Quer dizer, ajudei a iniciar o Partido dos Trabalhadores na região onde eu moro. Na primeira reunião nós tinha 4 pessoas só, iniciando o partido. A gente sentiu grande quando falou, o Partido dos Trabalhadores. A gente vivia uma vida, desde lá da roça, vida sofrida, e depois fala que ia ter um partido, aquilo foi um motivação muito grande, e aí muitos se filiou no partido, quer dizer, cresceu o partido nesse sentido.¹⁷³

O PT surgiu com os anseios dos movimentos organizados nos bairros, nas fábricas, nos movimentos estudantis, nas universidades e nas pastorais sociais da Igreja Católica. Durante a década de 1980 havia por parte desses movimentos populares uma forte mobilização social para dar fim à ditadura militar, e ao não pagamento da dívida externa contraída pelos sucessivos empréstimos ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

A retórica do PT em relação à mobilidade social, ao combate à ditadura militar e à concentração de renda gerada pelas políticas liberais despertou nos trabalhadores uma esperança de ter um partido político que os representassem nas estruturas burocráticas do Estado. À medida que o PT nasce dos anseios da classe trabalhadora, passou a ocupar cadeiras em todos os níveis dos poderes do Legislativo e do Executivo, como nas câmaras municipais e nas prefeituras das grandes, médias e pequenas cidades, ao longo das décadas de 1980 e de 1990.

O sucesso da trajetória do Partido dos Trabalhadores não se restringiu somente nessas duas décadas. O PT governou Estados relativamente importantes no cenário político nacional e chegou à presidência em 2002, com o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva.

No poder, o PT, como partido político, empobreceu aquilo que o definia como um partido representativo da classe trabalhadora. Os valores e os privilégios das elites conservadoras foram preservados. O Partido dos Trabalhadores não foi capaz de implementar uma mudança radical como por exemplo taxar as grandes fortunas. Os “valores sagrados” da propriedade da terra foram mantidos, inviabilizando assim uma reforma agrária, bem como, os interesses das políticas neoliberais que também coexistiram juntamente com uma política de distribuição de renda.

Evidentemente, que mesmo não sendo possível romper com as estruturas das heranças oligárquicas do país, o PT desenvolveu uma complexa articulação política que lhe permitiu uma recuperação do papel ativo do Estado na reconstrução da soberania do Brasil no exterior. No entanto, não faltaram dificuldades políticas para o partido, já que ele foi denunciado por escândalos de corrupção no âmbito do governo federal, culminando com o impeachment de Dilma Rousseff e com a prisão do líder petista, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não é nossa pretensão fazer uma história do Partido dos Trabalhadores ou adentrar nos detalhes dos escândalos em que o partido se envolveu quando esteve na gestão da administração do país. O período em que o PT ficou no poder tem sido considerado por

¹⁷³OROZIMBO, Geraldo. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 20 de jan. de 2020, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

pesquisadores como fase importante para o partido e, também, como processo formador de uma trajetória complexa e conflitante que ainda se constitui um processo histórico em aberto. Por essa razão não trataremos desses acontecimentos nessa pesquisa. O que nos interessa é traçar as linhas definidoras que levaram os agentes da Pastoral Operária a fazer uma opção pelo PT e não por outros partidos políticos de esquerda.

Na arena da política nacional, o PT optou por atuar de acordo com as regras institucionais. Até mesmo durante a ditadura militar, o partido não trilhou o caminho que o levasse a romper com a ordem social estabelecida, ainda que o partido tenha feito críticas às elites brasileiras. Para os militantes da Pastoral Operária, o PT diferenciava-se de outros partidos de esquerda, haja vista que sua atuação política era predominantemente voltada para a oposição dentro da ordem estabelecida pelas “regras do jogo”.

Para os integrantes da Pastoral Operária, lidar com esses dilemas dependiam basicamente da forma pela qual a Igreja deveria trabalhar com os setores populares, por exemplo, com os sindicatos e com os partidos políticos de esquerda. Portanto, o potencial político da Pastoral Operária dependia de fatores externos à Igreja, isto é, de forças que estavam fora do campo religioso como: intelectuais, lideranças sindicais e partidárias políticas, que a representasse nas estruturas institucionais do Estado.

Terezinha Maria Gomes, que apresentou uma atuação relevante na Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, fez essa travessia da religião para a política; segundo Terezinha, era importante ter essa atuação mais institucionalizada em um partido político; e nas palavras dela própria, no início houve certa resistência por parte de alguns militantes do PT, porque os integrantes da Pastoral Operária tinham uma relação de pertencimento mais afinada com a CUT do que com o PT.

Dentro do Partido dos Trabalhadores havia uma esquerda mais radical que não aceitava bem o posicionamento das pessoas que despontavam da Igreja. A parte mais ideologizada se referia aos integrantes da PO como sendo uma “esquerda liberal” ou de forma pejorativa como – os “igrejeiros”.

Devido a sua inserção social com a classe trabalhadora de São Bernardo do Campo, Terezinha Gomes atuou como secretária da FSAB (Federação da Sociedade Amigos do Bairro) e também como uma das fundadoras MDF (Movimento de Defesa dos Favelados); MDF era um movimento cujo objetivo era levar o serviço de urbanização para a favela Parque São Bernardo. Por causa do seu trabalho social com as comunidades, Terezinha Maria Gomes foi convidada a concorrer nas eleições municipais de 1983, como vice-prefeita pela chapa do Partido dos Trabalhadores com o advogado Dr. Maurício Soares.

Embora a chapa petista tenha sido a mais votada naquelas eleições, com cinquenta e um mil votos, o prefeito eleito foi Aron Galante, do PMDB, que obteve trinta e seis mil votos. A lei eleitoral dava vitória ao partido que obtivesse o maior número de votos na soma entre todos os seus candidatos, regra chamada de sublegenda; a referida lei eleitoral permitia que um partido concorresse nas eleições com mais de um candidato. Como o PMDB conseguiu setenta e oito mil votos na soma de seus três candidatos - vinte e sete mil a mais que o PT (que só trazia Maurício concorrendo ao cargo) – foi considerado o vencedor e a vaga para prefeito ficou com Aron, que era o candidato mais votado entre os pleiteantes peemedebistas.

Terezinha concorreu também às eleições municipais, de 15 de novembro de 1985, como candidata a vereadora pelo PT, ficando como primeira suplente. Assumiu como vereadora em 1986, quando a vereadora titular saiu para cumprir licença maternidade. A essa altura, devemos nos perguntar quais são os fatores que unificavam os agentes da Pastoral Operária e do PT, e o que os distanciavam nas bandeiras político-partidárias?

Havia em Volta Redonda e no ABC quem, dentro da PO e do PT, defendesse uma possibilidade de uma colaboração mútua entre patrões e empregados, ou seja, uma acomodação de diferentes classes sociais. Também existiam aqueles que atuavam em ambos e

acreditavam que não seria possível estabelecer uma acomodação de classe com interesses tão antagônicos como patrão versus empregado, religião versus política. Portanto, havia certa resistência a essa proposta de colaboração entre a classe patronal e a classe trabalhadora por entender que os interesses dos trabalhadores não iriam de encontro aos interesses dos patrões. Para esse grupo o mundo do trabalho não era uma luta que se restringia somente ao sindicato.

A luta se dava nos movimentos populares organizados nos bairros exigindo direito à moradia, à saúde e à educação; exigências que estavam na ordem do dia, da vida cotidiana dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros.

Essa simbiose entre os representantes da PO e do PT se deu pela compreensão da própria construção de uma identidade, na forma como um partido político representante da classe trabalhadora deveria ser organizado socialmente. Os trabalhadores que atuavam no movimento sindical e que também faziam parte da pastoral tinham um posicionamento político comprometido com a causa dos movimentos populares.

O Partido dos Trabalhadores surgiu nos anos de 1980, com o próprio protagonismo político dos trabalhadores nos sindicatos, nas Comunidades Eclesiais de Base, nas pastorais sociais e nos movimentos populares. José Lucas dos Santos explica, havia uma estratégia política dos integrantes da Pastoral Operária ao se aproximarem do Partido dos Trabalhadores.

O PT lança candidaturas no início dos anos 1980 né, e muitos destes candidatos eram membros da Pastoral Operária. Por quê? Porque havia a compreensão, que além daquelas lutas imediatas, quer seja no Movimento Sindical, quer seja no Movimento Popular, havia alguma compreensão de que era preciso disputar espaços também no campo político partidário, e o PT se apresentava como a ferramenta para o povo trabalhador com essa perspectiva de indo para espaços institucionais, disputar, dentro daquele espaço possibilidades, disputar novas oportunidades, disputar com os setores constantemente dominantes, o legislativo e depois o Executivo.¹⁷⁴

Essa situação gerava um debate dentro da Igreja Católica, porque os mais conservadores entendiam que o Partido dos Trabalhadores estava sendo inserido dentro da Pastoral Operária, levando para dentro da Igreja discussão meramente política, distorcendo as interpretações do Evangelho. De toda via, tinham pessoas do PT que buscavam na PO gente para sair como candidatos pelo partido; e, também havia, por parte dos agentes da Pastoral Operária, o interesse em buscar no PT um espaço de atuação política, por meio do qual pudessem disputar cargos nos poderes legislativos e executivos.

O argumento defendido por católicos conservadores de que o PO era o movimento da Igreja que trabalhava, nos bastidores, para o PT, prejudicou o compromisso de evangelização da própria Igreja no mundo do trabalho. Quando a pastoral foi pensada, tinha-se como perspectiva uma atuação evangelizadora da Igreja na sociedade capitalista, na qual os trabalhadores são submetidos às diversas formas de dominação; portanto, a Pastoral Operária foi pensada como um movimento constituído por leigos e por clero que atuavam dentro da Igreja nas reivindicações dos direitos dos trabalhadores por uma vida digna.

À proporção que membros da PO passaram a se filiar ao PT, a acusação dos conservadores ganhou força gerando conflitos internos entre católicos que tinham uma “fé militante” com aqueles que eram adversos a qualquer atuação política, mesmo que fosse fora da Igreja. No entanto, essa aproximação com o PT foi positiva para a Igreja, já que sua forma de avaliar as questões sobre o mundo do trabalho ultrapassou os muros das paróquias,

¹⁷⁴ SANTOS, José Lucas dos. **Pastoral Operária**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

chegando até as organizações dos trabalhadores como os sindicatos, o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores.

3.4 Pastoral Operária e os trabalhadores: a luta de agentes pastorais e de operários por direitos no ABC Paulista e em Volta Redonda

O uso da fé religiosa como estratégia de enfrentamento político pode ser uma marca social para diferenciar a Pastoral Operária do movimento sindical. A fé serve, também, dentro desse contexto como instrumento, para analisar o engajamento político e ideológico dos indivíduos em sociedade, isso porque há aqueles indivíduos que têm sua fé enraizada em uma ideologia burguesa, capitalista e existem aqueles outros que têm sua fé em uma ideologia socialista, anticapitalista.

Diante dessa perspectiva, ideologia é entendida como um conjunto de ideias importantes para definir nossas ações. Todos os indivíduos têm ideologia, embora, às vezes, não saibam. Nós as construímos na interação com outros indivíduos, formando assim a nossa identidade.¹⁷⁵ Portanto, não nascemos com as ideias prontas. Em outras palavras, as ideias são inculcadas em nossa memória por meio da escola, da família, da televisão e da Igreja.

Para os integrantes da Pastoral Operária do ABC e de Volta Redonda, a ideologia que predominava nessas regiões era a ideologia da classe dominante. Para fazer frente a essa classe, a Igreja deveria desenvolver uma ideologia revolucionária que se daria por meio da conscientização da classe operária, e para combater as ideologias dominantes, os agentes da PO buscavam conscientizar os trabalhadores mostrando-lhes as contradições existentes entre a realidade social vivenciada por eles dentro e fora da fábrica. A conscientização se dava na luta diária como em períodos de greves em que os trabalhadores tomavam consciência de que são explorados, e também que são detentores do poder expresso por meio da sua força de trabalho.

A greve de 1988, na Companhia Siderúrgica Nacional, na época em que três operários foram assassinados pelo exército, pode ser considerada um momento histórico em que a conscientização só se constrói com luta, conforme podemos observar na fala de Evaldo Pontes:

Foi assim um marco em toda a organização talvez o momento “D”, vamos dizer assim, do grande conflito entre trabalho e o mundo do capital. Acho que eu podia fazer um resumo com essa greve de 88 né? É tanto que a reação do capital foi muito grande. Eles recuaram um pouco, mas depois retomaram todo o processo de domínio de uma maneira assim muito cruel na nossa cidade, no nosso sindicato e nas nossas organizações. Mas a greve, eu tive uma participação bastante ativa em todo o processo da organização da greve, que antecede a greve tanto aqui fora, quando eu tava na folga, a gente fazia reuniões, lá na minha comunidade com a PO, fazíamos reuniões aqui no sentido mais amplo, aqui a nível de cidade, aqui na Cúria, como eu já coloquei. Nós participávamos nas reuniões também nos sindicatos, pra nós nos atualizarmos como ia ser a greve então isso nós fizemos e depois quando foi quando entramos em greve no dia 07 de novembro, nós ocupamos a Companhia Siderúrgica Nacional, paralisando as obras né, e no dia 09, no

¹⁷⁵ Quando falamos sobre identidade pensamos tratando de um conceito que ainda não está bem definido pelas ciências sociais. A comunidade acadêmica ainda se encontra dividida por causa da ambiguidade que do uso do conceito de identidade. Sendo assim estamos trabalhando o conceito de identidade apoiados em Stuart Hall quando ele diz que: “identidade é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto a prova”. Ver em: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 9.

dia 08 começou já a ocupar, alguns soldados do exército começaram a ocupar a Usina. E no dia 09 houve aquela grande invasão, mas durante esse período lá dentro foi um período assim tanto esses 3 dias que antecederam a invasão da polícia, e o dia seguinte foi dias muito tensos lá dentro. Muito tensos, e eu vivi assim dentro da greve todo esse período de perto, próximo, fazendo reuniões fiquei lá dentro quando houve a ocupação do exército, com um número maior do exército, depois que teve a notícia do choque que ia entrar dia 9, nós ficamos sabendo lá dentro na assembleia na SOM, aí nós resolvermos ocupar a aciaria, como a garantia de preservar e não deixar eles prenderem todo mundo, porque nós tínhamos um certo domínio lá na aciaria, que era uma área mais específica, tinha diversos andares era de mais difícil acesso, nós tínhamos que preservar também o carro de som, então nós entramos com um carro de som, que era um caminhãozinho pequeno.¹⁷⁶

O enfrentamento político narrado por Evaldo, em relação à greve, estabelece uma relação dialética entre a prática e a teoria em termos de vivência da fé. Entender a base ideológica dos integrantes da Pastoral Operária pode nos ajudar a compreender o motivo que levou os agentes pastorais a optarem por uma ideologia anticapitalista. Para Frei Betto: “A fé atravessa a ideologia, mas a fé não existe sem uma ideologia. Jesus tinha uma ideologia, mas ele tinha uma experiência de oprimido”.¹⁷⁷

A fala do Frei Betto, nos permite inferir que a ação política do cristão se dá por meio da ideologia política. O pertencimento do cristão a um movimento seja ele de direita ou de esquerda, não se deve pautar por uma ideologia de ódio ao outro, isso porque o “Reino de Deus” não é constituído pelo ódio. Assim a militância católica não deveria se deixar ser seduzida por ideologia de esquerda ou de direita.

O operário que integrava a Pastoral Operária não deveria ter ódio do patrão, deveria, também, ter clareza de que ele não fazia parte da mesma classe social do patrão. As pastorais operárias em todo o Brasil foram criadas para que atuassem em defesa da classe trabalhadora e dos ensinamentos do Evangelho.

Esse esforço de criar mecanismo de conscientização da classe trabalhadora e empenhar-se na luta para a construção da dignidade do operariado era um trabalho somente da Pastoral Operária? Não, o “Novo Sindicalismo” também buscava despertar nos trabalhadores uma consciência crítica em relação ao mundo do trabalho e passou também a reivindicar uma vida digna para os trabalhadores. Então como diferenciar as atividades da Pastoral Operária do sindicato?

Tanto no ABC quanto em Volta Redonda a pastoral era constituída por um grupo de trabalhadores cristãos em sua maioria operários. Esses trabalhadores procuravam desenvolver uma atividade também cristã frente à realidade da vida operária. Nos sindicatos, participavam das assembleias, das comissões, e de todas as demais atividades como dos fundos de greve e da arrecadação de alimentos para as famílias dos grevistas.

Nas palavras de Frei Betto, “Dom Cláudio Hummes gostava de dizer que não era um bispo imparcial, uma vez que havia assumido o lado dos mais pobres”.¹⁷⁸ Essa opção de Dom Cláudio pelos trabalhadores contribuiu para que ele tivesse uma identidade com a Pastoral Operária. Conforme abordamos anteriormente, a Semana do Trabalhador era marcada por diversas atividades providas pela Igreja como conferências e oficinas, culminando com a

¹⁷⁶ SILVA, Evaldo Pontes da. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 19 de nov. de 2019, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

¹⁷⁷ Pontos principais da palestra do Frei Betto.

¹⁷⁸ BETTO, Frei. **A Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, por e-mail, em 30 de jul. de 2019.

missa celebrada pelo bispo no dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Conforme podemos verificar nas fotos abaixo:

- Semana do Trabalhador – Seminário Fé e Política – em comemoração ao 1º de Maio em São Bernardo do Campo (Luiz Inácio Lula da Silva e Bispo da Diocese de Duque de Caxias Dom Mauro Morelli)

Figura 14 - Luiz Inácio Lula da Silva e Dom Mauro Morelli (bispo da Diocese de Duque de Caxias) com os integrantes da Pastoral Operária



Fonte: Arquivo da Pastoral Vergueiro.

- Semana do Trabalhador – mobilizados dos trabalhadores e das trabalhadoras – em comemoração ao 1º de Maio em São Bernardo do Campo.

Figura 15 - Semana do Trabalhador em São Bernardo do Campo/SP



Fonte: Arquivo da Pastoral Vergueiro.

- Semana do Trabalhador – Igreja Matriz de São Bernardo do Campo – Frei Betto e lideranças da Pastoral Operária dão palestras em comemoração ao 1º de Maio.

Figura 16 – Frei Betto e integrantes da Pastoral Operária falam para os trabalhadores e para as trabalhadoras

Figura 16a Figura 16b



Fonte: Arquivo da Pastoral Vergueiro.

No entanto, a Igreja ainda se recusava a abrir-se para novos horizontes. Havia aqueles padres que estavam fechados nos seus clericalismos e não abriam suas paróquias para a classe trabalhadora. Durante a década de 1980, diferentemente da militância católica e dos bispos progressistas, haviam padres que ficavam incomodados com a Pastoral Operária porque era um movimento da Igreja crítico ao capitalismo e que apoiava as greves, conforme podemos observar na fala de Terezinha Maria Gomes.

Nas lutas do bairro já era uma coisa meio complicada, até hoje é. Até hoje nos tava comentando com uma colega aqui da pastoral, não deu pra ela vir, se não ela viria. Nós temos um grupo de pastoral aqui, e nós fazemos a novena de Natal aqui, no bairro, aqui, como PO tinha um padre que não deixou a gente fazer o encerramento da novena de Natal na Igreja, porque a PO é uma coisa assim, o que nós fizemos? Nós invadimos a Igreja para fazer o encerramento da novena de Natal, a Igreja tá aberta, ele não deixou, mas a Igreja não é dele. Nós fomos todo o pessoal da novena de Natal na Igreja e fizemos o encerramento e ele ficou na sacristia encolhidinho, só vendo (risos). Entendeu? E é isso, a gente tem que abrir os caminhos, não é?¹⁷⁹

O relato de Terezinha mostra na prática a participação efetiva das mulheres na construção de um espaço em que a cidadania e o bem-estar social eram algo que deveriam ser ampliados com a participação da Pastoral Operária, e, às vezes, sendo motivo de conflito dentro da Igreja.

Frei Betto explica que, logo que chegou ao ABC, percebeu que predominava, entre os operários, uma mera consciência reivindicatória, que incluíam melhoria de salário e das condições de vida. Mas ainda não havia uma consciência de classe no sentido mais amplo do termo, já que havia, por parte dos trabalhadores católicos, preconceito em relação à esquerda, aos comunistas e aos egressos da luta armada.

Sendo assim, houve por parte de Igreja um trabalho de conscientização política dos operários católicos e não católicos. “Foi então que iniciei um trabalho junto às lideranças para adquirirem consciência de classe. [...] Passei a promover cursos de formação política pela

¹⁷⁹ GOMES, Terezinha Maria. **Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 13 de jul. de 2019, em sua residência, em São Bernardo do Campo.

ótica marxista, abertos também aos militantes da PO”.¹⁸⁰ Para Frei Betto, politizar os agentes da pastoral e do movimento operário era como batizar uma pessoa, conferindo-lhe uma identidade. Pelo fragor das incertezas, que os trabalhadores vivenciavam nas fábricas, era necessária uma reflexão com base nas mensagens do Evangelho.

Diante das ameaças de prisões por parte do governo militar durante as greves e das demissões por parte das empresas, a Igreja estendeu os braços e se esforçou para resgatar a cidadania perdida por uma parcela significativa dos trabalhadores que conheceram a dor da insegurança e o medo da exclusão social.

Para a Pastoral Operária atuar contra os aspectos desumanos da sociedade capitalista era uma forma de amenizar a situação vivenciada pelos trabalhadores. E a forma encontrada pelos agentes para amenizar o aviltamento foi lutar pela dignidade dos trabalhadores buscando, nos valores éticos e morais do catolicismo, uma consciência de classe. Para isso, a Igreja deveria apropriar-se dos valores difundidos pelos movimentos populares e apoiá-los em suas reivindicações. Na matéria abaixo se pode observar essa aproximação da Igreja com os movimentos populares do ABC Paulista.

Figura 17 – Igreja e os movimentos populares do ABC Paulista



Fonte: Jornal Folha de São Bernardo de 1 a 7 de agosto de 1981.

Havia também valores que estavam fundamentados na base do cristianismo a serem tolerados pelos trabalhadores, por exemplo, ter paciência para suportar as injustiças sofridas no interior das fábricas e aturar as péssimas condições de moradias; porém, ao mesmo tempo, o trabalhador deveria romper com qualquer prática de conformismo no sentido de aceitação da própria realidade social.

¹⁸⁰ BETTO, Frei. **A Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, por e-mail, em 30 de jul. de 2019.

Para que esse conformismo fosse superado por aqueles indivíduos mais acomodados com a sua situação social, a Igreja também deveria romper com o trabalho assistencialista que ainda era comum nas pastorais sociais. Para os trabalhadores que precisavam de uma habitação por sua vulnerabilidade social, a Diocese de Santo André doava terrenos. Mas exigia deles o compromisso com a construção dos imóveis, portanto, muitas vilas no ABC tiveram terrenos doados pela Igreja Católica.

O Movimento de Defesa dos Favelados, no qual atuava a Pastoral Operária, era o responsável pelo serviço social que a Igreja prestava no processo de urbanização. No Vale Parque São Bernardo um desses trabalhos era desenvolvido pela pastoral em São Bernardo do Campo. As mulheres trabalhavam na construção de casas populares conforme podemos observar na entrevista com Terezinha.

Movimento de Defesa dos Favelados, e a gente conseguiu a urbanização do Vale Parque São Bernardo através desse movimento, e a maioria era mulheres, tanto que elas fizeram, construíram uma vila ali perto da Via Anchieta aonde teve aquela invasão a pouco tempo aqui que de Sem Terra, ali tem uma vila do lado direito, Scania, onde a diocese cedeu essa área, era uma área, na época Dom Cláudio cedeu essa área pro pessoal do Parque São Bernardo fazer a vila comunitária. E a maioria que foi construir a vila comunitária foram mulheres, elas fizeram o curso de pedreiras e construíram a casa, e construíram a casinha delas, elas iam trabalhar as pedreiras.¹⁸¹

Essas mulheres eram preparadas nos cursos profissionalizantes oferecidos pela Pastoral Operária. Elas trabalhavam em forma de mutirão nas favelas, na construção de moradias, na reforma de creche, e em oficinas de corte e costura. Além disso, essas mulheres atuavam nos clubes de mães e na associação de amigos do bairro; com isso, elas se inteiravam de todos os problemas sociais da comunidade, e por conta dessa base popular, muitas delas entraram para o movimento sindical ou para os partidos políticos. Essa base nos movimentos populares deu aos agentes da pastoral uma diversificação em suas reivindicações, tanto nos sindicatos, nos partidos políticos quanto nos movimentos religiosos.

Gilmar Ortiz de Souza, 63 anos, engenheiro mecânico, com especialização em automobilística e mestrado em segurança do trabalho, foi funcionário em diversas empresas metalúrgicas de São Bernardo do Campo como a Prensas Schuler, a Equipamentos Villares, a Mercedes Bens do Brasil (na fábrica de caminhões de São Bernardo) e possui uma vasta experiência como integrante da Pastoral Operária e com o mundo do trabalho.

Quase todos os entrevistados para essa pesquisa começaram a trabalhar ainda jovens, entre os treze e catorze anos de idade. Gilmar Ortiz, não foge dessa característica comum entre os militantes da Pastoral Operária; aos treze anos já trabalhava como *office boy* em uma indústria de artefatos de borracha, e por não ter completado quatorze anos precisou de uma autorização da mãe; trabalhava durante o dia e estudava à noite; conseguiu se formar em engenharia.

Diferentemente, de outros agentes pastorais, sua inserção nos movimentos católicos se deu de forma tardia, já nos anos de 1990, no Movimento Casais Com Cristo, movimento católico responsável por trazer outros casais para a Igreja e direcioná-los para as pastorais nas quais tivessem mais vocação religiosa para atuar. Ortiz já conhecia os trabalhos da Pastoral Operária durante as greves do ABC, por possuir esse conhecimento prévio, passou a direcionar muitos casais para a PO durante a década de 1990. A entrevista com Gilmar Ortiz de Souza trouxe elementos importantes para a pesquisa, porque grande parte de sua vida

¹⁸¹ GOMES, Terezinha Maria. **Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 13 de jul. de 2019, em sua residência, em São Bernardo do Campo.

passou atuando como metalúrgico. Assim temos também a visão de quem, por muito tempo da vida como operário, passou fora da pastoral.

Gilmar diferencia a atuação daqueles que militam no movimento operário ao daqueles outros que militam na Pastoral Operária. Na visão de Gilmar, quando se tratavam de reivindicações de direitos e conquistas, geralmente, os metalúrgicos terceirizavam a resolução desses problemas para o sindicato. Ao passo que, os integrantes da PO eram estimulados a refletir sobre esses problemas, e em seguida atuarem sobre eles, já que a fé prescindia de uma ação concreta. Por isso, tratava-se de uma fé que se fortificava na militância. Gilmar Ortiz explica como era a sua visão de metalúrgico quando ainda não fazia parte da Pastoral Operária:

Engraçado, normalmente as pessoas deixam que os outros resolvam seus problemas. Os metalúrgicos normalmente terceirizam seus problemas para o sindicato e não querem se envolver. E eu via o pessoal da pastoral, era um pessoal combativo, um pessoal que ia para a luta, ia para o Fundo de Greve, participava das passeatas junto com o sindicato. Eu via assim a Pastoral Operária muito próxima aos movimentos sindicais. E como eu também admirava o trabalho, mas não tinha assim vontade de participar. Eu achava que seria uma briga. Gostava da briga, mas não queria eu ir lutar lá. Mas depois que a gente, que foi apresentado à Pastoral Operária, eu me lembro a primeira reunião, lá na Igreja Matriz, mesmo tinha um grupo de base lá em São Bernardo, padre Luciano Marin, José Alves e outras pessoas. José Alves conhecido, José Alves e outras pessoas que me receberam muito bem e eles colocavam essa questão da pastoral. O quê a pastoral é? O quê é a Pastoral Operária? E eu vi o Luciano Marin até hoje desenhar uma bicicleta na lousa assim. E falar a questão da Fé e da Política. Precisamos de fé e precisamos agir, entender e discutir política dentro do nosso grupo. Porque todo cristão ele tem que ter esse conhecimento do que é a política, que nos faz lutar contra as injustiças, contra todos os problemas sociais que a gente vive. Então, ali comecei a entender essa pastoral e gostar cada vez mais, porque apesar de eu ser entre aspas um alienado eu vivia aquilo. Mas eu não participava, não me envolvia.¹⁸²

Para muitos trabalhadores, a Pastoral Operária oferecia um espaço de atuação que não era possível no sindicato. O entrevistado deixa claro em sua narrativa que a PO atuou especialmente no combate às injustiças enfrentadas pelos trabalhadores. Os agentes pastorais centravam suas narrativas em torno da solidariedade entre os trabalhadores. Nos encontros realizados pela Pastoral Operária, a política era pensada de outra forma, porque para os agentes a ação política acontecia em um clima de confraternização e de comunhão da ação comunitária com a palavra de Deus. Em relação a essa forma de pensar a ação política para a transformação da realidade social, Gilmar explica que:

As reuniões da Pastoral Operária são assim, as reuniões da Pastoral Operária são belíssimas. Muita comida. Todo mundo levava alguma coisa. Muito bom. Sempre muita comida. E a gente sempre lê um trecho do Evangelho. Enfim, discute aquele trecho. Traz para os dias de hoje, muito rica essa discussão. Sempre, toda a nossa reunião se inicia dessa forma. Desde lá do início até hoje a gente faz isso. E dentro dessa lógica a gente vai discutir os

¹⁸² SOUZA, Gilmar Ortiz de. **Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

problemas atuais e sempre usando essa metodologia do “Ver, Julgar e Agir”.¹⁸³

Outro ponto que se coloca como algo que diferencia a pastoral do sindicato é o movimento da Igreja que reivindica justiça social para a classe trabalhadora, enquanto que os sindicatos se movimentam para reivindicar, somente, tendo em vista as categorias profissionais. Além disso, muitos sindicatos ainda preservam uma burocracia e uma visão corporativista e, geralmente, se preocupam, em primeiro lugar, com os trabalhadores que são sindicalizados.

A partir da década de 1980, não só nos Estados Unidos, mas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, a parcela de 1% dos mais ricos dobrou sua renda nacional de 6,5% para 13%. A aplicação de uma política neoliberal na década seguinte revelou extraordinária concentração de riqueza e de poder das elites econômicas – *establishment* –, do país. A automatização da tecnologia e a desregulamentação das formas de trabalho geraram um número considerável de desempregados em toda parte do mundo, de homens e mulheres que estão fora da proteção dos sindicatos.

A Pastoral Operária tem uma visão mais abrangente da classe trabalhadora porque inclui todas as categorias profissionais – os sindicalizados, os não sindicalizados e os informais. Isso não significa dizer que os sindicatos sejam menos importantes para os trabalhadores, são fundamentais para a classe operária porque são representantes legítimos das categorias associadas. Enquanto a Pastoral Operária não se vincula a nenhuma categoria, contudo, representa todas elas, como: metalúrgicos, químicos, autônomos e informais, etc.

No ABC, Frei Betto era o responsável pela interação tanto com os trabalhadores sindicalizados, como com os não sindicalizados; com os próprios sindicatos e com a Pastoral Operária. Ele atuou em duas frentes para animar os movimentos sociais na região. Em primeiro lugar, passou a fazer reuniões nos sindicatos para trabalhadores que não tinham vínculo com a Igreja e, em segundo lugar, Frei Betto recorreu à cultura católica em que a fé parte de uma ação política para combater as injustiças geradas pelo capitalismo, conforme podemos verificar nas palavras de Gilmar Ortiz de Souza:

Na verdade, o Frei Betto que é o nosso primeiro idealizador da Pastoral Operária. Disse que nas primeiras reuniões lá no Sindicato. Ele falou, foi lá no Sindicato e falou que tinha um grupo lá da Pastoral Operária, inclusive, ele viu que o pessoal nem praticamente religioso, cristão era. Fazia lá uma oração, mas não conhecia quase nada. Aí, o Frei Betto que começou essa doutrina, essa forma de pensar como cristão, nós não podemos aceitar as injustiças, de relacionar o nosso discípulo, que é Jesus Cristo, que morreu por causa de política. Então, toda essa ideologia que vem aí da Igreja Católica, de nossos Bispos, principalmente, dom Cláudio, na época foram, vamos dizer assim, traduzidos para a linguagem popular pelo Frei Betto pelos seus exemplos. Então, a Pastoral Operária, ela foi, ela cresceu nessa ideologia cristã de não aceitar as injustiças, de que Jesus morreu por causa da política, foi morto, como o próprio Frei Betto fala, foi preso, torturado, julgado e morto por dois poderes políticos da época.¹⁸⁴

¹⁸³ SOUZA, Gilmar Ortiz de. **Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

¹⁸⁴ SOUZA, Gilmar Ortiz de. **Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

Essa mobilização incluía várias pessoas como religiosos, sindicalistas, autoridades locais como prefeitos e vereadores e partidos de esquerda. A Igreja com suas pastorais sociais como a Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, a Pastoral de Moradia, a Pastoral de Favelas, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária, tornou-se um importante espaço de mobilização das lutas sociais, abrigando diferentes partidos políticos e movimentos populares.

Abaixo podemos observar como os problemas que afetavam o dia a dia da comunidade eram debatidos dentro da Igreja, por exemplo, os recorrentes problemas de alagamento em São Bernardo do Campo.

- Terezinha Maria Gomes, integrante da Pastoral Operária reivindicando do prefeito de São Bernardo do Campo, o médico Aron Galante do MDB, solução das freqüentes enchentes nos bairros da cidade de SBC.

Figura 18 – A Pastoral Operária cobra explicação do prefeito de São Bernardo do Campo Aron Galante do MDB

Figura 18a



Figura 18b



Figura 18c



Figura 18d



Fonte: Arquivo Pessoal de Terezinha Maria Gomes. Integrantes da Pastoral Operária do ABC Paulista. São Bernardo do Campo/SP.

A Igreja estava de portas abertas, durante os anos finais da ditadura militar, para acolher os movimentos sociais e os partidos que tinham um envolvimento com a classe trabalhadora. A interação da Igreja no ABC não era somente com o Partido dos Trabalhadores, havia também acolhimento a outros partidos como PC do B e MDB, inclusive, esse último com uma grande aceitação popular entre os católicos.

Nas palavras de José Lucas dos Santos: “A Igreja era a “caixa de ressonância” onde esses partidos buscam atuar. E onde eles iram atuar? Onde a Igreja já tinha um trabalho de base bem estruturado que eram as periferias dos grandes centros urbanos”.¹⁸⁵

Em Volta Redonda, os partidos políticos ficaram mais distante da Igreja e mais vinculados ao movimento sindical. Os católicos rejeitavam até mesmo o trabalho da Pastoral Operária porque acreditavam que se tratava de interferências do movimento sindical ou do PT nas paróquias; no entanto, a Igreja ainda teve um vínculo próximo com o Partido dos Trabalhadores, mas sua bandeira era mesmo em torno da defesa dos direitos humanos. Não significa afirmar que os católicos tinham essa atuação, já que muitos não concordavam com a atuação política do bispo diocesano Dom Waldyr Calheiros.

Em se tratando das comunidades católicas nos bairros de Volta Redondos, a presença dos padres franceses foram fundamentais para criar uma visão mais ampliada em relação ao mundo do trabalho. Os padres franceses estavam ligados à CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) situada na França; no Estado do Rio de Janeiro, eles estavam presentes na diocese de Volta Redonda e na de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense; inclusive, são eles os responsáveis pela criação da Pastoral Operária na cidade de Volta Redonda e pela criação do Centro de Ação Comunitária em Nova Iguaçu.

O objetivo dos eclesiásticos franceses era criar um centro de formação para trabalhadores, por meio do GAOS (Grupo de Apoio à Oposição Sindical), para atuarem na oposição sindical, buscando recursos financeiros na França, possibilitando assim a criação de instalações físicas para as pastorais operárias. Evaldo Ponte explica como os padres franceses foram importantes nesse processo e como, que a partir desse momento, a PO foi sendo levada para outros bairros de Volta Redonda.

Aí um padre chamado João Pedro também que era francês, até falava ainda muito, muito mal, ainda, o português, participou conosco e mostrando a importância que era né, a PO. Isso seria um espaço que nós deveríamos criar dentro da Igreja, nós já tínhamos nessa época as Comunidades Eclesiais de Base, também foi muito importante, mas precisava de um grupo específico né, um espaço específico onde nós poderíamos tá refletindo sobre o mundo do trabalho, e assim fundamos a pastoral. Depois, esse embrião aqui nessa comunidade, aí logo em seguida em 81, eu mudei para o bairro São Luiz, que é um outro bairro aqui na cidade de Volta Redonda e lá imediatamente nós começamos a organizar a PO nessa comunidade.¹⁸⁶

A conscientização dos trabalhadores e das trabalhadoras de Volta Redonda não se diferenciava das demais pastorais espalhadas nesse imenso território. O exercício de conscientização dos agentes se dava com relatos de acontecimentos de algum episódio no mundo do trabalho, e sempre tinha uma história a ser relatada acerca de um acontecimento ocorrido dentro da Companhia Siderúrgica Nacional. Tais narrativas partiam dos setores onde cada grupo trabalhava, e sua temática envolvia acidentes de trabalho, insalubridade, falta de

¹⁸⁵ SANTOS, José Lucas dos. **Pastoral Operária**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

¹⁸⁶ SILVA, Evaldo Pontes da. **Pastoral Operária de Volta Redonda**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 19 de nov. de 2019, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

refeitório e exaustiva jornada de trabalho. Toda essa realidade vivenciada pelos trabalhadores era compartilhada nas reuniões da Pastoral Operária, e interpretada sob a luz do Evangelho.

Os operários começavam a questionar as condições de trabalho por setores; apesar de a CSN ser considerada uma empresa que representava o Brasil moderno e industrializado, suas instalações ainda eram rudimentares. As instalações precárias expunham os trabalhadores ao perigo com constantes acidentes de trabalho. Evaldo trabalhava em um setor considerado de alta periculosidade na fabricação e no acabamento de trilho para linha férrea; os trilhos chegavam tortos, e eram acertados e furados por uma máquina para serem colocados nos dormentes; esse setor era considerado insalubre devida às precárias condições de trabalhos. Conforme podemos observar nas fotos nas abaixo.

Figura 19 – As máquinas que Elado Pontes da Silva manuseava

Figura 19a



Figura 19b

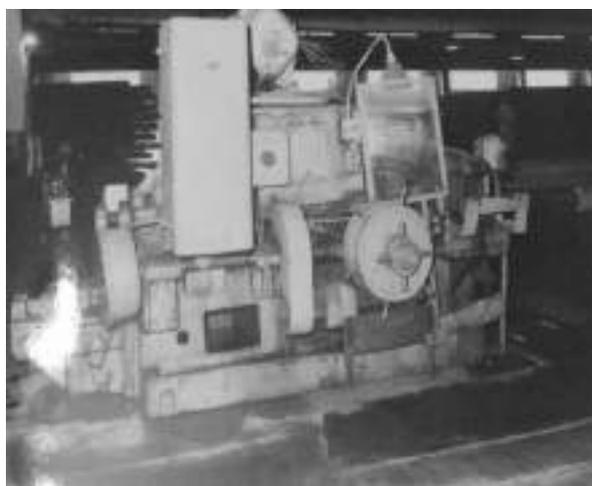


Figura 19c



Figura 19d



Figura 19. Continuação

Figura 19e



Figura 19f



Fonte: Arquivo Pessoal de Evaldo Pontes da Silva. Operário da Companhia da Siderúrgica Nacional e integrante da Pastoral Operária de Volta Redonda/RJ.

Assim como no ABC Paulista, os integrantes da pastoral de Volta Redonda tinham o incentivo e a acolhida da hierarquia clerical. O bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes abriu as instalações da Cúria Diocesana para o acolhimento da PO e do Sindicato onde eram realizadas reuniões e assembleias com os trabalhadores. A Pastoral Operária juntamente com o bispo contribuía com o chamado “sindicato combativo” nas campanhas salariais.

A Igreja tinha como objetivo despertar solidariedade como forma de fortalecer a união entre os trabalhadores de diferentes setores da Companhia Siderúrgica Nacional. Esse trabalho institucionalizado da Igreja era importante para a classe trabalhadora de Volta Redonda, todavia, as ações realizadas em pequenos grupos e nas comunidades eram essenciais para despertar os trabalhadores para o engajamento político.

Na fábrica, os agentes pastorais chamavam atenção para a necessidade de exigir os equipamentos de segurança, e, em caso de greve, a manutenção de um fundo para custear as despesas das famílias desses trabalhadores. Abaixo podemos observar a mobilização da Igreja no ABC em defesa da luta dos trabalhadores.

Houve uma importante participação da Igreja no mundo do trabalho, mas a Igreja não ocupou o espaço do sindicato, ela trabalhava junto com outros movimentos constituídos pelos trabalhadores, e muitos trabalhadores faziam oposição ao próprio sindicato. Volta Redonda, por ser uma cidade maciçamente constituída por operários, abrigava outros grupos de esquerda vinculados à classe trabalhadora, como a Convergência Socialista e o Movimento pela Emancipação do Proletariado, esses sem vínculos com a Igreja.

Todos esses movimentos eram voltados ao recrutamento de operários com vista à militância sindical, objetivando a formação de um grupo para oposição sindical - os denominados “sindicalistas autênticos ou combativos”. Suas reuniões aconteciam em salões paroquiais, nas residências dos agentes pastorais e na Cúria Diocesana e discutiam ideários que incluíam a crítica ao que denominavam de “peleguismo” ao capitalismo e ao intervencionismo do Estado na administração do sindicato; abordavam a importância da valorização dos movimentos populares; bem como defendiam a relevância das decisões coletivas, com destaque para o fortalecimento dos conselhos e das assembleias.

Diante disso, reforçar o poder do coletivismo era uma forma de contrapor a intensidade das ideias neoliberais que colocavam em situação de fragilidade a emancipação das lutas sociais e políticas. O neoliberalismo tende a dissociar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos, impedindo a distribuição social da riqueza para os trabalhadores. Ao submeter, não somente a classe trabalhadora, mas todas as relações organizadas às formas de mercado, experiencaremos, como consequência, ao aumento exponencial das desigualdades sociais entre ricos e pobres no interior do mesmo país.

A Pastoral Operária Nacional desenvolveu uma metodologia que era comum entre as pastorais: fazer análise do Evangelho para refletir as contradições da sociedade principalmente com relação ao capital e ao trabalho. Entretanto, a militância daqueles que faziam parte da PO se diferenciava porque muitos já haviam passado por outros movimentos sociais. Cláudio Nascimento, por exemplo, é um deles, ele nasceu em Pernambuco em cidadezinha chamada Brejo da Madre de Deus, cidade famosa por realizar um dos maiores espetáculos ao ar livre do mundo, a “Paixão de Cristo em Nova Jerusalém” que todos os anos atraem milhares de pessoas do Brasil e do exterior.

Cláudio Nascimento iniciou militância católica, aos dezoito anos de idade, em 1968, ainda em Caruaru, na AP (Ação Popular).¹⁸⁷ Nascimento militou na AP juntamente com outras lideranças pernambucanas como Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier e Marta

¹⁸⁷ Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”. A partir de 1960, entretanto, a JUC começou a sofrer um processo de radicalização, engajando-se na luta pela transformação dessa sociedade. Os primeiros sinais dessa nova tendência surgiram durante o congresso comemorativo dos dez anos da organização, em que a equipe da região Centro-Oeste apresentou um trabalho propondo o combate ao subdesenvolvimento e à primazia do capital sobre o trabalho. No início de 1961, já provocando reação dentro da Igreja, a JUC participou de um seminário organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em Salvador. Nesse mesmo ano, o jucista Aldo Arantes, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da UNE. A reação da Igreja diante do fato traduziu-se na expulsão de Arantes da JUC pelo cardeal dom Jaime Câmara. Era evidente que a concepção da JUC sobre sua esfera de ação e sobre seu lugar no interior da Igreja tornava-se incompatível com o pensamento dominante na hierarquia eclesial. Diante das crescentes reivindicações de autonomia, surgiu a idéia — sobretudo entre os jucistas de Belo Horizonte — de se formar uma nova organização que pudesse atuar independentemente da Igreja. Assim, no início de 1962, foi lançado um manifesto de convocação de um congresso da JUC, durante o qual se trataria dessa questão. O documento de autoria de Herbet José de Sousa, importante militante jucista e editor de um jornal estudantil publicado pela Ação Católica Mineira, intitulado Ação Popular. Ver em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>>. Acesso em: 15 mai. de 2020.

Machado que foram assassinadas pelos agentes da ditadura militar. Cláudio passou ainda por outras organizações de esquerda como o Partido Comunista do Brasil e o CEC (Comando de Engenho no Campo), organização popular de camponeses em Caruaru. Diante das perseguições e prisões da esquerda em Caruaru, Cláudio Nascimento optou pela clandestinidade e migrou para o Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo-se em Piranema, bairro de Seropédica, na Baixada Fluminense, em um sítio da família de sua esposa.

No entanto, a aproximação da família de sua esposa com militares o levou a deixar o sítio, e morar em Guadalupe, bairro da Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Foi nesse momento que Cláudio Nascimento começou a interagir com movimentos católicos; primeiramente, essa integração se deu por meio de um grupo teatral denominado MCP (Movimento de Cultural Popular), um teatro popular que trabalhava com a literatura de Cordel, que, de certa forma, o colocava próximo da cultura nordestina. Havia passado por esse teatro outros atores que se tornaram famosos como José Wilker Almeida e Carlos Alberto Vereza de Almeida, a maioria dessas pessoas fazia parte do Partido Comunista Brasileiro.

Era um grupo que se envolvia intensamente com a política, com a cultura e com a literatura, cuja militância política era voltada, quase que exclusivamente, ao teatro de rua; por isso, Cláudio optou por atuar no movimento católico do Catumbi, juntamente com o padre Agostinho Pretto, que integrou a Comissão Nacional da Pastoral Operária, e também desempenhou importantes trabalhos na Baixada da Fluminense.

Assim como os integrantes da PO de São Paulo, do ABC e de Volta Redonda, Cláudio Nascimento inicia, no Rio de Janeiro, sua experiência como operário da construção civil, desempenhando a função de apontador. A obra na qual Cláudio trabalhou foi a da construção dos prédios que abrigam atualmente o Hospital do Fundão; sua experiência de operário e de militante de esquerda, o levou a atuar, também, na ALN (Ação Libertadora Nacional).

Na ALN sua atuação se deu em uma frente de massa que mantinha uma ligação com os intelectuais católicos e com os operários. Mesmo não atuando na resistência armada, Cláudio Nascimento não escapou da prisão no DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna), no início da década de 1970. Ao deixar a prisão, passou a atuar no CEDI (Centro de Documentação e Informação) ligado ao CMI (Conselho Mundial das Igrejas).

O CEDI, localizado no Catumbi, foi um importante centro de produção de conteúdo para abastecer outras redes da Pastoral Operária em diversas dioceses do país. Sob a liderança do padre Agostinho Pretto, pessoas com militância na esquerda e ampla capacidade intelectual assessoravam os centros de formação de fé e política da Pastoral Operária. Do CEDI, Cláudio Nascimento e Piragibe Castro Alves abasteciam as comissões de fábricas da Volkswagen em São Bernardo do Campo na impressão de jornais com conteúdo informativo para conscientização dos trabalhadores, além de boletins.

Piragibe Castro Alves já possuía experiência no movimento de oposição sindical de São Paulo, e retornara de exílio sendo acolhido, também, pelo padre Agostinho Pretto. Cláudio nos explica como Agostinho foi um padre comprometido com a formação política da classe trabalhadora não só do Estado do Rio de Janeiro, mas também de outros pontos do Brasil.

E aí a gente, com o Agostinho, o Agostinho saía me puxando, para ir fazer atividade de formação com operário, e andava o Brasil todo, e era com tranquilidade que a gente conversava com esse pessoal, discutia o

sindicalismo e, em 75 foi quando então se cria, eu acho que é 75, a Pastoral Operária.¹⁸⁸

A Igreja também pode ser considerada um grande agrupamento político no sentido de organização social; considerando-se que diferentes indivíduos e movimentos sociais se agruparam nas pastorais sociais. Esse agrupamento dentro das Pastorais se dava em forma de rede em todo o Brasil e se estendia por outros países como França, Itália, Bélgica, Alemanha, Marrocos, Nicarágua e Cuba. Temos, por exemplo, movimentos sociais ou pessoas nesses países que se articulavam com a Pastoral Operária e com a classe trabalhadora brasileira.

Como modelo da prática de articulação entre países, Terezinha Maria Gomes, coordenadora da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, passou por Nicarágua e Cuba durante a década de 1980 propagando experiências de fé e de ação social, obras comunitárias exportadas pela PO. É importante sinalizar que cada um desses países adaptou a experiência de acordo com sua realidade social. No caso de Cuba, a experiência se deu na cidade, ou seja, na zona urbana da ilha; ao passo que na Nicarágua, a experiência religiosa e social da PO, centrou suas ações evangelizadoras e sociais nos movimentos camponeses.

Essa troca de experiência internacional com cubanos e com nicaraguenses serviu para fortalecer ainda mais o trabalho da coordenadora da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, impulsionando-a a participar ativamente da fundação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, duas principais organizações representativas da classe trabalhadora brasileira, conforme podemos observar em sua entrevista.

Foi em 83 a fundação da CUT. E eu era funcionária pública e fui tirada como delegada. Eu fui representando os funcionários públicos na CONCLAT, que foi a reunião pra criar a CUT, tenho o cartãozinho meu de fundadora da CUT, mas eu pus no álbum da minha neta. Tem aquele álbum do neto, eu pus que é pra ela ter a vó dela lá. Que foi fundadora da CUT. Fui fundadora de CUT depois fui fundadora, fomos fundadores do PT.¹⁸⁹

Na França, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho tinha como base a formação de trabalhadores para atuarem na oposição sindical, cuja intenção era a de confrontar os sindicatos atrelados ao patronato, que aqui, no Brasil, era chamado popularmente de “peleguismo”. A formação política dos trabalhadores dessa confederação se dava por meio do Grupo de Apoio à Oposição Sindical.

Outro movimento importante nesse processo de formação política dos trabalhadores no exterior, os quais vinculavam-se à Pastoral Operária, foi o *Comité Catholique* - movimento contra a fome e a favor do desenvolvimento humanitário. O *Comité Catholique* colaborava com a Pastoral Operária com o fornecimento de material para a formação política dos operários por meio de Boletim denominado *de BrésilduTravailler*, que informava a respeito das greves, enviando material como dossiês para diversas dioceses brasileiras, incluindo a de Santo André e a de Volta Redonda.

A pastoral Operária também enviava boletins informativos para esses movimentos no exterior, explicando os acontecimentos e as experiências do mundo do trabalho no Brasil. O material era traduzido para o idioma do país em questão. Sendo assim, Cláudio Nascimento

¹⁸⁸ NASCIMENTO, Cláudio. **Pastoral Operária**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva e Alexandre Fortes em 03 de dez. de 2019, no CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, localizado na Avenida Presidente Vargas, 417 - 6º andar – Centro, Rio de Janeiro.

¹⁸⁹ GOMES, Terezinha Maria. **Pastoral Operária do ABC Paulista**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 13 de jul. de 2019, em sua residência, em São Bernardo do Campo.

explica como era a dinâmica da Confederação Francesa Democrática do Trabalho e do Comité Catholique com a classe trabalhadora brasileira:

Bom, então esse pessoal veio de lá, porque lá tinha esse grupo, que tinha um boletim chamado BrésilduTravailler, informava sobre as greves, e aí a relação com o CEDI que a gente mandava o material, fazia os dossiês sobre: Aconteceu, o que é que se passou no mundo operário no Brasil!, e aí mandava eles traduziam lá e aquilo circulava na empresa, e depois a CFDT bancou um jornal colorido, saíram uns quatro ou cinco exemplares, chamava Luta Sindical que era o pessoal da oposição sindical, fazia distribuição e um monte de contato pra cá, de vez em quando vinha gente ainda na ditadura pra vir aqui, para conversar e tudo isso. Então esse grupo lá você tinha na Bélgica, Zé Ibrahim que dirigia a Casa de Solidariedade na América Latina em Bruxelas, que reunia todo mundo exilado que estava por lá, fazia grandes encontros, esse negócio todo. E você tinha na Itália, o Rolando Frati que foi um dos cabeças do agrupamento comunista de São Paulo, e é onde o Mariguella se baseou para criar a ALN era ele, Raphael Martinelli, que ainda está vivo, umas figuras históricas do Movimento Operário.¹⁹⁰

Inspirada nos movimentos católicos externos como o da Iugoslávia, a Pastoral Operária ensaiou criar, igualmente, um partido político próprio que se chamaria – PSA (Partido Socialismo Autogestão) que deveria nascer dentro das fábricas e atuaria na oposição sindical (somente na oposição sindical); sua bandeira seria a socialização dos meios de produção nos quais os trabalhadores ficariam encarregados pela autogestão da produção (algo bem próximo de uma esquerda marxista).

O Centro de Ação Comunitária deveria promover atividades de formação de militância em todo o território nacional, respeitando sempre as diversidades culturais locais, conforme já era explicitado pela Comissão Nacional de Pastoral Operária. Para isso, os trabalhadores deveriam conhecer a História Política do Brasil, dos partidos políticos, da militância e do movimento sindical. O PSA deveria seguir três diretrizes: ter conhecimento da história da classe trabalhadora; ter os seus intelectuais para construção de um saber sistematizado e ter uma militância engajada na luta política. Abaixo apresentamos os intelectuais que ajudariam na formação do PSA e no assessoramento da Pastoral Operária.

¹⁹⁰ NASCIMENTO, Cláudio. **Pastoral Operária**. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva e Alexandre Fortes em 03 de dez. de 2019, no CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, localizado na Avenida Presidente Vargas, 417 - 6º andar – Centro, Rio de Janeiro.

Tabela 7– As principais lideranças operárias e intelectuais que atuavam na formação da política dos trabalhadores

Jacó Bittar
Olívio Dutra
Manoel da Conceição
José Ibrahin
João Paulo Pires de Vasconcelos
Luiz Cardoso
Rolando Fratti
Pe. Mário Prigol
Cláudio Nascimento
Piragibe Castro Alves
Joaquim Almeida
Luiz Alves
Aristides Pereira de Andrade
Geraldo Mendonça
Ir. Olívia Barreto
Pe. Raimundo José Soares
Carlos Mesters
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Frei Betto
Waldemar Rossi

Fonte: A História da Pastoral Operária de 1978 a 1980. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 18. Adaptado pelo autor.

Esses assessores tinham diferentes orientações ideológicas. Piragibe Castro Alves, Eliseu Lopes, João Paulo Pires de Vasconcelos, José Ibrahin e Cláudio Nascimento tinham vínculo com a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária). Havia diferença na atuação com os movimentos operários e nas comunidades porque alguns expressavam suas experiências que traziam do movimento sindical e outros das experiências religiosas.

Outras lideranças como Frei Betto e Waldemar Rossi acreditavam que a fé também era um atributo fundamental no processo de conscientização e de formação política da militância que se encontrava na base da Igreja e nos movimentos populares. Seja com base em uma formação mais sistematizada em uma teoria marxista ou simplesmente com base na interpretação bíblica.

Os Centros de Ação Comunitária espalhados por diversas dioceses eram uma forma de reunir diferentes grupos da pastoral para aprofundar as pesquisas no que se refere ao mundo do trabalho e, para mais do que isso, compreender a História do Brasil, suas desigualdades, e seus conflitos sociais resultantes dessa desigualdade. Geralmente, o curso de formação de militantes se dava em dois ou três eixos temáticos – entender a estrutura da sociedade brasileira, compreender o processo de produção capitalista e analisar como funciona sua organização.

No período entre 1970 e 1980, os países desenvolvidos como Estados Unidos e países da Europa Ocidental estavam passando por modificações em consequência das políticas neoliberais. A classe trabalhadora passava por transformações com a combinação de aumento da jornada de trabalho e as frequentes demissões.

No Brasil, essa situação era ainda mais grave, o desemprego chegava a ser dez vezes maior do que nos países mais avançados; sem contar que o salário de um operário brasileiro chegava a ser de cinco a dez vezes menores que o salário de operários de outras nações em razão de as empresas sempre estarem dispostas a reduzir ainda mais o rendimento mensal de seu operariado.

Para elaborar uma estratégia de enfrentamento à política neoliberal era necessária a substituição dos ditos “pelegos dirigentes” por uma diretoria combativa. Somado a isso, a Pastoral Operária deveria atuar no combate ao desemprego e intensificar as reivindicações salariais sem deixar de auxiliar os trabalhadores nas conquistas de suas liberdades e autonomias perante aos sindicatos.

A Pastoral Operária atuou no âmbito nacional em diversas frentes das organizações populares, entretanto, sua ênfase era mesmo na formação de militância para atuar na oposição sindical, principalmente, nas empresas metalúrgicas do ABC, de Volta Redonda, e também da cidade de São Paulo. Nesse contexto de formação da militância não podemos deixar de mencionar documentos da Igreja que foram importantes para orientação da fé que inspira a luta, por exemplo, os documentos do Concílio do Vaticano II, os textos da Teologia da Libertação e das Conferências de Medellín e de Puebla.

No entanto, a participação política de intelectuais e religiosos que retornaram do exílio contribuiu para que desenvolvesse nos diversos Centros de Ações Comunitárias a formação política dos trabalhadores propondo organização de chapas de oposições nas eleições para os sindicatos. Sendo assim, o que unia essa ampla rede de militantes em torno da Pastoral Operária era o projeto de educação popular, a defesa da autonomia sindical e a importância da democracia como um valor universal.

Os trabalhos desempenhados pelos bispos católicos progressistas, principalmente, aqueles nomeados pelo Papa Paulo VI, foram de suma importância para o êxito da atuação da Pastoral Operária em diversas dioceses do Brasil. No eixo Rio - São Paulo, a Pastoral Operária teve um destaque por efeito do engajamento de bispos comprometidos com a classe trabalhadora e com os movimentos populares organizados nos bairros periféricos das duas principais metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales, por não ser um bispo que apreciava a Pastoral Operária, ficou isolado em relação a outros que atuaram corajosamente pelos movimentos populares e que, diferentemente de Dom Eugênio, apresentavam-se mais afinados e prontos ao diálogo com a classe trabalhadora mediados pela pastoral. Dentre esses bispos estavam Dom Adriano Hipólito da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Vital na Diocese de Itaguaí, Dom Mauro Morelli da Diocese de Duque de Caxias e Dom Waldyr Calheiros da Diocese de Volta Redonda.

Em São Paulo, temos uma atuação destacada do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns junto à classe trabalhadora e também Dom Cláudio Hummes que tomou posicionamento firme em defesa dos trabalhadores nas greves do ABC Paulista. Esses bispos apoiaram a criação dos Centros de Educação Popular, e fortaleceram os trabalhos da Pastoral Operária, respaldando as políticas que visavam à formação dos trabalhadores, à democracia, à defesa da autonomia sindical e ao reconhecimento do protagonismo político dos movimentos populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da elaboração da tese percebemos que a Pastoral Operária teve uma destacada experiência política e religiosa junto aos movimentos populares organizados nos bairros, nas associações de moradores, nas associações das empregadas domésticas, nos clubes de mães, nos partidos, nas comissões de fábricas e nas oposições sindicais. Suas experiências políticas e religiosas aproximaram-se às experiências de outras pastorais sociais como a Pastoral da Terra, a Pastoral da Moradia, a Pastoral de Justiça e Paz, a Pastoral da Juventude e a Pastoral da Criança. A Pastoral Operária não surgiu para ser uma concorrente dos sindicatos e tão pouco para ser uma alternativa a eles.

Era para ser apenas um serviço de evangelização da Igreja que se estendia para o mundo do trabalho, isto é, era uma forma de a Igreja estabelecer um diálogo com os trabalhadores para levar a mensagem do Evangelho. Por meio dos documentos de fundação da pastoral, percebemos que ela foi pensada pelos bispos para ser um espaço no qual os trabalhadores pudessem fazer uma revisão das diferentes realidades vividas por eles dentro e fora do local de trabalho.

As pessoas que passaram a fazer parte da Pastoral Operária, a partir de 1975, em sua maioria, vinham de outros movimentos católicos como da Juventude Operária Católica, da Ação Católica Operária e das Comunidades Eclesiais de Base. Pela questão de a Pastoral Operária ser um movimento da Igreja Católica, mas com uma característica ecumênica, faziam parte dela, também, militantes de outras denominações cristãs como luteranos, presbiterianos e congregacionistas. Havia, ainda, aqueles militantes de organizações de esquerda e de partidos políticos que não estavam vinculados a nenhuma denominação religiosa.

Os resultados da pesquisa mostram também que a Pastoral Operária ultrapassou os muros da própria Igreja. Apesar de ser um movimento que tem sua origem na Igreja Católica e que está sob a coordenação e vigilância da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Pastoral Operária se espalhou para diversos outros movimentos organizados da sociedade civil brasileira. Suas experiências religiosas e políticas se deram em uma ampla rede que ultrapassou os limites das fronteiras brasileiras, chegando a países como França, Itália, Bélgica, Alemanha, Marrocos, Nicarágua e Cuba. Essa rede de solidariedade que a pastoral desenvolveu no exterior foi fundamental para lhe dar uma segurança tanto na produção de conteúdo para uma formação política dos trabalhadores quanto para uma segurança financeira para pagar os salários dos agentes que trabalhavam exclusivamente para a pastoral nas dioceses.

A entrevista com Cláudio Nascimento mostrou que a experiência adquirida na Europa por religiosos e por intelectuais ligados à esquerda, os quais foram exilados por conta da ditadura, e os quais passaram a integrar a PO, apresentou efeito ao ser favorecida pela abertura política, que proporcionou a união entre esses religiosos e esses intelectuais e que contribuiu para a criação dos diversos Centros de Ação Comunitária. Centros importantes para a formação política inicial dos trabalhadores, os quais passaram a propor a organização de chapas de oposições, a considerar a possibilidade de eleições em seus sindicatos e, também, a reconhecer a oportunidade de concorrer a cargos eletivos.

As fontes mostraram que a ligação da Pastoral Operária, com outros movimentos sociais de esquerda, não seguiu da mesma forma em todos os Estados, porque alguns bispos não concordavam com a aproximação da pastoral com os movimentos populares. Essa

aproximação diferenciava-se de acordo com a necessidade da comunidade e cultura local, e com a orientação religiosa de cada bispo.

O relatório do plano bienal (1977-1978) elaborado pela CNBB enfatizava que a Pastoral Operária deveria ser uma pastoral permanente. E pensada para marcar a presença da Igreja no mundo do trabalho. Nela atuariam os agentes pastorais, lideranças operárias, teólogos, padres, freiras e bispos, esses últimos eram os responsáveis pela condução e vigilância de eventos como reuniões, encontros regionais, nacional e seminários. Apesar de as atividades pastorais serem centradas na hierarquia da Igreja, havia um incentivo para a participação dos leigos nos encontros regionais.

No encontro de novembro de 1977, em Nova Iguaçu, as fontes mostram que houve a presença de cinquenta e quatro leigos, de cinco regionais, quinze padres e sete bispos, entre esses participaram Dom Cláudio Hummes e Dom Waldyr Calheiros de Novaes. Todas essas experiências trazidas por leigos e religiosos eram estudadas e confrontadas com a realidade social, cultural e política do Brasil, e colocadas dentro das pautas de evangelização da Igreja. Para responder nossa hipótese principal - que é a de compreender os parâmetros que levaram à criação de uma ampla rede de religiosos e leigos que se organizaram em todos os cantos do país - buscamos desenvolver uma análise amparada em quatro objetivos.

Em primeiro lugar, buscamos entender como a Pastoral Operária compreendia a realidade social e política do Brasil. Em segundo, analisamos as experiências da Pastoral Operária com os trabalhadores, com os leigos, com os religiosos (frei, freira, padres e bispos), com os intelectuais, com as lideranças de partidos políticos e com os movimentos populares. Em terceiro, buscamos investigar sobre o que levou a Igreja a auxiliar os trabalhadores e movimentos populares em suas lutas e conquistas e, por fim, empenhamo-nos em compreender como a Pastoral Operária lidou com as demandas dos trabalhadores durante a década 1980, com a redemocratização e com os desafios que as políticas neoliberais colocam para o mundo do trabalho a partir de 1990.

As fontes documentais produzidas pela própria Pastoral Operária e as entrevistas realizadas com integrantes que atuam no âmbito nacional e local mostraram que as articulações religiosas, políticas e sociais com os movimentos populares e com os trabalhadores contribuíram para que houvesse uma solidariedade entre os indivíduos nos diversos espaços de organização da classe trabalhadora, nas comissões de fábricas, nos movimentos populares, nos sindicatos e nos partidos políticos.

Ao longo dos dois primeiros capítulos mostramos como a Pastoral Operária foi se estruturando e como a pastoral se transformou em um importante movimento católico que atuou concretamente de diversas formas para modificar a estrutura sindical e a formação dos trabalhadores brasileiros.

Essa formação se deu em três níveis diferentes, local, regional e nacional. Vamos explicar como se deu essa formação política dos trabalhadores em cada um deles. No nível local, a pastoral levou em consideração a diversidade nas dioceses, respeitando sempre a autonomia de cada uma delas. Os integrantes promoveram encontros e cursos sempre de acordo com as necessidades locais, levando em consideração o índice de trabalhadores desempregados e também a informalidade de cada região nas quais estavam situadas as dioceses.

No nível regional, a pesquisa mostra que houve um intercâmbio entre as pastorais operárias de diferentes Estados viabilizando a produção de boletins informativos e de relatórios contando as experiências que deram certas nas dioceses. Ainda no nível regional, a Pastoral Operária foi um mecanismo de unificação dos diferentes movimentos populares organizados pelos trabalhadores em diferentes regiões do país.

Para compreender como a Pastoral Operária atuou no âmbito nacional, mapeamos as ações dos integrantes da Comissão Nacional de Pastoral Operária. Percebemos, por meio das

fontes documentais e assim como por meio das entrevistas, que a CPO articulou permanente com rede de sociabilidade local, regional e internacional e promoveu, em todo o território nacional, encontros para realização de seminários, de cursos de formação de fé e de política, e mobilizou a estrutura da Igreja para as comemorações do 1º de Maio, data em que se comemora o dia do trabalhador.

Os resultados da pesquisa mostram que as pastorais locais só tiveram êxitos porque houve uma importante articulação da CPO com outras instâncias da Igreja como a CNBB. Bispos como Dom Cláudio Hummes, bispo da Diocese de Santo André – SP, Dom José Maria Pires, arcebispo da Arquidiocese de João Pessoa – PB e Dom Waldyr Calheiros de Novaes, bispo da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda – RJ, que atuaram na CPO desde sua criação, na segunda metade da década de 1970, foram importantes nesse processo de fortalecimento da Pastoral Operária.

A Comissão Nacional de Pastoral Operária ainda foi responsável por articular com organizações católicas no exterior, como na Bélgica, na Alemanha, na Itália e na França, a buscar recursos financeiro e material de formação de fé e política. Essas articulações externas se deram com a Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, com Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos, com o *Comité Catholique*, e com Partido da Democracia Cristã desses países.

Internamente, a articulação da Comissão Nacional de Pastoral Operária se deu com movimentos religiosos e leigos na formação de lideranças locais. Dentre essas organizações estavam a Confederação dos Trabalhadores Cristãos do Brasil, o Grupo de Apoio à Oposição Sindical, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, o Centro de Ação Comunitária e Instituto de Ação Cultural.

Diante dessa ampla rede de sociabilidade com outros movimentos, que também atuavam no mundo do trabalho, devemos interrogar sobre as causas que contribuíram para o enfraquecimento dos trabalhos da Pastoral Operária a partir da década de 1990. A partir desse momento, o Vaticano começou um processo de enfraquecimento das pastorais sociais em relação ao fortalecimento das pastorais com ênfase na espiritualidade. Com o pontificado do Papa João Paulo II, a Igreja desenvolveu uma ação evangelizadora em toda a América Latina para combater a Teologia da Libertação e os trabalhos que eram realizados com as Comunidades Eclesiais de Base.

No Brasil, o catolicismo passou por uma significativa modificação com a nomeação de bispos conservadores nomeados por João Paulo II; e com os bispos que foram nomeados por Paulo VI deixando as arquidioceses e dioceses, a partir da década de 1990, por razões da idade avançada e do tempo de serviço prestado à Igreja.

Outros fatores que contribuíram para o enfraquecimento da Pastoral Operária ocorreram fora da Igreja à medida que outras formas de organizações da classe trabalhadora, como os sindicatos e Central Única dos Trabalhadores foram se consolidando com o fortalecimento da democracia, principalmente, após a Constituição de 1988, que estabeleceu as garantias constitucionais de organização sindical.

Outro marco histórico importante que devemos levar em consideração se deu com o fim das experiências socialistas com a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989. Acontecimento histórico que carrega um efeito concreto na vida dos indivíduos em sociedade; posto que, a partir desse momento, surgiu um novo modelo de capitalismo que suprime os avanços sociais do Pós-Segunda Guerra Mundial, e, igualmente, passou a fortalecer os argumentos do Estado Mínimo com a crise do pacto humanista e com o avanço das políticas em defesa do neoliberalismo a partir da década de 1990.

Com a crise do pacto humanista e com o avanço do livre mercado, as organizações de base da Igreja, dos partidos políticos progressistas e dos sindicatos combativos perderam capilaridade social e política. O número de Pastorais Operárias nas dioceses vem diminuindo

gradativamente, essa queda no número das pastorais pode ser constatada nos dois demonstrativos abaixo. Podemos observar na tabela 8, abaixo, os números de pastorais por Estados antes da atualização feita recentemente. Já no mapa temos os números de pastorais por Estados atualizados.

Tabela 8 – O número de PO's disponibilizado no site, mas sem a atualização da secretaria

Amazonas	01
Bahia	01
Ceara	03
Maranhão	02
Paraíba	03
Pernambuco	01
Piauí	01
Rio Grande do Norte	02
Espírito Santo	03
Minas Gerais	12
Rio de Janeiro	04
São Paulo	20
Paraná	04
Tabela 8 - continuação	
Santa Catarina	01
Rio Grande do Sul	04
Total 15	Total 62

Fonte: Pastoral Operária Nacional: a serviço da classe trabalhadora urbana¹⁹¹

¹⁹¹**Pastoral Operária Nacional:** a serviço da classe trabalhadora urbana. Disponível em: <http://www.pastoraloperaria.org.br/SITE_Conteudo.aspx?Acao=M0_3c383e83aa> Acesso em: 28 jul. 2020.

Figura 21 – Mapa com a atualização da Pastoral Operária no Brasil



Fonte: Mapa cedido pela Secretaria da Pastoral Operária Nacional.

O presente mapa traz um inventário feito recentemente pela coordenação Nacional da Pastoral Operária mostrando onde estão as pastorais operárias por Estados. O mapa também mostra uma diminuição do número de pastorais. Na tabela acima, antes da atualização, consta um total de sessenta e duas pastorais distribuídas em quinze Estados. No mapa são cinquenta e quatro pastorais presentes nos mesmos quinze Estados, mostrando uma redução de oito pastorais. O Estado de São Paulo foi o que teve a maior redução do número de pastorais. De vinte reduziu para quinze, perdendo cinco pastorais; o Estado do Espírito Santo, duas e o Estado de Minas Gerais, uma. Precisariamos de um estudo mais detalhado para analisar se houve a redução de integrantes e qual será essa proporcionalidade por Estado.

É importante sinalizar que o pacto social firmado em 1988 foi dilacerado com as políticas neoliberais. Mesmo, a partir de 2002, quando o Partido dos Trabalhadores chega à presidência da República, com o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, não houve uma distribuição de riqueza.

O que houve foi uma maior distribuição de renda entre a classe trabalhadora, possibilitando assim maior acesso aos bens de consumo e à universidade, resultando em uma melhor qualidade de vida e em um aumento do nível educacional com a democratização do ensino superior a partir de 2002. No entanto, essa qualificação da mão de obra não resultou em melhoria de vida para os trabalhadores, posto que, em nome do controle fiscal e da dívida

pública, o Estado passou a desvincular receitas que deveriam ser direcionadas para as políticas sociais.

Essa política colaboracionista do Estado, com o capital privado, na prática culminou com outro movimento que foi a perda do protagonismo político dos trabalhadores e dos movimentos populares, afetando direta ou indiretamente a Pastoral Operária. O resultado apresentado, por essa pesquisa de doutorado, foi que o ganho político dos trabalhadores e dos agentes da Pastoral Operária, o qual se materializou em conquista de direitos, de autonomia de organização e de conquista de cidadania em termos de direitos sociais, nos anos de 1980, em várias instâncias, foi sendo perdido ao longo da década de 1990.

As conquistas dos direitos sociais, que foram alcançadas com as lutas pela redemocratização se transformaram em um complicador a partir dos anos de 1990. Houve uma alteração na hierarquização dos valores para a sociedade. O modelo referencial de Estado que surgiu a partir daí foi aquele comprometido com o controle fiscal. Os valores éticos e morais da religião foram desvinculados da ação política como forma de transformação da sociedade. O uso da religião como uma ação política transformadora da sociedade foi substituída por uma teologia da prosperidade presente nas Igrejas Neopentecostais ou, então, por uma teologia da cura espiritual presente no catolicismo por meio da Renovação Carismática Católica.

Portanto, com o fim da ditadura militar e com o restabelecimento da ordem democrática, uma parcela da sociedade civil, ancorada ideologicamente nos ideais neoliberais a respeito do controle fiscal e ao combate à corrupção, passou a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em geral.

O processo de esgarçamento do tecido social que atingiu aos trabalhadores e aos agentes da Pastoral Operária ocorreu pelos desgastes dos partidos políticos. O descrédito social à política foi causado pela corrupção; pelo excesso de burocracia; pela ineficiência das ações governamentais contra o desemprego; pelo crescimento desenfreado da violência em todos os espaços da vida social, principalmente nos grandes centros urbanos. A tanta ineficiência do governo ainda se juntou o conservadorismo religioso que legitima a narrativa da luta entre o bem e o mal; que reforça, de modo geral, a substituição da ciência pelo dogmatismo, troca que evidencia a força perdida da análise detalhada do fato social a favor da análise simplificadora da realidade social, ou seja, dá à verdade religiosa supremacia sobre o conhecimento científico; bem como, a ineficiência e o conservadorismo juntos acentuarão a volta de um dogmatismo religioso conservador contrário aos anseios sociais e políticos defendidos pelas pautas dos movimentos de esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALMEIDA, Antônio de. **Experiências políticas no ABC Paulista: lutas e práticas culturais de trabalhadores.** Uberlândia, EDUFU, 2008.

ALVEZ, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDERSON, Perry. Balança do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves 1978-1980.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Revolução e democracia (1964...).** V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A ideologia do mercado: ensaio sobre Economia e Teologia.** São Paulo: Vozes, 1989.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja Católica no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964.** Petrópolis: Vozes 2008.

BEDÊ, Waldyr Amaral. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964).** Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BERARDI, Franco. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BETTO, Frei. Lembranças e aprendizados. In: CARRARA, Antônia Aparecida da Silva et al. **Pastoral Operária da Diocese de Santo André 30 anos.** Santo André, 2009.

BETTO, Frei. **Fidel e a religião: conversas com Frei Betto.** 1. ed. São Paulo: Fontanar, 2006.

BETTO, Frei. **A mosca azul.** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.). **O Novo Sindicalismo: Vinte anos depois.** ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação.** Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação.** 8. Petrópolis: Vozes, 2001.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Filosófica Política, 2019.

CAVALCANTE, José Teófilo. et al. **História da ACO**: Fidelidade e compromisso na classe operária. Rio de Janeiro: Ação Católica Operária, 1987.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. (Org.); PINHEIRO, Ana Luíza...[et al.]. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephaim Ferreira Alves. 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda**: memórias de Dom Waldyr Calheiros. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COSTA, Frei Alcindo. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Palavra Viva, 1974.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 301-363.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Narir. **Santo Dias**: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Nestor. **A ordem Privada e a Organização Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. São Paulo: USP, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin**: história em processo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Novo República?** Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do golpe:** a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILHO. Daniel Aarão Reis. **Ditadura e democracia na Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize Martins. **Frei Betto:** biografia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2012.

GIANNOTTI, José Arthur. Considerações sobre o método. In: MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores na Brasil.** 3. ed. Revista e Ampliada, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GRACIOLLI, Edilson José. **Um caldeirão chamado CSN:** resistência operária e violência na greve em 1988. 2. ed. Uberlândia, EDUFU, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** V. 4. 2. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação.** 5. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital:** 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KELSEN, Hasn. **A democracia**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

KERTZER, David I. **O Papa e Mussolini**: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

LARAÑA, Ildefonso Camacho. **Doutrina Social da Igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LESBAUPIN, Ivo. A Igreja e a ditadura militar. In: ASSIS, João Marcus Figueiredo; REDRIGUES, Denise dos Santos.(Org.). **Cidadania, movimentos sociais e religião**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LIMA, Alceu Amoroso. **Elementos da Ação Católica**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIBÂNIO, João Batista. **III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**: a evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Loyola, 1979.

LINS, Juan J; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do sul da Europa e América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo de 1960 a Nossos Dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARINS, José P. **A Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. s/ ed., s/ data.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**: 1954-1975. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN um sonho de aço e ousadia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. 2. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, José Carlos. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: representação e pretensão de legitimidade 1964 – 1984. Londrina: UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: FILHO. Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, José. Prefácio. In: BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **A Formação da Classe Operária em Volta Redonda**. Volta Redonda: Editora Volta Redonda, 2010. capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra o Estado. Crítica ao Populismo Católico. Kairós Livraria e Editora: São Paulo, 1979.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. 1 ed. Boitempo: São Paulo, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poder e Política**: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização**: do pensamento único à consciência universal. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogo na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **Resistência e Compaixão**: o Catolicismo Social de Dom Waldyr Calheiros de Novaes. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 3. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1975.

SOUSA, Jessie Jane Viera de. **Círculos operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Do Vaticano II a um novo concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, Ney. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. **História e Cultura**. Franca, Vol. 4, n°. 2, p. 277-301, set. 2015.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. 1: a árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. 3: a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideias. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas e conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Edusp, 1973.

VEIGA, Alfredo César da. **O rosto dos oprimidos**: como a teologia da libertação “Re-humanizou” os Santos Católicos. São Paulo: All Print, 2016.

VERISSIMO, Luis Fernando. Prólogo – Controle de Natalidade. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A verdade vencerá**: o povo sabe por que condenam. ...[et al.]. JINKINGS, Ivana (Org.). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

VON MISES, Ludwig. **A mentalidade anticapitalista**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertações e Tese

AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho**: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). 2015. 192f. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História do Instituto Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo, Campinas, SP, 2015.

CASTELHANO, João Nuno Frade Marques. **O método de Cardijn**: Ver, Julgar e Agir. A sua vivência e aplicação na Acção Católica Rural. 2017. 70f. Dissertação (Mestrado Integrado em Teologia) 1º grau canónico, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2017.

ESTEVE, AlejandraLuisa Magalhães. **Projetos Católicos e Movimentos Sociais**: A Diocese de Barra do Pirai/ Volta Redonda (1966-2010). 2013. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

MANZINI, Rosana. **Atualidade da GaudiumetSpes**: o diálogo com o mundo em mudança. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Curso de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.

MORAES, Maria Blassioli. **A Ação Social Católica e a Luta Operária**: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964). 2003. 207f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. 2003.

PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. **Sindicalismo e privatização**: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. 2007. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua**: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979). Muriaé, 2019. 231f.

SOBRINHO, Pe. Felipe Cosme Damião. **Entre fé e liberdade**: Catolicismo, operariado e no ABC paulista (1964-1985). 2015. 2011f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Curso de Pós-Graduação em Teologia Sistemática, Pontífice Universidade Católica de São Paulo. 2015.

SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica: O movimento sindical do cristianismo da libertação sob vigilância DOPS/SP (1954-1974)**. 2009. 373f. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2009.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **A experiência do Trabalho: as práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999)**. 2004. 201f. Tese. (Doutorado em História). Programa Pós-Graduação em História – Linha de Pesquisa Cultura e Poder. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. 2004.

Artigos científicos

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **O Novo Sindicalismo Brasileiro e o papel da crítica: Análise das estratégias de engrandecimento da prática sindical brasileira na década de 1980**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 6, p. 87 - 101, 2014.

Artigos de Internet

30 anos da CONCLAT serão comemorados nesta... Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/30-anos-da-conclat-serao-comemorados-nesta-terca-em-sessao-solene-na-camara-fede-666c>>. Acesso em: 08 abr. de 2020.

ALMEIDA, Antônio José de. **Lumen Gentium: a transição necessária**. Encontros Teológicos n° 39 Ano 19 / número 3 / 2004. p. 6-41. Disponível em: <<file:///C:/Users/Luiz%20Fernando/Downloads/445-872-1-SM.pdf>>. Acesso em: 27 ago. de 2018.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **FRANCISCO JULIÃO E AS LIGAS CAMPONESAS: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS E USOS DO PASSADO**. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2012/01/Francisco-Julio%20e-as-Ligas-Camponesas.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BISPOS DO BRASIL CONTESTAM A DITADURA: Assembleia da CNBB aprova documento em defesa da redemocratização. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/bispos-do-brasil-contestam-a-ditadura>> Acesso em: 11 mar. de 2019.

CONY, Carlos Heitor. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://almj.com.br/associacao-lar-menino-jesus-dom-jorge-marcos/>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

Documento de autoria de Herbet José de Sousa, importante militante jucista e editor de um jornal estudantil publicado pela Ação Católica Mineira, intitulado Ação Popular. Ver em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>>. Acesso em: 15 mai. de 2020.

Emérito e Vigário-Geral da Arquidiocese de São Paulo. Prefeito Emérito da Congregação para o Clero. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/arcebispos-emeritos/cardeal-dom-frei-claudio-hummes>>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Volta Redonda:** história de uma cidade ou de uma usina? Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/Documentos/revista_18-19/Cap-12-Angela_Fontes_Sergio_Lamarao.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2013.

GONÇALVES, Alfredo J. **Cinquenta anos do Documento de Medellín.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579496-cinquenta-anos-do-documento-de-medellin>>. Acesso em: 27 ago. de 2018.

HISTÓRIA do Município. Disponível em: <<http://www.cmvr.rj.gov.br/index2.php?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

ISAIA, Artur Cesar. **Congressos Eucarísticos:** Cristo Rei celebrado no Brasil da primeira metade do século XX. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/IMG/article_PDF/article_a159.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

JOSAPHAT, Frei Carlos. **“Pacem in Terris”.** Os 56 anos de uma encíclica e a dimensão social do Evangelho. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/519545-a-enciclica-pacem-in-terris-como-a-dimensao-social-do-reino-de-deus-entrevista-especial-com-frei-carlos-josaphat>>. Acesso em: 12 set. 2019.

KORNIS, Mônica. **Centro Dom Vital.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

NUZZI, Vitor, **Corrida marca 40 anos da morte do operário Manoel Fiel Filho:** Metalúrgico foi assassinado no DOI-Codi em janeiro de 1976. Durante 40 dias, jornalista e maratonista percorrerá lugares em São Paulo que lembram a trajetória do trabalhador. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/corrida-marca-40-anos-da-morte-operario-manoel-fiel-filho-7795/>> Acesso em: 17 abr. de 2020.

Pastoral Operária Nacional: a serviço da classe trabalhadora urbana. Disponível em: <http://www.pastoraloperaria.org.br/SITE_Contentido.aspx?Acao=M0_3c383e83aa> Acesso em: 28 jul. 2020.

PINTO, Tales dos Santos. **Os senadores biônicos e o pacote de Abril.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/os-senadores-bionicos-pacote-abril.htm>> Acesso em: 11 mar. 2020.

PINHO, José Eduardo Borges de. **Gaudiumetspes:** a novidade do Concílio Vaticano II vista de dentro e de fora da Igreja Católica. Jornada da Pastoral da Cultura, 2012. Disponível em: <http://www.snpcultura.org/gaudium_et_spes_novidade_concilio_vaticano_ii_vista_dentro_fora_igreja_catolica.html>. Acesso em: 27 ago. de 2018.

SILVA, José Afonso da. O Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, V. 173, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/45920/44126>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SOBRINHO, Pe. Felipe Cosme. **História da Diocese**. Disponível em: <<https://diocesesa.org.br/2014/10/28/historia-da-diocese/>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

TERRA, Ana Carolina Lobo. Descortinando a Lógica Diocesana no Espaço Fluminense. **Revista de Estudos da Religião – REVER**. [on-line]. São Paulo: PUC, 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_terra.htm>. Data do acesso: 15 fev. 2013. ISSN 1677-1222.

Anais de eventos

ESTEVEZ, Alejandra. **As relações de autonomia e dependência entre os trabalhadores e a Igreja de Volta Redonda**. In: ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, ANPUH, 2009.

ESTEVES, Alejandra. **O Caso Judica e as estratégias de conquista de hegemonia entre Igreja e Estado durante a Ditadura Militar**. In: Anais do III SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER: Processos de Construção de Hegemonias no Brasil Contemporâneo, 3., 2011, Marechal Cândido Rondon. Anais... Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011, p. 15 - 32.

Revistas

CARDOSO, Fernando Henrique. Os trabalhadores e a democracia. **Revista Singular e Plural**: São Paulo: n° 6, p. 19-21, junho de 1979.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, n° 59, p. 587 – 606, setembro-dezembro de 2016.

NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida ao João Pedro Baresi em agosto de 1989. In: BARESI, João Pedro. Caminhar com o povo. **Sem Fronteiras**, São Carlos/SP, n. 171, p. 10-15, ago. 1989.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

SILVA, Marcos A. da. A história e seus limites: notas sobre região e interdisciplinaridade. **Revista USP**: São Paulo: n. 33, p. 208-216, XX-XX, março/maio de 1997.

SOARES, Paulo Célio. A atuação das Cebis em Volta Redonda (1974 – 1979). **Revista Nures**. São Paulo, Set./Dez. 2009.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Arigó: o pássaro que veio de longe. Arigó, o pássaro que vem de longe. **Revista do Centro de Memória Sindical**. Volta Redonda, RJ, V. 1, p. 1-82, ago, 1989.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. In: **A Revista de Cultura Teológica**. Programa de Estudos Pós Graduated em Teologia da PUC/SP, V. 14. n. 55, p. 39-59, Abr/Jun./2006.

SOUZA, Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. In: **A Revista História e Cultura**. Franca, V. 4, n. 2, p. 277-301, set. 2015.

VALLA, Victor Vincent. CRONOLOGIA: uma cidade se constrói. In: Arigó, o pássaro que vem de longe. **Revista do Centro de Memória Sindical**. Volta Redonda, RJ, V. 1, p. 1-82, ago, 1989.

Jornais

EGALON, Janaína Rodrigues. 40 anos da Ditadura Militar Área de Segurança Nacional – 1977 a 85. **Diário do Vale**, Volta Redonda, 21 mar. 2004.

Documentos Papais

GIORDANI, Iginio. Carta Encíclica de sua santidade o Papa Leão XIII. In: LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. (sobre a condição dos operários). ed. 14. São Paulo: Paulinas, 2004.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta encíclica Mater et Magistra**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em: 01 jun. 2018.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Pacem in Terris** (Sobre a paz de todos os povos). São Paulo: Paulinas, 1963.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica O Trabalho Humano: Laborem Exercens**. São Paulo: Paulinas, 1986.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica **Rerum Novarum**. (sobre a condição dos operários). ed. 14. São Paulo: Paulinas, 2004.

PAULO VI, Papa. **Populorum Progressio**. Lisboa: Aster, 1967. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/PopulorumProgressio/PopulorumProgressio_master/PopulorumProgressio.pdf>. Acesso em: 27 ago. de 2018.

PIO XI, Papa. **Carta encíclica sobre o comunismo ateu: Divini Redemptoris**. Campinas: Edições Livre, 2017.

Documentos

Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André

ALBINO, José. **Encontro da Pastoral Operária do ABC Paulista**. São Bernardo do Campo. 27 de junho de 1985.

A História da Pastoral Operária sua gestação e surgimento. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987. p. 11-21.

A Pastoral Operária hoje. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987. p. 54.

Boletim Diocesano: Praça do Carmo, 36, 2º andar, Santo André, SP.

CALHEIRO, Dom Waldyr. Apresentação I. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. Volta Redonda, 10 de novembro de 1986. p. 5.

HUMMES, Dom Cláudio. Salários é tema de direitos humanos. **Folha da Diocese**. 5 de dezembro de 1980.

CEDIC PUC- SP (Centro de Documentação e Informação Científica)

1º de Maio -1986 – 100 anos de resistência e de libertação da classe operária. Caderno de formação nº4 da Pastoral Operária.

1982 - **1ª Assembleia Nacional da Pastoral Operária**. p. 30.

Anexo – 3 Periódico. **1º Boletim da Comissão de Pastoral Operária Nacional e o CPO Informa**.

A política do grande capital: Encontro realizado no dia 6 de dezembro de 1980, no **Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu**, entre agentes pastorais e sindicalistas para debater as experiências da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo.

Boletim da Pastoral Operária. São Paulo: 1983.

CARVALHO, Gilberto. **Depoimento Gilberto Carvalho em comemoração aos 10 anos da Pastoral Operária**. Documento sem data.

CELAM e CLAT buscam uma hegemonia democrata-cristã no sindicalismo latino-americano. Documento recebido de um Centro de Estudos de Caracas – Venezuela.

Documentos que reúnem depoimentos de familiares e de operários sobre a morte desse trabalhador e membro da Pastoral Operária: **Santo, o operário assassinado**. p. 5.

Jornal **Folha de São Bernardo** de 1 a 7 de agosto de 1981.

HUMMES, Dom Cláudio. Apresentação II. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986**. CPO Nacional, 1987.

Pasta 3, Igreja e Pastoral Operária – Doc. **Igreja no Mundo do Trabalho**. p.4.

Pastoral Operária: situação, método, proposta. Comissão Arquidiocesana de Pastoral Operária: São Paulo, 1984.

Política de investimento: Encontro realizado no dia 6 de dezembro de 1980, no **Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu**, entre agentes pastorais e sindicalistas para debater as experiências da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo. p. 3.

Política econômica do ponto de vista dos trabalhadores. Encontro realizado no dia 6 de dezembro de 1980, no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu, entre agentes pastorais e sindicalistas para debater as experiências da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo. p. 4.

PRETTO, Pe. Agostinho. **Secretariado Nacional da Pastoral Operário.** Mariano Sendra dos Santos, 44 – Sala 501, Duque de Caxias, RJ.

Proposta de Plano de formação para a Pastoral Operária. Essa proposta foi elaborada CPO par formação para a Pastoral Operária de 1986, mas aprovada em Assembleia Geral em novembro de 1985.

Relatório da Comissão de Pastoral Operária. (Dezembro de 78 a dezembro de 80).

Relatório da Comissão de Pastoral Operária. p. 1-22.

Relatório final da Assembleia Nacional da Pastoral Operária de 1984. p. 18.

Reunião da Comissão de Pastoral Operária dias 12 e 13 de setembro de 1981. p. 1.

Sinopse dos 10 anos da Pastoral Operária. p. 23.

Treinamento da PO. p. 1-8.

CEDIM UFRRJ (Centro de Documentação e Imagem)

Documento – **A Voz do Povo.**

Documento **Igreja E. Santos – Brasil – A. Latina.**

Nome da Pasta: 16. Pastoral Operária.

Pasta: 16 Pastoral Operária.

CPV (Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro)

Aos Nossos Irmãos Trabalhadores do ABC. Ação Católica Operária do ABC e Pastoral Operária do ABC. Maço de 1981.

A Pastoral Operária e as eleições. Pastoral Operária Nacional: Duque de Caxias, 05 de outubro de 1988.

Caderno de Estudo da Pastoral Operário – Abril 83 – nº 1

Encontro da Pastoral Operária do ABC. 09 de novembro de 1980, Igreja Nosso Senhor do Bom Fim, Santo André, SP. Pasta Igreja e Pastoral Operária.

HUMMES, D. Cláudia. **Nota de Esclarecimento**. Santo André, 30 de março de 1979.

HUMMES, Dom Cláudio. **Relatório aos bispos**: presença da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC em 1980. Santo André, 12 de setembro de 1980. p. 4.

Informe da religião do ABC. 1980.

Igreja – Pastoral Operária 1974.

Jesus Cristo e a vida operária. Arquivo - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Mensagem dos trabalhadores cristãos da Pastoral Operária ao povo de São Caetano do Sul. Documento da pasta: Igreja e Pastoral Operária do ABC.

Pasta, metalúrgicos do ABC e campanha salarial. **Aos Trabalhadores do ABC**, 1979.

Pasta, metalúrgicos do ABC e campanha salarial. **A luta é de todos**. 1979.

Pasta metalúrgicos do ABC e campanha salarial. **Convocação à população do ABC**. Denúncia contra a intervenção nos Sindicatos do ABC à O.I.T. – Organização Internacional do Trabalho: **Convenção 87**, São Paulo, 1º de maio de 1979.

Pastoral. p. 1. Doc. Sem data.

Pastoral da Igreja e o Meio Operário Nós e o Concílio. Julho de 1964, p. 17.

Pastoral do Mundo do Trabalho. Ano, 1978.

Pastoral Operária o que é? Pastoral no mundo do trabalho: Arquidiocese de São Paulo.

Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro, 1980.

Pontos principais da palestra do Frei Betto.

Relatório do Encontro Regional da Pastoral do Mundo do Trabalho. Seropédica: de 08 a 10 de dezembro de 1978.

Revisão de vida operária. **Folheto III**: Nov. 1989.

SILVA, Luiz Inácio da. **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema**. Rua João Basso, 121 – Centro, São Bernardo do Campo, SP.

Vida do trabalhador: O projeto dos grandes e o projeto de Deus. **Caderno de estudo da Pastoral Operária**: nº 1, Abril, 1983.

Documentos Arquivo da Cúria Diocesana de Barra do Pirai/Volta Redonda

EXÉRCITO cerca e invade cada de bispo à cata de subversão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 17. 14 noV. 1967.

Livro de Tombo da Diocese de Barra do Piraí, 1958.

Arquivo do Diário do Grande ABC

Dom Cláudio denuncia a injustiça social. **Diário do Grande ABC**, 11 de outubro de 1977.

Memória da democracia

A GRANDE GREVE DOS TRABALHADORES DO ABC: 200 mil cruzam os braços; ditadura reprime primeira greve geral dos metalúrgicos. Disponível: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

Entrevistas

GOMES, Terezinha Maria. **Pastoral Operária do ABC Paulista.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 13 de jul. de 2019, em sua residência, em São Bernardo do Campo.

NASCIMENTO, Cláudio. **Pastoral Operária.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva e Alexandre Fortes em 03 de dez. de 2019, no CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, localizado na Avenida Presidente Vargas, 417 - 6º andar – Centro, Rio de Janeiro.

OROZIMBO, Geraldo. **Pastoral Operária de Volta Redonda.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 20 de jan. de 2020, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

SANTOS, José Lucas dos. **Pastoral Operária.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

SILVA, Evaldo Pontes da. **Pastoral Operária de Volta Redonda.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 19 de nov. de 2019, na Cúria Diocesana em Volta Redonda.

SOUZA, Gilmar Ortiz de. **Pastoral Operária do ABC Paulista.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, em 12 de jul. de 2019, na Caritas Arquidiocesana de São Paulo, situada Rua José Bonifácio, 107 - 2º andar - Sé, São Paulo.

Entrevistas realizadas por e-mail

BETTO, Frei. **A Pastoral Operária do ABC Paulista.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, por e-mail, em 30 de jul. de 2019.

CARRARA, Antônia Aparecida da Silva. **A Pastoral Operária do ABC Paulista.** [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Mangea da Silva, por e-mail, em 13 de jun. de 2020.

Projetos

JESUS, Paulo Sérgio de. **A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica, ACO), (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970).** Projeto História. São Paulo: n. 33, p. 365-373. dez. 2006.

Outras Referências

ABREU, Alzira Alves de, et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 5 V.

SANTOS, Arioaldo. **Dicionário sindical e do trabalho.** Londrina: Eduel, 2014.